

**EDELVIRA AÍDA DA SILVA MOREIRA**

**A SUBORDINAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DA TRADIÇÃO  
GRAMATICAL À VISÃO LINGÜÍSTICA**

Tese apresentada como requisito para  
obtenção do grau de Doutor, pelo  
Programa de Pós-graduação da Faculdade  
de Letras da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños

Porto Alegre  
2007

EDELVIRA AÍDA DA SILVA MOREIRA

**A SUBORDINAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DA TRADIÇÃO GRAMATICAL À  
VISÃO LINGÜÍSTICA**

Tese apresentada como requisito  
para obtenção do grau de Doutor,  
pelo Programa de Pós-graduação  
da Faculdade de Letras da  
Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 29 de janeiro de 2008

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños – PUCRS

---

Prof. Dr. Normélio Zanotto – UCS

---

Prof. Dr. José Edil de Lima Alves – ULBRA

---

Prof<sup>ª</sup> Dr. Jane Rita Caetano da Silveira – PUCRS

---

Prof<sup>ª</sup> Dr. Vera Wannmacher Pereira - PUCRS

### **Dedico esta tese**

Ao meu esposo, Oscar, e a minha  
filha, Caroline, pelo amor, pela  
paciência inesgotável, pelo carinho,  
compreensão e apoio e,  
principalmente, por saberem dividir  
comigo os anseios e as alegrias  
durante toda essa trajetória

Ao meu pai, Estemir Vilhena, por  
me incentivar a buscar o  
conhecimento e por ter me ensinado  
a não desistir dos meus sonhos.

Agradeço ao Ir. Elvo Clemente  
(*in memoriam*)

Amigo, sábio conselheiro, que me acolheu  
com carinho, incentivou e apoiou,  
conduzindo-me, durante esta longa jornada,  
com dedicação, atenção e zelo.

Ao meu mentor, agradeço por ter  
compartilhado da sua larga sabedoria e pelo  
aprendizado adquirido que me oportunizou  
chegar até aqui.

E a Deus, por ter me dado a oportunidade  
de conhecê-lo.

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Dr. Regina Lamprecht pelo apoio, pelo estímulo e pela compreensão no momento mais difícil de todo este trabalho.

À professora Ana Maria Tramunt Ibaños, amiga, orientadora desta tese, pela acolhida, crítica cuidadosa, dedicação, atenção, paciência, estímulo e pelo apoio nos momentos mais difíceis

À professora Dr. Vera Wannmacher Pereira, pela amizade, pelo incentivo, pelo auxílio, pelos ensinamentos, pela oportunidade de poder fazer parte da equipe do CELIN e, principalmente, por ter me mostrado que era possível realizar este sonho.

À minha mãe, Orlanda Melo e Silva, pela presença constante em todos os momentos importantes da minha vida.

Às minhas irmãs Hilda Diehl e Giselle Feijó, aos meus cunhados Airton Diehl, Gabriel Feijó e Elizabeth Ferreira, aos meus sobrinhos Rodrigo, Isadora, Nicole e Vitória pelo apoio, incentivo e por compreenderem os longos períodos de afastamento do convívio familiar.

Ao meu irmão, Alexandre Melo, pelo incentivo, pelo apoio e pela colaboração para a realização e finalização deste trabalho.

À minha sogra, Veneza Moreira, pelo grande incentivo e por saber entender o meu afastamento.

À minha amiga Maria Aparecida Guzinski, pelo incentivo, pelo apoio e pelo estímulo.

À Vera Silva, pela grande amizade construída e solidificada, pelo apoio e pelo incentivo durante todo o caminho percorrido para chegar até aqui.

À minha amiga Joselaine Castro, pela amizade, pelas longas discussões lingüísticas e pelas sugestões valiosas a este trabalho.

Aos meus amigos do CELIN, pela acolhida, pela amizade, pela convivência e pela aprendizagem durante o período que convivemos juntos.

À Carolina Oliveira pela colaboração valiosa de formatação deste trabalho.

A todos os meus amigos que compreenderam o meu distanciamento e afastamento

**"Há homens que lutam um dia e são bons.  
Há outros que lutam um ano e são melhores.  
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.  
Porém, há os que lutam toda a vida.  
Esses são os imprescindíveis."**

**Bertolt Brecht**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a sentença subordinativa em editoriais jornalísticos, detendo-se, no estudo prescritivista, como um todo, difundido pelas gramáticas tradicionais, e nas teorias funcionalistas, para explicar as manifestações e interferência do nível funcional da língua na escolha das formas verbais e do modo indicativo para a instituição da oração subordinada nos textos de opinião.

A amostra é constituída por 23 textos de editoriais veiculados pelos principais jornais brasileiros. A partir dos dados levantados, é possível constatar as ocorrências em orações subordinadas das formas verbais e do modo indicativo e analisar as peculiaridades encontradas por esses elementos lingüísticos na composição das sentenças subordinativas. Os resultados das análises evidenciam que o verbo se apresenta no infinitivo em diferentes estruturas sintáticas e que o predomínio das orações reduzidas de particípio, do modo indicativo e da oração adjetiva implica funcionalidade da língua, estabelecida nos diferentes contextos de uso em que está inserido o editorial jornalístico. Assim, a subordinação não segue os padrões gramaticais tradicionais na instituição da sentença subordinativa e tem como princípio que a escolha das formas e dos modos verbais, em textos de opinião, tem como determinante o nível funcional da língua.

Palavras-chave: Gramática tradicional. Funcionalismo. Editorial jornalístico.

## **ABSTRACT**

The present paper has as its main goal to investigate the subordinated process in journalistic editorials, with a focus on the prescriptive approach, as a whole, spread by the traditional grammars, and in the functionalistic theories to explain the manifestations and interference of the functional level of the language in the choice of verbal forms and of the indicative in the building of subordinate sentences in texts which express opinion.

Twenty three texts are used in the sample, text which were taken from the main Brazilian newspapers. From the data collected, it is possible to verify the occurrences in subordinate sentences of the verbal forms and the indicative form and to analyse the peculiarities found by these linguistic elements in the building of subordinate sentences. The analyses results evidence that the verb is presented in the infinitive in the different syntactic structures and that the sentences predominance reduced of participle, in an indicative manner of the adjective sentence implies the language functionality, established by the different use contexts in which it is inserted. This way, the subordination does not follow the grammatical standards in the building of the subordinate sentence and has as principal the functional level of the language as determinant in the choice of the forms and verbal manners in texts expressing opinions.

**Key words:** Traditional Grammar. Functionalism. Journalistic editorial.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1:	Total percentual de ocorrências das formas nominais de verbos na forma simples.....	124
Gráfico 2:	Percentual de frequência de ocorrências com locução verbal em orações subordinadas.....	125
Gráfico 3:	Percentual de ocorrências de tempo composto, por periódico, em orações subordinadas.....	126
Gráfico 4:	Percentual geral de ocorrências de orações subordinadas (forma simples do verbo e locução verbal).....	137
Gráfico: 5	Percentual de ocorrências de orações subordinadas reduzidas nos editoriais de jornais.....	138
Gráfico: 6	Percentual de ocorrências temporais de orações subordinadas no modo indicativo.....	147
Gráfico: 6.1	Percentual de ocorrências temporais de orações subordinadas no modo subjuntivo.....	147
Gráfico: 7	Percentual geral de ocorrências dos modos indicativo e subjuntivo.....	148
Gráfico: 8	Percentual total de ocorrências de orações subordinadas.....	164
Gráfico: 9	Percentual de ocorrência da forma nominal reduzida de infinitivo nas orações substantivas, adjetivas e adverbiais.....	166
Gráfico: 9.1	Percentual de ocorrência da forma nominal reduzida de gerúndio nas orações substantivas, adjetivas e adverbiais.....	166
Gráfico: 9.2	Percentual de ocorrência da forma nominal reduzida de particípio nas orações substantivas, adjetivas e adverbiais.....	166
Gráfico: 10	Percentual geral de ocorrências de orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais em textos jornalísticos.....	167
Gráfico: 10.1	Percentual de ocorrências de orações subordinadas substantivas por jornal.....	168
Gráfico: 10.2	Percentual de ocorrências de orações subordinadas adjetivas por jornal.....	168
Gráfico: 10.3	Percentual de ocorrências de orações subordinadas adverbiais por jornal.....	168

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A subordinação, modos e tempos verbais segundo Almeida .....	26
Quadro 2: A subordinação, modos e tempos verbais de acordo com Cunha e Cintra.....	31
Quadro 3: A subordinação, modos e tempos verbais segundo Luft.....	38
Quadro 4: Número total de jornais e de editoriais jornalísticos.....	109
Quadro 5: Esquema para identificação das ocorrências da categoria verbal nos editoriais jornalísticos.....	112

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Número total de ocorrências das formas nominais infinitivo, gerúndio e particípio de verbos na forma simples em estruturas subordinativas nos editoriais jornalísticos.....	124
Tabela 2:	Frequência de ocorrências com locução verbal em orações subordinadas dos editoriais jornalísticos.....	125
Tabela 3:	Ocorrência de tempo composto em orações subordinadas nos editoriais jornalísticos por periódicos.....	126
Tabela 4:	Ocorrência do verbo e da locução verbal nas formas simples e nominais por jornal nos textos de opinião.....	136
Tabela 5:	Total geral de ocorrências em orações subordinadas da forma simples do verbo e da locução verbal dos editoriais jornalísticos.....	137
Tabela 6:	Total geral de ocorrências com verbos na forma simples e com locução verbal de orações reduzidas de infinitivo, gerúndio e particípio em editoriais jornalísticos.....	138
Tabela 7:	Ocorrências temporais dos modos indicativo e subjuntivo por jornais em sentenças subordinativas nos editoriais jornalísticos.....	146
Tabela 8:	Total geral de ocorrências dos modos indicativo e subjuntivo em estruturas subordinativas nos textos de opinião.....	148
Tabela 9:	Ocorrências de orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais na forma simples do verbo em editoriais de jornais.....	164
Tabela 10:	Ocorrências de orações subordinadas adjetivas, substantivas e adverbiais com verbos na forma nominal em textos opinativos.....	165
Tabela 11:	Total geral de ocorrências de orações subordinadas adjetivas, substantivas e adverbiais com verbos na forma simples e na forma nominal nos editoriais jornalísticos.....	167

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ATR** - Articulação Tema-Rema

**GT** - Gramática Tradicional

**NGB** - Nomenclatura Gramatical Brasileira

**S** - Sujeito

**SVO** - Ordem sujeito-verbo-objeto

**TPN** - Teste de pergunta natural

**V** - Verbo

**VS** - Ordem verbo-suj

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A SUBORDINAÇÃO: VISÃO TRADICIONAL DA GRAMÁTICA..</b>	<b>19</b>
2.1	A RELAÇÃO ENTRE A SUBORDINAÇÃO E OS MODOS VERBAIS.....	20
<b>3</b>	<b>A SUBORDINAÇÃO: UMA VISÃO LINGÜÍSTICA .....</b>	<b>40</b>
3.1	O ESTUDO DA GRAMÁTICA E AS TEORIAS LINGÜÍSTICAS .....	40
3.2	A SENTENÇA COMO OBJETO DE ESTUDO LINGÜÍSTICO.....	46
3.3	A SUBORDINAÇÃO COMO OBJETO DE DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA.....	63
<b>4</b>	<b>O DISCURSO JORNALÍSTICO .....</b>	<b>86</b>
4.1	O DISCURSO JORNALÍSTICO.....	86
4.2	A LINGUAGEM JORNALÍSTICA.....	88
4.3	O EDITORIAL.....	93
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>102</b>
5.1	A ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> : JUSTIFICATIVAS.....	103
5.1.1	A escolha do texto de opinião.....	103
5.1.2	A opção de um <i>corpus</i> textual .....	105
5.2	PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	106
5.2.1	Seleção de textos para a constituição do <i>corpus</i> .....	107
5.2.2	Os editoriais jornalísticos que constituem o <i>corpus</i> da pesquisa.....	107
5.3	DESCRIÇÃO DOS DADOS: PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DOS ESCORES.....	109
5.3.1	Descrição dos dados.....	110
5.3.1.1	Classificação da categoria verbal nos editoriais jornalísticos, segundo a tradição gramatical.....	111
5.3.1.2	Classificação tradicional das orações nos editoriais jornalísticos.....	113
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>115</b>
6.1	O VERBO NO INFINITIVO E NO FUTURO DO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS.....	115
6.2	O PREDOMÍNIO DAS ORAÇÕES REDUZIDAS DE PARTICÍPIO NOS EDITORIAIS JORNALÍSTICOS.....	127
6.3	O PREDOMÍNIO DO MODO INDICATIVO NOS TEXTOS DE OPINIÃO.....	139
6.4	O USO DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS NOS TEXTOS DE OPINIÃO.....	149

<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>169</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>180</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>186</b>
	ANEXO A – Editoriais do Jornal Correio do Povo.....	187
	ANEXO B – Editoriais do Jornal Diário Catarinense.....	189
	ANEXO C – Editoriais do Jornal Gazeta do Povo.....	192
	ANEXO D – Editoriais do Jornal O Globo.....	195
	ANEXO E – Editoriais do Jornal Folha de S. Paulo.....	198
	ANEXO F – Editoriais do Jornal O Estado de São Paulo.....	201
	ANEXO G – Editoriais do Jornal de Brasília.....	204
	ANEXO H – Editoriais do Jornal Diário da Manhã.....	207

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende explicar o uso dos verbos e do modo indicativo na constituição das orações subordinadas do português brasileiro em textos jornalísticos. Tal estudo partiu do desejo de investigar a constituição do processo subordinativo em textos de editoriais de jornais de circulação nacional, tanto sob a perspectiva de gramáticas tradicionais, aqui consideradas como um todo em sua relação prescritivista, como da visão de novas teorias propagadas pela Lingüística, especialmente de teorias funcionalistas.

Consideram-se as formas verbais e o modo indicativo em construções subordinativas que sigam as prescrições da Gramática Tradicional (GT), nos editoriais jornalísticos, e que o nível funcional da língua não esteja contemplado na tradição para a constituição da sentença em textos de opinião, que vislumbrem a possibilidade de buscar explicações que possam vir a contribuir para a compreensão desse fenômeno lingüístico.

A partir desse problema, é formulada como hipótese principal desta tese, que a escolha das formas e modos verbais na constituição da sentença subordinativa do editorial jornalístico se dá no nível funcional da língua.

Dessa hipótese principal, instituem-se as seguintes hipóteses secundárias a serem investigadas neste trabalho:

Hipótese 1: A subordinação em textos jornalísticos não segue as regras da gramática tradicional.

Hipótese 2: O nível funcional da língua determina a escolha da forma verbal e do modo nos editoriais jornalísticos.

Partindo do problema e das hipóteses a serem investigadas, estabelece-se como objetivo geral colaborar para a revisão da literatura da noção de subordinação dada pela Gramática Tradicional brasileira, bem como verificar como a teoria funcionalista aborda a subordinação, segundo a concepção de que é em um nível funcional, que se organizam as sentenças subordinativas, quanto à forma verbal e ao modo indicativo nos editoriais jornalísticos.

Considerando o problema a ser investigado, as hipóteses e o objetivo geral acima expostos, o presente estudo tem como objetivos específicos:

a) revisar os conceitos de verbos, do modo indicativo, e do processo de subordinação de gramáticas tradicionais e de teorias funcionalistas;

b) examinar a concepção e a estrutura textual determinada para a instituição do discurso

jornalístico e do texto de editorial difundida pelas teorias da comunicação;

c) identificar e analisar o verbo no infinitivo, segundo os preceitos de gramáticas tradicionais e de teorias funcionalistas, em diferentes estruturas sintáticas;

d) identificar e analisar, sob o escopo de gramáticas tradicionais e de teorias funcionalistas, o tipo de construções sentenciais no modo indicativo em editoriais de textos jornalísticos.

Para isso, o caminho a percorrer tem como ponto de partida as normas defendidas pelas gramáticas tradicionais, tendo em vista verificar se os conceitos delineados pela tradição, para a constituição das sentenças subordinativas, estão sendo contrariados no nível funcional da língua em textos como os de editoriais veiculados pelos principais jornais brasileiros. Portanto, justifica-se este estudo pelo fato de que contribuirá para a revisão dos conceitos de subordinação defendidos pela gramática tradicional.

Outra justificativa para o desenvolvimento deste trabalho é que, ao se direcionar esta pesquisa, segundo a noção defendida por Evanildo Bechara (2000), Maria Helena de Moura Neves (1997, 2000 e 2001), Rodolfo Ilari (1992) e Sebastião Josué Votre e Anthony Naro (1989), tem-se como objetivo o de colaborar com as pesquisas na busca de subsídios que legitimem a análise da subordinação, também sob a perspectiva do funcionalismo, pois parece que tais noções podem explicar melhor a constituição da sentença subordinativa em editoriais jornalísticos, não sendo, portanto, possível desconsiderar a situação de uso por este estudo investigativo.

É necessário, igualmente, mencionar que não se quer destituir a importância da utilização da norma preconizada pela GT pelos usuários da língua, pois se entende que, para qualquer investigação que tenha como norte o estudo da língua em uso, é essencial investigar as normas, conceitos e classificações que regem a gramática normativa da língua desta comunidade lingüística. É imprescindível, portanto, que este estudo parta dos princípios delineados e propagados pelos compêndios gramaticais para, posteriormente, explorar outras possibilidades teóricas.

Ressalta-se, também, que a escolha do texto jornalístico para constituir o *corpus* deste estudo deve-se ao fato de que parte da cultura do país é veiculada por meio dos jornais, sendo essa de fácil acesso a todos os tipos de leitores. Da mesma forma, a disponibilidade em encontrar artigos jornalísticos em diferentes periódicos, que circulam pelas principais capitais do país, colaborou para a decisão de selecionar este tipo textual como parte do *corpus* a ser analisado neste trabalho. O objetivo desta pesquisa é apresentar uma visão geral do texto escrito que está em circulação diária pelo país.



Acrescenta-se, ainda, que a escolha específica dos editoriais, como os textos dos jornais a serem analisados, deve-se ao fato de que se presume ser este tipo de texto o mais acurado dentro do jornal, porque ele representa o posicionamento do editor do jornal e, portanto, deve ter como princípio o uso do padrão formal.

A partir de tais reflexões e, para uma melhor elucidação do estudo que está sendo aqui proposto, este trabalho está organizado, após a introdução, nos seguintes capítulos os quais serão a seguir explicitados.

O capítulo 2 expõe a visão da subordinação sob a perspectiva da Gramática Tradicional, percorrendo sobre os conceitos de gramática, verbos e modos verbais e o processo de subordinação e coordenação, segundo Napoleão Mendes de Almeida (1967), Celso Cunha e Lindley Cintra (1984) e Celso Pedro Luft (2002).

O objetivo do capítulo 2 é examinar e avaliar as concepções defendidas nos compêndios gramaticais brasileiros por esses pesquisadores da linguagem a fim de estabelecer os parâmetros utilizados para o estudo da subordinação.

O capítulo 3 explicita a subordinação no contexto lingüístico e, a partir da visão dada pelas teorias funcionalistas, apresenta os estudos da gramática e da sentença subordinativa, conforme pesquisadores e estudiosos da Lingüística como Evanildo Bechara (2000), já considerado como um ponto entre o tradicional e o funcional, Maria Helena de Moura Neves (1997, 2000 e 2001), Rodolfo Ilari (1992) e Sebastião Josué Votre e Anthony Julius Naro (1989).

O capítulo 3 tem como objetivo apresentar a visão lingüística da subordinação, apoiada na abordagem funcionalista e descritiva da sentença, para demonstrar a importância de se incluir essas concepções ao estudo da linguagem, principalmente quando se trata do exame de textos que fazem parte do universo lingüístico de uso cotidiano dos falantes do português brasileiro.

O capítulo 4 focaliza o discurso jornalístico. Nele é explicitada a conceituação e a constituição do discurso jornalístico a partir da noção fundamentada e desenvolvida por autores da área dos meios de comunicação de massa (*mass media*). Tais preceitos foram tomados dos manuais jornalísticos que servem como orientação para a constituição do texto jornalístico, como o manual da *Folha de S. Paulo* (1984), o manual de redação e estilo do jornal *O Globo* (1999), organizado por Luiz Garcia, e o manual de redação e estilo do *O Estado de São Paulo*, cunhado por Eduardo Martins (1997). Entre esses autores da comunicação jornalística encontram-se, ainda, os estudos de Marcos Alexandre de Souza Gomes (2001), Luiz Beltrão (1980), José Marques de Melo (1977 e 1994), Nilson Lage

(2001) e Luiz Henrique Marques (2003) sobre a constituição e a organização padrão do texto de jornal.

O capítulo 5 consiste da metodologia utilizada nesta pesquisa. Este capítulo compreende a organização do *corpus*, em que se incluem as justificativas para a escolha do texto de opinião, os critérios e procedimentos adotados para a opção e constituição do *corpus* textual, onde se faz a exposição da metodologia adotada para a seleção de textos, que tem como objetivo apresentar o levantamento realizado nos editoriais jornalísticos, que compõem o conjunto textual das análises. Por fim, apresenta-se, ainda, nesta seção, a descrição de dados e os critérios estabelecidos para sistematizar a identificação e a classificação de verbos, tempos e modos, e de orações coordenadas e subordinadas nos textos selecionados.

O capítulo 6 apresenta a análise do *corpus*, explicitando, de forma detalhada, as ocorrências encontradas nos textos de opinião quanto à apresentação do verbo no infinitivo em diferentes estruturas sintáticas e do predomínio de orações reduzidas de particípio, do modo indicativo e de orações subordinadas adjetivas.

A conclusão do trabalho tem como propósito examinar os resultados, a fim de relacioná-los às hipóteses e aos objetivos formulados para esta tese.

Finalmente, são apresentados os anexos, constituídos pelos originais dos editoriais dos jornais compilados, organizados para apoiar os dados constados pela pesquisa, elucidar e demonstrar, de forma ilustrativa, os resultados encontrados nos textos de opinião analisados.

## 2 A SUBORDINAÇÃO: VISÃO TRADICIONAL DA GRAMÁTICA

Esta revisão bibliográfica tem como ponto de partida apresentar os conceitos prescritos na gramática normativa da Língua Portuguesa, com o objetivo de demonstrar como a tradição descreve e trata as construções subordinativas nos compêndios gramaticais.

Para explicitar essa concepção tradicional dada pela Gramática Tradicional tomam-se algumas definições de processo de subordinação e, de um modo geral, de coordenação, para, logo após, apresentar o conceito de verbo e modos verbais. Assim, selecionam-se para exame, dentre o vasto número de autores de gramáticas à disposição, a Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida, a Nova gramática do português contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra (1984) e a Moderna gramática brasileira de Celso Pedro Luft (2002)<sup>1</sup>.

A escolha de Napoleão Mendes de Almeida, como primeiro autor a ser examinado, deve-se ao fato de a Gramática Metódica da Língua Portuguesa ser a de mais longa vida em toda a história da literatura brasileira, assim como a da portuguesa, demonstrando o contínuo zelo pelo aprimoramento do ensino do vernáculo, bem como pela importância desse compêndio para aqueles que estudam a GN; além de ser ainda muito utilizada por professores de português em suas salas de aula, servindo como referência para o ensino de língua portuguesa nos níveis Fundamental, Médio e Superior. O manual da Metódica comentado é o datado do final da década de 60, especificamente, do ano de 1967.

A opção por Cunha e Cintra fundamenta-se, igualmente, na concepção de que a gramática desenvolvida por eles apresenta conceitos e formulações que descrevem e explicitam os critérios normativos do padrão culto da Língua Portuguesa. Da mesma forma, o prestígio e o mérito do trabalho desses autores, para os estudiosos da língua, tanto do português do Brasil como de Portugal, outorgado no manual da Nova gramática do português contemporâneo, leva à escolha desse compêndio para constituir o referencial teórico deste estudo.

O terceiro autor selecionado para apreciação é Celso Pedro Luft. A preferência por este gramático sustenta-se na constatação de que Luft analisa os fatos da língua a partir de

---

<sup>1</sup> A publicação da *Moderna Gramática Brasileira*, em 2002, após a morte de Celso Luft, foi realizada sob orientação de Lya Luft, tendo como responsável pela revisão Marcelo Módolo, e está reproduzindo o texto publicado em vida pelo autor, editado em 1978. Toma-se esta edição atual por se verificar que é mantida a fidelidade ao texto original.

diferentes perspectivas teóricas, entre as quais, a gramática tradicional expositiva e prescritiva, objeto de consulta quando se trata de explicações e normas relativas ao uso da língua culta. Inclui-se, então, a gramática normativa deste autor como manual a ser estudado neste trabalho.

Finalmente, é necessário destacar que a seleção dos compêndios referidos está legitimada no fato de que até hoje eles servem como manual de consulta e de estudo para professores e pesquisadores da Língua Portuguesa. As conceituações defendidas pelos autores são explicitadas, nesta seção, pela influência e valor acadêmico de seus trabalhos para a comunidade lingüística e pelas contribuições que trouxeram e trazem, atualmente, para o estudo e o ensino da Língua Portuguesa.

Na seção a seguir, é apresentado o estudo da subordinação e dos modos verbais, segundo a concepção dada pela Gramática Tradicional, descrevendo e examinando as noções explicitadas por esses autores nesses manuais gramaticais que estudam o padrão culto da língua.

## 2.1 A RELAÇÃO ENTRE A SUBORDINAÇÃO E OS MODOS VERBAIS

Os estudos sobre a subordinação propostos pelas diferentes gramáticas, consideradas como tradicionais por terem como objetivo a descrição do padrão culto da língua, vão apresentar em sua grande maioria semelhantes conceitos. Embora algumas dessas concepções, ora enfatizem, ora se diferenciem em alguns aspectos, essas distinções não modificam a visão geral defendida pelos gramáticos no que se refere à formalização das regras gramaticais quanto à constituição da sentença subordinativa.

Esses conceitos e classificações dados pelas gramáticas tradicionais, sobre o processo de subordinação e modos verbais, servem para explicar a relação expressa por meio do verbo e do modo verbal em sentenças subordinativas, já que serão esses constituintes verbais de grande importância para a análise do *corpus* desta tese.

Igualmente, é necessário referir que, embora as análises estejam direcionadas, para explicar a subordinação nos editoriais jornalísticos, a exposição do processo de coordenação que consta nesta revisão bibliográfica tem como propósito verificar a possibilidade de encaixe de orações coordenadas em orações subordinadas.

Em contrapartida, cabe, também, mencionar, no que se refere aos modos verbais que, por este trabalho tratar, especificamente da subordinação, vê-se a necessidade de apresentar, nesta mesma seção, porém, de forma resumida, o modo imperativo, apesar desse modo não ser utilizado para explicar o processo de subordinação das orações nos editoriais dos textos jornalísticos compilados.

Toma-se de Napoleão Mendes de Almeida (1967) a definição de subordinação e coordenação, de verbo e de modos verbais, principalmente, a do indicativo e do subjuntivo, tendo em vista que diferentes sentenças complexas exigem distintos verbos e modos verbais. A seguir, acrescentam-se a essas concepções as mesmas noções defendidas por Celso Cunha e Lindley Cintra (1984). Por fim, expõe-se a definição de subordinação e coordenação e da categoria verbal e modal proposta na gramática de Celso Luft (2002). Inicialmente, apresenta-se, de um modo geral, o conceito de frase, oração e subordinação para, mais adiante, expor, especificamente, as noções defendidas por esses autores,

A Gramática Tradicional considera diferentes tipos de frases, classificando-as a partir de dois princípios: o da função e o da complexidade estrutural. Quanto à função, as frases dividem-se em afirmativas, interrogativas, exclamativas e imperativas. No que se refere à complexidade estrutural, essas podem ser simples ou compostas. A frase complexa é aquela em que consta um certo número de frases simples que, ao constituírem frases maiores, são denominadas de orações. Essas frases complexas classificam-se em orações coordenadas, quando não houver nenhuma relação de dependência entre elas; mas, sim, quando todas unirem-se numa seqüência com ou sem as chamadas conjunções coordenativas (e, mas, portanto, etc.).

As orações subordinadas são aquelas em que uma das orações (a principal) está “modificada” por uma ou mais subordinadas que, gramaticalmente, dependem dela e, por isso, são geralmente iniciadas por uma conjunção subordinativa (que, se, quando, etc.). Essas orações irão se subdividir, de acordo com a função exercida, em substantivas, adjetivas e adverbiais.

Resumindo, a subordinação é vista como um processo sintático que consiste numa relação de dependência entre unidades lingüísticas com funções diferentes que, ao se relacionarem a outras orações, estabelecem um sentido completo ao período. Essas orações subordinantes exercem uma função sintática (de sujeito, adjunto adnominal, complemento etc.) dentro de uma oração principal.

Napoleão Mendes de Almeida (1967)<sup>2</sup>, para tratar das orações coordenadas e subordinadas, conceitua e distingue período e oração. De acordo com o autor, para se compreender o que vem a ser o período é necessário estabelecer a sua definição. O período é composto por uma ou mais orações que formam um sentido completo, sendo marcado o fim do período geralmente pelo ponto final, tendo igual função o ponto de exclamação e o ponto de interrogação, ou mesmo a reticência quando se suprime, propositadamente, o final do discurso, e ainda quando equivalem ao ponto final, sendo estabelecida a seguinte seqüência para a construção do período: as letras formam sílabas; as sílabas formam palavras; as palavras formam frases; as frases formam orações; as orações formam períodos e os períodos formam o discurso (ou oração, no sentido de peça oratória).

Para o autor, as orações classificam-se, quanto à função, em absolutas, independentes, principais, coordenadas e subordinadas. O período é classificado quanto à forma, ou seja, quanto à constituição, em período simples, em período composto por coordenação e em período composto por subordinação e ainda em período composto por coordenação e subordinação.

A oração é considerada como absoluta quando tiver sentido completo e vier isolada, como, por exemplo:

Pedro partiu.

O autor acrescenta a essa definição que chamará de período simples quando este for constituído de uma única oração absoluta. As orações absolutas costumam ser construídas por verbos no modo indicativo ou no imperativo, pois só esses modos é que podem enunciar fatos positivos ou independentes. A oração absoluta só vai aparecer no subjuntivo ou no infinitivo quando equivaler ao imperativo ou expressar opção como exemplificado em:

Não sejas cobiçosos.

À direita volver [= voltei].

Dê-me Deus vida e saúde.

O período composto é formado por duas ou mais orações. Tem-se um período composto por coordenação ou por subordinação e por coordenação e subordinação. O período é composto por coordenação quando este se constituir de mais de duas orações de sentido completo, as quais são chamadas de independentes. Por exemplo:

---

<sup>2</sup> Os exemplos citados foram retirados de Almeida (1967).

Os pedreiros chegaram cedo, trabalharam muito, mas não terminaram o serviço.

O período é composto por subordinação quando se tiver duas ou mais orações, em que uma delas necessita da outra para completar o sentido. A oração é denominada de oração subordinada porque se subordina a outra, depende da outra. Essa oração da qual a subordinada depende chama-se de oração principal. Portanto, é a esse período que se constitui de uma oração principal e de uma ou mais subordinada que se denomina de período composto por subordinação, como, no exemplo:

Não quero que ele vá.

É necessário mencionar que pelo processo de subordinação e coordenação serem construídos por períodos os quais são formados por orações, essas, segundo a tradição, são constituídas por formas verbais.

Almeida (1967, p. 154) inicia o estudo do verbo definindo-o como “[...] as palavras que encerram idéia de ação (*escrever, cortar, andar, ferir*) ou estado (*Pedro é bom*)”. Acrescenta, ainda, a essa definição o conceito de verbo como:

[...] toda a palavra que indica ação ou resultado de ação (estado). Quem escreve, quem desenha, quem pinta, quem anda, quem quebra, quem olha, quem abre, quem fecha pratica ações diversas: ação de escrever, ação de desenhar, ação de pintar, etc., ações expressas por palavras que se denominam de verbos. (ALMEIDA, 1967, p. 154)

Para o autor, é imprescindível a exposição dos verbos quanto à predicação (intransitivo, transitivo e de ligação) e do verbo em relação à voz (ativa, passiva, reflexiva [pronominal: essencial e acidental], neutro). Segundo ele, essas noções são a base para a compreensão do estudo da língua, não sendo, portanto, dispensáveis.

Quanto à predicação e à flexão de voz, isto é, à flexão em geral, o autor denomina de *conjugação* ao conjunto dessas flexões verbais. Para Almeida (1967, p. 210), “[...] *conjugação um verbo* é, pois, recitá-lo em todas as suas possíveis formas”. Essas formas podem ser modais (indicativo, subjuntivo e imperativo), nominais (infinitivo, gerúndio e particípio), temporais (presente, pretéritos imperfeito, perfeito (simples e composto), mais-que-perfeito (simples e composto), futuro do presente simples e composto, futuro do pretérito simples e composto e futuro do subjuntivo), numerais (singular e plural), pessoais (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoas) e de voz (ativa, passiva com auxiliar e com pronome apassivador e reflexiva).

Para definir os modos verbais, Almeida (1967) considera o modo na conjugação de um verbo como a maneira pela qual se realiza a ação expressa por esse verbo. Conforme o autor,

pode-se enunciar uma ação de três maneiras; daí os três modos verbais: modo indicativo, modo subjuntivo e modo imperativo.

No modo indicativo, a ação expressa pelo verbo é exercida de maneira real, categórica, definida, quer o juízo seja afirmativo, quer negativo, quer interrogativo. Como exemplo, toma-se os mesmos citados por Almeida (1967, p. 210): “faço, vejo, fiz, vi, fizera, não irás?, não irei.”

No modo subjuntivo, o verbo não tem sentido caso não venha subordinado a outro verbo, do qual dependerá para ser perfeitamente compreendido. Ninguém nos entenderá ao se dizer “Venhas”; mas se for dito “Quero que venhas” essa afirmação será facilmente compreendida. Ao analisar esse exemplo, Almeida chega à conclusão de que o sentido de “venhas” depende de “quero” e, partindo dessa relação estabelecida entre os dois verbos, o modo subjuntivo é definido como aquele que se subordina a outro. O modo subjuntivo vai indicar dependência também quando o fato é duvidoso ou indeterminado, sendo, por isso, chamado de modo da possibilidade.<sup>3</sup>

Almeida (1967, p. 211) acrescenta a isso o fato de que existe uma diferença facilmente perceptível ao usuário da língua entre o indicativo e o subjuntivo. Determina como subjuntivo o modo da dúvida e como indicativo o modo da certeza. Para explicitar tais definições, apresenta os seguintes exemplos:<sup>4</sup>

**Subjuntivo: dúvida**

Pode ser que *seja* assim

Julgo que *passe* no exame

Desconheço quem *faça* isto

Premiarei quem *acerte*

e

e

e

e

**Indicativo: certeza**

Diga que *é* assim

Afianço que *passa*...

Desconheço quem *faz* ...

Premiarei quem *acerta*

Com relação ao imperfeito do subjuntivo, este é considerado como sendo possível de ser substituído pelo mais-que-perfeito do indicativo. Em casos como esses, o autor diz tratar-se do uso elegante de tempo e modo verbal. Propõe, para explicitar tais usos, os exemplos:

*Estivera* (= *estivesse*) eu presente, que tal coisa não teria acontecido.

Se nelas não *padecera* à justiça as mesmas afrontas.

Não *fôra* eu, ele teria morrido.

Porém, Almeida (1967) condena a substituição do imperfeito do subjuntivo pelo

<sup>3</sup> As citações deste parágrafo foram tomadas de Almeida (1967, p. 210).

<sup>4</sup> Os destaques nos exemplos são de Almeida (1967).



imperfeito do indicativo em orações condicionais em que a hipótese é possível ou irreal. Para exemplificar tais construções condicionais, o autor apresenta as seguintes orações:

Se eu *estava* (em vez de *estivesse*) no balcão, você não teria vendido tanto.

Se eu *ia* (em vez de *fosse*) lá, ele não teria escapado.

Portanto, para Almeida (1967), é na hipótese real que o indicativo deve aparecer. Por exemplo:

Se eu (= já que, uma vez que) *estava* no balcão, você devia ter falado comigo.

Se *lia* muito, era porque tinha tempo.

Se eu *sabia*, então você também podia saber.

Finalmente, o modo imperativo é definido como aquele que indica a ação verbal que se faz com império como, por exemplo:

*Vai-te embora.*

*Vinde até aqui.*

O modo imperativo pode indicar, também, um pedido, uma exortação e, ainda, uma súplica como, é exemplificado, respectivamente, por:

*Dá-me uma esmola.*

*Seja mais patriota.*

*Ouve este conselho.*

O imperativo, quando negativo, repele o indicativo, pois é feito com o subjuntivo, como, por exemplo, em:

Não *deixeis* sair o menino.

Para demonstrar o estudo da subordinação, dos tempos e modos verbais, esquematizou-se, no Quadro 1, exposto a seguir, essa concepção dada por Almeida (1967).

Quadro 1: A subordinação, modos e tempos verbais segundo Almeida

PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO													
MODOS VERBAIS	TEMPOS VERBAIS								FORMAS NOMINAIS	PESSOAIS	NUMERAIS	VOZ	
INDICATIVO (Certeza)	Presente	Pretérito				Futuro				Infinitivo	Primeira	Singular	Ativa
		Perfeito		Mais -que-perfeito		Imperfeito	Presente		Pretérito				
		simples	composto	simples	composto		simples	composto	simples	composto	Gerúndio		Segunda
SUBJUNTIVO (dúvida)	Presente	Pretérito			Futuro (composto)				Particípio	Terceira	Plural	Passiva (com pronome apassivador)	
		Imperfeito	Perfeito (composto)	Mais -que-perfeito (composto)									
IMPERATIVO (exortação e súplica)	Positivo			Negativo								Reflexiva	

Fonte: A autora, 2007.

Cunha e Cintra (1984)<sup>5</sup>, para definir o processo de coordenação e subordinação, iniciam distinguindo o período simples como aquele que se constitui de uma oração, a qual será denominada de oração absoluta; e o período composto como o que apresenta duas ou mais orações. A partir disso, os referidos autores vão estabelecer a organização das orações por meio de dois processos: o de coordenação e o de subordinação.

As orações coordenadas são denominadas de orações autônomas, ou seja, independentes, cada uma com sentido próprio, pois não funcionam como termos de outra oração e nem a eles se subordinam, tendo como função poder enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra. O período que se compõe por orações coordenadas é chamado de período composto por coordenação. Este período pode ser constituído por orações coordenadas assindéticas que são as orações coordenadas justaposta, isto é, colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conetivo que as enlace, ou por coordenadas sindéticas que são aquelas orações ligadas por uma conjunção coordenativa, cuja denominação é a da espécie de conjunção que a inicia, classificando-se essas orações em aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva e explicativa. Pode-se verificar tal ocorrência no seguinte exemplo:

A Grécia seduzia-o, **mas** Roma dominava-o. (Graça Aranha, *OC*, 701)

As orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração são chamadas de orações subordinadas. O período constituído de orações subordinadas e de uma oração principal é nomeado de período composto por subordinação. Essa oração vai ser chamada de principal por conter a declaração principal do período; rege-se por si só, e não desempenha nenhuma função sintática em outra oração do período. As orações que se ligam à principal são denominadas de subordinadas por ter a sua existência dependente da principal, funcionando tanto como termo integrante ou como termo acessório dessa principal e até como aposto desta oração, como foi exemplificado pelos autores no período:

O meu André não lhe disse que temos aí um holandês que trouxe material novo...?  
(Vitorino Nemésio, *MTC*, 363).

É preciso que o pecador reconheça ao menos isto: que a moral católica está certa e é irrepreensível (Otto Lara Resende, *BD*, 163).

---

<sup>5</sup> Para ver as referências, na íntegra, apresentadas no final de cada um dos exemplos tomados de Cunha e Cintra (1984) e explicitados neste trabalho, consultar CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*: João Sá da Costa: Lisboa, 1984, p.711-726.

As orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais porque as funções que desempenham são comparadas com as exercidas por substantivos, adjetivos e advérbios. As orações subordinadas substantivas vêm normalmente introduzidas pela conjunção integrante “que” e, às vezes, por “se”, e, segundo o seu valor sintático, podem ser subjetivas, objetivas diretas, objetivas indiretas, completivas nominais, predicativas, apositivas e agentes da passiva.

As subordinadas adjetivas vêm normalmente introduzidas por um pronome relativo e exercem a função de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente. Quanto ao sentido, as orações adjetivas classificam-se em restritivas e explicativas.

Ao mencionar as orações adverbiais, os autores definem-nas como orações que funcionam como adjunto adverbial de outras orações, sendo, normalmente, introduzidas por conjunções ou locuções subordinativas adverbiais, que, ao encabeçá-las, classificam as adverbiais em causal, concessiva, condicional, final, temporal, consecutiva, comparativa, conformativa e proporcional.

Faz-se necessário referir que, de acordo com os supracitados autores, a oração subordinada acima explicitada é nomeada de oração desenvolvida ou reduzida. A oração desenvolvida contém verbos na forma finita (do indicativo ou do subjuntivo). A oração reduzida é dependente, porém não é iniciada nem por conjunção subordinativa e nem por pronome relativo, tendo o verbo numa das formas nominais do infinitivo, gerúndio e particípio, como no exemplo do período:

Todos nós havemos de morrer; basta / **estarmos vivos**. (Machado de Assis, *OC, I*, 420)

As orações reduzidas de infinitivo podem vir ou não regidas de preposição e, como as desenvolvidas, classificam-se em substantivas (subjetivas, objetivas diretas, objetivas indiretas, completivas nominais, predicativas e apositivas); adjetivas e adverbiais (causais, concessivas, condicionais, consecutivas, finais e temporais). As reduzidas de gerúndio podem ser adjetivas ou adverbiais, as quais se equivalem também a outras orações subordinadas adverbiais como as causais, as concessivas e as condicionais. As orações reduzidas de particípio, assim como as reduzidas de gerúndio, podem ser adjetivas ou adverbiais, sendo mais comum entre as reduzidas de particípio as adverbiais temporais, não sendo raro, também, ocorrerem as adverbiais causais, concessivas e condicionais. Estes tipos oracionais são, a seguir, exemplificados, respectivamente, por:

É preciso / **caminhar com o passo certo**. (Costa Andrade, *NVNT*, 30)

Virou-se e viu a mulher / **dando com a mão** / **fazendo sinal** / para que ele voltasse.  
(Luís Jardim, *BA*, 18)

**Acabada a cerimônia**, / demos a volta ao adro. (Vitorino Nemésio, *SOP*, 90)

Para explicitar o conceito de verbo e modos verbais, Cunha e Cintra (1984, p. 377) conceituam o verbo “[...] como uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo”. Por exemplo:

Um dia, Aparício **desapareceu** para sempre (Augusto Meyer)

A mulher **foi educada** por minha mãe (Machado de Assis)

Como **estavam** velhos! (Augusto Bessa Luís)

**Anoitecera** já de todo.<sup>6</sup> (Carlos de Oliveira)

Para os autores, o verbo não exerce uma função sintática que lhe seja privativa; tanto o substantivo como o adjetivo podem ser núcleos do predicado. O que diferencia o verbo de classes como o substantivo e o adjetivo, é o fato de que o verbo apresenta uma função obrigatória<sup>7</sup> de predicado, sendo essa a única função que vai desempenhar na estrutura oracional.

Outra noção dada por Cunha e Cintra (1984) é a de que o verbo varia quanto ao número (singular e plural), à pessoa (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> do singular e plural), à forma nominal (infinitivo, gerúndio e particípio), ao modo (indicativo, conjuntivo<sup>8</sup> e imperativo), ao tempo (presente; pretéritos imperfeito, perfeito simples e composto, mais-que-perfeito simples e composto; futuro do presente simples e composto e futuro do pretérito simples e composto) e à voz (activa, passiva com auxiliar, passiva com pronome apassivador e reflexiva).

Introduzem, também, a variação do verbo quanto ao aspecto. O aspecto designa uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação verbal expressa pelo verbo, pode ser considerada como concluída, observada no seu término, no seu resultado; ou pode ser considerada como não concluída, ou seja, observada na sua duração, na sua repetição. A esses dois grandes grupos de formas são acrescentados os valores semânticos pertinentes ao verbo ou ao contexto. Distinguem os autores as seguintes oposições aspectuais:

<sup>6</sup> Destaque de Cunha e Cintra (1984).

<sup>7</sup> A expressão “função obrigatória”, utilizada para o verbo pelos autores, foi tomada de Ana Maria Barrenechea. De acordo com a referida autora, “os verbos são as palavras que têm a função obrigatória de predicado e um regime próprio” (Las clases de palabras em español como clases funcionales. *Romance Philology*, 17: 306-307, 1963).

<sup>8</sup> Cunha e Cintra (1984) usam o termo “conjuntivo” como uma alternativa à designação de subjuntivo que é a preferida pela **Nomenclatura Gramatical Brasileira**, diferenciando-se, portanto, da nomeação dada por Almeida (1967) para esse modo.

pontual/durativo, contínuo/descontínuo, incoativo/conclusivo, sendo de natureza aspectual as oposições entre a forma simples/perífrase durativa.

Nos estudos gramaticais desenvolvidos sobre a sintaxe dos modos verbais, Cunha e Cintra (1984, p. 447) definem o modo verbal como a propriedade que tem o verbo de indicar atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia. Para eles, há três modos verbais em português: o indicativo, o conjuntivo e o imperativo.

De acordo com os supracitados autores, o modo indicativo vai exprimir, de maneira geral, uma ação ou um estado considerados na sua realidade ou na sua certeza, quer quando se estiver fazendo referência a uma ação presente, passada ou futura. Para eles, o modo indicativo “É, fundamentalmente, o modo da oração principal” (CUNHA & CINTRA, 1984, p. 447). Dito de outra forma, o modo indicativo vai ser empregado quando se considerar o fato expresso pelo verbo como certo, real, seja no presente, passado ou futuro tanto, em construções coordenadas como subordinadas.

O modo indicativo emprega seis tempos verbais: o presente (momentâneo, durativo, habitual ou freqüentativo, histórico ou narrativo, além de marca de fato futuro, porém próximo); o pretérito imperfeito (freqüentativo, cortesia), o pretérito perfeito (simples e composto) e o pretérito mais-que-perfeito; o futuro do presente (simples e composto) e o futuro do pretérito (simples e composto).

O modo conjuntivo é empregado de forma distinta do indicativo. É o modo usado para determinar a existência ou não do fato como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou, mesmo, *irreal*<sup>9</sup>. O tempo do modo conjuntivo é composto de presente, pretérito imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito e do futuro simples e composto.

O modo imperativo é o utilizado para a ordem e o comando na maioria dos casos. O emprego do imperativo, em grande parte, é usado para exortar o interlocutor a cumprir a ação expressa pelo verbo. É o modo da exortação, do conselho, do convite, ou seja, é uma súplica mais do que propriamente um comando, uma ordem. Os autores distinguem duas formas de uso do imperativo: o imperativo afirmativo e o imperativo negativo.

Por este estudo priorizar o processo da subordinação o qual é constituído por períodos compostos cuja estrutura oracional é instituída por meio de verbos e modos verbais, resume-se, no Quadro 2, a seguir, esse posicionamento de Cunha e Cintra.

---

<sup>9</sup> Destaque de Cunha e Cintra (1984).

Quadro 2: A subordinação, modos e tempos verbais de acordo com Cunha e Cintra

PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO																	
MODOS VERBAIS	TEMPOS VERBAIS										FORMAS NOMINAIS	PESSOA	NÚMERO	VOZ	ASPECTO		
INDICATIVO (realidade ou certeza)	Presente				Pretérito				Futuro				Infinitivo	Primeira	Singular	Activa	Concluído/ Não - concluído
	momentâneo	durativo	habitual ou frequentativo	histórico ou narrativo	Perfeito		Mais -que-perfeito	Imperfeito		Presente		Pretérito					
					simples	composto		frequentativo	cortesia	simples	composto	simples	composto	Gerúndio	Segunda	Passiva (com auxiliar)	Pontual/ durativo
															Contínuo/ descontínuo		
															Incoativo/ conclusivo		
CONJUNTIVO (incerteza ou irrealidade)	Presente				Pretérito				Futuro				Particípio	Terceira	Plural	Passiva (com pronome apassivador)	Forma simples/ perífrase durativa
					Imperfeito	Perfeito	Mais -que-perfeito	Simplex	Composto								
IMPERATIVO (exortação ou comando)	Afirmativo						Negativo									Reflexiva	

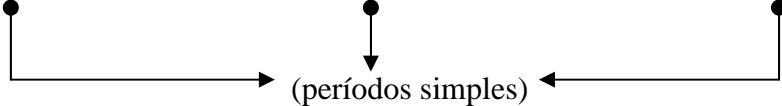
Fonte: A autora, 2007.

Conforme Celso Pedro Luft (2002, p. 29)<sup>10</sup> é conveniente, dentro da terminologia gramatical da Língua Portuguesa, distinguir frase, período e oração. De acordo com essa distinção, o autor considera o termo frase como o mais abrangente, definindo-a como “a menor unidade autônoma da comunicação”. A autonomia no plano significativo é uma intenção comunicativa definida e no plano significante uma linha completa de entoação. À frase que tem pelo menos um verbo, portanto uma oração, denomina-se de período.

Segundo Luft (2002), todo período é uma frase, embora o inverso não ocorra, pois há frases sem verbo que não são períodos. A oração é a unidade marcada por um verbo que apresenta um (nome) substantivo a que se refere e com o qual concorda o verbo, constituindo a estrutura binária [sujeito + predicado].

Para diferenciar oração de período, o autor considera que o período pode ser constituído de mais de uma oração. Ao se confundir essas duas unidades na frase de um só verbo, denomina-se a essas estruturas de período simples (oração absoluta). Simplificando essas definições, adota como único termo frase ou oração e define período como uma frase sintaticamente organizada em torno de um ou mais verbos que termina em pausa grande, acompanhada de descida e subida de tom, o que na escrita será representada por ponto-final, reticências ou ponto-de-exclamação. Ainda, observa que, visualmente na prosa, os períodos se estendem de letra maiúscula a maiúscula (excluídas as de nomes próprios, no interior da frase). Classifica o período em simples e composto. O período simples é o que contém uma só oração e o período composto é o que tem mais de uma oração. Por exemplo:

Clarisse abre a janela. De fora vem um perfume de cravos. A vida é bela.



(períodos simples)

Saíram [quando entramos].●————→ (período composto)

Dando seguimento a tais definições, Luft (2002) divide o período composto em dois tipos os quais podem ser estruturados de dois modos, tendo em vista a natureza das orações que o compõem. O primeiro tipo é o período composto por coordenação o qual é constituído apenas com orações independentes. O segundo tipo é o período composto por subordinação que é formado por uma oração principal e oração(ões) subordinada(s). Acrescenta que

<sup>10</sup> Para consultar os exemplos explicitados, neste trabalho, na íntegra, ver Luft (2002).



também ocorrem períodos mistos, isto é, aqueles que são compostos tanto por coordenação como por subordinação.

Portanto, a coordenação e a subordinação são os dois processos de estruturação sintática: dois elementos lado a lado/elemento anexo a outro, dependente dele – parataxe/hipotaxe – numa nomenclatura de origem grega.

Para classificar orações, toma-se os conceitos dados pela NGB, acrescentando as orações coordenadas e subordinadas à oração absoluta e a oração principal. A absoluta é definida como aquela oração isolada, não ligada a outra, constituindo período simples, como por exemplo:

A rosa é a rainha das flores.

A oração principal é aquela que traz inserida uma subordinada. Principal, segundo o autor, é termo relativo, pois uma oração é principal em relação a sua(s) subordinada(s). Assim, uma oração pode ser, ao mesmo tempo, subordinada a uma oração principal em relação a outra, e ainda coordenada a uma terceira, como exemplificado em:

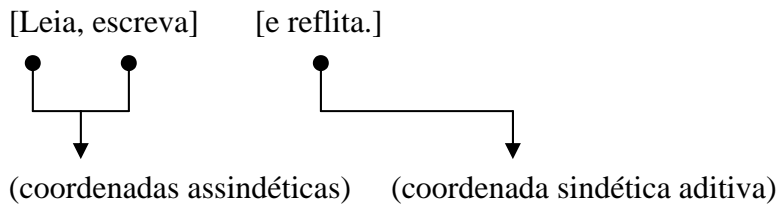
Sei **que o diretor declarou** [estar de acordo] [e] assinou o convênio.

Nesse exemplo, a oração em destaque é subordinada a “sei”, principal em relação a “estar de acordo” e coordenada a “assinou o convênio”. Pela tradição gramatical, parece ser costume classificar como principal apenas as orações que estão subordinadas a nenhuma outra.

As orações coordenadas são aquelas que apresentam uma função igual, ligadas entre si por meio de conjunções coordenativas ou por justaposição (assíndeto). Tanto as coordenadas propriamente ditas como as subordinadas podem vir ligadas por uma conjunção coordenativa, por isso faz-se necessário o nome de independentes para as propriamente ditas. Para Luft (2002), o termo coordenada nada diz da natureza da oração, mas apenas a qualifica quanto ao conectivo, ao processo de ligação sintática. Então, absoluta, principal, coordenada, subordinada é uma classificação heterogênea, pois parte se baseia na natureza, parte na conexão.

As orações que compõem o período composto por coordenação são orações independentes e são chamadas de coordenadas. A coordenação entre elas se faz por meio de conjunções coordenativas ou por justaposição. As orações que estão ligadas por conjunções são denominadas de sindéticas, recebendo o nome das respectivas conjunções (aditiva,

adversativa, alternativa, conclusiva e explicativa); e as orações em que a conjunção é suprimida, sendo substituída por uma pausa (vírgula, na escrita) são nomeadas de coordenadas assindéticas. O exemplo dado a seguir ilustra essa concepção:



No período composto por subordinação, havendo uma oração subordinada há também uma principal, ou seja, são termos correlativos, pois não há principal sem subordinada, nem subordinada sem principal. As orações subordinadas fazem parte da respectiva oração principal; são termos ou ramificações dela com predicado próprio. São “nomes” oracionais e, como nome, podem ser substantivo, adjetivo ou advérbio, o que vem a constituir as orações subordinadas em substantivas, adjetivas e adverbiais.

As orações subordinadas substantivas exercem funções sintáticas próprias do substantivo, classificando-se essas orações, formalmente, como subjetivas, objetivas diretas, objetivas indiretas, completivas nominais, predicativas e apositivas. As orações dadas a seguir exemplificam esses tipos oracionais:

É preciso [que ajude]

Dizem [que ele vem]

Convenceu-o [de que era fácil a tarefa]

Tenho esperança [de que nosso time vença]

Meu desejo é [que venças]

Dei-lhe um conselho: [que não se familiarizasse com estranhos]

As orações subordinadas adjetivas exercem a função de adjetivos, anexas ou justapostas, mediante um pronome relativo, a um substantivo (nome ou pronome) chamado antecedente e funcionam como adjuntos adnominais (sem pausa) ou como aposto (com pausa) desse substantivo. Dividem-se as adjetivas em restritivas (adjuntos adnominais) e explicativas (aposto).

As restritivas são as que delimitam o sentido do substantivo (nome ou pronome) antecedente, sendo indispensáveis, por isso mesmo, ao sentido cabal do enunciado, não sendo, da mesma forma, precedidas de pausas. As explicativas são aquelas que se justapõem a um

substantivo (nome ou pronome) já plenamente definido, por natureza, pelo próprio discurso ou contexto, podendo ser eliminadas sem prejuízo de sentido. Sua função é antes estilística, ênfase, reforço, e são marcadas pela vírgula na escrita e mudança de tom. Por exemplo:

Todo homem [que mente] é indigno de confiança. ●→ (adjetiva restritiva)

Pedro, [que é professor universitário], negou-se a responder.

●  
↓  
(adjetiva explicativa)

As orações subordinadas adverbiais são as que têm o valor de advérbio e exercem a função de adjuntos adverbiais da oração regente. Expressam as diversas circunstâncias e se introduzem, quando não reduzidas, por uma das conjunções subordinadas, excluída a integrante que introduz as orações subordinadas substantivas. Essas orações são subclassificadas, de acordo com a significação, em: causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, locativas, modais, proporcionais e temporais, respectivamente, exemplificadas por:

[Como estivesse doente] dispensaram-no.

Não faça [como ele (faz)].

Não percebeu nada, [embora estivesse atento].

Irei, [caso não chova].

[Conforme ele prometeu], deverá estar aqui amanhã.

Trabalhou tanto [que adoeceu].

Tudo fiz [para que ele aprendesse].

Trabalho [onde me deixam em paz].

Saiu [sem que o notassem].

[À proporção que avança], enxerga melhor.

[Quando saías], entrava ele.

Quanto à forma do verbo, as orações classificam-se em dois tipos: desenvolvidas e reduzidas. As orações subordinadas desenvolvidas apresentam o verbo numa das formas finitas (indicativo/subjuntivo). São classificadas como orações substantivas reduzidas aquelas que apresentam o verbo no infinitivo que é o substantivo verbal, como por exemplo:

Nosso time espera [vencer].

As orações adjetivas restritivas e explicativas reduzidas apresentam o verbo numa das formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio), pela supressão do pronome relativo e do verbo de ligação, exemplificadas por:

Vejo crianças [(que estão) brincando na rua].

São consideradas como orações adverbiais reduzidas aquelas que são constituídas por infinitivo, gerúndio e particípio. Como por exemplo:

[Mesmo não estudando], aprendeu muito.

O verbo, para Luft (2002, p. 166), é conceituado como “[...] uma palavra que exprime um processo inserido no tempo: uma ação (*correr*), um fenômeno (*ventar*), um estado (*ser, estar*) ou mudança de estado (*tornar-se, ficar*)”.

Para distinguir o verbo do nome, considera o nome como a expressão de realidades estáticas, enquanto que o verbo o faz de forma dinâmica. É o nome que situa o ser no espaço, ao passo que o verbo determina-o no tempo, na forma de ação, movimento, estado. O que caracteriza o verbo em oposição ao nome é a idéia temporal: o início, a duração ou o resultado de um processo (aspecto) ou o momento de sua ocorrência (tempo). Ademais, o verbo vai exercer um papel fundamental na frase, pois é termo essencial do enunciado e, por isso, é considerado o núcleo da frase, porque é possível encontrar orações sem sujeito, porém nunca sem verbo.

Classifica o verbo, quanto à flexão verbal, segundo as categorias de modo (indicativo, subjuntivo e imperativo), de tempo (presente, pretéritos imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito, e futuro, de pessoa e número (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoas: singular/plural), de forma nominal (infinitivo, gerúndio e particípio), de voz (ativa, passiva (com auxiliar e com pronome apassivador) e reflexiva) e de aspecto (oposição entre término/não-término ou acabado/não-acabado).

Os modos verbais, de acordo com Luft (2002, p. 171), expressam a “[...] atitude do sujeito que fala, em face do processo verbal.” Distingue os três modos em relação ao falante. No modo indicativo, o falante enuncia pura e simplesmente o processo; é o modo da realidade, da informação. No subjuntivo, o falante participa afetivamente da idéia verbal, desejando-a, supondo-a, ou a considerando duvidosa; é o modo da irrealidade, da hipótese, da dúvida; é o modo subjetivo. No imperativo, o falante impõe o processo verbal ao ouvinte, assumindo atitude-ativa; é o modo do mando.

Com relação aos tempos verbais do modo indicativo, estabelece algumas definições importantes. O modo indicativo constitui-se do presente (= não-passado). No entanto, observa que antes que “presente”, é “não-passado”, pois também pode exprimir “futuro” (amanhã respondo) ou “intemporalidade” (o homem pensa). Considera como constitutivo do indicativo os três tipos de pretérito (= passado), subdividindo-o em imperfeito, perfeito e em mais-que-perfeito. Os futuros do indicativo não há. Para justificar esse posicionamento, Luft considera esses chamados “futuros” como sendo locuções de Infinitivo + *haver* mascaradas: *cantar hei*, *cantar hia*, com aglutinação na pronúncia que são representadas na escrita por *cantarei*, *cantaria*. A semântica de ‘decisão, projeto (*irei*), hipótese (*onde estará Fulano?*), etc.’ é “modo” e não tempo, próprio de *haver* – auxiliar “modal”. Tempo só na implicação secundária de que planos, decisões, etc. se projetam no futuro. A nomenclatura adotada pela NGB de futuro do presente e futuro do pretérito permite a paráfrase de que o “futuro” está na semântica de ‘projeto, decisão, etc.’ e presente/pretérito (imperfeito) são os do verbo *haver* aí camuflado por *hei/havia* → *hia*. O modo subjuntivo, a rigor, não tem tempo, mas toma o do verbo regente. Segundo essa aceção, constitui-se do presente, do pretérito (imperfeito) e do futuro.<sup>11</sup>

E, para concluir, o modo imperativo é composto do imperativo afirmativo e do imperativo negativo.

No Quadro 3, dado abaixo, está organizada, de forma esquemática, a classificação apresentada por Luft (2002) sobre os modos e tempos verbais.

---

<sup>11</sup> Os destaques em itálico foram extraídos, na íntegra, de Luft (2002, p.175).

Quadro 3: A subordinação, modos e tempos verbais segundo Luft

PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO									
MODOS VERBAIS	TEMPOS VERBAIS			FORMAS NOMINAIS	PESSOA	NÚMERO	VOZ	ASPECTO	
INDICATIVO (realidade, informação)	Presente	Pretérito		Futuro	Infinitivo	Primeira	Singular	Ativa	Acabado/ não acabado
		Imperfeito	Perfeito	Mais-que-perfeito	Gerúndio	Segunda	Plural	Passiva (com auxiliar)	
SUBJUNTIVO (irrealidade, dúvida, hipótese, subjetivo)	Presente	Pretérito Imperfeito		Futuro	Particípio		Plural	Passiva (com pronome apassivador)	
IMPERATIVO (mando)	Afirmativo			Negativo			Reflexiva		

Fonte: A autora, 2007.

De um modo geral, tanto Almeida (1967), Cunha e Cintra (1984) como Luft (2002) conceituam a sentença, os processos de subordinação e de coordenação, o verbo e o modo verbal sob os critérios prescritos pela Gramática Normativa. No entanto, esses três autores diferenciam-se quando à concepção de verbo. Para Cunha e Cintra e Luft é preciso levar em consideração as oposições aspectuais expressas pelo verbo quanto à ação concluída/não concluída ou acabada/não acabada, acrescentando, ainda, a relevância dos valores semânticos ao verbo ou ao contexto no estudo da forma verbal, diferenciando-se, nesse sentido, de Almeida.

Outra diferença entre esses gramáticos é quanto à classificação dos tempos verbais. Almeida e Cunha e Cintra dividem o futuro do indicativo em futuro do presente e futuro do pretérito, seguindo os preceitos da gramática tradicional, enquanto Luft (2002) considera a impossibilidade dessa divisão, apoiando-se no fato de que a terminação desse verbo em **hei** e **hia** é a representação da pronúncia pela escrita da aglutinação do Infinitivo + haver, justificando, ainda, que esses “futuros” são determinados pela semântica do modo e não do tempo.<sup>12</sup>

O estudo a ser desenvolvido no capítulo subsequente tem como propósito examinar a subordinação sob uma perspectiva funcionalista. Sob esse escopo teórico, explicitam-se os conceitos, a classificação, bem como se determina as características da sentença subordinativa.

O motivo que levou a fazer essa incursão é o de que se observa um tratamento diferente dado à subordinação pela teoria funcional do até então proposto pela gramática tradicional para o estudo da língua.

---

<sup>12</sup> Destaque da autora.

### 3 A SUBORDINAÇÃO: UMA VISÃO LINGÜÍSTICA

São muitas as contribuições dadas por pesquisadores e cientistas das ciências humanas para explicar o funcionamento das línguas naturais sob a concepção da cientificidade. No entanto, esses estudos lingüísticos são pouco difundidos e explicitados pela Gramática Tradicional (GT) da língua portuguesa, tendo em vista que essa abordagem tradicional da sentença subordinativa, do verbo e modos não dá conta da realidade do emprego cotidiano do usuário da língua portuguesa.

Após a exposição dos conceitos delineados pela Gramática Tradicional sobre o processo de subordinação, este capítulo apresenta o estudo da subordinação desenvolvido sob o escopo da Lingüística, destacando o modelo funcionalista, difundido pelos seguidores da Escola Lingüística de Praga e que originou as gramáticas, que são, atualmente, denominadas de **gramática de usos** ou **gramática descritiva**.

Para expor os preceitos defendidos pela Lingüística, especificamente pela teoria funcionalista, e a contribuição desse paradigma para a constituição de uma gramática que contemple a língua em uso, toma-se a concepção dada por Maria Helena de Moura Neves (1997, 2000 e 2001), Evanildo Bechara (2000), Rodolfo Ilari (1992) e Sebastião Josué Votre e Anthony Julius Naro (1989) sobre a instituição da sentença subordinativa na língua portuguesa.

Sem pretender esgotar muitos aspectos que estão relacionados às questões de uso da língua, explicita-se, na seção seguinte, à luz desses autores, o arcabouço teórico desenvolvido sobre a gramática, segundo a abordagem funcional da língua amparada nas teorias lingüísticas. Após, apresenta-se a sentença como objeto de estudo lingüístico e, finalmente, na última seção deste capítulo, faz-se uma explanação sobre a constituição do processo de subordinação.

#### 3.1 O ESTUDO DA GRAMÁTICA E AS TEORIAS LINGÜÍSTICAS

A importância do estudo gramatical da subordinação, segundo os preceitos da Lingüística, particularizado sob o escopo do funcionalismo, tem como pressuposto a



concepção funcional de que é a linguagem que permite ao homem, acima de tudo, reação e referência à realidade extralingüística.

Para apoiar essa visão funcional da língua, acrescenta-se a noção dada por Martinet (1978) de que deve ser considerado como objeto da verdadeira lingüística o modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua. Ainda, para complementar esse posicionamento, toma-se de Martinet (1994) a afirmação de que:

[...] o que “deve constantemente guiar o lingüista” é a “competência comunicativa”, já que “toda língua impõe” (...), tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência”, entendendo-se como experiência “tudo o que [o homem] sente, o que ele percebe, o que ele compreende em todos os momentos de sua vida”. (MARTINET, 1994, p.14).

Ao abordar a língua natural, o interesse principal deve ser o de verificar como se estabelece a comunicação nessa língua. Em outras palavras, o que deve ser investigado é o modo como os usuários dessa língua obtêm uma comunicação eficiente. Supondo, em um primeiro momento, que o tratamento funcionalista dado a uma língua natural tem como princípio examinar a competência comunicativa, isso poderia implicar ter que considerar que as estruturas das expressões lingüísticas são configurações de funções, sendo que cada uma dessas funções deve ser vista como os diferentes modos que essas funções podem significar em uma oração.

Caso se tome como concepção a idéia de que a linguagem é um instrumento de comunicação, há de se encontrar nos funcionalistas um tratamento funcional para a organização interna da linguagem. As palavras de Givón (1995) vêm justificar tal pressuposto, tendo em vista que, para o autor:

[...] todos os funcionalistas assumem o postulado da não-autonomia: a língua (e a gramática) não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. (GIVÓN, 1995, p. 81)

Da mesma forma, a gramática funcional, sob a concepção de Nichols (1984, p. 97), apesar de analisar a estrutura gramatical, vai incluir nessa análise “toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.”

Para defender a concepção de linguagem dada pela gramática funcional da Escola de Praga, resume-se com Gebruers (1987, p. 129) dizendo que o que caracteriza a linguagem não é somente o seu caráter funcional, mas sim o fato de a linguagem ser, também, dinâmica. A linguagem é funcional porque não separa o sistema lingüístico e suas peças das funções que

têm de preencher; e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem.

Acrescenta-se a essas idéias que, de acordo com de Beaugrande (1993, cap. II, p. 3), a tarefa principal de uma “gramática funcional” é “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso”.

Halliday (1985), que muito se aproxima das concepções de Hjelmslev, considera a existência de estratos na linguagem, os quais têm a fonologia na base e a semântica no topo, sendo essas duas intermediadas pelo léxico e pela sintaxe. Halliday (1985) entende que os itens que se estruturam nos enunciados são multifuncionais, portanto, não se pode considerar esgotada uma descrição de estrutura que se limite à indicação das funções gramaticais.

A visão dada por Moura Neves (2001) do paradigma funcional vem, ainda mais, a apoiar a concepção do estudo da língua a partir de uma gramática fundamentada na lingüística. Segundo a autora, a abordagem do Círculo de Praga é caracterizada como um estruturalismo funcionalista, tendo em vista ser de domínio comum a afirmação das *Théses* (1929) de que a língua é um sistema funcional no qual aparecem, lado a lado, o estrutural (sistêmico) e o funcional.

As frases são vistas por esses seguidores “como unidades comunicativas que veiculam informações, ao mesmo tempo em que estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio texto lingüístico”. (MOURA NEVES, 2001, p.17).

Moura Neves (2001, p. 15), sob o paradigma das teorias difundidas pelo funcionalismo, institui a “gramática funcional ou gramática de usos” como a mais adequada para explicar o funcionamento das línguas naturais. A partir desse ponto de vista, deve-se entender por gramática funcional “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social”. Portanto, para a autora:

Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso. (MOURA NEVES, 2001, p.15).

Uma gramática funcional, ao contemplar a competência comunicativa, está considerando não só a capacidade que os indivíduos têm de codificar e decodificar expressões, mas também a de poder usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória. Para a estudiosa, em uma abordagem gramatical desta natureza não se pode deixar de mencionar que a expressão competência comunicativa está relacionada com a proposta de Hymes (1974), ou seja, para que ocorra o uso social apropriado da

linguagem, há de se adicionar ao processo tradicional de descrição gramatical também a descrição das regras.

Essa gramática funcional tem sempre de levar em conta que o uso das expressões lingüísticas está em constante interação verbal. Nas palavras de Moura Neves (2001, p.16), isso pode vir a pressupor a ocorrência de “uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico”.

O estudo de uma língua natural deve ter como pressuposto básico verificar como se obtém a comunicação, ou seja, o objetivo deve ser o de verificar o modo como os usuários da língua estabelecem uma comunicação eficiente. Para isso, é necessário considerar as estruturas das expressões lingüísticas como configurações de funções, nas quais cada uma dessas funções deve ser analisada como um diferente modo de significação na oração.

Outra proposta que vem a complementar este estudo sobre a importância de se conceber a gramática da língua em uso, é a de Bechara (2000). Em seus estudos já se percebe uma maior atenção às questões relacionadas à língua em uso e a sua funcionalidade dentro da comunidade lingüística em detrimento dos antigos preceitos normativos até então defendidos pela GT. A partir dessa concepção, novos rumos direcionam os estudos desse gramático que adota o funcional sem repudiar o tradicional.

Ao conceituar língua, Bechara (2000) apresenta duas possibilidades: a língua histórica e a língua funcional. A língua é um produto histórico e, ao mesmo tempo, uma unidade idealizada, devido à impossibilidade de alcançar, na realidade, uma língua que se quer homogênea, unitária. Só se pode descrever uma realidade homogênea e unitária por meio da língua funcional que é o objeto próprio de descrição estrutural e funcional. Portanto, uma gramática como produto desta descrição, nunca é o espelho da língua histórica, mas apenas a descrição de *uma* das suas línguas funcionais.

Considera a língua não como um sistema único, mas como um conjunto de sistemas que encerra em si várias tradições. Uma mesma língua apresenta diferenças internas: no espaço geográfico, no nível sócio-cultural e no estilo ou aspecto expressivo. Importante destacar que, para Bechara (2000), uma língua nunca está plenamente pronta, mas se faz continuamente, devido à atividade lingüística.

Ao discorrer sobre o estudo gramatical da língua, Ilari (1992) contempla o pressuposto de que o estudo da gramática da língua deve estar apoiado na Lingüística. Nota-se claramente esse posicionamento ao se constatar que a noção defendida em seus trabalhos tem como aporte o modelo teórico preconizado pelo funcionalismo.

Ilari (1992, p. 25) toma a definição de língua como um “sistema de meios apropriados a um fim”, sustentada em uma das proposições iniciais da *Théses* (1929). A partir desse conceito funcional, é que é possível distinguir numa língua natural vários subsistemas, pois haverá tantos deles quantas forem as funções que a língua desempenha, e que, aliado à concepção de comunicação, conduz ao reconhecimento do estudo da oração, enquanto unidade comunicativa, como um nível de análise autônomo.

É o reconhecimento de tal nível que distingue os “níveis sintáticos” de organização da frase, pois são nesses níveis que estão contidas a semântica – uma gramática de casos – e a pragmática – uma gramática da comunicação, definida pela imagem do interlocutor. Assim, uma maior atenção deve ser dada à “perspectiva funcional da frase”, isto é, à organização das palavras nas frases, vista na sua função de organização da informação. É desse modo que a frase passa a ser reconhecida como uma unidade que também pode ser analisada no nível comunicativo e não só nos níveis fonológico, morfológico e sintático. Ao analisar a oração em um sistema que abrange todos os meios pelos quais a oração se realiza como unidade comunicativa, a frase, então, se biparte em tema (ou tópico), segmento comunicativamente estático, e em rema (ou núcleo, ou comentário), segmento comunicativamente dinâmico.

Portanto, no estudo gramatical da língua preconizado pelo autor, a Articulação Tema-Rema (ATR) vai ser considerada como uma forma de realizar as funções da linguagem.

Outro posicionamento sobre a importância de se estudar a gramática da língua em uso é o apresentado por Votre e Naro (1989) e que está, da mesma forma, amparado no paradigma defendido pelo funcionalismo.

É necessário determinar dois pressupostos básicos para este estudo. O primeiro é o que tem como princípio que a análise lingüística deve ser feita “no discurso”; e o segundo, ponto central da proposta dos autores, é o fato de que é no uso da língua em comunicação, em uma dada situação social, que se originará a forma da língua, com as características que lhe são peculiares, inclusive os diferentes graus de instabilidade associados a diferentes subsistemas. Nas palavras dos autores “isso supõe entender a língua como um objeto maleável, probabilístico e não-determinístico.” (VOTRE E NARO, 1989, p. 170).

A partir dessa concepção, a visão de Votre e Naro (1989, p. 170) é a de que “a estrutura (ou a forma da língua) é uma variável dependente, resultante de regularidades das situações em que se fala”. Acrescentam, para justificar tal posicionamento, a afirmação de Givón (1979, 1984) de que a estrutura só pode ser explicada se for considerada a comunicação.

As generalizações estruturais, que são cada vez mais abrangentes, da gramática formal, são concebidas, caso essas generalizações sejam verdadeiras, como meros fatos, reunidos sob

a forma de esquemas. Essas generalizações não podem ser vistas como explicações, pois são, na verdade, fenômenos lingüísticos de um nível mais alto de formalização e, por isso, somente podem ser explicadas por meio de aspectos não-lingüísticos que são, para Votre e Naro (1989), o *que* as pessoas transmitem e *como* preenchem as exigências para que ocorra, efetivamente, a comunicação.<sup>13</sup>

Os modelos formais são concebidos como pertencentes a um nível intermediário que tem uma natureza descritiva e que precisa necessariamente de uma explicação por ter uma alta taxa de componentes discursivos. Segundo os autores, se for verdadeiro o princípio da subjacência, esse não pode ser aceito como uma explicação, mas há de se buscar uma explicação para tal princípio.

A posição defendida por Votre e Naro (1989, p.170), com relação à estrutura é a de que essa é considerada como derivada. Um conceito de estrutura no abstrato, quando considerado independente das suas fontes geradoras – entre elas a comunicação –, é “[...] *uma espécie de ilusão de ótica criada pelo próprio lingüista ao observar as regularidades, sem observar suas causas.*”<sup>14</sup>. Isso não significa que eles estejam negando a existência da estrutura, muito pelo contrário, a posição deles é a de que há a necessidade de entender as suas motivações básicas, admitindo que essas podem ser exclusivamente diacrônicas em determinadas situações.

Portanto, a abordagem lingüística deve ter como pressuposto o fato de que a análise da língua deve ser feita do particular para o geral, porque o critério que permite descobrir o que ocorre e recorre, de forma regular, a fim de permitir construir generalizações, é o papel comunicativo e não um determinado critério formal. Os processos que devem ser reunidos em uma generalização não são escolhidos por apresentarem uma semelhança formal, mas por terem “algum efeito específico na comunicação” e é nesse sentido que, conforme os autores, tem-se a possibilidade de comprovar a existência da regularidade da forma em correspondência com as regularidades da comunicação.

A concepção de uma gramática funcional é encontrada em Moura Neves, Ilari, e Votre e Naro. Em Bechara, por esse autor ainda seguir os preceitos determinados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) para a constituição de sua gramática, a noção da funcionalidade da língua apresenta-se em fase inicial e é percebida quando o autor introduz em seus estudos a necessidade de a gramática descrever a língua não só levando em consideração os fatos lingüísticos descritos pela norma, mas também o conhecimento das “coisas” que estão ligadas ao mundo extralingüístico do falante, além do conhecimento da língua formalizado pela NGB.

<sup>13</sup> Destaque de Votre e Naro (1989).

<sup>14</sup> Destaque de Votre e Naro (1989).

Consolidado no paradigma difundido pelo funcionalismo, a seção seguinte trata da sentença como objeto de estudo lingüístico a partir dos preceitos desenvolvidos por Bechara (2000), bem como da abordagem de Moura Neves (1997, 2000 e 2001) e de Ilari (1992). Além disso, explicita-se a proposta de Votre e Naro (1989) sobre o estudo da sentença a partir da análise lingüística do discurso.

### 3.2 A SENTENÇA COMO OBJETO DE ESTUDO LINGÜÍSTICO

Para estabelecer a estrutura da sentença, Bechara (2000) inicia definindo enunciado ou período como toda a manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes. O enunciado ou período vai sendo construído por uma seqüência de unidades, delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade e o que se lhe segue, acompanhada de contorno melódico, também chamado curva de entoação e normalmente marcada, na escrita, pelos sinais de pontuação e pelo emprego da maiúscula inicial. É a essa unidade lingüística que faz referência a uma experiência comunicada e que deve ser aceita e depreendida por completo pelo nosso interlocutor, que o autor denomina de enunciado ou período. Existem enunciados relativamente curtos, como **Sim** ou **Depressa!**<sup>15</sup>, como também enunciados mais longos como, por exemplo:

(1) O galo-da-campina ergue a poupa escarlate fora do ninho e seu límpido trinado anuncia a aproximação do dia.<sup>16</sup>

Acrescenta Bechara (2000) que, de acordo com a realidade designada, os enunciados se apresentam de formas variadas; porém, existem traços comuns entre esses enunciados que devem ser levados em consideração tais como o fato de as mensagens serem completas e de estarem de acordo com a situação em que se acham falante e ouvinte, de serem unidades seqüenciais delimitadas por um silêncio precedente a ele e por uma pausa final, além de serem proferidos com um contorno melódico particular.

Essa curva de entonação é o significante ou expressão material que evoca a modalidade

---

<sup>15</sup> Destaque da autora.

<sup>16</sup> A pertinência da numeração em parênteses foi dada pelo grande número de sentenças exemplificadas no decorrer do estudo.

de intenção comunicativa do enunciado (significado ôntico<sup>17</sup>) que o falante quer transmitir ao seu interlocutor que tanto pode ser expressa para lhe expor, afirmando ou negando certos fatos, para lhe indagar sobre algo, para apelar a esse interlocutor, em geral, atuando sobre ele, para lhe chamar a atenção, ou, ainda, para lhe traduzir os próprios pontos de vista ou sentimentos.

A partir disso têm-se, quanto à significação fundamental do enunciado, cinco tipos ou classes essenciais. São eles: declarativo ou enunciativo, interrogativo, imperativo-exortativo, vocativo e exclamativo, dos quais o primeiro corresponde à função representativa – informativa da linguagem, os três seguintes à função apelativa e o último à função expressiva.

Tendo em vista tais conceituações é que a unidade lingüística, dentro da concepção original, recebe o nome de enunciado, o qual, na tradição brasileira, é denominado de período. Entre os tipos de enunciados há a oração que, pela sua estrutura, representa o objeto mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si, sem haver a necessidade de apelar, fundamentalmente, para a situação ou para outros elementos extralingüísticos em que se acha inserido. Portanto, é no enunciado chamado de oração que se alicerça a GT.

Observa o autor que o enunciado pode aparecer sob a forma de frase. A frase apresenta uma estrutura interna diferente da oração porque não estabelece relação predicativa, podendo, muitas vezes, ser simples palavras ou, outras vezes, a reunião delas, que são transpostas à função do enunciado, como exemplificado por:

(2) Depressa.

(3) Que calor!

A oração caracteriza-se por ter uma palavra fundamental que é o verbo (ou sintagma verbal) que reúne, na maioria das vezes, duas unidades significativas entre as quais se estabelece a relação predicativa – o sujeito e o predicado. Para ilustrar tal definição, tomam-se do autor as orações:

(4) Pedro estuda.

(5) Eu estudo português às segundas-feiras no horário da manhã.

Para a oração constituir-se com o verbo, acrescenta-se, também, o estudo das categorias

---

<sup>17</sup> Para Bechara (2000, p. 111), o “significado ôntico” só de dá no plano da oração, correspondendo ao valor existencial que se comunica ao estado de coisas designado na oração: “afirmativo”, “negativo”, “interrogativo”, “imperativo”, etc.

verbais e, a seguir, o emprego dos modos. O verbo é definido como “a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical.” (BECHARA, 2000, p. 209)<sup>18</sup>.

A tradicional distinção entre verbos nocionais e verbos relacionais em duas subclasses, que está na base da distinção de predicado verbal e predicado nominal, é questionável. Essa distinção só é válida sob certos aspectos semânticos, mas não no que se refere à sintaxe, pois o núcleo da oração é sempre o verbo, ainda que se trate de um verbo de significado léxico muito amplo e vago.

Para organizar as categorias verbais, Bechara (2000) leva em consideração o sistema geral elaborado pelo lingüista Roman Jakobson, segundo o qual o verbo, além de ser pensado como significado verbal, deve, também, se combinar, entre outros, com instrumentos gramaticais (morfemas) de tempo, de modo, de pessoa, de número. A fim de exemplificar tal afirmação, Bechara comenta que:

[...] *trabalhar* e *o trabalho* são palavras que têm o mesmo significado lexical, mas diferentes moldes, diferentes significados categoriais, embora se deva ter presente que este não é o simples produto da combinação do significado lexical com o significado instrumental. (BECHARA, 2000, p. 209).

Um estudo coerente do verbo requer o estabelecimento do sistema de categorias verbais, isto é, tipos e funções da forma léxicas por intermédio das quais se estabelecem as oposições funcionais numa língua.

Quando se usam em português, por exemplo, as formas *canto/cantas/canta*, *vejo/vês/vê* e *parto/partes/parte* estabelecem-se oposições da mesma espécie que afetam o conceito de pessoa. Quando se usam as formas *canto/cantamos* está-se diante de uma mesma pessoa (primeira pessoa) e a oposição afeta outro conceito: o de número. E quando se usam as formas *canto/cante* têm-se a mesma pessoa e o mesmo número, mas não a mesma categoria de modo.

Portanto, as oposições podem ser simples, como as dos exemplos apresentados acima, isto é, quando, em cada caso, só ocorre uma só categoria, um só critério de diferença de conteúdo; ou complexas, como *canto/canteis* em que a diferenciação de conteúdo se dá em três categorias: pessoa (1ª e 2ª), número (singular e plural) e modo (indicativo e subjuntivo).

No verbo do português há categorias que sempre estão ligadas; não se separa a pessoa do número nem o tempo do modo; isto ocorre, em grande parte, senão totalmente, com o tempo e o aspecto.

A partir disso, o estudo do verbo deve compreender as seguintes categorias: gênero

<sup>18</sup> Para ver as referências bibliográficas, na íntegra, apresentadas no final de cada um dos exemplos tomados de Bechara e explicitados neste trabalho, consultar BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerda, 37ª ed., 2000, p.646-657.



(PC), número (PC), pessoa (PC/PF), estado (AC), aspecto (AC), tempo ou nível temporal (AC/AF), voz ou diátese (PC/AC), modo (PC/AC/PF), táxis (AC/AC) e evidência (AC/ACF/AF).<sup>19</sup>

A categoria de gênero (PC) refere-se aos participantes no acontecimento comunicado e daí adquire capacidade qualificadora. Em geral, não necessita marca especial. No português, aparece apenas na voz passiva (o livro foi escrito / a novela foi escrita).

A categoria de número (PC) refere-se aos participantes no acontecimento comunicado e daí adquire capacidade quantificadora. No português e demais línguas românicas, estão sempre ligadas à pessoa no verbo flexionado ou finito e, em parte, também na forma verbal infinita (port. o dizê-lo eu). Aparece sem pessoa apenas em uma forma infinita, novamente o particípio (visto – vistos).

A categoria de pessoa (PC/PF) determina a relação dos participantes no acontecimento comunicado com os participantes no ato de fala. Primeira pessoa: coincidência do participante no acontecimento comunicado (PC) com o falante (só em parte quando se trata do plural); segunda pessoa: coincidência PC com o ouvinte; terceira pessoa: PC não coincide com nenhuma das duas pessoas.

A categoria de estado (AC) afeta a qualidade lógica do sucesso comunicado (afirmativo, negativo, interrogativo, negativo-interrogativo). No português e demais línguas românicas, o estado é mais uma qualidade da oração; mas, às vezes, exige uma forma verbal especial no âmbito da sintaxe (inversão), ou também no âmbito da morfologia (imperativo – imperativo negado: canta/não cantar, canta/não cantes; gerúndio – gerúndio negado; particípio – particípio negado).

A categoria de aspecto (AC) assinala a ação levada até o fim, isto é, como conclusa (perfeita) ou inconclusa (imperfeita). Certas espécies de ação, como durativa, incoativa (ingressiva), terminativa, iterativa, etc., são apenas subdivisões desta categoria.

A categoria de voz ou diátese (PC/AC) determina a relação entre o acontecimento comunicado e seus participantes. O primeiro participante lógico, o sujeito, pode ser agente do

---

<sup>19</sup> Bechara (2000, p.210-211) tomou do lingüista Roman Jakobson o sistema geral das categorias verbais por considerá-lo o mais coerente e claro até então apresentado. Assim, levando em consideração os atos de fala relacionados com as funções verbais, Bechara utiliza a seguinte distinção de Jakobson: a) ato de fala em si mesmo (F); b) o conteúdo do ato de fala, isto é, o comunicado (C); c) o acontecimento, isto é, tanto o ato de fala quanto o comunicado (A) e d) os participantes neste acontecimento (P). Desta relação, Bechara extrai quatro conceitos fundamentais: a) um acontecimento comunicado (AC); b) o próprio acontecimento do falar (AF); c) os participantes no acontecimento comunicado (PC) e d) os participantes no acontecimento da fala (PF).

acontecimento (voz ativa) ou objeto do acontecer (voz passiva), ou agente e objeto ao mesmo tempo (voz média incluída a reflexiva).

A categoria de táxis (AC/AC) evidencia a posição de um acontecimento em relação com outro sem consideração com o ato de fala. Nas línguas românicas é encontrada em certas construções impessoais com o gerúndio, com o infinitivo ou com o particípio (comer cantando, comer depois de ter cantado, etc.). Não se trata aqui de níveis temporais, mas de simples séries de ações, já que o infinitivo não encerra relação com o ato de fala.<sup>20</sup>

Ao tratar da categoria de evidência (AC/ACF/AF), Bechara (2000) considera que essa categoria assinala que o falante se refere a outro ato de fala – a uma informação indireta – por meio do qual ele experimenta o acontecimento como não vivido por ele mesmo (Pedro deve ter falado com João). No português e demais línguas românicas é muito empregado nestes casos o *modus conditionalis* (teria partido = eu não o asseguro, ouvi de outra pessoa) e às vezes o futuro (serão duas horas).

Na categoria de tempo ou nível temporal (AC/AF) é assinalada a relação temporal do acontecimento comunicado com o momento do ato de fala. O presente encerra este momento e refere a fatos que se passam ou se estendem ao momento em que se fala (eu canto). O passado é anterior, pois refere a fatos anteriores ao momento em que se fala, subdividindo-se em imperfeito (cantava), perfeito (cantei) e mais-que-perfeito (cantara). O futuro ocorrerá depois deste momento porque refere a fatos ainda não realizados sendo subdividido em futuro do presente (cantarei) e futuro do pretérito (cantaria) que constitui também o modo condicional.

A categoria de modo (PC/AC/PF) indica a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação. O falante pode considerar a ação como algo feito, como verossímeis ou tidos como tais (canto, cantei, cantava, cantarei), como um fato incerto (talvez cante, se cantasse); como condicionada, pois faz referência a fatos dependentes de certa condição (cantaria); como optativa em relação a ação desejada pelo agente (E viva eu cá na terra sempre triste.); e como um ato que se exige do agente, (cantai), etc., originando-se, assim, os modos: o indicativo, subjuntivo (conjuntivo), condicional, optativo e o imperativo.

Quanto ao emprego dos modos verbais, o autor acrescenta que o modo indicativo

---

<sup>20</sup> Bechara (2000), ao fazer referência às formas nominais, na nota 1, p. 513, diz que “Deve-se distinguir cuidadosamente o infinitivo do futuro do subjuntivo: este aparece na oração não-integrante.”. Assim, conforme o autor, no exemplo, “Se do céu, onde estais, *abaterdes* os olhos e os *puserdes* em Amarante...” [AV.1, 7, VII, 294 apud FB.1], as formas verbais estão no futuro do subjuntivo, e não no infinitivo (a oração é adverbial condicional introduzida por *se*).

aparece normalmente nas orações independentes e nas dependentes. Por exemplo:

(6) A Terra gira em torno do sol.

(7) Ocorre-me uma reflexão imoral, que é ao mesmo tempo uma correção de estilo.  
(MA.1, 56)

(8) O interesse adota e defende opiniões que a consciência reprova. (MM)

O emprego do modo subjuntivo ocorre normalmente nas orações independentes optativas, nas imperativas negativas e afirmativas (nestas últimas com exceção da 2ª pessoa do singular e plural), nas dubitativas com o advérbio *talvez* e nas subordinadas em que o fato é considerado como incerto, duvidoso ou impossível de se realizar, exemplificados, nos seguintes exemplos:

(9) Bons ventos o **levem**.

(10) Não **desenganemos** os tolos se não queremos ter inumeráveis inimigos. (MM)

(11) **Louvemos** a quem nos louva para abonarmos o seu testemunho. (MM)

(12) Talvez a estas horas **desejem** dizer-te **preccavi**! Talvez **chorem** com lágrimas de sangue. (AH. 5, I, 58)

(13) Faltam-nos memórias e documentos coevos em que **possamos** estribar-nos para relatar tais sucessos. (AH. 6, I, 451)

O modo imperativo é composto pelo imperativo afirmativo e pelo imperativo negativo. Com relação ao emprego do imperativo, este vai ser utilizado de duas formas. Na primeira forma, o infinitivo substitui o imperativo nas ordens instantes. Na segunda forma, se usa o imperativo do verbo **querer** (ao lado do subjuntivo presente) seguido de infinitivo para suavizar uma ordem, como nos respectivos exemplos:

(14) Todos se chegavam para o ferir, sem que a D. Álvaro se **ouvissem** outras palavras, senão estas: Fartar, rapazes. (AH.2, 98)

(15) **Queira aceitar** meus cumprimentos.

Verifica-se que essas noções de modos e tempos verbais são concebidas diferentemente daquela que é determinada pela tradição.<sup>21</sup>

O tratamento dado por Moura Neves (2001), para a organização da frase e do fluxo de informação, vem a contribuir para a importância de se constituir o estudo da sentença

<sup>21</sup> Bechara segue dando continuidade as explicações sobre tempo e modos verbais.

alicerçado nos preceitos dados pela Lingüística que deram origem à abordagem funcionalista. Essa afirmação tem como princípio a observação feita pela autora de que foi a partir do paradigma funcionalista que se passou a verificar uma mudança significativa no papel da frase que vinha até então sendo dada pelos modelos formais. Segundo Moura Neves, a concepção de língua, sustentada por seguidores do funcionalismo, pode fundamentar uma nova visão conceitual que passa a ser então defendida para a frase.

A frase deve ser compreendida como uma unidade de níveis múltiplos construída não exatamente a partir de modelos formais, mas de distribuições do “dinamismo comunicativo” de certos elementos, pondo-se o interesse no quanto eles contribuem para a comunicação contínua.

Outra concepção para a frase apresentada por Moura Neves (2001) é a dos estudiosos britânicos do funcionalismo. Para eles, a frase é concebida como um mero “constituente da escrita”, “uma unidade ortográfica” “entre paradas plenas”. A mais alta seqüência da gramática é então a “oração complexa”, dentro da qual a oração é também vista como uma unidade de níveis múltiplos (o “meio para a expressão integrada de todos os componentes significativos da língua funcionalmente distintos”). A gramática da oração “expressa o sistema semântico da língua”, o qual, na contraparte, organiza os acontecimentos da “realidade”.<sup>22</sup>

De acordo com Moura Neves (2001, p. 33), a definição de Halliday para a frase vem também a corroborar com a noção funcionalista propagada pela autora. Para Halliday, a concepção da sentença deve ter como pressuposto três metafunções, isto é, tipos de função, que são: textual, ideacional e interpessoal. A oração, então, é a realização simultânea de três significados a saber: uma mensagem (significado como relevância para o contexto), uma representação (significado no sentido do conteúdo) e uma troca (significado como forma de ação). Portanto, enquanto mensagem, a oração se compõe de tema e rema. O tema é o ponto de partida da mensagem e o rema é a mensagem propriamente dita. O tema é geralmente a peça recuperável, ou dada, da informação; em contrapartida o rema é, em geral, a parte nova, a parte que o falante apresenta como de impossível recuperação, seja no texto, seja na situação.

Acrescenta Moura Neves (2001) que, na visão funcionalista, a frase não vai considerar só o *types* (no sentido de Lyons, 1977), mas também o *tokens*. É isso que pode levar a pressupor que qualquer uma das propostas do funcionalismo pode ser invocada para verificar o tratamento da frase enquanto ato de interação, enquanto peça de comunicação real.

<sup>22</sup> Destaque de Moura Neves (2001).

A partir de tais considerações, a autora estabelece que todas as palavras que constituem o léxico da língua podem ser analisadas dentro da predicação. O predicado por designar propriedades ou relações é aplicado a um certo número de termos que se referem a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação lingüística que o falante faz da situação, estando implicados aí os papéis semânticos e a perspectivização que resolve as funções sintáticas.

Um estado de coisas pode ser concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental) e, assim, está sujeito a determinadas operações, isto é, pode ser localizado no espaço e no tempo, pode ter uma certa duração, pode ser visto ou ouvido e de algum modo percebido. Para exemplificar a estrutura que constitui a predicação, tomam-se da autora o predicado **remeter** e os termos **Poder Executivo**, **texto** e **Congresso Nacional**. Nesses exemplos, a pesquisadora vai denominar de argumentos aos constituintes **Poder Executivo**, **texto** e **Congresso Nacional** por serem exigidos pela semântica do predicado, enquanto outros possíveis constituintes como **no Brasil** ou **neste mês** vão ser chamados de satélites por apenas trazerem ao predicado informações complementares.<sup>23</sup>

O que irá constituir uma predicação é o conteúdo proposicional, ou seja, o fato que tanto pode ser conhecido ou pensado, pode ser causa de surpresa e de dúvida, pode também ser negado, rejeitado ou lembrado. À proposição são aplicados, ainda, operadores ilocucionários<sup>24</sup>, que fazem dela um ato de fala<sup>25</sup> (declarativo, interrogativo, etc.), isto é, um enunciado, como no exemplo:

(16) Em julho de 1991, o Poder Executivo remeteu ao Congresso Nacional o texto da Convenção 169. (ATN).

Os satélites operam em todos os níveis e em todos os níveis se efetuam, ainda, operações por meios gramaticais. Além disso, essa estrutura de predicação se transfere também para o nível interno da oração, em torno de nomes que tem força predicativa como,

<sup>23</sup> O destaque em negrito evidencia os termos retirados do exemplo dado por Moura Neves (2001).

<sup>24</sup> A expressão “operadores ilocucionários” será entendida no sentido dado para o termo “ilocucionário” pela teoria dos Atos de Fala. Assim, essa expressão vai ser definida quando fizer referência ao uso de atos ilocucionários (ou força ilocucionária) tais como as promessas, as ordens, os pedidos, os atos de prender alguém, etc. com referência a um ato realizado pelo falante por causa de seu enunciado.

<sup>25</sup> A expressão “ato de fala” é usada aqui para fazer referência a uma teoria que analisa o papel dos enunciados em relação ao comportamento do falante ou ouvinte. Trata-se, nessa acepção, de uma atividade comunicativa (ato locucionário), definida com referência às intenções do falante ao fazer uso da linguagem (a força ilocucionária de seus enunciados) e os efeitos que consegue nos ouvintes (os efeitos perlocucionários de seus enunciados).

por exemplo, **remessa**, que constitui um predicado ao qual se pode aplicar os termos **Poder Executivo, texto e Congresso Nacional**.

Por outro lado, a complementação e a adjunção podem ser feitas com orações introduzidas por conjunções integrantes e por pronomes relativos, respectivamente, elementos que as transformam em termos ou em partes de termos da predicação matriz, compondo os enunciados complexos.

Nas palavras de Moura Neves (2001), a verificação dos enunciados efetivamente realizados revela uma seleção, feita pelo falante, que organiza seu texto de modo que esteja expresso o conteúdo ideal que ele quer transmitir, que estejam distribuídas devidamente as peças da informação e, ainda, que esteja garantida a troca lingüística em que cada ato de fala se constitui. Tudo isso implica, por exemplo, uma determinação de aspectos lingüísticos ligados a diversas escolhas, como as de tema e rema, dado e novo, figura e fundo, todas elas implicadas no fluxo de informação<sup>26</sup> do enunciado. É o fluxo de informação que determina tanto a ordenação linear dos sintagmas na organização como a própria escolha do arranjo da predicação a ser ordenada.

Para apresentar a concepção de sentença dada por Ilari (1992), faz-se referência ao estudo desenvolvido pelo autor que trata das principais contribuições para uma análise do português por meio da ATR, cuja noção tem como base critérios desenvolvidos pela lingüística. A partir disso, esse estudo parte do princípio de que a linearidade das frases da língua não é incompatível com a possibilidade de analisá-las em vários níveis, e de aplicar-lhes critérios que dão origem a segmentações diferentes. Para exemplificar tal afirmação, o autor cita a seguinte sentença:

(17) O mecânico apertou os parafusos com as ferramentas apropriadas.<sup>27</sup>

Ao analisar esse exemplo, Ilari demonstra que a expressão inicial **o mecânico** pode ser caracterizada de três formas. A primeira é a que caracteriza **o mecânico** como sujeito da oração que tem como critério a concordância do verbo na terceira pessoa do singular. A segunda forma é a que irá caracterizar a expressão **o mecânico** como expressão do agente, sendo que um critério possível para essa ocorrência é a paráfrase **O mecânico usou as ferramentas apropriadas para apertar os parafusos**. E a terceira forma tem como princípio

<sup>26</sup> Moura Neves toma De Lancey (1981) a explicação para o processo de organização do “fluxo de informação”. Segundo esse autor, organizado pelo fluxo de atenção, o fluxo de informação, representa um “empacotamento” do conteúdo ideacional, feita pelo falante para apresentação a seu ouvinte, implicados, nesse modo particular de embalagem, os diversos aspectos cognitivos e sociais envolvidos na produção do enunciado. (MOURA NEVES, 1997, p. 33).

<sup>27</sup> O destaque em negrito evidencia os termos retirados dos exemplos dados por Ilari (1992).

que o **mecânico** é o tema sobre o qual toda a oração versa, podendo ser fundamentado no critério de que a frase como um todo responde naturalmente às perguntas **O que houve com o mecânico?**, **O que fez o mecânico?**.

A partir de tal constatação, Ilari comenta que há uma infinidade de orações que se apresentam na língua que podem ser semelhantes à sentença (17) na qual se observa a coincidência do sujeito, do agente e do tema numa mesma expressão. Por outro lado, o autor ainda demonstra que essa coincidência não é de forma alguma obrigatória, pois alterações na ordem ou na construção dissociam as três categorias, como se pode verificar nos seguintes exemplos dados em (17-1):

(17-1)

a) Com as ferramentas, o mecânico apertou os parafusos.

tema	agente/sujeito
------	----------------

b) Os parafusos foram apertados com as ferramentas pelo mecânico.

tema/sujeito	agente
--------------	--------

c) Com as ferramentas, os parafusos foram apertados pelo mecânico.

tema	sujeito	agente
------	---------	--------

Constata-se, com tais exemplificações, que as inúmeras possibilidades dadas pela dinâmica da comunicação da linguagem é que leva a considerar a importância da articulação tema-remata, sob a perspectiva funcionalista, para a análise da sentença em uso como objeto de estudo lingüístico.

Ilari, então, conceitua tema-remata. O tema é a informação que já é conhecida dos interlocutores, ou seja, tudo aquilo que já é **sabido** no qual será acrescentada uma informação nova, o remata. O tema geralmente está presente no segmento inicial da oração e o remata no segmento final da oração. Além do mais, como **sabido** e **novo** não podem ser considerados conceitos absolutos, cabe ao falante, ao analisar o interlocutor e a situação de interlocução, decidir o que é o tema e o que é o remata em uma sentença. É isso que explica porque se podem ter diferentes tipos de articulações em uma mesma oração.

O autor acrescenta que a unidade que se analisa em tema e remata nem sempre será obrigatoriamente a oração. Ao fazer essa afirmação, toma como princípio os esclarecimentos

dados por Halliday: a oposição dado/novo vai se estabelecer no interior de unidades informativas, representadas em sua face significante como grupos tonais, sublinhando, Halliday, que um grupo tonal pode ser mais ou menos do que uma oração. No entanto, para Ilari, a análise que a ATR permite fazer sobre o período simples não é claramente observada por Halliday no que se refere à aplicação em períodos complexos. A partir disso, Ilari considera, de maneira arbitrária, que a análise da ATR deve ser focalizada em períodos simples, não elípticos, desde que possam ser mensuráveis a uma única unidade informativa no sentido definido por Halliday.

No que se refere à articulação tema-remática e as outras segmentações da oração, em conformidade com Ilari, a análise da ATR vai reduzir-se a uma segmentação que se faz sobre a superfície linear da oração. Mas o autor acaba por levantar um problema de imediato que é o de formular as relações que essa segmentação mantém com outras segmentações, por exemplo, a segmentação em constituintes imediatos ou a separação do predicado e cada um de seus constituintes.

Reconhece o lingüista que a ATR tem essa dupla face. Essa duplicidade é a de que na ATR há uma constante motivação com o propósito de aprofundar a observação das características funcionais da oração, a fim de dar peso a sua especificidade; bem como existe, também, uma tentativa constante de compor essas observações, levando em consideração a análise sintática e semântica da oração, com o objetivo de obter uma visão integrada das várias formas de conexão que operam em seu interior.

Portanto, o posicionamento adotado por Ilari, com relação à articulação tema-remática, é o de que a ATR deve ser encarada não apenas como um conjunto de características sintáticas ou prosódicas, mas sim como uma das formas de se realizar determinada função. Atribuirá à ATR um papel discursivo que tem como critério que os conteúdos formulados e articulados inicialmente num nível de “representação do mundo” são reformulados pela ATR de modo a constituírem unidades apropriadas para a comunicação numa situação real.

Sob a perspectiva da ATR, toma-se a proposta de Ilari (1992) para a divisão entre o tema e o rema a partir da aplicação de um teste operacional, isto é, do teste que foi denominado por ele de Teste de Pergunta Natural (TPN). O autor determina cinco alternativas que podem ser utilizadas para estabelecer essa divisão em tema e rema.

A primeira alternativa é a que tem como pressuposto a idéia de que em um bom número de orações, quando se lhes antepõem às expressões **quanto a, por falar em**, essas irão sofrer naturalmente uma cisão, como nos exemplos dados a seguir:



(18) Pedro não veio.

(18-1) a. Quanto a Pedro, não veio.

b. Por falar em não vir, você tem notícias de Pedro?

Nesses exemplos, pode-se definir como tema o segmento que segue imediatamente **quanto a/por falar em** na paráfrase, reservando o nome de rema às expressões da oração original que sobram uma vez eliminado o tema.

É interessante mencionar, ainda, a segunda alternativa. Nessa, o “contraste de orações” assume freqüentemente o aspecto de uma oposição entre duas orações parcialmente idênticas, como se pode verificar nos exemplos:

(18) Pedro não veio.

(18-2) Pedro não veio; ele ficou em casa.

(18-3) Pedro não veio; não José (Pedro faltou; não José).

Em casos como os exemplificados acima, pode-se imaginar que algum contraste é inerente a qualquer oração empregada no intercâmbio verbal efetivo e pode ser explicitado; o rema é a expressão afetada pelo contraste; o tema é a expressão que fica excluída.

A terceira alternativa tem com princípio o fato de que toda oração, quando é transposta para o discurso indireto, se cinde em duas partes, a primeira das quais é relatada pelo advérbio **acerca de** ou por verbos como **falar de**; ao passo que a segunda é normalmente relatada pelos verbos **dizer**, **contar**, **afirmar**, exemplificadas pelas orações:

(18) Pedro não veio.

(18-4) Falando de Pedro, Maria disse que ele não veio.

(18-5) Falando em não vir; Maria disse que esse foi o caso de Pedro.

Dando-se aos relatos em discurso indireto uma forma única (do tipo **Falando de ... X disse que...**), pode-se definir tema e rema com base nessa forma. Assim, o tema poderia ser a expressão que segue **falando de...** .

A quarta alternativa é a que orienta para a possibilidade de poder associar a praticamente todas as orações paráfrases que exprimem o mesmo conteúdo, na forma de uma identificação, como nas orações dadas abaixo:

(18) Pedro não veio.

(18-6) Quem não veio foi o Pedro.

(18-7) O que houve com Pedro foi que ele não veio.

Ao comparar a oração inicialmente dada com sua paráfrase, é possível constatar que alguns conteúdos são incorporados pela subordinada relativa, enquanto que outros seguem o verbo *ser* na oração principal. A partir disso, Ilari considera que o tema são os primeiros conteúdos e o rema são os últimos conteúdos da oração.

Finalmente, na última alternativa, Ilari menciona que toda oração pode ser encarada como resposta a uma pergunta virtual. Sob essa perspectiva, afirma que (18), ao ser lida com entonações diferentes, vai responder pelo menos a dois blocos de perguntas, como exemplificadas em:

(18-8) O que fez Pedro? O que houve com Pedro? Quais são as novidades a respeito de Pedro?

(18-9) Quem não veio?

Para explicar essa última alternativa, Ilari diz que há certos conteúdos que a oração afirmativa, inicialmente, dada compartilha com suas perguntas virtuais e outros que ela supre a título de respostas. O autor vai chamar, nesses casos, de tema aos primeiros e de rema aos últimos.

Por outro lado, é importante referir que, ao se adotar uma dessas cinco alternativas, isso ocorrerá em grande parte por convenção, não significando que os vários testes sejam equivalentes, aplicando-se exatamente ao mesmo conjunto de orações e proporcionando sempre as mesmas respostas; muito pelo contrário, cada um desses testes comporta restrições peculiares de aplicação.

Por esses testes serem diferentes, no campo de aplicação e nos resultados, Ilari opta pelo teste explicitado na última alternativa porque é o que fornece o conjunto de respostas mais amplo. Esse teste, denominado de TPN, é o que melhor se aplica a um conjunto de orações mais amplo do que qualquer outro e pode ser utilizado de acordo com a instrução dada a seguir pelo pesquisador:

Se a uma oração assertiva for possível associar, em relação de pergunta e resposta, uma oração interrogativa começando por palavra interrogativa, a parte comum à oração interrogativa e à sua resposta será o tema desta; a parte não compartilhada pela oração interrogativa e sua resposta será o rema. (ILARI, 1992, p. 40).

Ao aplicar o teste, é necessário entender por palavras interrogativas não só os pronomes interrogativos como os nomeados pela gramática tais como **quem**, **que**, **quando**, **onde**, **como**, **por que**, etc., mas também locuções formadas por verbos de conteúdo genérico como

**acontecer, fazer, haver**, etc., mais uma palavra interrogativa. Com essa inclusão, conforme menciona Ilari, pode-se identificar o rema toda vez que ele contém o verbo da oração.

A partir do que foi exposto, é importante mencionar os resultados constatados por Ilari (1992) advindos da aplicação do teste de pergunta natural no português. Um desses resultados é o de que com esse teste pode-se detectar as ambigüidades que aparecem com certa frequência em orações que compartilham do mesmo conteúdo nocional. Ao aplicar esse teste, é possível verificar também a ocorrência de partículas de realce ou construções gramaticais, utilizando orações relativas que desdobram a oração em duas partes, as quais são denominadas por Ilari de orações cindidas, salvaguardando o fato de que essas orações têm configurações sintáticas bem diferentes.

A proposta para o estudo da sentença apresentada por Votre e Naro (1989) tem como princípio também uma abordagem funcional. Esse posicionamento deve-se ao fato de que há evidências de um grande número de acertos que tiveram como base o discurso, contrariando a posição defendida pelos formalistas quanto ao tratamento de construções e estruturas aparentemente arbitrárias, pois foi constatado que essas podem ser entendidas por meio do discurso. Por outro lado, os autores deixam claro que se consideram funcionalistas moderados porque admitem também a possível existência de estruturas não funcionais no uso da lingüística geral.

A concepção adotada pelos autores é a que tem como pressuposto que as regularidades devem ser procuradas no discurso. Nesse sentido, a abordagem formal que tem como objetivo a sintaxe, nas palavras dos autores, “está procurando regularidades e explicações no lugar errado.” (VOTRE E NARO, 1989, p. 176).

Essa proposta surgiu a partir de um estudo realizado pelos autores que teve como objetivo analisar a estrutura na Ordem Verbo-Sujeito (VS) do português na fala. Descobriram que a ocorrência da ordem verbo-sujeito está condicionada por razões de natureza comunicativa: VS tende a ocorrer em contextos de fundo, fora de cadeias tópicas; e o S, nessas construções, não é o item de que se está falando. O S em VS, em decorrência disso, tende a não ser referido anteriormente no discurso. É tipicamente não-agentivo e não individuado, pois referentes com o valor positivo com estas características seriam normalmente foco de atenção. É, ainda, pouco afetado pela mesma razão.

Constataram também que a construção VS é utilizada em situações de segundo plano, muitas vezes puramente descritivas. O fato do S não ser alvo do fluxo informacional faz com que não se atribua muitas informações a ele. Isso implica um conflito inerente entre VS e verbos transitivos, uma vez que os transitivos têm como definição possuírem um segundo

argumento para o qual uma ação poderia ser transferida, produzindo um alto grau de atividade.

Acrescentam os autores a tais conjecturas o fato de que encontraram muitos casos em que VS ocorre em orações transitivas, porém nenhum objeto direto é efetivamente utilizado como pode ser demonstrado no exemplo citado a seguir que ocorreu logo após um trecho discursivo em que o morro é ponto de referência:

(19) As vezes é calmo, às vez é ... *Agita à beça esses homem maluco* aí. Fica andando, assim, de revólver. *Aí agita o morro* todo.<sup>28</sup>

Segundo Votre e Naro, no exemplo (19), pode-se perceber que a oração VS desempenha seu papel típico de introduzir um referente que se torna tópico nas duas orações seguintes. Além do mais, a segunda ocorrência de **agitar** mostra um objeto direto explícito **o morro todo**. Com isso, os autores demonstram que, de acordo com o modelo funcionalista, exemplos como (19), em que se prediz pouca atividade em VS, são muito raros, no entanto, como foi comprovado, não são inexistentes.

Para mostrar a possibilidade de encontrar no uso real exemplos de orações VS com verbos transitivos em que são explicitados os objetos diretos, os autores apresentam o exemplo (20)<sup>29</sup> dado a seguir. Porém, é importante ressaltar que se trata de uma situação de ocorrência muito rara.

(20) Se você chegar em Pernambuco, ele não fala a mesma coisa que fala o baiano.

Ao analisar (20), é possível observar o falar com a ordem padrão SVO na oração principal, porém na oração subordinada apresenta a ordem VS, apesar de se notar que há a presença de um objeto direto (na forma relativizada).

Para os autores, é a partir de uma abordagem funcional da língua que é possível encontrar soluções que mostrem a continuidade dos usos. Além do mais, as propriedades das orações em VS são o resultado direto da função discursiva que desempenham no uso real. Desse modo, a estrutura abstrata de VS não teria nenhum tipo de papel que pudesse explicar essas propriedades porque os fatos reais e a explicação conseqüente pertencem ao domínio da *performance*.

<sup>28</sup> Manteve-se, na íntegra, em (19), o exemplo descrito da língua falada dos sujeitos analisados por Votre e Naro.

<sup>29</sup> No exemplo (20), foi transcrita, com exatidão, a descrição da língua falada dos sujeitos pesquisado em Votre e Naro.

Conforme Votre e Naro há necessidade de se estabelecer uma sistematização de parâmetros funcionais para a sentença. Mencionam quatro parâmetros dentre alguns que foram sistematizados pelos lingüistas. São eles: figura/fundo, cadeia tópica, transitividade e fluxo da informação. A seguir, descreve-se cada um desses parâmetros.

O primeiro parâmetro é o que se refere à oposição figura/fundo. Essa oposição, que tem como princípio estabelecer o grau de centralidade de um item no fluxo do discurso, foi determinada pela Gestalt e tem como pressuposto distinguir entre o que o falante embala ou codifica como nuclear em oposição ao que apresente como acessório ou complementar. A identificação do traço figura pode ser feita em qualquer nível de organização lingüística tais como no parágrafo, no período, na oração, no sintagma ou nos próprios itens lexicais. Isso já pode ser visto em Hopper (1979) que comprovou a existência de indicadores formais de figura e a coocorrência de outros traços relevantes, com aspecto perfectivo, seqüencialidade temporal e polaridade afirmativa. Ao tomar a oração no português, os autores verificam que a oposição é caracterizada pela possibilidade de detectar em narrações a associação da figura à seqüência cronológica dos eventos, enquanto o fundo equivalerá à simultaneidade que é onde ocorrem comentários, detalhamentos, descrição no presente não-marcado ou no gerúndio, em que a dimensão temporal é irrelevante.

A cadeia tópica é o segundo parâmetro e decorre da noção de tópico como pólo da informação a qual é transmitida num texto multiproposicional. Nesses casos, pode-se verificar a presença de um referente tópico e o tamanho dessa cadeia, ou seja, o número de vezes que o referente é retomado em uma seqüência, como indícios seguros do grau de centralidade desse referente no fluxo do discurso. Essas regularidades e a pressão do uso é que demonstram que cada referente detém um grau inerente de topicidade. Além do mais, parece possível afirmar que o grau de topicidade de um referente está diretamente associado à posição relativa da oração que contém esse referente na dicotomia figura/fundo. É por isso que se pode explicar por que elementos altamente tópicos (como os agentes) tenham como tendência ocorrer em orações-figura enquanto elementos não tópicos tenham a propensão de aparecer em trechos de fundo.

Para tratar do parâmetro transitividade como uma propriedade da oração, Votre e Naro vão seguir a orientação dada por Hopper & Thompson (1980). De acordo com Hopper & Thompson, a transitividade deve ser vista como uma dimensão num *continuum* formado por traços de natureza gramatical e semântica; alguns desses traços são relativos aos argumentos, outros relativos aos verbos e ainda outros podem ser relativos à própria oração. Assim, a transitividade máxima ou canônica corresponderia à presença positiva de todos os traços

transitivizadores tais como um agente animado, intencional, individuado, causando uma mudança física no estado ou na localização do objeto individuado. O grau de transitividade está relacionado com o nível de completude da ação que envolve os dois participantes e com o modo de realizar a mudança física.

Portanto, a relação entre transitividade, figura/fundo e topicidade é transparente, pois as orações mais transitivas normalmente irão ocorrer em seqüências temporais, de figura, em que se verificam cadeias tópicas, a respeito de referentes agentes.

Finalmente, o último parâmetro, o do fluxo de informação, diz respeito à entrada, manutenção, queda e retorno de um referente no fluxo do discurso. Nesse parâmetro, a oposição básica é a que se estabelece entre um referente já mencionado no discurso e outros referentes que ainda não entraram em cena.

Os estudos aqui expostos levam à conclusão de que a sentença deve ser concebida a partir da funcionalidade da língua. Para Bechara, o enunciado é uma manifestação da linguagem com vistas à comunicação. O verbo ao ser pensado como significado verbal é instituído a partir de um sistema categorial em que tipos e funções da forma léxicas são determinados através de oposições funcionais constituintes da língua.

Moura Neves compreende a frase como um ato de interação, composto como uma unidade de níveis múltiplos construída a partir de distribuições do “dinamismo comunicativo” de certos elementos que contribuem para a continuidade da comunicação. Ilari, igualmente, corrobora com essa concepção funcional, pois toma como pressuposto a análise da frase em vários níveis, concebendo a ATR como a possibilidade de atribuir um papel discursivo, formulado e articulado num nível de representação do mundo com o objetivo de constituir unidades apropriadas à comunicação para análise numa situação real. Seguindo essa mesma linha teórica, Votre e Naro partem, também, do princípio de que é a funcionalidade que expressa o grande número de ocorrências que, a princípio, são motivadas pelo discurso, por isso as regularidades da língua só podem ser encontradas no discurso. Portanto, para esses autores uma abordagem funcional da sentença possibilitaria encontrar soluções que expliquem a continuidade dos usos desempenhados pelos indivíduos em situações reais.

A seguir, a terceira seção apresenta os estudos que Bechara (2000), Moura Neves (2000) e Ilari (1992) desenvolveram sobre o processo de subordinação. Essa exposição justifica-se porque este trabalho tem como objeto de descrição lingüística o processo de subordinação. Assim, entende-se ser importante submeter à apreciação o tratamento dado por esses autores sob os preceitos da Lingüística, cujo aporte teórico direcionou e sustentou a concepção do paradigma funcionalista.

### 3.3 A SUBORDINAÇÃO COMO OBJETO DE DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA

Levando em consideração o processo de subordinação como objeto de descrição lingüística, é interessante submeter à apreciação os estudos desenvolvidos por Bechara (2000), Moura Neves (2000) e Ilari (1992) quanto à subordinação. A escolha de Bechara justifica-se por esse autor apresentar, embora preliminarmente, a idéia de descrição da realidade da língua em uso sobre bases teóricas apoiadas pela NGB. A opção por Moura Neves e Ilari deve-se ao fato de esses autores difundirem em seus estudos sobre a linguagem os preceitos do funcionalismo. A predileção por esses estudiosos para constituírem o referencial teórico desta seção tem como objetivo explicitar a construção da sentença segundo o processo de subordinação sob a perspectiva da língua em uso.

Para tratar da visão de Bechara sobre a subordinação conceituam-se os processos de subordinação e de coordenação. A subordinação (oração complexa) é concebida como uma oração independente do ponto de vista sintático, que sozinha, considerada como unidade material, constitui um texto, se este nela se resumir, como na oração exemplificada pelo autor:

(21) A noite chegou.

Essa oração pode, pelo fenômeno de estruturação das camadas gramaticais conhecidas por hipotaxe ou subordinação, passar a uma camada inferior e aí funcionar como pertença, como membro sintático de outra unidade. Pode-se vislumbrar tal afirmação no exemplo:

(22) O caçador percebeu que a noite chegou.

Neste caso, a primitiva oração independente **A noite chegou** transportou-se do nível sintático de independência para exercer a função de complemento ou objeto direto da relação predicativa da oração a que pertence o núcleo verbal **percebeu: o caçador percebeu**.

Assim, de acordo com o autor, a unidade sintática **que a noite chegou** é uma oração subordinada, enquanto a unidade **O caçador percebeu** é denominada pela gramática tradicional de oração principal.

Portanto, o conjunto complexo **que a noite chegou** não passa de um termo sintático na oração complexa **O caçador percebeu que a noite chegou**, pois funciona como objeto direto do núcleo verbal “percebeu”. Estas unidades transpostas exercem função própria de substantivos, adjetivos e advérbios, razão pela qual são classificadas na oração complexa.

A marca de subordinação oracional ocorre através da conjunção integrante **que** (O caçador percebeu **que** a noite chegou) a qual não tem como função principal juntar duas orações, mas tão-somente marcar o processo por que se transpôs uma unidade de camada superior (uma oração independente) para funcionar, numa camada inferior, como membro de outra oração. Por isso, o autor não aceita a denominação tradicional de orações compostas ou período composto. Para ele, têm-se orações complexas, isto é, orações que têm termos determinantes ou argumentais complexos, representados sob forma de outras orações. Esse **que** é, então, denominado de transpositor. Só há a coordenação com orações ou períodos compostos.

A oração transposta inserida na oração complexa é classificada conforme a categoria a que corresponde e pela qual pode ser substituída no desempenho da mesma função. Por isso que a oração transposta é classificada como substantiva, adjetiva ou adverbial, pois desempenha função sintática normalmente constituída por substantivo, adjetivo ou advérbio de acordo com a tradição gramatical.

Dessa forma, a oração subordinada transposta substantiva aparece inserida na oração complexa, exercendo funções próprias do substantivo tais como de sujeito, objeto direto, complemento relativo, predicativo, objeto indireto e aposto.

A oração complexa de transposição adjetiva ocorre, por meio de um transpositor, representado por pronomes relativos, quando transpõe a oração independente, que funciona num nível inferior como adjunto adnominal de um substantivo. Essas orações adjetivas subdividem-se em explicativas e restritivas.

A adjetiva explicativa ocorre quando o adjetivo anteposto (também chamado de epíteto) traduz, por parte da perspectiva do falante, valor explicativo ou descritivo e é chamada de restritiva quando houver restrição a uma realidade que se opõe a outras. A explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem. Na língua falada aparece marcada por pausa em relação ao antecedente e, na escrita, é assinalada por adequado sinal de pontuação, sendo esse geralmente a vírgula. Por outro lado, a restritiva é proferida sem pausa e não há indicação na escrita de sinal de pontuação a separá-la do antecedente.

As orações complexas de transposição adverbial que exercem funções da natureza dos advérbios subdividem-se em dois grupos. O primeiro grupo é constituído pelas subordinadas adverbiais propriamente ditas, porque exercem função própria de advérbio e locução adverbial e podem ser substituídas por um advérbio ou locução adverbial, estando, neste grupo, as que exprimem as noções de tempo, lugar, modo (substituíveis por advérbio), causa,



concessão, condição e fim (substituíveis por locuções adverbiais formadas por substantivos e grupos nominais equivalentes, introduzidos pelas respectivas preposições). O segundo grupo é constituído pelas subordinadas comparativas e consecutivas.

Para introduzir o conceito de coordenação, o autor toma um grupo oracional integrado por orações sintaticamente independentes entre si, que, por isso mesmo, podem aparecer separadas. Nos exemplos:

(23) O caçador chegou à cidade e procurou um hotel.

(24) O caçador chegou à cidade. Procurou um hotel.

O gramático observa que se tem um grupo de orações da mesma camada gramatical, isto é, como orações, o que vem a caracterizar uma das propriedades de estruturação das camadas gramaticais conhecida por parataxe ou coordenação. Sendo assim, pode-se dizer que se têm orações compostas, grupos oracionais ou período composto, com precisão, quando se estiver diante de orações coordenadas.

Essas orações coordenadas estão ligadas por conectores chamados de conjunções coordenadas que têm como função apenas marcar o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre os conteúdos de pensamento designado em cada uma das orações sintaticamente independentes. São três as relações semânticas marcadas pelas conjunções coordenativas: aditiva, adversativa e alternativa.

Além destas, certas unidades de natureza adverbial e que manifestam valores de concessão, conclusão, continuação, explicação, causa, que fazem referência anafórica ao que anteriormente se expressou, podem aparecer como aparentes conectores de orações em grupos oracionais: logo, pois, portanto, por conseguinte, entretanto, contudo, todavia, por isso, também, daí, então, pelo contrário, etc. Partindo desses valores semânticos, o autor observa que, de acordo com a gramática tradicional, ficou estabelecido como conectores coordenativos, as conjunções conclusivas e causais-explicativas. No entanto, ele não concorda com tal posicionamento, alegando que se trata de unidades que manifestam esses valores de dependência interna, semelhantes às orações subordinadas, mas no nível do sentido do texto. Para ele, trata-se aqui de unidades transfrásicas, já que ultrapassam os limites de fronteira das orações.

Bechara acrescenta a essa classificação que as orações podem encadear-se, como ocorre com os termos sintáticos, dentro da oração, sem vir encabeçadas por unidades especiais. Em geral, essas sentenças são assinaladas quase sempre na escrita por vírgula, ponto e vírgula e ainda por dois pontos. Esse procedimento de enlace é denominado de justaposição ou

assindetismo e, sob o ponto de vista sintático e semântico, se aproximam, pela independência sintática e pelo estreito relacionamento semântico, da parataxe ou coordenação.

Para tratar das orações sob o ponto de vista da subordinação Moura Neves (2000)<sup>30</sup> vai caracterizá-las de acordo com os elementos conjuntivos que tradicionalmente distinguem cada uma das orações. Assim, as orações subordinadas serão subdivididas em três tipos: substantivas, adjetivas e adverbiais.

O primeiro tipo é o das orações substantivas. Para conceituar esse tipo, a autora apresenta inicialmente a definição de oração que, nessa perspectiva, é vista como equivalente a um sintagma nominal, sendo esse o motivo de, na tradição, ser denominada de oração substantiva, pois apresenta características de um elemento nominal, o que pode ser verificado por meio da relação de correspondência que ela apresenta em geral com um substantivo (+ determinante), com um sintagma e com um infinitivo substantivado.

As orações subordinadas substantivas são construídas com verbo no infinitivo ou em um modo finito, sendo essas orações introduzidas por uma conjunção integrante – **que** ou **se** – (**que** pode ocorrer de forma elíptica ou não em alguns casos), estando o verbo, nesse caso, na forma finita (indicativo e subjuntivo). Como apresentado nos exemplos dados a seguir:

(25) Não surpreende *QUE* esta feira ocorra em nosso país. (EM)

(26) Fiquei pensando se valia a pena viver. (FR)

Por outro lado, quando se tiver uma construção subordinativa com verbo na forma infinitiva, não ocorre conjunção, como exemplificada em:

(27) *BASTA* voltar a arma na direção dele e meter-lhe uma bala no olho. (N)

As orações substantivas, segundo Moura Neves, podem também apresentar-se justapostas, sendo iniciadas por palavras interrogativas ou exclamativas, podendo os verbos estar na forma finita ou infinita. Por exemplo:

(28) Diz *COMO* aconteceu a desgraça. (B)

(29) Ensinará aos pequenos *COMO* preparar alguns refrescos de frutas. (GT)

(30) Não quero que perceba *QUANTO* sofreu. (A)

(31) Sei *QUANDO* a briga está perdida. (CH)

(32) Serpa, atento, perguntou *POR QUE* ele omitira aquilo no inquérito. (AFA)

---

<sup>30</sup> Para ver, na íntegra, as referências e os exemplos gráficos, apresentados por Moura Neves, consultar MOURA NEVES, Maria Helena. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesco, 2000.

As orações substantivas podem ser encaixadas ou integradas em uma outra oração que, por vez, são chamadas de matriz ou principal (na nomenclatura tradicional). Do mesmo modo, por equivaler a um sintagma nominal, as orações desse tipo exercem todas as funções que o sintagma pode exercer.

Essas orações, que são introduzidas por conjunções integrantes, em geral funcionam como complemento de um termo da outra oração. Assim, as orações substantivas podem exercer a função argumental, a função predicativa e a função apositiva.

As orações substantivas, com função argumental, ocorrem em orações introduzidas por conjunção integrante que e, de um modo geral, funcionam como complemento de um termo da outra oração. O papel exercido por essas orações é de argumento, ou participante, em relação a um termo valencial da oração principal. Nesse sentido, são distinguidos por Moura Neves três tipos de argumentos.

O primeiro tipo é o argumento de verbo que ocorre quando é um verbo da oração principal que exige a oração completiva a qual pode exercer todas as funções argumentais, ligadas ao verbo e exercidas por um sintagma nominal tais como as explicitadas nas frases a seguir:

(33) Mas não lhe ocorreu *QUE* não é o único João deste mundo? (CR)

□□ → [função de sujeito]

(34) Geisel respondeu *QUE* considerava seus serviços imprescindíveis ao Governo (TF)

□□ → [função de objeto direto]

(35) Apesar de terem respondido que eu estava indisposto, papai insistiu *em QUE* me chamassem. (A)

□□ → [função de objeto indireto com preposição]

O segundo tipo é o de complementação de substantivo (com preposição). Nesse caso, é o substantivo que exige a oração completiva, denominada tradicionalmente de oração completiva nominal como exemplificado em:

(36) Tenho certeza de *QUE* ela não o teria deixado se você fosse rico. (AC).

E, o último tipo, é o que foi designado de complementação adjetiva (com preposição). Esse tipo ocorre quando é um adjetivo que exige a oração completiva e, da mesma forma que a complementação de verbo, essa oração completiva é tradicionalmente chamada de completiva nominal. Por exemplo:

(37) Mas me calei, prudente, *desejoso de QUE ela pusesse fim às suas confissões e me servisse outro doce.* (SE)

Nas orações substantivas com função predicativa, as orações completivas podem ser predicativas, isto é, funcionar como predicativo do sujeito da oração principal como no exemplo:

(38) O problema é *QUE não conseguia ampliar a produção.* (AGF)

É comum a oração predicativa vir posposta. No entanto, ocorrem casos em que também é possível essa oração vir anteposta como em:

(39) *QUE haja um só rebanho e um só pastor* sempre foi a maior preocupação da igreja.  
(CRU)

Finalmente, as orações substantivas em função apositiva ocorrem quando as orações completivas funcionam como aposto de um termo da oração principal. De um modo geral, tem-se em orações desse tipo um aposto explicativo que vem separado por vírgula ou dois pontos como no exemplo:

(40) O meu mandamento é *este: QUE vos ameis uns aos outros; assim como eu vós amei.* (SO)

Por outro lado, essa oração apositiva, mesmo instituída com um verbo na forma finita, pode prescindir da conjunção integrante, exemplificada na sentença por:

(41) Tudo que ele queria era exatamente *isto: conhecer mundos novos.* (OA)

Acrescenta-se que as orações substantivas apresentam subtipos semânticos e subtipos funcionais. No subtipo semântico, as construções com orações completivas têm uma natureza factual, isto é, tem um predicado do tipo denominado factivo, um predicado chamado de implicativo que se subdivide em predicados afirmativos e negativos, como pode ser verificado, respectivamente, nos exemplos citados a seguir:

(42) O povo *descobriu QUE o tal não era cego nem nada.* (CA)

(43) Conseguiu Felipe *QUE ele vestisse o casaco.* (CE)

(44) *Eu me recuso a negar-lhe comida.* (REA)

Nesse subtipo semântico também se encontra um predicado que está ligado a preenchimento de condições o qual se subdividirá em:

a) predicados que indicam condição suficiente, mas não necessária (chamados verbos causativos ou verbos **se**); e

b) predicados que indicam uma condição necessária, mas não uma condição suficiente (chamados verbos **somente se**).

Em a) os predicados podem ser causativos afirmativos e causativos negativos. Já b) é constituído de verbos **somente se** afirmativos e de verbos **somente se** negativos como, respectivamente, estão sendo exemplificados nas frases a seguir:

(45) *Cuida-se de atenuar e evitar seqüelas.* (GLA)

(46) Fechou o laboratório para *impedir QUE a vaca entrasse.* (VD)

(47) Eu sei que *posso transformar você num grande ídolo internacional.* (ARA)

(48) *Hesitei em aceitar a incumbência de prefaciар este volume* (II-O)

Os subtipos funcionais das orações substantivas são de três tipos. O primeiro tipo é o constituído pelas orações subjetivas que exercem a função de sujeito e vêm comumente pospostas à oração principal. A anteposição é possível tanto com verbo em modo finito como com verbo na forma infinita; porém representa uma construção mais marcada, na qual a oração subjetiva vem topicalizada.

O segundo tipo é o composto pelas completivas verbais que se subdividem em objetivas diretas e objetivas indiretas. As objetivas diretas são construídas com verbos de elocução (verbos que introduzem o discurso) os quais anunciam um discurso direto ou um discurso indireto, com verbos de (julgamento, opinião, crença), com verbos avaliativos factivos (adorar, gostar, aprovar, detestar, censurar, reprovar, lamentar, deplorar, suportar, tolerar)<sup>31</sup>, com verbos volativos<sup>32</sup> e com verbos factitivos, ou seja, de *fazer fazer* (mandar, deixar, fazer) e de percepção sensorial ou mental (ver, ouvir, sentir, perceber, notar, etc.)<sup>33</sup>. As orações objetivas indiretas são construídas com alguns verbos reflexivos (lembrar-se, esquecer-se, recordar-se, conscientizar-se, assegurar-se, aperceber-se, recusar-se, opor-se, dispor-se,

<sup>31</sup> Os verbos avaliativos factivos caracterizam-se por expressar uma avaliação do falante, ao mesmo tempo em que apresentam a propriedade da factualidade, pois têm o complemento sempre assegurado como um “fato” afirmando ou negando um estado de coisas que está expresso na oração principal.

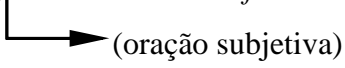


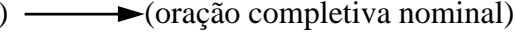
<sup>32</sup> Os verbos volativos são caracterizados como expressão de “vontade” ou “desejo”.

<sup>33</sup> Os verbos factivos e os verbos de percepção compartilham propriedades construcionais. Eles podem ter como complemento uma oração completiva direta, sendo que os sujeitos da oração principal e da oração completiva são não-correferenciais.

destinar-se) e com alguns verbos não-reflexivos (aconselhar, obrigar, levar, visar, duvidar, insistir, cuidar, tratar, desesperar).

O terceiro tipo é o que contempla as orações completivas nominais que exercem a função de complemento nominal – complemento de substantivo ou adjetivo valencial – e vêm pospostas ao substantivo ou adjetivo de que são complementos. As completivas de substantivo compõem-se de um substantivo valencial + preposição **de, em, por** + oração completiva, estando o verbo dessa oração na forma finita (modo indicativo e subjuntivo) e no infinitivo.

Nos exemplos dados abaixo, pode-se vislumbrar esses três tipos de construções substantivas:

- (49) *QUE havia um obstáculo, o General Frota, mas este seria afastado logo que possível é certo.* (TF)  (oração subjetiva)
- (50) *Os médicos disseram QUE voltará a andar.* (HA)  (objetiva direta)
- (51) *Esqueceram-se de QUE o Cristo dos pentecostais pretos era um Cristo negro, libertador da raça negra.* (PEN)  (objetiva indireta)
- (52) *O fato de QUE um mesmo elemento em uma mesma palavra pode ser ou um afixo ou uma raiz é bastante eloquente.* (TL)  (oração completiva nominal)

Ao tratar das orações adjetivas, Moura Neves apresenta como pressuposto a concepção tradicional segundo a qual os pronomes relativos **que, qual (quais), quanto (quantos, quantas), cujo (cujos, cuja, cujas), quem, onde**, como introduzem uma oração de função adnominal, isto é, uma oração adjetiva. Para explicitar tal conceituação, ela toma como exemplo o seguinte enunciado:

- (53) *Mas a mulher que Aristófanes defende não tem direito à paixão.* (ACM)

Em (53), tem-se a oração iniciada pelo pronome relativo **que** (QUE Aristófanes defende), exprimindo uma propriedade (ser defendida por Aristófanes) de uma entidade (a mulher) à qual atribui um predicado (não tem direito à paixão). Pode-se observar que, segundo Moura Neves, o pronome relativo, nesse enunciado, ocupa, na oração em que ocorre (a oração adjetiva), a mesma posição que seria ocupada pelo constituinte que ele represente, nesse caso, **a mulher**.

Segundo essa abordagem, a autora classifica as orações adjetivas em dois tipos a saber: orações adjetivas restritivas e orações adjetivas explicativas.

As orações adjetivas restritivas são construídas de dois modos: com antecedente e sem antecedente. Já as adjetivas explicativas se instituem sempre com antecedente. Para demonstrar tal distinção, tomam-se os seguintes exemplos:

(54) O *médico* QUE dera o atestado chamava-se Pedro M. Silva. (BU)  
 ↳ (adjetiva restritiva com antecedente)

(55) QUEM vê cara não vê coração. (MAR)  
 ↳ (adjetiva restritiva sem antecedente)

(56) Parei sob o *jataí*, QUE vi crescer, abracei-me no seu tronco, em desespero. (MAR)  
 ↳ (adjetiva explicativa com antecedente)

Para estabelecer a distinção entre a oração adjetiva restritiva e a explicativa, compara-se o seguinte par de exemplos:

(57) De acordo com um levantamento da Trevisan, *as empresas QUE* trabalham em setores mais competitivos conseguiram reduzir seus preços entre 15% e 22% nos últimos dois anos. (VEJ)

(58) De acordo com um levantamento da Trevisan, *as empresas*, QUE trabalham em setores mais competitivos, conseguiram reduzir seus preços entre 15% e 22% nos últimos dois anos. (VEJ)

(57) é considerada como uma oração adjetiva restritiva porque a informação introduzida serve para identificar um subconjunto dentro do conjunto de empresas, ou seja, o daquelas *QUE trabalham em setores mais competitivos*. Nesse sentido, a oração adjetiva restringe o número de empresas que teriam conseguido reduzir seus preços. Em outras palavras, dentre todas as empresas existentes, só teriam conseguido reduzir seus preços, nos últimos dois anos, as *QUE trabalham em setores mais competitivos*.

Por outro lado, (58) é definida como uma oração adjetiva explicativa porque a informação introduzida é suplementar, não servindo para identificar nenhum subconjunto dentro do conjunto das empresas. Assim, no enunciado (58) modificado, a presença das vírgulas marca uma oração explicativa, isto é, não predica um grupo delimitado, particular de empresas, introduzindo, porém, uma informação adicional, não possibilitando identificar algumas empresas, apesar de acrescentar uma informação acerca daquelas empresas de que se fala.

Acrescenta-se a essas constatações o fato de que as construções que contêm uma oração adjetiva restritiva envolvem pressuposições que podem ser factuais se o verbo da oração

adjetiva restritiva estiver no modo indicativo e não-factual ou hipotético se o verbo da oração estiver no modo subjuntivo como pode ser observado nos respectivos exemplos:

(59) O médico *QUE* dera o atestado chamava-se Pedro M. Silva. (BU)

└─> Pressupõe ──> *um médico dera o atestado*

(60) Ganha aquele *QUE* fizer menos erros psicológicos. (VEJ)

└─> Pressupõe ──> *ele ganha se fizer menos erros psicológicos*

Do mesmo modo, têm-se ocorrências de pressuposições hipotéticas em construções com orações relativas restritivas que têm formas verbais infinitivas com antecedente e sem antecedente, bem como em orações relativas restritivas que são construídas com formas verbais não-finitas, podendo essas ser introduzidas pelos pronomes relativos **que**, **quem** e **onde**. Vejam-se algumas dessas ocorrências nos exemplos dados abaixo:

(61) Em matéria de gordura há *muito QUE* malhar e *pouco QUE* comer. (VEJ)

└─> (forma infinitiva com antecedente)

(62) Esopo, dê-me *com QUE* escrever! (TEG)

└─> (forma infinitiva sem antecedente)

É interessante referir que, de acordo com Moura Neves, o antecedente de um pronome relativo, e, portanto, de uma oração adjetiva, pode ser um sintagma nominal (um substantivo com determinante(s) ou sem determinante), um pronome (indefinido, demonstrativo) e um aposto da oração (com sintagma nominal – a oração adjetiva é restritiva –, e com pronome demonstrativo **o**). Há de se acrescentar também que os pronomes relativos exercem função sintática na oração adjetiva a que pertencem não precedido de preposição de sujeito, de objeto direto, precedido de preposição de objeto indireto, de complemento nominal e de complemento ou adjunto adverbial.

O tratamento dado por Moura Neves para a organização das subordinadas adverbiais toma como princípio os diferentes tipos de conjunções que introduzem essas construções. As orações são subdivididas em temporais, causais, condicionais, concessivas, finais, comparativas, consecutivas, conformativas, proporcionais e modais. A fim de apresentar esse posicionamento, conceitua-se, a seguir, cada um desses tipos oracionais, exemplificando-os.

Uma construção temporal, expressa por um período composto, é constituída pelo conjunto de uma oração nuclear, ou principal, e uma temporal. Na análise das orações, a



temporal pode ser representada quando for iniciada pela conjunção *quando*, podendo ser posposta ou anteposta à principal, como nos seguintes exemplos:

(63) A música de Bach cede *QUANDO* a mãe começa a cantar. (MAG)

└─▶ (posposta)

(64) *QUANDO* os moradores chegaram levaram um susto. (REA)

└─▶ (anteposta)

É necessário mencionar que a ordem relativa das orações é pertinente para a interpretação do efeito de sentido, bem como é de grande importância nesse tipo de construção a existência ou não de pausa, representada na língua escrita por um sinal de pontuação, especialmente pela vírgula, entre a oração nuclear e a oração temporal. Além do mais, é possível apontar quatro tipos de construções temporais com a conjunção **quando**. São elas: posposta sem pausa, anteposta sem pausa, posposta com pausa, anteposta com pausa.

Outra característica desse tipo de sentença é que a oração temporal com a conjunção **quando** pode também vir intercalada na oração principal, representando, desse modo, uma posposição a algum dos membros dessa oração. Por exemplo:

(65) Como somos todos carnavalescos gostamos de fingir, *QUANDO NOS ENCONTRAMOS*, que o carnaval está na rua e está conosco. (Q)

Acrescenta-se à conjunção **quando**, outras conjunções que também expressam a relação temporal tais como as conjunções **enquanto**, **apenas**, **mal**. Além dessas, farão parte desse grupo temporal algumas conjunções temporais compostas, isto é, as que na nomenclatura tradicional, são denominadas de locuções conjuntivas que têm normalmente o elemento **que** como final e que envolvem um advérbio como **antes** (antes que), **depois** (depois que), **logo** (logo que), **assim** (assim que) e **sempre** (sempre que); uma preposição como **até** (até que) e **desde** (desde que); o numeral ordinal **primeiro** (primeiro que); e um sintagma nominal do tipo **freqüentativo** (todas as vezes que / cada vez que).

As relações expressas pelo tempo sempre se ligam a relações muito complexas. Essa complexidade aumenta quando a relação temporal envolve dois estados de coisas, isto é, duas predicções, como no caso das construções com uma oração principal e uma oração temporal.

As construções do tipo causal podem ser analisadas em construções complexas causais, representadas em orações que iniciam pela conjunção **porque**, como no seguinte exemplo:

(66) Trabalho aqui *PORQUE* quero. (ES)

Além da conjunção causal **porque** outras também expressam a mesma relação básica entre duas orações. São elas: **como, pois, porquanto**. Também vão ser denominadas de conjunções causais **já que, uma vez que, dado que, desde que**, constituídas pelo elemento **que** no final, sendo nomeadas tradicionalmente como locuções conjuntivas causais.

A relação causal expressa por essas orações, num sentido estrito, diz respeito à conexão causa-conseqüência ou causa-efeito entre dois eventos. Essas relações dão-se entre predicções (estados de coisas), indicando causa real ou causa eficiente, ou causa-efetiva. Portanto, a relação causal implica subseqüência temporal do efeito em relação à causa.

No entanto, as expressões lingüísticas de ligação causal, marcadas pelo conector **porque** ou seus equivalentes semânticos, não se restringem a esse tipo de causalidade efetiva entre conteúdos. A relação causal, raramente se refere a simples acontecimentos ou situações de um mundo, pois essas relações podem ser marcadas por um conhecimento, julgamento ou crença do falante, isto é, existentes no domínio epistêmico. Elas não se dão simplesmente entre predicções (estados de coisas), mas entre proposições (fatos possíveis), passando então pela avaliação do falante. Essa relação é tradicionalmente denominada causa formal. Como, por exemplo, em:

(67) A opção de usar frango para alimentação de peixes pode não ser boa, *PORQUE* há excesso de proteínas na carne da ave. (AGF)

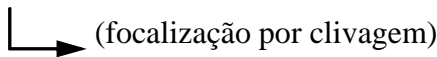
Essas relações podem expressar um ato de fala e a expressão da causa que motivou esse ato lingüístico, exemplificado por:

(68) Vou tirar umas férias, *PORQUE* estou cansadíssimo. (AMI)

Com relação à ordem, nas construções causais essa distribuição da informação está bastante ligada à ordem das palavras e, nas causais, levado em conta todos os tipos de conectivos, essa questão torna-se complexa. Nesse sentido, as causais com **porque**, que é a conjunção mais usada, são normalmente pospostas, e isso confere a essas orações um valor informacional ligado à informação nova. Casos em que as orações causais com **porque** são antepostas, geralmente são marcados, com a anteposição obtida por extraposição, para focalização por correlação ou por clivagem.

(69) *Ou PORQUE* sentisse necessidade de primeiro, tomar um pouco de ar, ou *PORQUE* o seduzisse a calçada larga e bem arborizada da Alameda Ibiruma, pôs-se a caminhar a passos lentos. (A)

└─→ (focalização por correlação)

(70) *Foi PORQUE* éramos tecnologicamente adiantados que aprendemos a ganhar terra ao mar. (AR-O)  (focalização por clivagem)

As construções condicionais complexas podem ser representadas na análise das orações iniciadas pela conjunção *se*, sendo as construções condicionais, em princípio, enunciadas, por exemplo, da seguinte forma:

oração principal
------------------

(71) Naturalmente esta lista poderia ser aumentada consideravelmente se quiséssemos. (BEB)

oração condicional
--------------------

Outros conectivos que exercem a mesma relação básica entre duas orações condicionais, segundo Moura Neves, são as conjunções *caso*, *que*, *desde que*, *contanto que*, *uma vez que*, *a menos que*, *sem que*, *a não ser que*, *salvo se*, *exceto se*.

Essa relação condicional vai expressar em construções desse tipo o que genericamente pode-se designar como condição. A indicação mais tradicional e comum que se faz para as construções tradicionais diz respeito às relações lógico-semânticas expressas, que assim se enunciam (nomeando-se **p** à primeira oração e **q** à segunda) e que se pode vislumbrar a partir da formulação esquematicamente apresentada por Moura Neves:

“se <b>p</b> , <b>q</b> ” ⇒ “ <b>p</b> verdadeiro e <b>q</b> verdadeiro”.
---

Em uma construção condicional, a oração que exprime condição (na tradição, denominada de subordinada) é chamada de prótase, e a que exprime o que é condicionado (a nuclear, ou principal) é chamada de apódose. Esse tipo de construção apóia-se basicamente numa hipótese, razão pela qual o termo hipotético é o que está presente nos estudos clássicos, como designação genérica das construções condicionais. Sob esse ponto de vista, é considerada a relação que se instaura entre o conteúdo da condicionante (prótase) e o conteúdo da condicionada (apódose) como uma relação do tipo:

ORAÇÃO 1: condição para a realização⇒⇒⇒⇒⇒⇒⇒⇒⇒⇒
--

ORAÇÃO 2: ⇒⇒ conseqüência / resultado da resolução da condição enunciada
--

Para explicar o esquema acima, Moura Neves considera que a condicional é um resultado que se resolve, na ORAÇÃO 2, de três formas: por meio de uma realização/fato; ou através de uma não-realização/não-fato; ou, ainda, por uma realização eventual/fato eventual. Pode-se prever três grandes grupos de construções ligadas a uma oração condicionante: dada a realização/a factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a realização/a factualidade da oração condicionada; dada a não-realização/a não-factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a não-realização/a não-factualidade da oração condicionada e dada a potencialidade da oração condicionante, segue-se a eventualidade da oração condicionada.

Não ocorrem apenas esses tipos de relações em orações condicionais, pois, ao se analisar a organização da informação no texto, pode-se verificar que as orações condicionais antepostas, que são as mais frequentes, constituem um ponto de apoio para a referência, um tópico discursivo. Portanto, as orações condicionais formam uma espécie de moldura de referência em relação à qual a oração principal é factual, ou apropriada, bem como o fato de que nas orações condicionais é possível também verificar que sempre está presente uma informação que não é dita como novidade. Para elucidar tais afirmações, toma-se, a título de ilustração, o seguinte exemplo:

(72) Se tudo está desse jeito, eu não posso confiar! (PEM)

A: Tudo está desse jeito, não é?

B: [concordância]

C: (Então) eu não posso confiar.

Segundo Moura Neves, nesse exemplo, é como se A propusesse uma questão e obtivesse o consentimento – ou o não-consentimento – de B para a validade do que ele propôs. Isso significa que ambos estão concordando sobre a validade ou não-validade dessa proposição, e essa concordância (ou discordância) passa a funcionar como base para o que A diz em seguida. Assim, a contraparte declarativa da pergunta A é estabelecida como um ponto de apoio para a declaração que A faz em seguida:

a) Pergunta

Tudo está desse jeito, não é?

b) contraparte declarativa dessa pergunta

(Sim) Tudo está desse jeito.

c) Estabelecimento dessa declaração como condicionante

Se tudo está desse jeito, eu não posso confiar! (PEM)

Levando em consideração esse raciocínio, o que a oração condicional anteposta apresenta é uma parte do conhecimento partilhado entre o falante e o ouvinte e, como tal, constitui uma base selecionada pelo falante para assentar a porção seguinte de seu discurso. Isso pode ser observado em contextos reais mais amplos.

No que se refere à ordem, as construções condicionais, na maior parte, trazem a oração subordinada antes da principal, podendo invocar, sob o ponto de vista lógico-semântico, um princípio de iconicidade que favoreça essa anteposição da oração condicionante.

Outro aspecto interessante verificado nos estudos de Moura Neves é a crítica que a autora faz à tradição gramatical quanto à classificação da condicional em três diferentes subtipos, ou seja, reais, irrealis e eventuais. Tal classificação da condicional em um período real tem como princípio o fato de que o enunciado da prótase é concebido como real e, a partir daí, o enunciado da apódose é concebido como uma consequência necessária e, portanto, também real. Essa generalização, que tem base lógica, não é confirmada quando se avalia usos efetivos da língua.

Com relação às construções concessivas, essas são expressas por um período composto constituído por um conjunto de uma oração nuclear, ou principal, e uma concessiva como exemplificado por:

(73) *EMBORA* ninguém prestasse atenção, alisou de novo a saia. (CBC)

Além da conjunção **embora**, outras conjunções exprimem a mesma relação básica, seja como anteposição seja como posposição da oração concessiva. São elas: conquanto, mesmo que, ainda que, posto que, apesar (de) que, se bem que, por mais que, por muito que, por menos que, nem que, ainda quando, não obstante.

Da mesma forma, as construções concessivas têm sido enquadradas, juntamente com as adversativas, entre as conexões contrastivas, cujo significado básico é “contrário à expectativa”. No entanto, se, de um lado, as construções concessivas podem ser vistas na sua relação com as construções adversativas, de outro lado é necessário também verificar a sua relação com as construções causais e condicionais. Entretanto, toma-se para definir a relação expressa pela concessiva a que é a mais aceita, ou seja, a que diz que nela se combinam uma oração principal e uma oração concessiva que expressa um fato (ou noção), apesar do qual a proposição principal se mantém. Isso equivale a dizer que, em uma construção concessiva, o fato (ou noção) expresso na oração principal é asseverado, a despeito da oração contida na oração concessiva.

Sob o ponto de vista da lógica, numa construção concessiva, pode-se chamar **p** à oração concessiva e **q** à principal. Trata-se de uma construção concessiva quando **p** não constitui razão suficiente para **não q**, esquematizada logicamente em:

“embora **p, q**”  $\Rightarrow$  “**p** verdadeiro e **q** independente da verdade de **p**”.

Elucidando o esquema acima, pode-se dizer que, apesar de o fato (ou evento) expresso em **p** constituir uma condição suficiente para a não-realização do fato (ou evento) expresso em **q, q** se realiza; e a afirmação de **q** independe do que quer que esteja afirmado em **p**.

A partir desse esquema, prevêem-se três grandes grupos de construções ligadas a uma oração concessiva. São eles: factuais/reais, contrafactuais/irreais e eventuais.

Quanto à ordem das construções concessivas, considera-se que elas obedecem a propósitos comunicativos. Portanto, nas concessivas puras (sem o elemento adversativo presente), tanto pode ocorrer posposição como anteposição e, mesmo, intercalações da oração concessiva.

Do mesmo modo que a condicional, essas construções concessivas também se subcategorizam em factuais (ou reais), contrafactuais (ou irreais) e eventuais.

As construções finais complexas são representadas por orações iniciadas por conjunções do tipo **a fim de que** e **para que**, tradicionalmente, denominadas de locuções conjuntivas, como por exemplo:

(74) O governo *devia* ter antes educado o camponês *PARA QUE* ele melhor aproveitasse a situação que hoje desfruta. (AR-O)

Nesse exemplo, tem-se um período composto, constituído pelo conjunto de uma oração principal, ou nuclear, e uma final. No entanto, na maioria das vezes, a relação final é expressa na forma infinitiva por uma oração iniciada pela preposição **para** ou pela locução **a fim de**. Geralmente, **para** e **a fim de** são aceitos no mesmo contexto, o mesmo ocorrendo com **para que** e **a fim de que**.

As relações expressas nas orações finais caracterizam-se, semanticamente, como expressão de finalidade, ou do propósito que motiva o evento expresso na oração principal. O contexto mais característico de uma oração final é a ligação com uma oração principal que tem sujeito capaz de exercer controle sobre o evento expresso na final. Como se pode verificar no exemplo dado a seguir:

(75) No princípio, *terei* de agir com prudência *A FIM DE* não assustá-los. (BN)

Os subtipos das orações finais são de diferentes tipos quanto à modalidade que indicam. Assim, têm-se orações finais factuais, finais hipotéticas e finais contrafactuais.

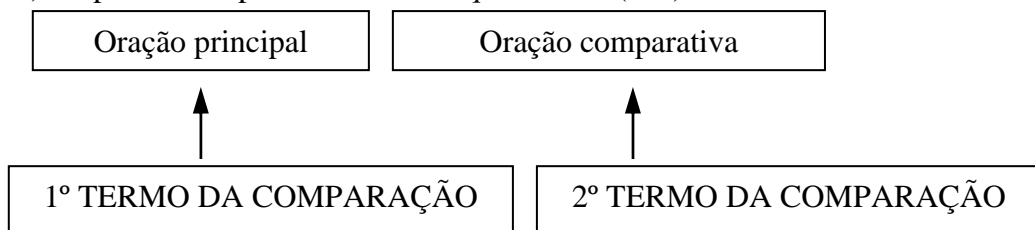
As orações comparativas têm como característica central, sob o ponto de vista sintático, a interdependência de dois elementos e, do ponto de vista semântico, o estabelecimento de um cotejo entre esses elementos. Acrescenta-se a isso que toda construção comparativa é uma reunião entre iguais (comparação de igualdade) ou entre diferentes (comparação de desigualdade), sendo uma característica da comparativa a redundância.

(76) Amigos do pessoal lá de casa, *TANTO dos Bernardes como dos Vilar*. (A)

Um traço essencial das comparativas é a existência de um elemento comum aos dois membros comparados. Em outras palavras, nas construções comparativas dois membros são comparados a respeito de algo que têm em comum.

Esse tipo de oração é construído por uma oração nuclear ou principal e por uma oração comparativa que constitui um segundo termo de comparação em relação à oração principal (ou mais especificamente, a um constituinte dela). O constituinte comparado (presente na oração principal) é o primeiro termo da comparação, o constituinte com o qual se faz a comparação (presente na oração comparativa) é o segundo termo da comparação. Por exemplo:

(77) As palavras expressam *mais do que* dizem. (PSI)



As construções comparativas apresentam dois tipos principais. O primeiro tipo é constituído pelas comparativas correlativas e o segundo tipo é composto pelas comparativas não-correlativas.

As relações expressas pela comparação correlativa exprimem igualdade e desigualdade. A comparação de desigualdade é de superioridade ou de inferioridade. A igualdade refere-se à quantidade e à intensidade. A comparação não-correlativa expressa igualdade qualitativa ou quantitativa. Além disso, o processo de comparação institui-se de dois modos: entre

indivíduos, em relação a uma propriedade e entre propriedades em relação a um ou mais indivíduos. As construções comparativas classificam-se, quanto aos subtipos, em comparativas por igualdade ou por desigualdade.

As construções consecutivas são expressas por um período composto constituído pelo conjunto de uma oração nuclear, ou principal, e uma consecutiva. Essas construções consecutivas são de dois tipos principais: construções consecutivas com antecedente e construções consecutivas sem antecedente.

(78) Essa Luz é *TANTA QUE* ele deve sentir sua vibração de algum modo. (B)

└─▶ (consecutiva com antecedente)

(79) Vamos mobilizar o povo para o desenvolvimento, *DE MODO QUE* ele tenha plena consciência de sua missão. (G-O)

↑  
(consecutiva sem antecedente)

As construções que têm uma oração consecutiva também são iniciadas pelo *que*, na tradição gramatical, se denomina de locuções conjuntivas tais como **de (tal) modo que, de (tal) maneira que, de (tal) sorte que, a tal ponto que**.

Nesse tipo de construção oracional, a relação expressa entre as orações exprime o efeito ou o resultado ligado a um evento expresso na oração principal (geralmente intensificado) ou a um elemento que está na oração principal (o antecedente da consecutiva) e que vem caracteristicamente intensificado.

Quanto à ordem, as construções consecutivas são construídas, de um modo geral, em uma ordem icônica, sendo *que* a consequência vem depois da causa.

As orações conformativas são formadas por um período composto constituído pelo conjunto de uma oração nuclear, ou principal, e uma conformativa. Essas orações são iniciadas pela conjunção **conforme**. A oração conformativa tanto se apresenta na forma posposta como anteposta, como é verificado nos exemplos dados a seguir:

(80) [Chicão ligou para o escritório de Lomagno] [CONFORME haviam combinado.] (AGO)

↑

oração conformativa posposta



(81) [CONFORME seja] [amanhã lá volto.] (SA)



Esse tipo de construção conformativa é iniciado por outras conjunções como **consoante**, **segundo** e **como**.

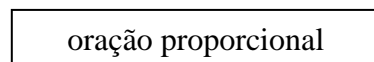
No que se refere à relação expressa por uma oração conformativa, essa exprime um fato que se dá em conformidade com o que é expresso na oração principal.

A construção proporcional é expressa por um período composto constituído pelo conjunto de uma oração nuclear, ou principal, e uma proporcional, iniciada pela conjunção **à proporção que**, ou, ainda, em casos mais raros, por uma conjunção do tipo **conforme**. Também, esse tipo de oração proporcional tanto é posposta como anteposta. Por exemplo:

(82) [Ele varia diminuindo] [À PROPORÇÃO QUE a gravidez chega ao fim.] (CLO)



(83) [À PROPORÇÃO QUE os dias iam passando] [os registros eram cada vez mais sucintos.] (COT)



O tipo de relação expresso por uma construção proporcional indica uma proporção entre o que é expresso na oração principal e o que é expresso na proporcional.

Finalmente, para tratar das orações modais, Moura Neves considera que a construção modal é expressa em um período composto constituído pelo conjunto de uma oração nuclear, ou principal, e uma modal. Acrescenta, ainda, que não é comum a expressão da relação modal por meio de uma oração, sendo a ocorrência dessa relação realizada especialmente com o **sem que** e com o verbo no subjuntivo, como exemplificado abaixo:

(84) Contudo, esse crescimento se realizava *SEM QUE houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico*. (FEB)

Além do mais, é usada, às vezes, nesse tipo de construção modal, a conjunção **como**, que conserva um matiz conformativo, sendo que o modo verbal é o indicativo.

A distinção entre tema e rema estabelecida por Ilari (1992), segundo a ATR, vem a complementar essa visão da subordinação como objeto de descrição lingüística. Para o autor, há uma série de procedimentos que resultam em marcar a segmentação da frase pela aplicação de mecanismos sintáticos apropriados no Português. Essas orações obtidas a partir desses mecanismos é que será denominada de orações cindidas. Esse termo traduz nitidamente a separação segmental do tema e do rema própria da sentença, cuja exemplificação é dada pelo autor nas sentenças:

- (85) a) (A pessoa) com quem todos se dão bem é o Pedro.  
 b) é com o Pedro que todos se dão bem.  
 c) Com o Pedro é que todos se dão bem.  
 d) Todos se dão bem é com o Pedro.

A possibilidade de colocar as orações cindidas em relação a outras orações em que a ATR é a mesma, mas com uma expressão meramente entoacional podem ser referidos, a partir de (85) a

- (86) Todos se dão bem com o Pedro.  
 (87) Com o Pedro, todos se dão bem.

Em uma comparação como essa, podem-se determinar as características de construção de cada uma das perífrases em questão, tomando-as como um primeiro critério para a distinção de tipos de oração cindida:

- a) o tema de (86) está construído em (85) como uma oração relativa, que constitui uma frase nominal completa junto com um termo genérico não necessariamente explicitado; essa frase nominal é em seguida tomada como um dos termos de um predicado de igualdade expresso pelo verbo **ser**;
- b) o rema, deslocado para o início da oração, como em (87), é delimitado por **é** e **que**;
- c) o rema, deslocado para o início da oração como em (87) é seguido por **é que**;
- d) o rema, em posição tipicamente pós-verbal, é separado do resto da oração por uma forma do verbo **ser**.

A partir da formulação dessas distinções, Ilari (1992) apresenta os quatro principais pontos de contraste, organizando-os em quatro classes. São eles: restrições ao rema;

correlação de tempos; articulação com o verbo de negação; correlações de pessoa e número. Para explicitar cada uma dessas classes, faz-se uma apresentação sintética de cada uma delas:

a) Seleção de rema: possibilita a inclusão do verbo no rema. A inclusão do verbo no rema é correlativa do uso no tema de prossintagmas<sup>34</sup>; e a escolha entre expressões prossintagmas é determinada pelo papel desempenhado pelos argumentos que aparecem no tema. Assim, aparecerá mais provavelmente o **fazer** ao lado de um argumento que desempenha o papel de agente, **acontecer** ao lado de um argumento que desempenha o papel de alvo, etc. Para Ilari, a possibilidade de construir o rema em uma sentença substantiva explícita ou reduzida de infinitivo depende em parte do prossintagma escolhido.

b) Correlação dos tempos: é o resultado de superposição de um esquema baseado, à primeira vista, no verbo **ser**. Isso é aplicado a todos os esquemas que estão disponíveis para a construção de orações cindidas; a consequência é a de que se encontra em toda oração cindida uma forma do verbo **ser**, rebaixada a instrumento gramatical, ao lado de outro verbo de sentido pleno, que é efetivamente responsável pela organização do conteúdo “nocional” da frase. Esses dois verbos são passíveis de sofrer todas as modificações que costumam associar-se a verbos. A partir disso, o autor distingue nas orações cindidas três situações básicas quanto à correlação com o tempo:

b.1) Situações em que não há alteração da forma;

b.2) Situações em que a correlação de tempos é um automatismo gramatical; e

b.3) Situações em que a correlação de tempos está sujeita a uma escolha do falante, e a escolha é relevante para o sentido.

c) Articulação com o verbo de negação: a presença de dois verbos acarreta a princípio a possibilidade de aplicar a negação a um deles (**ser** ou o verbo de significação plena) ou a ambos. A primeira ocorrência é a de que a análise das orações em contextos negativos fica alterada. A outra possibilidade de ocorrência é quando em sua posição fixa antes do verbo de sentido pleno, o advérbio de negação tem duas leituras que correspondem à possibilidade dos outros tipos de oração cindida. É difícil precisar por efeito de que fatores uma ou outra leitura prevalece, mas as duas leituras são possíveis.

d) Correlação (concordância) de pessoa e número: as orações cindidas estariam abertas, a princípio, à concordância de pessoa e número entre **ser** e o verbo da oração básica. Fica excluída dessa concordância para expressões-remas, quando o rema é um pronome sujeito de primeira ou segunda pessoa. Observa o autor que a concordância de pessoa e número

---

<sup>34</sup> Conforme Ilari (1992), “expressões prossintagmas” são aquelas que apresentam uma natureza verbal com sentido extremamente genérico, como “fazer, acontecer, ocorrer, haver, dar-se”.

apresenta a mesma rigidez no que se refere a tempo e negação. Além do mais, na medida em que se aplica somente a remas não marcados (remas que numa oração não-cindida aparecem como não marcados em posição pós-verbal) não se realiza a condição mínima de ter o sujeito gramatical em posição de rema, e não se exhibe concordância de pessoa.

A proposta destes autores sobre o processo de subordinação segundo a concepção funcional apresenta algumas similares conceituais. Moura Neves sustenta seus estudos da subordinação sob esse paradigma funcional. No entanto, parte dos elementos conjuntivos dados pela tradição para caracterizar e distinguir esse tipo de sentença. Acrescenta a essa distinção formal todas as funções exercidas por este tipo de sentença, tanto a semântica como a funcional, e que podem ser expressas por meio de um ato de fala. Para a autora, a análise da sentença é estabelecida na organização da informação no texto. São esses usos efetivos da língua que determinam e caracterizam os tipos oracionais.

Ilari aborda a questão da subordinação neste mesmo ângulo, já que a proposta da ATR está apoiada no funcionalismo, concebendo, assim, a oração cindida, como uma possibilidade de determinar a correlação entre as escolhas dos sujeitos desde o momento da fala até o momento em que se realiza o evento indicado e formalizado pelo verbo que tem como responsabilidade estabelecer a organização do conteúdo nocional da sentença.

No estudo da sentença, Votre e Naro acreditam que a gramática de VS em português ainda está no estágio da busca para encontrar um caminho a seguir, ou seja, todos os percursos até então apresentados ainda não podem ser sedimentados. Portanto, a visão que se deve ter da sintaxe é a de quando a língua ou determinada construção chegar a um **estado congelado**. A partir de tais considerações, depreende-se que, para os autores, há ainda muitos caminhos a trilhar, muitas barreiras a transpor para que se possa finalmente chegar a um estudo consolidado da sentença que abranja uma série de fatos, entre esses os que justifiquem o uso da sentença em diferentes situações.

Com relação a Bechara, apesar de estar sendo assumido, neste trabalho, como um autor a ser estudado dentro da concepção funcional dada pela Lingüística, a definição de oração não abrange, em sua essência, os preceitos outorgados por essa linha teórica. O tratamento dado pelo autor para a sentença é de que essa deve ser vista pela sua estrutura, pois é aí que as relações que os componentes da sentença mantêm entre si são revelados. O autor contrapõe-se aos preceitos do funcionalismo, pois, segundo ele, não há necessidade de se apelar para a situação ou para os elementos extralingüísticos na determinação da estrutura oracional.

Em Bechara a classificação dos modos e tempos verbais está apoiada pela norma do padrão culto da língua, embora já se observe algumas questões levantadas quanto à posição do

falante em relação à ação verbal, ao agente ou ao fim. Em outras palavras, é o falante que determina no ato de fala o modo e tempo verbal do acontecimento a ser comunicado pelo enunciado. O conceito dado à subordinação contraria, também, a visão clássica. Para o autor, a subordinação é constituída de uma oração complexa, independente sintaticamente, porque sozinha é considerada como unidade material desde que constitua um texto e nele se resumir. A oração complexa, nesse paradigma, tem, então, termos determinantes ou argumentais complexos os quais são representados na forma de orações.

No entanto, justifica-se a inclusão desse autor neste estudo porque, na formulação do conceito de enunciado como a manifestação da linguagem, com vistas à comunicação, há de se levar em consideração o fato de que a mensagem para estar completa deve estar de acordo com a situação em que se acham falante e ouvinte. É devido a esse posicionamento que se vê a aproximação de Bechara aos preceitos defendidos pelo funcionalismo.

Concluindo, pode-se dizer que a concepção de uma gramática da língua apoiada sob o escopo do funcionalismo, no sentido estrito, tem como princípio a idéia de que é a partir do uso que se poderá constituir uma gramática que consolide as regras que regem o funcionamento das línguas naturais. Assume-se, portanto, o posicionamento de que é preciso buscar o sentido, cujo princípio é o de que é no uso que os diferentes itens constituem seu significado e definem sua função. As entidades da língua têm de ser avaliadas em consonância com o nível em que ocorrem para, então, definir a sua relação com o texto/contexto.

Ao finalizar esta abordagem teórica sobre a subordinação na visão da Linguística, a seção seguinte trata da concepção do discurso jornalístico dada por conceituados estudiosos da área jornalística. A exposição dos conceitos e das características do texto jornalístico justifica-se pelo fato de que o estudo da sentença subordinativa é realizado, especificamente, em textos de editoriais jornalísticos veiculados por alguns dos principais jornais do país.

## 4 O DISCURSO JORNALÍSTICO

É importante explicitar os critérios que direcionam a construção, de um modo geral, do discurso jornalístico, bem como determinar os conceitos e características do editorial jornalístico. Essa exposição justifica-se porque o *corpus* desta pesquisa é constituído por textos de opinião publicados por alguns dos mais renomados jornais em circulação, atualmente, no país. Além do mais, a apresentação desta abordagem teórica está amparada na escolha do editorial como objeto de descrição lingüística do processo de subordinação. Assim, o estudo do texto jornalístico faz-se necessário, tendo em vista discorrer sobre as concepções, que regem a estrutura formal, e a linguagem jornalística que compõem as sentenças subordinativas dos textos de opinião de jornais.

A partir disso, esta seção apresenta o conceito, no sentido lato, do discurso jornalístico, explicitado em manuais de redação jornalística, criados por empresas de jornais e de telecomunicação, cujo objetivo é orientar e padronizar o texto destes periódicos. Expõe-se o posicionamento teórico, defendido por autores como Luís Henrique Marques (2003), Nilson Lage (2001), Adriano Duarte Rodrigues (1997), Luiz Beltrão (1980) e Marques de Melo (1977), sobre a constituição do texto jornalístico. Conceitua-se e caracteriza-se a linguagem jornalística segundo a noção delineada por esses estudiosos, além de tomar como referência, a título de complementação, os manuais de redação dos jornais Folha de S. Paulo (1984), O Globo (1999) e O Estado de São Paulo (1997). Por fim, apresenta-se o conceito de editorial e determinam-se os elementos estruturais que constituem a composição desse tipo de texto, a partir da visão desses autores, acrescentando, também, as informações contidas nos manuais de redação sobre as principais características do texto de opinião.

### 4.1 O DISCURSO JORNALÍSTICO

A concepção dada para o discurso jornalístico é de que “os fatos são a matéria-prima de qualquer tipo de jornalismo. É mais valioso revelá-los do que relatar declarações a respeito deles”. (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 39). O jornal “deve poupar trabalho ao leitor” e, portanto:

Deve relatar todas as hipóteses em torno de um fato em vez de esperar que o leitor as imagine. Deve publicar cronologias e biografias em vez de supor que o leitor vai recordar ou pesquisar por conta própria. Deve explicar cada aspecto da notícia, em vez de julgar que o leitor já está familiarizado com ela. Deve organizar os temas de modo que o leitor não se surpreenda com assuntos correlatos em lugares distintos do jornal. [...].

Cada tema deve ser decomposto em suas partes constitutivas, esmiuçado, explicado e levado ao leitor de maneira simples e didática, sob uma forma gráfica lógica e acessível. (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 39).

Em consonância com essa noção, o discurso jornalístico, segundo Garcia (1999, p. 21) é de que no texto jornalístico o fato pode até ser “inexplicável”, mas isso não significa que “se torne impúblicável”. Para o autor, “deve-se afirmar abertamente que a notícia provoca perguntas que não há como responder”.<sup>35</sup>

Para apoiar tais noções, apresenta-se a concepção de Rodrigues (1997), que considera que o discurso, no seu sentido lato, não deve ser visto como uma das funções entre outras da empresa jornalística, mas como o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. A partir de tal visão, a mídia vai desempenhar também outras funções, mas todas elas têm no discurso seu objetivo e a sua expressão final. Uma das principais características do discurso jornalístico é o fato de se apresentar como um discurso acabado e de funcionar aparentemente sem intermitências nem vazios. O discurso jornalístico flui de maneira constante e ininterrupta, encadeia enunciados que se apresentam habitualmente de forma acabada, escondendo, assim, os seus processos de produção.

Este efeito de completude, produzido no processo de enunciação do discurso jornalístico, é o resultado do uso predominante da terceira pessoa, que é a forma verbal da não-pessoa, e que vai garantir uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados e uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar de fala do enunciador.

Complementam-se essas noções com a abordagem sobre o discurso jornalístico dada por Lage (2001). Na concepção desse autor, uma das principais características do texto jornalístico é a de pressupor na sua produção restrições ao código lingüístico. Essa redução do número de itens lexicais (palavras, expressões) e de regras operacionais postas em jogo não apenas facilita o trabalho, mas também permite o controle de qualidade desse tipo de texto.

No jornalismo, a ênfase vai se deslocar para os conteúdos, para o que é informado, pois o propósito do texto jornalístico é o de processar a informação em escala industrial e para consumo imediato. Assim, as variáveis formais devem ser reduzidas radicalmente. É preciso levar em consideração que a língua sofre variações significativas e, muitas vezes, acaba por

---

<sup>35</sup> Destaque de Garcia (1999).

utilizar algumas fórmulas **congeladas**<sup>36</sup> que, com o tempo, se diferenciam da língua corrente, como os rituais em cujo sentido ninguém presta atenção. Por isso, o texto jornalístico, para acompanhar a evolução e as variantes presentes na língua da comunidade lingüística, deve adequar-se a essas modificações a fim de aproximar-se ao máximo do seu público leitor.

O texto jornalístico, por procurar conter informação conceitual, vai suprimir usos lingüísticos pobres de valores referenciais, como as frases feitas da linguagem gramatical. A linguagem jornalística não vai se limitar a fornecer fórmulas rígidas porque elas não dão conta da variedade de situações encontradas no mundo objetivo. A linguagem do texto jornalístico deve ser constituída a partir de princípios gramaticais mais gerais, que permitam a constante atualização dessa linguagem, não deixando de relacionar esses princípios com os objetivos, o modo e as condições de produção do texto.

Marques (2003, p. 7), ao definir discurso jornalístico, considera que “o texto noticioso deve ter uma relação clara com o fato: o primeiro não deve ir além do segundo”. Acrescenta, também, o autor, que

[...] o texto como um todo, exige “exatidão” (para não enganar o leitor); “clareza” (para que ele entenda o que lê) e “concisão” (para não desperdiçar nem o tempo dele nem o espaço do jornal, isto é, “tudo que puder ser dito em uma linha não deve ser dito em duas”). (MARQUES, 2003, p. 8).

Levando em consideração esses posicionamentos, quanto à constituição do discurso jornalístico, na subseção a seguir, discorrer-se-á sobre os princípios que orientam para a formulação da linguagem jornalística.

## 4.2 A LINGUAGEM JORNALÍSTICA

Para definir linguagem jornalística, Lage (2001) parte do princípio de que é preciso restringir um conceito. Portanto, as restrições que se aplicam à linguagem jornalística devem estar relacionadas com os registros de linguagem, com o processo de comunicação e com os componentes ideológicos.

No tratamento dado à primeira restrição, os registros de linguagem, Lage, para defender essa noção, menciona que há de se considerar que o português brasileiro não é um conjunto homogêneo. Nele encerram-se os usos regionais, os discursos especializados e pelo menos dois registros de linguagem: o formal que é próprio da modalidade escrita e das situações

---

<sup>36</sup> Destaque da autora.



tensas, e o coloquial, que compreende as expressões correntes na modalidade falada, na conversa familiar, entre amigos.

A linguagem formal, por ser considerada mais durável, tende a preservar os usos lingüísticos do passado. Por este tipo de linguagem ser imposto pelo sistema escolar, torna-se uma espécie de segundo idioma que se aprende e que pode servir como índice de ascensão social. Diferentemente, a linguagem coloquial por ser mais espontânea, de raiz materna, vai refletir a realidade comunitária, regional, imediata; algumas de suas manifestações serão passageiras, outras acabam por se formalizar, incorporando-se à literatura e à escola.

As divergências entre esses dois tipos de registros de linguagem – formal e coloquial – podem ser exemplificadas quando se compara o presente do indicativo de um mesmo verbo. Ao conjugar o verbo **estudar** no registro formal e coloquial, algumas distinções são facilmente encontradas quando confrontadas, por exemplo, com a fala do carioca. Exemplificando, é possível perceber as diferenças entre a linguagem formal (Tu estudas / Nós estudamos / Vós estudais) e a coloquial (Você estuda / a gente estuda / Vocês estudam) no que se refere à conjugação verbal como, também, quanto à variante regional; no coloquial carioca, a segunda pessoa é **você**, usado apenas o **tu** na forma oblíqua **te**, sendo que esse uso ocorre, a pleno, em regiões do Nordeste ocidental. No Rio Grande do Sul, o **tu** aparece combinado com a forma verbal da terceira pessoa (tu estudas), sendo suprimido o **s** final no uso coloquial.<sup>37</sup>

No que se refere à eficiência da comunicação, o registro coloquial deve ser sempre preferível ao formal, pois é mais acessível para as pessoas de pouca escolaridade, mesmo para as que estudaram ou lidam constantemente com a linguagem formal, permitindo uma fruição mais rápida e uma maior expressividade.

Porém, o registro formal é uma imposição de ordem política, estando ou não fundamentado pela lei. Há uma pressão social que valoriza o seu emprego e que qualifica de erro a todo desvio. Não se quer dizer com isso que, neste caso, se está infringindo propositadamente esta imposição, mas não se pode deixar de mencionar que, ao privilegiar o formal, isso acaba por se confundir com a idéia de nação, ou de que existe uma cultura diferenciada. Como conseqüência disso, acaba-se por permitir que a língua se transforme mais lentamente (em lugar de transmutar-se a cada geração) e as inovações sejam testadas antes de incorporar-se ao dicionário ou à gramática oficiais.

A sugestão é de que haja conciliação entre a comunicação de forma eficiente e a aceitação social, pois é isso que resultará na restrição, que é essencial para a constituição da

---

<sup>37</sup> Destaques da autora do texto.

linguagem jornalística, ou seja, a de que ela “é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que *são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal*”.<sup>38</sup> (LAGE, 2001, p. 38).

Tal conceituação pode ser aplicada em qualquer época ou região, o que permitirá que a linguagem jornalística se adapte às mudanças que a língua sofre. Assim, a linguagem jornalística irá incorporar os neologismos de origem coloquial, sintéticos ou de grande expressividade, as denominações de objetos novos, de origem científica ou popular, as metáforas com intenção crítica, as atualizações necessárias e as designações técnicas que precisam ser consideradas em sua exata significação para que haja entendimento, ou para que o texto tenha eficácia.

Ao fazer menção à segunda restrição, que é aquela que se refere ao processo de comunicação, Lage (2001, p. 39) considera que “a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si.”. Nas palavras do autor, “Isso impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa”.

O fato de a linguagem jornalística ser centrada na referencialidade é que permite se estabelecer a diferença entre a linguagem jornalística e a linguagem didática, mesmo que a proposta desta linguagem seja a de divulgar o conhecimento ou ainda a de ter como objetivo uma divulgação científica. Quando isso ocorre, a explicação ou definição dos termos deve aparecer no texto jornalístico como aposto, ou como períodos intercalados, tendo como único propósito permitir a compreensão do conteúdo pelo leitor.

A terceira restrição, a que trata do compromisso ideológico na linguagem jornalística, é vista como questões grandes e pequenas que estão sempre presentes, pois, segundo o autor, não se pode fazer jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico.

As relações de poder, no mundo contemporâneo, tendem a constantemente reforçar o sentimento de que não só a soberania, como também os valores culturais estão ameaçados, principalmente em países como o Brasil. Admite-se que a cultura é o espaço de identidade humana, que a perda da cultura nacional significará a marginalização em outro sistema cultural e que a língua é a mais importante articulação da cultura. Certezas como essas acabam por levar muitas pessoas a tornarem-se resistentes diante da cosmopolitização que afeta sistemas expressivos do idioma. Assim, luta-se, por exemplo, para que o modo subjuntivo dos verbos não deixe de existir e para manter a característica do mais-que-perfeito sintético como indicação de passado numa narrativa em pretérito.

---

<sup>38</sup> Destaque do autor.

Qualquer esforço é possível e até aceitável na linguagem jornalística desde que a comunicabilidade não seja afetada, pois não há perdas, pelo contrário, haverá sempre ganhos quando se busca escrever com exatidão. A melhor forma de o indivíduo se expressar em sua própria língua, de um modo geral, é a que é melhor dominada pelo que escreve e não aquela que impõe valores que por ele apenas transitam.

Marques (2003) considera que, para constituir a linguagem do texto jornalístico, não se pode deixar de lado a importância em obedecer a uma cadeia lógica de informações, porque essa é uma das exigências desse tipo de texto. Para manter a logicidade no texto, é preciso que a ordem dos elementos na frase seja coerente.

Menciona outros critérios que devem ser levados em conta na constituição da linguagem que compõe o texto jornalístico. Um desses critérios é o de limitação de palavras; do uso de períodos curtos e a observação das regras gramaticais as quais facilitará a comunicação. Da mesma forma, deve ser de preferência do redator do texto jornalístico a ordem direta (sujeito + verbo + complemento), pois essa também facilitará a leitura do texto.

Acrescenta o uso obrigatório da 3ª pessoa por se tratar de um texto noticioso e que, por definição, é referencial. O vocabulário a ser usado no texto deve ser rico, embora não deva ter nenhum tipo de ostentação. Os termos técnicos, provenientes de profissões (jargões), atividades e ramos do conhecimento, quando não podem ser substituídos, devem ser explicados, e as gírias devem ser suprimidas sempre que possível.

A linguagem preferida pelo texto jornalístico é a coloquial, pois é esta a mais adequada para que a mensagem seja compreendida pelos leitores. No entanto, isso não justifica cometer erros gramaticais, usar gírias e não preservar a elegância do estilo. O que Marques pretende chamar a atenção, com tais recomendações, é que, muitas vezes, o uso de um vocabulário inacessível ao leitor médio pode dar a entender a necessidade de esconder a realidade.

Outra consideração feita a respeito da linguagem jornalística é a que se refere às generalizações. Essas, por prudência, devem ser evitadas, bem como os conceitos que expressam subjetividade devem ser excluídos deste tipo de texto. Também, deve ser evitado o uso de referências imprecisas e de adjetivos cuja referência varia de pessoa para pessoa. No que diz respeito aos adjetivos, de um modo geral, é aconselhável que sejam evitados ou usados com cautela. Da mesma forma, quando houver necessidade de utilizar advérbios, estes devem ser com moderação. Deve ser evitado, também, iniciar frases com advérbios, empregar adjetivos na função de advérbios e o excesso de vírgulas.

Na linguagem jornalística, a utilização do gerúndio, cuja forma verbal quase sempre tem função de advérbio ou de adjetivo, não deve ser priorizada, pois na maioria das vezes é usado

para prolongar períodos sem acrescentar informação relevante, tirando, assim, a agilidade, característica deste tipo de texto. Os cacoetes de linguagem, como, por exemplo, a nível de, por outro lado, ao mesmo tempo, etc., por serem quase todos desnecessários e destituídos de qualquer valor semântico, devem ser suprimidos, bem como a hipérbole por ser uma figura de linguagem que consiste no exagero desmesurado das dimensões verdadeiras de qualquer coisa.

Quanto à emoção, esta deve ser registrada nos eventos que noticia e ser transmitida ao leitor, porém o escritor do texto jornalístico não deve se deixar envolver pela emoção; essa tem que ser registrada sem que o texto se torne por si só emotivo. Do mesmo modo, o redator não deve especular sobre os estados emocionais, pensamentos e intenções do personagem, sendo exceção quando o texto a ser escrito for de análise/interpretação ou artigos.

Um texto jornalístico, para ser considerado bem estruturado, deve ter como prioridade descrever os fatos e os fenômenos de forma que o leitor possa ter a compreensão mais próxima possível da realidade.

Ao se verificar que os critérios recomendados pelo manual de redação da Folha de S. Paulo (1984) vêm ao encontro das concepções dadas para a organização do texto de jornal, complementa-se tais noções, acrescentando que na linguagem jornalística:

Cada frase deve conter uma só idéia. As frases curtas são mais eficientes que as longas. [...] Só se deve iniciar frases com declarações textuais quando estas forem muito importantes. Nunca se deve iniciar frase com advérbios, pronomes pessoais do caso oblíquo, adjetivos ou interjeições. (FOLHA DE S. PAULO, 1984. p. 62).

No que se refere ao tratamento dado à constituição do processo de construção da linguagem jornalística, toma-se, também, o conceito de objetividade proposto pelo manual:

Objetividade – Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para retratar com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram, bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 63).

Garcia (1999) chama a atenção para o fato de que não é conveniente estabelecer normas e padrões sobre o que seria a linguagem própria do texto jornalístico, pois assim se chegaria a um estilo padronizado, destituído de imaginação. A única padronização recomendada é quanto ao uso de aspas, maiúsculas e maneiras de grafar horas e quantias, o que, segundo ele, não tem nenhuma relação com a qualidade do estilo.

Alguns princípios são propostos para a constituição do texto de jornal. O primeiro deles

é quanto à palavra, pois “toda palavra tem um peso que varia segundo sua expressividade, sua capacidade de sintetizar uma informação precisa e clara.” (GARCIA, 1999, p. 28) e é por isso que o significado da palavra tem que ser preciso e não ambíguo. Outro princípio recomendado é quanto à constituição da frase e do período. A frase deve ter uma estrutura curta, porém não muito concisa. A ordem dos elementos que compõem a frase deve ser estabelecida de forma coerente. Quanto à organização do período, essa precisa estar ordenada de acordo com a seqüencialidade lógica. O importante é que o encadeamento frasal tenha harmonia para que o texto possa fluir, impedindo a segmentação das sentenças. Por último, é recomendada a utilização da 3ª pessoa, pois o jornalista não é personagem da história; o seu papel é de testemunhar o acontecimento e informá-lo ao leitor.

Para complementar, acrescenta-se a definição de estilo jornalístico, mencionada por Martins (1997, p. 15), segundo a qual “O estilo jornalístico é um meio-termo entre a linguagem literária e a falada”. Constam no manual, como elementos essenciais na composição do texto jornalístico, a clareza, a precisão, a objetividade, a ordem direta e a concisão. Para que isso ocorra, as frases devem ser curtas, evitando-se as intercalações excessivas ou as ordens inversas. Além do mais, a simplicidade é condição essencial do texto jornalístico. Por isso, deve ser evitado tanto a retórica e o hermetismo como a gíria, o jargão e o coloquialismo, o que não implica, necessariamente, repetição de formas e frases desgastadas, uso exagerado de voz passiva, pobreza vocabular, etc..

Ao tratar da pessoa gramatical a ser usada no texto jornalístico, a recomendação dada por Martins (1997, p.18) é a de que “O recurso à primeira pessoa só se justifica, em geral, nas crônicas”. Portanto, o tratamento a ser dado ao personagem da notícia deve ser feito de forma impessoal, por mais que ele seja popular.

É importante mencionar que ao escolher o editorial para constituir o *corpus* de análise deste trabalho, não se pode deixar de apresentar algumas noções que são essenciais para a composição deste tipo de gênero textual. Assim, conforme os estudiosos da área da comunicação, são explicitados, na subseção a seguir, o conceito, as principais características que orientam para a formulação do texto de opinião, bem como o estilo jornalístico do editorial.

### 4.3 O EDITORIAL

Inicialmente, é preciso esclarecer que em muitos dos principais jornais de circulação nacional, selecionados para o *corpus* a ser analisado por este trabalho, verifica-se que os textos que constituem os editoriais jornalísticos ou são apresentados com a titulação de opinião ou de editorial. A fim de se evitar confusões terminológicas, considera-se tanto o texto intitulado de opinião como o de editorial como pertencentes a uma mesma categoria e, portanto, passíveis de análise. Tal opção fundamenta-se no fato de que as definições dadas, tanto para textos de opinião como de editorial por estudiosos da comunicação, em essência, compreendem os mesmos elementos estruturais no que se refere à instituição da composição formal do texto. E é por isso que se supõe não haver necessidade de distinguir “opinião” e “editorial”, porque, de um modo geral, se configura o mesmo objetivo a ser alcançado por ambos; são artigos em que se expressa ou se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, ou seja, a opinião do órgão, da empresa jornalística ou do editor-chefe.

Inicia-se conceituando opinião para, da mesma forma, apresentar a definição de editorial, bem como as características e o estilo destes textos, sugeridas por alguns dos mais renomados pesquisadores da área da *mass media*.

Marques de Melo (1977, p. 51) conceitua opinião pública como um “juízo de valor formulado pelo povo em torno de um fato concreto.” A opinião pública não deve ser vista como a opinião da imprensa, porque nem sempre a imprensa reflete a opinião pública e, geralmente, vai reproduzir a sua própria opinião, isto é, a opinião dos proprietários dos jornais ou dos grupos de políticos que estão ligados às empresas jornalísticas. Ao determinar como opinião predominante ou opinião majoritária, a opinião pública, essa é concebida como uma atividade social que tem um caráter dinâmico e, portanto, suscetível à influência dialética das opiniões que irão refletir as forças vivas da sociedade moderna.

O conceito de editorial dado por Marques de Melo (1994, p. 95) é o que se fundamenta na noção de que “É o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. No entanto, é importante enfatizar que, nas sociedades capitalistas, o editorial vai retratar o consenso das opiniões que se originam dos diferentes núcleos que participam das organizações, tais como os acionistas majoritários, financiadores, anunciantes e braços do aparelho burocrático do Estado, e não, como se acredita, a opinião, com exatidão, de seus proprietários nominais. O editorial é, na realidade, dirigido à coletividade, pois a opinião contida nele constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública. Entretanto, no Brasil, os editoriais veiculados pelas empresas jornalísticas, apesar de se dirigirem formalmente à opinião pública, limitam-se a estabelecer uma relação de diálogo com o Estado de quem pretendem defender os segmentos empresariais

e financeiros que representam.

Assim, conforme Marques de Melo (1994, p. 99), cada editorial de grandes empresas jornalísticas, passam “por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência de dados, de checagem das fontes”. Porém, a decisão será sempre tomada pela diretoria do jornal, e o editorialista, que se pressupõe alguém integrado com a linha adotada pela instituição jornalística, é quem interpretará os pontos de vista que foram convencionados e que devem ser divulgados.

Beltrão (1980) defende a idéia de que é dever de todo jornal levar o leitor ao exercício da opinião, pois é a partir dela que poderá haver a valorização e o engrandecimento do profissional da comunicação. No entanto, essa opinião deve ser expressa com honestidade e dignidade e ter, principalmente, como objetivo a intenção de orientar o leitor a uma tomada de posição, sem usar de evasivas ou subterfúgios ou, ainda, de violentar o sagrado caráter das ocorrências. Esse fator é muito importante, porque é ele que vai conduzir as opções de uma comunidade por caminhos mais seguros para a obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social. Ou seja, ao permitir a tomada de posição que constitui a expressão da opinião, a meta deve ser a de levar cada leitor e toda a massa à ação.

A opinião é vista como uma “função psicológica, pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo.” (BELTRÃO, 1980, p. 14). Essa noção considera que na base do juízo individual está a informação do sujeito (opinante) sobre o objeto (ocorrência). A informação para o homem é a percepção do real, captada pelos sentimentos e registrada em sua mente; seja pela observação direta, seja pela recepção de mensagens emitidas por outrem.

O objeto, por sua vez, deve ser questionável, isto é, deve dar margem a uma opção do sujeito entre duas ou mais alternativas, igualmente, possíveis. Entretanto, se o objeto não comportar diferentes faces, não vai haver a menor possibilidade de opinião ou de julgamento. É preciso, pois, que se saiba alguma coisa sobre o objeto para identificá-lo e isso ocorre por meio do armazenamento das informações e das operações mentais dos dados sensoriais que se utiliza para identificar qualquer objeto.

Uma das características da opinião é a de que não se opina sobre qualquer coisa, mas somente sobre certos temas que interessam para orientar a vida. Por isso, ao tratar da opinião jornalística, deve-se levar em consideração que não é apenas pelo fato de ser questionável e contingente que determinada matéria se torna objeto de opinião; é imprescindível que o grupo social a considere passível de discussão, e não um tabu. Outra característica a ser ressaltada é a de que a expressão da opinião é um ato individual desenvolvido dentro do grupo. E uma

última é a instabilidade da opinião que domina toda a sociedade porque as opiniões não são estáveis pela sua diversidade e pela insegurança que lhes são, pela sua própria natureza, inerentes quando se tem opções que estabelecem alternativas que podem ser igualmente aceitáveis ou defensáveis.

Para a opinião caracterizar-se como fenômeno individual e social, cabe ao escritor do texto jornalístico opinar não por ser, simplesmente, um direito dele, mas porque se trata de um dever. E mais, para esse redator, é imprescindível ter como função, em qualquer campo em que atua, a captação daquele objeto importante sobre o qual a sociedade exige uma definição. É função dele apregoar a opinião própria ou de indivíduos e grupos sociais para que ela não se restrinja ao mundo privado das vivências de cada um, mas que seja inserida no mundo de todos e que esteja disponível; em resumo, que seja uma instância a que se possa recorrer. Essa é uma condição de suma importância para a orientação do homem e da sociedade dos tempos modernos.

Distingue-se a opinião no texto jornalístico em três categorias específicas: a do editor, a do jornalista e a do leitor que, em conjunto, vão oferecer à comunidade a reunião da manifestação do fenômeno social, consolidado como opinião pública. Discorre-se, brevemente, sobre cada uma destas categorias, porém explicita-se de forma mais abrangente a constituição da opinião do editor por ser matéria específica de estudo deste trabalho o editorial jornalístico.

A opinião do editor é definida como o julgamento que o grupo de elite, que mantém o veículo, faz sobre determinado problema ou questão e, por isso, é o que dita a política editorial a ser adotada. Essa opinião apresentada pelo editorialista é alicerçada em diversos elementos, tais como as convicções filosóficas do grupo, as informações e relações que envolvem o tema proposto, as sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo, a experiência jornalística dos chefes de redação e, por fim, os interesses econômicos da empresa.

O editor vai expressar a sua opinião pelos editoriais e pela linha do jornal, as quais podem ser identificadas pelo critério de seleção das informações, pelo relevo dado a determinadas matérias, pelos títulos, fotografias e outras características que serão, mais adiante, pormenorizadas.

A opinião do jornalista expressa o juízo que se manifesta sobre os problemas em foco e a respeito dos quais informa e comenta, simultaneamente, em seções a seu cargo e em matérias por ele firmadas. Fundamenta a sua opinião no contato diário com o público, na sua condição social, econômica e intelectual que é, na maioria das vezes, diferente da do editor



pela sua formação filosófica e pela sua experiência profissional. Por outro lado, por trabalhar em um jornal, cujos princípios e orientação seguem as determinadas pelo editor do jornal, a opinião do jornalista pode também se confundir com a do editorialista.

A opinião do leitor vai se manifestar por meio das entrevistas concedidas em pronunciamentos oficiais de grupos, em cartas que escreve à redação e nas próprias atitudes que são objeto de notícia. Todo leitor gosta de discutir, debater, opinar, isto é, de exprimir um julgamento baseado em fundamentos, não raro, insuficiente para produzir certeza. É por meio da discussão, do debate, do entrelaço de opiniões que se configura a opinião pública.

A opinião pública é vista como uma realidade–motora da ação individual e coletiva. É a perseguição dos signos do fato social, do fenômeno coletivo. Portanto, tomando a conceituação dada por Cossio (1958), Beltrão (1980) faz das palavras desse autor as suas próprias, definindo a opinião pública como:

[...] a consciência histórica de uma coletividade em presença de um acontecimento, idéia ou situação de interesse de todos os seus membros e que, em um momento dado, atuando no espírito público, põe em tela de juízo seu sistema de valores, obrigando-a a tomar uma posição, a partir da compreensão objetiva com que o entendem as categorias sociais que as apreciam. (BELTRÃO, 1980, p. 24-25).

No editorial jornalístico, a concepção de opinião formulada é a de que a responsabilidade do controle dessa opinião incide no editor, tendo em vista ser esse o representante do grupo mantenedor do periódico. Cabe ao editor instalar, financiar e administrar a empresa, além de ser ele o encarregado da circulação e da venda do produto do trabalho jornalístico que nela se desenvolve.

Da mesma forma, é necessário reiterar o fato de que é o jornal um catalisador de opiniões, um agente de consciência pública e, por isso, o editorial deve expressar a soma do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública – e não somente a que é exclusiva do editor –, cuja representação se dá pelo grupo que fundou e que orienta e mantém o jornal. A origem do pensamento do editor, encarregado de redigir o editorial, está na política editorialista, isto é, na linha filosófico-prática daquele grupo que mantém e administra o jornal. Assim, o editorialista marca no que escreve o mesmo caráter incisivo e convincente que manifestaria em um artigo no qual expressa o seu ponto de vista pessoal, pois ele é um tipo de porta-voz das palavras e do sentimento das idéias do editor para atingir a comunidade, levando-a a manifestar-se e a agir.

É pelo editorial, principalmente, que o periódico manifesta a sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade a fim de orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. Portanto, o editorial deve

ser visto como a voz do jornal, a sua tribuna. O editorial tanto pode nascer de uma notícia como dela transcender, adiantar-se sobre ela, valendo-se de dados subjetivos e retirando de um fato, mediante a análise de suas causas e conseqüências, inferências e conclusões que apresenta como um roteiro à comunidade.

Por ser o editorial uma manifestação do ponto de vista do grupo proprietário e administrador do periódico, esse gênero jornalístico apresenta características próprias que o distingue de outras formas de expressão opinativas tais como o artigo e a crônica.

Uma das características principais do editorial é a marca predominante da impessoalidade que pode ser verificada, não pelo texto não ser assinado, mas pelo fato de utilizar a 3ª pessoa do singular ou a 1ª pessoa do plural.

Outra característica do editorial é a sua topicalidade que é a propriedade que exprime não só a opinião já assentada, mas, especialmente, a opinião que se está formando, por isso, o tema deve ser bem delimitado, ainda que esse tema não tenha ainda adquirido configuração pública.

A terceira característica é a condensalidade em que se procura focalizar uma idéia central única; quanto menos idéias centrais contiver o editorial, melhor para não criar confusões e ser, assim, concluído melhor. Além do mais, é importante que a ênfase seja direcionada mais para as afirmações do que para as demonstrações.

Por fim, a quarta característica do editorial é a sua plasticidade, caracterizada pela flexibilidade sem dogmatismos e, também, pela maleabilidade, pois as circunstâncias da realidade estão em constante mutação, podendo provocar o surgimento de uma nova situação, levando à necessidade de as posições assumidas antes serem retificadas pelo editorialista.

A fim de sistematizar esse gênero jornalístico, Beltrão (1980) propõe classificá-lo em cinco variáveis: morfologia, topicalidade, conteúdo, estilo e natureza.

Quanto à morfologia, essa vai se caracterizar por apresentar o artigo de fundo (protótipo do editorial ou editorial principal), o *suelto* (comentário sintético sobre um fato da atualidade) e a nota (registro crítico e ligeiro de uma ocorrência para advertir o leitor de surpresa sobre a conseqüência do fato).

A topicalidade aborda temas do tipo preventivo (antecipação da realidade, focalizando aspectos novos que podem produzir mudanças), de ação (acompanhamento da ocorrência para esclarecer o leitor do impacto da realidade) e de conseqüência (visualização das repercussões e dos efeitos do fato por dedução da realidade).

O conteúdo abordado pelo editorial pode ser informativo (destinado a esclarecer o leitor sobre determinados fatos, idéias e situações), normativo (objetiva convencer o leitor a atuar

em determinado sentido) e ilustrativo (propõe aumentar o grau de instrução do leitor).

O estilo, por sua vez, pode ser intelectual (visa ao intelecto do leitor para levá-lo ao raciocínio) ou emocional (dirigido a atingir a sensibilidade do leitor).

E, por último, a variável que se refere à natureza que pode ser promocional (tomada de posição sobre os fatos da atualidade para explicá-los pela política editorial da empresa), circunstancial (surge, eventualmente, para fixar e apreciar dado sucesso, situação ou movimento de opinião, sendo vista como oportunista e imediatista) e polêmico (objetiva o doutrinamento para convencer e reforçar convicções e, por isso, vem a ser contestador e provocador).

Para determinar a estrutura básica a ser observada no editorial, considera-se que dentre todos os gêneros jornalísticos, o que apresenta uma estruturação mais rígida, embora mais simples, é o editorial. Essa estrutura compreende quatro elementos distintos os quais a seguir serão caracterizados.

O primeiro deles é o título (incisivo e expressão da linha ideológica adotada) que tem como objetivo atrair a atenção do leitor. O segundo elemento é a introdução (enunciação do tema), cujo propósito é despertar o interesse do leitor e levá-lo a prosseguir na leitura. O terceiro elemento, a discussão (interpretação, análise, debate dos diferentes aspectos do tema), expõe os argumentos a fim de orientar para a interpretação dos fatos. O último elemento, a conclusão (exortação, apelo, aviso, palavra de ordem ou constatação pura e simples), destina-se a levar o leitor a aceitar a idéia exposta com a intenção de enquadrar seu procedimento nas diretrizes traçadas.

Em favor das formulações acima expostas, tomam-se, também, como referência, as orientações dadas no manual O Globo (1999). Nesse manual, é denominado de opinião o editorial. O fato de o editorial ser identificado pelo termo opinião fundamenta-se na concepção de que é por meio do editorial que o jornal vai dizer o que pensa, isto é, dar a sua opinião. O manual também enfatiza que existem normas para a opinião e algumas delas devem ser obedecidas.

Uma dessas normas é a que se refere a comentários que apenas registram pasmo, admiração ou indignação. Esse tipo de comentário deve ser evitado, sendo aceitável infringi-lo somente quando se tratar de momentos muito especiais. A explicitação de sentimentos, fundamentalmente aqueles que demonstram a indignação perante o interesse público ofendido é importante; no entanto não é suficiente, pois é preciso estar alicerçado em fatos e acompanhado de argumentos lógicos que direcionem a uma conclusão concreta.

Outra norma que deve ser observada na constituição do editorial é quanto à expressão

da opinião. A matéria-prima natural do jornal é a opinião, porém ela não é a única. O editorial ou artigo que tem utilidade deve ampliar a notícia por meio de pesquisa e informação próprias, caso isso não ocorra, não há como ir além de observações superficiais e conclusões estandardizadas.

Ao manifestar a opinião, o editorial deve fazê-lo de “forma leve, irônica; ou séria, seca”, mas nunca com ostentação: “Alguns textos do jornal parecem usar roupa esporte; outros vestem terno e gravata. O editorial está quase sempre no segundo caso – mas não usa fraque, beca ou toga.” (O GLOBO, 1999, p. 47).

Para concluir, acrescenta-se a tais noções a de Gomes (2001), que define editorial como um texto opinativo, considerado como artigo de fundo, estando onde o jornal publica a opinião do veículo. O artigo pode ser assinado ou não. O texto opinativo é escrito de maneira impessoal sobre assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância.

A concepção dada pelos teóricos da área da comunicação, para instituir o discurso jornalístico, as normas indicadas para constituir o texto de jornal, o conceito e as características do editorial mostram que há um padrão comum a ser utilizado na organização da linguagem jornalística, além de uma estrutura formal a ser seguida na composição de textos opinativos. Tais noções fazem-se presentes, tanto nas orientações dadas pelos compêndios, como nas que constam nos manuais, estipulando como padrão na composição de editoriais dos mais conceituados jornais, que circulam no Brasil, os mesmos critérios prescritivos da língua culta estabelecidos nas gramáticas tradicionais do português.

Verifica-se que é na composição do editorial que há uma maior exigência quanto ao rigor à norma preconizada pelas gramáticas tradicionais. Além do mais, acredita-se que o editorial, por ser um texto direcionado à comunidade como um todo, cujos assuntos e acontecimentos estão relacionados ao dia-a-dia do leitor de jornais, e por estar ao alcance de grande parte da coletividade, pode vir a explicar a constituição das sentenças subordinativas em diferentes situações de uso, apoiadas nos estudos lingüísticos, especialmente os difundidos pelo funcionalismo. A constatação do predomínio do padrão culto e a possibilidade de relacionar os editoriais jornalísticos aos contextos situacionais em que estão inseridos é que conduzem à suposição de uma possível aproximação da norma com o uso em textos de opinião.

A seção seguinte apresenta a metodologia a ser utilizada para a análise dos editoriais jornalísticos, justificando a organização do *corpus* textual quanto à escolha do texto de

opinião e à opção por esse conjunto de textos, além de explicitar os procedimentos para a constituição do *corpus*, levantamento e descrição dos dados.

## 5 METODOLOGIA

Ao levar em consideração o estudo realizado na fundamentação teórica sobre o verbo e o modo na instituição da sentença subordinativa dos editoriais jornalísticos, sob a perspectiva de gramáticas tradicionais e de teorias funcionalistas, procura-se demonstrar, a partir da organização de uma metodologia adequada para análise deste gênero textual, que as formas verbais e o modo indicativo seguem as normas dadas pela Gramática Tradicional em textos de opinião e que o nível funcional da língua é contemplado na constituição da sentença subordinativa dos editoriais.

Com o intuito de elucidar, sob o escopo do funcionalismo, a utilização da forma verbal e do modo indicativo em estruturas oracionais subordinativas, no *corpus* arrolado para análise, procurou-se identificar os tipos de ocorrências e determinar o percentual de frequência dessas utilizações. Esse procedimento metodológico justifica-se porque, ao fazer o levantamento quantitativo, se obteve, de igual modo, os dados necessários para analisar qualitativamente esses usos, tendo em vista que os resultados apontam de forma contundente para a provável resolução da hipótese principal deste trabalho, que é a de verificar, que a escolha das formas e modos verbais na constituição da sentença subordinativa do editorial jornalístico se dá no nível funcional da língua.

A opção por essa metodologia legitima as hipóteses secundárias as quais foram constituídas com o propósito de verificar se:

Hipótese 1: A subordinação em textos jornalísticos não segue as regras da gramática tradicional.

Hipótese 2: O nível funcional da língua determina a escolha da forma verbal e do modo nos editoriais jornalísticos.

Ao se instituir como método a compilação e o levantamento de dados, é demonstrado, quantitativamente, que essas hipóteses podem ser corroboradas.

Para aplicar essa metodologia às análises dos textos, transportaram-se para tabelas os números identificados nos editoriais os quais foram quantificados com totais e percentuais por tipo de ocorrências. Observou-se, assim, a possibilidade de demonstrar que a subordinação não segue as regras da gramática tradicional, como, também, verificou-se, a partir dos valores obtidos, que é possível o nível funcional da língua determinar a escolha da forma verbal e do modo, porque o verbo se apresenta no infinitivo, em diferentes estruturas sintáticas, pelo

predomínio de orações reduzidas de particípio, do modo indicativo, e de orações subordinadas adjetivas nos editoriais jornalísticos.

Em decorrência disso, é necessário, a seguir, expor, antes de apresentar o tópico central deste trabalho, que se configura na análise de dados, as etapas empreendidas para a organização do *corpus* e os procedimentos utilizados na constituição desse *corpus* e no levantamento dos escores para a descrição dos dados.

Apresentam-se, na organização do *corpus*, as justificativas pela escolha do texto de opinião, bem como a opção por este tipo de gênero textual para constituir o conjunto de textos a ser analisado neste trabalho. Discorre-se, a seguir, sobre os procedimentos adotados para a constituição do *corpus*, assim como sobre o processo utilizado na seleção dos textos destes editoriais de jornais. E, por fim, explicita-se, na descrição dos dados, o método assumido para descrever e delinear as ocorrências depreendidas dos textos analisados.

## 5.1 A ORGANIZAÇÃO DO *CORPUS*: JUSTIFICATIVAS

O conjunto de textos que constitui o *corpus* para a análise, neste trabalho, é composto por 23 textos de editoriais jornalísticos. Estes textos foram retirados de jornais brasileiros de circulação diária no país.

Os motivos que levaram à escolha deste gênero textual, para estudo, justificam-se sob dois pontos de vista. O primeiro é quanto à escolha do texto de opinião e o segundo é quanto à opção por um *corpus* textual para as análises, que tem como objetivo explicar o uso da forma verbal e do modo na constituição de sentenças subordinativas, segundo as concepções defendidas por teorias funcionalistas. Os subitens, a seguir, explicitam, detalhadamente, tais fundamentações.

### 5.1.1 A escolha do texto de opinião

A eleição do texto do editorial jornalístico para constituir o *corpus* textual foi direcionada pelo campo de estudo que motivou o desenvolvimento desta tese e que, neste momento, faz-se necessário justificar.

É importante, inicialmente, referir que a opção pelo texto de opinião deve-se ao fato de que a expressão escrita, apresentada no editorial é de igual modo, a formal. Isso ocorre porque, dentre outros gêneros que compõem os textos jornalísticos, o editorial, também, requer o uso apurado da língua e, para que isso ocorra, é necessário o domínio pelo editoralista da norma culta preconizada na gramática padrão.

Tal observação é constatada nos estudos de Beltrão (1980) sobre o editorial. Para o autor, a constituição deste gênero textual apresenta orientações que devem ser seguidas pelo redator, principalmente, quanto à estrutura, que, apesar de ser simples, é mais rígida, como também quanto à obediência às regras gramaticais.

Levando em consideração a orientação dada por teóricos da comunicação quanto à observação da norma culta, é possível perceber em relação à hipótese deste trabalho que é em textos do tipo editorial, que se pode explicar o fato de a subordinação não seguir as regras da Gramática Tradicional. Então, a escolha do texto de opinião para a análise vem mais uma vez reforçar a suposição do uso em uma tipologia textual que tem como padrão a obediência à língua culta.

Da mesma forma, deve-se ter presente a importância do texto opinativo para o estudo da subordinação. A suposição de que é o nível funcional da língua, que determina a escolha da forma verbal e do modo nos editoriais jornalísticos, é possível de ser constatada no *corpus* organizado para este trabalho, quando os dados apontam para ocorrências em que verbo se apresenta no infinitivo em diferentes estruturas sintáticas, para o predomínio de orações reduzidas de particípio, do modo indicativo e das orações adjetivas. Assim, o que se pretende verificar é se a oração é instituída a partir do ponto de vista formal, que instaura e organiza a estrutura do texto opinativo, ou se uma descrição funcional dos fenômenos lingüísticos, que constituem a sentença, é mais adequada para justificar essas constatações nos editoriais de jornais.

Para Gomes (2001), a definição do editorial como um texto opinativo, onde o jornal publica a opinião da empresa pode ser também, considerada como uma das diferenças entre o editorial e outros gêneros textuais produzidos nos jornais. Por o editorial apresentar características que lhe são peculiares, justificaria, então, a escolha desta tipologia textual para análise.

Outra característica, na visão desse autor, é a de que o texto opinativo é escrito de forma impessoal sobre acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância, sendo a marca predominante do editorial a impessoalidade. Conseqüentemente, essa



característica que orienta para o uso da impessoalidade, encontrada nos editoriais analisados, também contribuiu na escolha do texto de opinião para compor o *corpus* da pesquisa.

É importante ressaltar que a opção pelo editorial para constituir o conjunto de textos para análise, fundamenta-se, igualmente, no fato de que é por meio dos jornais que parte da cultura do país é veiculada, tendo esse que ser acessível a todos os tipos de leitores. Essa escolha sustenta-se na orientação dada no manual *O Globo* (1999, p. 47) de que, para manifestar a opinião, o editorial deve fazê-lo de “forma leve, irônica; ou séria, seca”, mas nunca com ostentação. O editorial, para opinar, utiliza argumentos lógicos que devem direcionar a uma conclusão concreta e isso ocorre porque a linguagem utilizada deve ser a mais clara e objetiva possíveis.

Portanto, se o editorial caracteriza-se por apresentar uma linguagem compreensível a qualquer tipo de leitor, pressupõe-se que é neste gênero textual, que estão determinadas, de forma explícita e acessível, as formas verbais e os modos utilizados na construção das orações subordinadas. A elucidação dessas marcas formais contribuirá para uma melhor distinção, delimitação, avaliação e análise dos textos, as quais são imprescindíveis para que os objetivos deste trabalho sejam plenamente atingidos.

### 5.1.2 A opção de um *corpus* textual

A opção por um *corpus* textual para compor o conjunto de textos para análise, neste trabalho, deve-se ao fato de que se vislumbrou a possibilidade de explicar a ocorrência da forma verbal e do modo indicativo na constituição de sentenças subordinativas a partir de uma abordagem textual fundamentada no funcionalismo.

Ao pretender realizar um estudo da sentença subordinativa em situação de uso real, vê-se que, de fato, é o texto que torna possível verificar a forma como se dá a construção da oração. Além do mais, por ser o texto o resultado da inter-relação entre uma ou mais orações, presume-se que é no domínio textual onde se pode explicar o modo como se constitui a oração instituída por meio do processo de subordinação. Para que isso seja realizado, há a necessidade de organizar um *corpus* textual que possa explicitar a ocorrência desse fenômeno lingüístico em um contexto situacional de uso.

A escolha por um *corpus* constituído pelo texto jornalístico, em especial o do editorial, deve-se ao fato, também, de que é preciso verificar a utilização da norma padrão preconizada pela gramática tradicional na construção de sentenças subordinativas nesta tipologia textual.

Assim, a organização dos procedimentos para a constituição do *corpus* textual foi realizada, tendo como objetivo obter material suficiente e relevante para fundamentar os propósitos estabelecidos para a análise neste estudo.

## 5.2 PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Na organização do *corpus*, que constitui as análises neste trabalho, os procedimentos adotados para a escolha dos textos jornalísticos foi o de determinar, em um primeiro momento, quais os jornais que fariam parte da pesquisa dentre aqueles que são veiculados pelo país. Levou-se em consideração, para a escolha dos jornais, a credibilidade dada a esses periódicos como meios de comunicação que têm o papel de veicular em seus textos a cultura e a cidadania. A seguir, fez-se a leitura dos jornais selecionados e, mais adiante, a leitura dos editoriais. Viu-se que nestes jornais era privilegiado o padrão formal da língua na constituição dos textos de editoriais, o que acabou por determinar, neste momento, a opção por este tipo de gênero textual.

Outro procedimento adotado para a constituição do *corpus* foi o de determinar, dentre os diversos periódicos, que circulam pelo Brasil, os jornais que deveriam compor este *corpus*. Optou-se, então, por jornais publicados em somente três regiões do país: Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Essa escolha justifica-se pelo fato de que não se tem como propósito avaliar as regiões em que são veiculados os jornais, mas o de constituir um *corpus* significativo para esta pesquisa, pois o objetivo principal deste trabalho é com o *corpus* textual.

Assim, dos jornais veiculados nestas regiões, selecionou-se; da região Sul, os jornais *Correio do Povo*, do Estado do Rio Grande do Sul; o *Diário Catarinense*, do Estado de Santa Catarina; e a *Gazeta do Povo* do Estado do Paraná. Da região Sudeste, optou-se pela *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, ambos produzidos no Estado de São Paulo, e pelo jornal *O Globo* do Estado do Rio de Janeiro. Da região Centro-Oeste, escolheu-se o *Jornal de Brasília*, do Distrito Federal, e o *Diário da Manhã*, do Estado de Goiás.

### 5.2.1 Seleção de textos para a constituição do *corpus*

Selecionaram-se, para constituir o *corpus* desta pesquisa, os editoriais dos jornais previamente avaliados. Também foi delimitado que o *corpus* para análise deveria ser composto por textos de opinião veiculados em uma mesma semana pelos jornais escolhidos. Viu-se a necessidade de determinar os dias da semana em que os textos foram publicados pelos periódicos. Deu-se preferência pelos editoriais dos jornais divulgados na terça-feira, na quinta-feira e no domingo.

Optou-se por dois editoriais do jornal *Correio do Povo* cujas publicações foram veiculadas em uma quinta-feira e domingo. A opção pela escolha de somente dois editoriais deste jornal tem como justificativa o fato de não se ter tido acesso ao texto publicado na terça-feira da semana determinada para constituir o *corpus* para análise. Dos jornais *Gazeta do Povo*, *Diário Catarinense*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *Correio Brasiliense* e *Diário da Manhã* escolheram-se três editoriais de cada um desses jornais, cujas publicações corresponderam à terça-feira, quinta-feira e domingo.

### 5.2.2 Os editoriais jornalísticos que constituem o *corpus* da pesquisa

O conjunto de textos opinativos que compõe o *corpus* para as análises é formado por editoriais dos jornais selecionados para esta pesquisa. A seguir, explicita-se esse conjunto textual, determinando o nome do periódico, o título do editorial, a data de publicação do texto e o dia da semana em que foi publicado o texto pelo jornal.<sup>39</sup>

Do jornal *Correio do Povo*, escolheu-se o texto “Corrupção e democracia”, publicado em 24/05/2007 (5ª feira), designado para esta análise de Editorial 1 e o editorial “A farra municipal pede retorno”, de 20/05/2007 (domingo), que corresponde ao Editorial 2.

Optou-se por três textos de opinião do jornal *Diário Catarinense*. O primeiro texto, “Macabra rotina”, publicado em 09/01/2007 (3ª feira), é instituído como Editorial 3. O segundo editorial “Mercosul ideológico”, cuja publicação deu-se em 11/01/2007 (5ª feira), constitui o Editorial 4. E, finalmente, o editorial “Anorexia nacional”, difundido em

---

<sup>39</sup> O título de todos os editoriais é destacado por aspas e a numeração para identificação dos mesmos é utilizada nas referências da mesma forma.

14/01/2007(domingo), é caracterizado como Editorial 5 e compõe o terceiro texto a ser analisado deste jornal.

Do jornal *Gazeta do Povo*, selecionou-se também três editoriais. O editorial “Mais trabalho”, publicado em 09/01/2007 (3ª feira), é identificado como Editorial 6. O editorial “Radicalização”, veiculado em 11/01/2007 (5ª feira), é classificado como Editorial 7 e o editorial “Os extremos”, publicado em 14/01/2007 (domingo), é determinado como Editorial 8.

Na escolha dos três editoriais do jornal *O Globo*, optou-se pelo texto de opinião “Veias abertas”, publicado em 29/05/2007 (3ª feira), e classificado como Editorial 9; o texto “Sem demagogia”, cuja veiculação ocorreu em 31/05/2007 (5ª feira), é instituído como Editorial 10, e o texto de opinião “Zonas de sombra”, cuja publicação deu-se em 03/06/2007 (domingo) fica sendo determinado como Editorial 11.

Do jornal *Folha de S. Paulo*, foram selecionados também três editoriais. O primeiro deles, “Mais uma rodada”, é determinado como Editorial 12 e foi publicado em 30/01/2007 (3ª feira). O segundo texto opinativo, “Transparência total” foi veiculado em 1º/02/2007 (5ª feira) e é definido como Editorial 13. O terceiro texto, “Pouca energia” foi divulgado em 28/01/2007 (domingo) e é designado como Editorial 14.

Também, três textos de opinião do jornal *O Estado de S. Paulo* constituem o *corpus* deste trabalho. São eles: o editorial “O novo espetáculo do crescimento”, publicado em 23/01/2007 (3ª feira) e definido como Editorial 15; o texto “Na política externa, outro descompasso”, publicado em 25/01/2007 (5ª feira) é classificado como Editorial 16; e o editorial “A agonia do Fórum Social Mundial”, publicado em 28/01/2007 (domingo) é determinado como Editorial 17.

Selecionaram-se três editoriais para análise do *Jornal de Brasília*. O texto “O consumidor paga a conta”, publicado em 09/01/2007 (3ª feira), determinado como Editorial 18; o editorial “Educação no lugar de multa”, veiculado em 11/01/2007 (5ª feira) e classificado como Editorial 19; e o editorial “Alternativo e responsável”, publicado em 14/01/2007 (domingo) é identificado como Editorial 20.

Elegeram-se do jornal *Diário da Manhã* mais três editoriais. Um deles foi o texto de opinião “Grande momento de Lula”, publicado em 19/12/2006 (3ª feira), instituído como Editorial 21. Outro texto selecionado foi o editorial “Trabalhador brasileiro”, publicado em 21/12/2006 (5ª feira) e classificado como Editorial 22. E, por fim, o editorial “Educação financeira prematura”, veiculado por este jornal em 24/12/2006 (domingo) e classificado como Editorial 23.

Para uma melhor visualização, a título de ilustração, o Quadro 4, dado a seguir, apresenta o número total de jornais e de editoriais de cada um dos periódicos selecionados para constituir o *corpus* para análise deste trabalho.

Quadro 4: Número total de jornais e de editoriais jornalísticos

<b>JORNAIS</b>	<b>Nº DE JORNAIS</b>	<b>Nº DE EDITORIAIS POR JORNAL</b>
Correio do Povo	01	02
Diário Catarinense	01	03
Gazeta do Povo	01	03
O Globo	01	03
Folha de S. Paulo	01	03
O Estado de S. Paulo	01	03
Jornal de Brasília	01	03
Diário da Manhã	01	03
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>08</b>	<b>23</b>

Fonte: A autora, 2007.

### 5.3 DESCRIÇÃO DOS DADOS: PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DOS ESCORES

Para levantamento e posterior descrição de dados, inicialmente, agruparam-se todos os textos por região, numerando-os, em ordem crescente, de 1 a 23. Em seguida, separaram-se os parágrafos de cada texto, novamente, utilizando-se a ordem numérica crescente.

Após, procedeu-se à análise dos textos, utilizando-se como critério a identificação das formas verbais, tanto na forma simples como nominal, classificando-as quanto ao tempo e modo. Essa classificação foi apoiada na tradição, explicitada pelas gramáticas de Almeida

(1967), Cunha e Cintra (1982) e Luft (2002). Depois, realizou-se o levantamento quantitativo dos verbos e modos, registrando-se esses números nas tabelas<sup>40</sup>.

O procedimento para a classificação das orações dos editoriais jornalísticos teve, de igual modo, o amparo das gramáticas normativas de Almeida (1967), Cunha e Cintra (1982) e Luft (2002), pois se viu que, para uma abordagem da subordinação, segundo a concepção funcionalista, era necessário partir da tradição fundamentada nas gramáticas tradicionais. As orações foram separadas por um traço (/), em cada parágrafo, e identificadas por ordem alfabética de (a) a (z), explicitando-se, no final de cada parágrafo, a classificação que correspondia à letra determinada para cada sentença. Em seguida, foi feito o levantamento de todas as ocorrências de orações encontradas nos textos, dando-se às tabelas os valores referentes às orações subordinadas (desenvolvidas e reduzidas) substantivas, adjetivas e adverbiais.

É importante referir que as orações coordenadas, identificadas nos editoriais, não foram tabuladas, por se ter como objetivo, neste estudo, o processo de subordinação. No entanto, foi necessário apontar, também, na descrição dos dados dos textos analisados essas relações coordenativas, porque se verificou que algumas dessas coordenadas estavam embutidas nas subordinadas, o que vem a demonstrar, que a sentença subordinativa, em muitos casos, relaciona-se a uma coordenada para conferir sentido ao período.

### 5.3.1 Descrição dos dados

Na descrição dos dados dos oito jornais selecionados para deles retirar os vinte e três editoriais e constituir o *corpus* desta pesquisa, esses editoriais foram analisados tendo em vista identificar e classificar os verbos na forma simples e nominal, as locuções verbais, os tempos compostos e os modos indicativo e subjuntivo em sentenças subordinativas.

Determinou-se como critério, para o levantamento dos verbos, e das orações subordinadas a identificação dessas ocorrências nas sentenças subordinativas dos editoriais jornalísticos que constituem o *corpus* deste trabalho. Na organização desses dados, adotou-se a classificação dos verbos, quanto à forma verbal, o tempo e o modo, e das orações a

---

<sup>40</sup> Os dados tabulados nas tabelas e nos gráficos não serão submetidos a tratamento estatístico. O objetivo destas tabelas e gráficos é proporcionar uma melhor visualização das ocorrências constatadas nos editoriais jornalísticos.

classificação formal. Agruparam-se esses dados em duas categorias. A primeira categoria é composta do conjunto de ocorrências verbais. A segunda, constitui-se do reconhecimento e da classificação das orações subordinadas e coordenadas.

Assim, subdivide-se a descrição dos dados em dois tópicos. No primeiro, estão sendo explicitados os critérios adotados para a classificação, após análise, dos verbos, tempos e modos que correspondem a cada um dos termos identificados nas sentenças dos editoriais. No segundo, são apresentados, também, os critérios utilizados para a classificação das orações que foram identificadas nos textos de opinião, analisadas.

A seguir, são descritos, em cada um desses tópicos, os critérios e procedimentos aplicados na classificação das categorias verbais e das orações subordinadas e coordenadas, identificadas nos editoriais jornalísticos que constituem o *corpus* desta pesquisa.

#### 5.3.1.1 Classificação da categoria verbal nos editoriais jornalísticos, segundo a tradição gramatical

Para descrever os dados que compõem a primeira categoria, constituída das formas verbais, nos textos de opinião analisados, seguiu-se a orientação dada pela Gramática Tradicional para a identificação e classificação dessas ocorrências.

Assim, a fim de sistematizar os dados dessa primeira categoria, dividiu-se o verbo em três grupos: verbo na forma simples, locução verbal (com verbo auxiliar) e tempo composto (com verbo auxiliar). Foram estabelecidos os seguintes critérios para a classificação dessas formas verbais nos textos de opinião:

(I) Verbos na forma simples são classificados quanto:

- a) ao tempo: presente, pretérito<sup>41</sup> e futuro<sup>42</sup>
- b) ao modo verbal: indicativo e subjuntivo;
- c) à forma nominal: particípio, gerúndio e infinitivo.

(II) Locuções verbais (com verbos auxiliares) são classificadas quanto ao conjunto formado por verbo auxiliar + verbo principal (no infinitivo, gerúndio e particípio).

---

<sup>41</sup> O pretérito perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito foram agrupados como tempo passado.

<sup>42</sup> O futuro do presente e do pretérito foram agrupados como tempo futuro.

(III) Tempos compostos são classificados com verbo principal no particípio<sup>43</sup>.

Os verbos na forma simples e nominal, as locuções verbais, os tempos compostos, bem como o modo indicativo e o subjuntivo foram classificados de acordo com o esquema simbólico numerado, dado a seguir, no Quadro 5, adotando-se os critérios (I), (II) e (III), especificados para identificar e classificar essas ocorrências verbais nos editoriais jornalísticos.

Quadro 5: Esquema para identificação das ocorrências da categoria verbal nos editoriais jornalísticos

<b>(I)</b> <b>VERBOS NA FORMA SIMPLES</b>	
<b>(1)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO PRESENTE DO INDICATIVO
<b>(2)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO PRETÉRITO DO INDICATIVO
<b>(3)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO FUTURO DO INDICATIVO
<b>(4)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO PRESENTE DO SUBJUNTIVO
<b>(5)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO PRETÉRITO DO SUBJUNTIVO
<b>(6)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO FUTURO DO SUBJUNTIVO
<b>(7)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO INFINITIVO
<b>(8)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO GERÚNDIO
<b>(9)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO PARTICÍPIO
<b>(10)</b>	VERBO NA FORMA SIMPLES NO INFINITIVO OU NO FUTURO DO SUBJUNTIVO
<b>(II)</b> <b>LOCUÇÕES VERBAIS</b> <b>(VERBO AUXILIAR + VERBO PRINCIPAL NO INFINITIVO, GERÚNDIO E PARTICÍPIO)</b>	
<b>(11)</b>	LOCUÇÃO VERBAL (VERBO AUXILIAR + VERBO PRINCIPAL NO INFINITIVO)
<b>(12)</b>	LOCUÇÃO VERBAL (VERBO AUXILIAR + VERBO PRINCIPAL NO GERÚNDIO)
<b>(13)</b>	LOCUÇÃO VERBAL (VERBO AUXILIAR + VERBO PRINCIPAL NO PARTICÍPIO)

<sup>43</sup> Para constituir os índices arrolados para esta pesquisa, optou-se por computar somente as ocorrências do tempo composto com verbo principal no particípio por essa forma verbal se apresentar com frequência em relação a outras formas nominais.



(14)	LOCUÇÃO VERBAL (VERBO PRINCIPAL NO INFINITIVO OU NO FUTURO DO SUBJUNTIVO)
<b>III – TEMPO COMPOSTO</b>	
(15)	TEMPO COMPOSTO (VERBO PRINCIPAL NO PARTICÍPIO)

Fonte: A autora, 2007.

### 5.3.1.2 Classificação tradicional das orações nos editoriais jornalísticos

A segunda categoria é constituída por um grupo de orações que foram identificadas nos editoriais. Para descrever essas ocorrências oracionais, adotou-se, igualmente, a prescrição normativa dada pela tradição. As orações foram distinguidas e classificadas quanto ao tipo e quanto à função que exercem nos editoriais jornalísticos.

Quanto ao tipo, essas sentenças foram identificadas e classificadas em orações subordinadas (desenvolvidas e reduzidas), e em orações coordenadas (assindéticas e sindéticas), constituindo-se do *corpus* desta pesquisa para posterior análise esses dois tipos oracionais.

De acordo com a função exercida pelas sentenças nos editoriais, esse conjunto de orações foi classificado e dividido em dois grupos: o primeiro grupo constituiu-se das orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais (desenvolvidas e reduzidas). O segundo grupo englobou as orações coordenadas assindéticas e as coordenadas sindéticas, classificadas em aditivas, adversativas, alternativas, explicativas e conclusivas. Quanto à forma verbal, apontaram-se as subordinadas reduzidas, classificando-as, ainda, quanto à função, em substantivas, adjetivas e adverbiais.

Para a identificação dessas sentenças nos textos de opinião dos jornais, aplicou-se como critério de avaliação a classificação tradicional quanto à função exercida pelas orações, estabelecendo-se os seguintes procedimentos para a descrição desses dados:

I – Orações subordinadas:

- a) substantivas (desenvolvidas e reduzidas);
- b) adjetivas (desenvolvidas e reduzidas);
- c) adverbiais (desenvolvidas e reduzidas).

II - Orações coordenadas:

a) assindéticas;

b) sindéticas.

Com relação à identificação e classificação das orações coordenadas, ratifica-se a decisão de nomeá-las, pois se verificou que algumas dessas sentenças estavam integradas às subordinadas, não sendo possível excluí-las da descrição dos dados devido à relação de complementaridade, estabelecida entre elas, para determinar o significado do período naquele determinado contexto de uso.

Após o levantamento obtido através da descrição dos dados, é feita a análise dos mesmos no capítulo seguinte. O objetivo dessa análise é esclarecer a ocorrência de verbos que se apresentam no infinitivo, em diferentes estruturas sintáticas, o predomínio das orações reduzidas de particípio, do modo indicativo, e das orações subordinadas adjetivas, buscando justificativas que possam apoiar a constatação desses dados encontrados nos editoriais jornalísticos.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS

Partindo dos critérios metodológicos estabelecidos para investigar a forma e o modo verbais na constituição da sentença subordinativa e, após ter sido feito o levantamento de todas as ocorrências de verbos na forma simples e nominal, bem como do modo indicativo e das orações adjetivas, nos 23 textos de editoriais, que compõem o *corpus* desta pesquisa, é apresentada, a seguir, a análise desses dados.

A análise dos dados é realizada com o objetivo de representar qualitativamente as ocorrências do verbo no infinitivo em diferentes estruturas sintáticas, do predomínio de orações reduzidas de particípio, do modo indicativo, e de sentenças adjetivas, identificadas nos editoriais jornalísticos. O propósito dessa análise é examinar, segundo os preceitos da Gramática Tradicional e de teorias funcionalistas, os resultados dessa amostra, obtidos pelos dados e índices percentuais, a fim de buscar justificativas, que possam explicar as ocorrências, em textos de opinião, desses fenômenos lingüísticos.

### 6.1 O VERBO NO INFINITIVO E NO FUTURO DO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS

Ao observar os valores da Tabela 1, verifica-se que há uma ampla ocorrência do emprego do verbo nas formas nominais, constituído na forma simples nos editoriais selecionados para análise nesta pesquisa. Dos 23 editoriais que foram submetidos à análise, constata-se que, do total geral de 215 ocorrências da forma simples dos verbos, 119 ocorrências estão na forma nominal do infinitivo, gerúndio e particípio.

No entanto, verifica-se que, do total de 215 constatações da forma nominal, na forma simples do verbo, 96 ocorrências verbais, tanto podem ser classificadas na 1ª e 3ª pessoas do singular do infinitivo, como na 1ª e 3ª pessoas do singular do futuro do subjuntivo. A coincidência dessas formas verbais pode estar sendo gerada pelo verbo se apresentar no infinitivo em diferentes estruturas sintáticas.

Para tentar explicar tal constatação, parte-se, inicialmente, da orientação dada pelas gramáticas tradicionais. De um modo geral, verifica-se que a concepção para o estudo do

verbo, apresentada neste trabalho por autores considerados mais tradicionais como Almeida (1967), Cunha e Cintra (1984) e Luft (2002), está centrada na conceituação e classificação do verbo, definindo como formas verbais nominais o infinitivo, gerúndio e particípio. Parece que as ocorrências nos editoriais jornalísticos de verbos, tanto no infinitivo como no futuro do subjuntivo, não são contempladas nas abordagens teóricas desenvolvidas por esses autores.

Para exemplificar essas ocorrências, recortou-se do *corpus* analisado o seguinte conjunto de sentenças<sup>44</sup>. Os termos em negrito marcam essa constatação.

- (1) “[...] longe de **representar** uma economia para os cofres públicos, acabou por **desaguar** em gastos ainda maiores por conta de muitas câmaras municipais, com honrosas exceções.”<sup>45</sup>
- (2) “Por óbvio, nossas estradas estão a **necessitar** de recursos para sua recuperação e modernização.”<sup>46</sup>

Ora, na constituição da conjugação verbal, os autores de gramáticas tradicionais determinam que vocábulos como **representar**, **desaguar** e **necessitar**, dos exemplos acima, encontram-se no infinitivo, na forma primitiva dos verbos. Parte-se, então, da definição de verbo dada por Almeida (1967), segundo a qual conjugação é um conjunto de flexões verbais. Ao determinar o infinitivo como uma das formas nominais verbais, Almeida não distingue as diferenças que venham a ser encontradas quando o verbo é empregado em contextos diferenciados.

Para Almeida (1967, p. 210) “conjugação de um verbo é, pois, recitá-lo em todas as suas formas possíveis”. O autor não prevê que o verbo ao ser inserido em construções constituídas por sentenças, principalmente em estruturas subordinativas, pode vir a gerar problemas quanto à identificação da forma verbal.

A classificação apoiada na prescrição normativa dada por Luft (2002), para a constituição das formas nominais de infinitivo, gerúndio e particípio como um dos constituintes da categoria verbal, também não justifica a ocorrência da forma verbal tanto no infinitivo como no futuro do modo subjuntivo.

Da mesma forma, nas noções apresentadas por Cunha e Cintra (1984, p. 377) sobre o verbo não se encontra explicações que justifiquem diferenças quanto ao emprego da forma

<sup>44</sup> É preciso mencionar que o conjunto de sentenças tomado para exemplificação nesta análise está sendo usado para representar a totalidade das ocorrências constatadas nos editoriais.

<sup>45</sup> Fonte: A farra municipal pede retorno. **Correio do Povo**, Porto Alegre. 10 maio 2007. Opinião, p. 4. (Editorial 2 - Parágrafo 2).

<sup>46</sup> Fonte: Macabra rotina. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 09 jan. 2007, p. 10 (Editorial 3 – Parágrafo 3).

nominal do infinitivo e do futuro do modo subjuntivo. Para esses gramáticos, o verbo é “uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo”, esse apresentará variações em número, pessoa, modo, formas nominais, tempo, aspecto e voz as quais são flexionadas de acordo com o seu emprego. Verifica-se que definições como essas não contemplam de modo satisfatório o uso do verbo no infinitivo ou no futuro do subjuntivo quando inseridos em textos de opinião.

De acordo com Cunha e Cintra, a terminação “**r**” de verbos no infinitivo e no futuro do subjuntivo é uma característica destas formas verbais. O conjunto de sentenças dado acima demonstra a dificuldade de se estabelecer distinções quanto a essas categorias verbais, pois, como é visto, ambos os verbos apresentam a mesma terminação.

Constata-se, nos textos analisados, que a **variação**, principalmente quando se trata do infinitivo e do futuro do subjuntivo, referida por Almeida, Cunha e Cintra e Luft, não possibilita estabelecer a distinção no uso entre uma ou outra forma, já que ambas apresentam coincidências quanto à forma. Com isso, conclui-se que tais concepções gramaticais não dão conta do que usualmente se encontra nas orações subordinadas que constituem os editoriais jornalísticos.

Outra abordagem referida neste trabalho foi a de Bechara (2000, p. 29). Ao definir verbo como “a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical”, esse autor aproxima seus estudos sobre o verbo das ocorrências constatadas nos textos analisados quanto à forma nominal de infinitivo e quanto ao verbo no futuro do subjuntivo.

No entanto, verifica-se que os estudos deste autor não apresentam, na sua totalidade, explicações que possam levar a conclusões que justifiquem as ocorrências encontradas nos editoriais jornalísticos. Em seus estudos, Bechara (2000) não apresenta soluções para a distinção, quanto ao uso textual, entre o infinitivo e o futuro do subjuntivo. O que faz o autor é chamar a atenção, em uma de suas notas, para a necessidade de se distinguir esses dois empregos (ver nota 20, deste trabalho).

Por outro lado, um dos pontos de vista desenvolvidos pelo autor, que pode ser levado em consideração para este trabalho, é a crença de que um estudo do verbo, para ser coerente, deve ser concebido por meio de um sistema de categorias verbais em que tipos e funções da forma léxicas se estabelecem em oposições funcionais numa língua. Entende-se que tal concepção pode ser aplicada, em parte, para explicar as ocorrências com verbos no infinitivo e no futuro do subjuntivo.

Acredita-se que se pode explicar esse fenômeno, ao se colocar em oposição a categoria de modo que é aquela que assinala a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, para obter o que o falante pensa dessa relação, e a categoria de táxis que assinala a posição de um acontecimento em relação com outro, sem levar em consideração o ato de fala, empregada, principalmente, em construções com infinitivo, pois, nesta concepção, o infinitivo não encerra relação com o ato de fala, mas é uma simples série de ações.

Ao aplicar essas noções defendidas por Bechara (2000), nas estruturas subordinadas, que constituem o *corpus* desta pesquisa, para buscar uma explicação que possa estabelecer uma forma de distinguir, nos textos analisados, quando foi usado o infinitivo e quando se fez uso do futuro do subjuntivo, pode-se pressupor que essa distinção está relacionada com a posição do sujeito, isto é, do editorialista do jornal. Assim, o tipo de ação verbal que está sendo utilizado nos textos é definido tendo em vista o que o editorialista quer veicular nesta ação. Se, no uso, a idéia é determinar que a ação é incerta, possível de ocorrer em um futuro, tem-se o verbo no futuro do modo subjuntivo. Por outro lado, parece que quando o editorialista quer informar a posição do acontecimento, em relação a outro, sem levar em consideração o ato de fala, então é usado o infinitivo. A aplicação de tais concepções pode ser verificada nas sentenças subordinativas exemplificadas mais acima.

Por exemplo, em (1), os verbos **representar** e **desaguar** ao serem contrastados com o verbo **acabou**, no pretérito perfeito do modo indicativo, leva à suposição de que se trata aqui de verbos no infinitivo e não no futuro do subjuntivo, pois, na estrutura do período, percebe-se que o objetivo do editorialista é apresentar uma ação feita, realizada, caso se entenda o verbo **acabou** como sendo o núcleo principal do período pelo significado verbal do que está sendo dito no período estar marcado por este verbo. Assim, é o verbo **acabou** que determina a categoria de modo a todo o período e, neste caso, o período (1) está organizado no modo indicativo. Ora, se os verbos **representar** e **desaguar** estão informando a posição do acontecimento em relação a **acabou**, pode-se dizer que estão sendo empregados no infinitivo e não no futuro do modo subjuntivo.

É possível utilizar o mesmo princípio no exemplo (2). O verbo **estão**, classificado no presente do indicativo, apesar de ser um tipo de verbo, denominado como verbo relacional, distinto, portanto, de uma outra subcategoria de verbos, a que é chamada de verbos nocionais, é o núcleo da oração e, como tal, determina o modo verbal que está sendo utilizado no período. Dessa forma, pode-se verificar que o verbo **necessitar** pode ser também determinado, nesta construção subordinativa, como um verbo que está sendo usado no

infinitivo, já que o modo indicativo é o que está prevalecendo, porque é determinado pelo verbo principal do período que, neste caso, é o verbo **estão**, excluindo-se, assim, a possibilidade desta sentença estar estruturada no modo subjuntivo. Tal constatação pode ser corroborada quando se contrasta os verbos **estão** e **necessitar**. É esse contraste que pode determinar que a função exercida por esses verbos no período está sendo estabelecida pelo uso e não pela forma padrão que a gramática normativa prescreve para a terminação verbal. Portanto, é a língua em uso que define se a escolha deve requerer o verbo no infinitivo ou no futuro do subjuntivo em sentenças subordinativas.

A concepção de Moura Neves (2001, p.16) quanto ao tratamento, que se deve dar para a organização da frase e do fluxo de informação na constituição gramatical das línguas naturais pode, igualmente, explicar a ocorrência tanto do infinitivo como do futuro do subjuntivo nas sentenças subordinativas. Ao se levar em conta que, no uso, as expressões lingüísticas estão em constante interação verbal e de que isso poderia levar, nas palavras da autora, a uma “certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico” possibilitam justificar as constatações observadas nos textos dos editoriais jornalísticos.

Para sustentar tal suposição, buscam-se justificativas nas noções cunhadas por Moura Neves (2001) por se pressupor a relevância dos conceitos dados pela autora para explicar que os casos encontrados nos editoriais dos jornais podem ter como apoio a hipótese de o verbo se apresentar no infinitivo em diferentes estruturas sintáticas.

Supõe-se que a constatação do infinitivo e do futuro do subjuntivo com a mesma terminação em “r” em verbos como **representar**, **desaguar** e **necessitar**, dos exemplos (1) e (2), não pode ser justificada pela forma verbal determinada pelas regras gramaticais tradicionais. Acredita-se que uma explicação plausível seria a de relacionar esse modelo formal à função exercida pelos verbos no contexto situacional em que se encontram.

A explicação de que o uso e o contexto comunicativo organizam as sentenças pode vir a justificar que a terminação das formas verbais não é determinante nos textos dos editoriais. Na constituição das orações, supõe-se que o tempo e o modo verbal não são depreendidos da terminação verbal, mas pela percepção que o leitor tem do texto a partir da experiência retirada, tanto do mundo externo como do mundo interno, incorporados pelo uso e pelo contexto situacional. Em outras palavras, a informação veiculada pelos editoriais é interpretada sem qualquer interferência da forma verbal.

Outra provável explicação é a de adequação às situações de comunicação, estabelecida por associação ao sistema modalizador das sentenças que constituem os textos de opinião. Pressupõe-se que a constatação, tanto do infinitivo como do futuro do subjuntivo, ocorreu

porque as sentenças nos textos editorialistas são organizadas a partir de acontecimentos ocorridos em um tempo presente, marcados pelo uso de frases no indicativo. Supõe-se, então, que o futuro do subjuntivo será descartado, adotando-se o infinitivo, por ser o infinitivo uma marca de modalidade que caracteriza os textos de opinião.

Uma última possibilidade a se considerar como explicação para tais ocorrências é a de que a frase é um ato de interação social que capacita o falante a construir textos. Portanto, pressupõe-se que a escolha entre o infinitivo e o futuro do subjuntivo pode ocorrer pela contextualização das unidades lingüísticas por meio da organização interna da frase, relacionada ao seu significado como mensagem. Note-se que o editorial tem como característica veicular uma informação sobre um fato novo ocorrido na atualidade. Ao reconhecer o significado da mensagem, acredita-se que a opção recairia no infinitivo e não no futuro do subjuntivo. Esse reconhecimento se dá pelas relações especificadas dentro do enunciado (a sentença é constituída no infinitivo) e entre o enunciado (o significado do infinitivo orienta para uma ação presente) e a situação (o fato ocorreu naquele dado momento de comunicação). Assim, presume-se que é essa relação que determina o infinitivo como a forma verbal mais adequada para explicitar um dado novo e não a terminação em “r” dos verbos.

Então, sob o escopo de que a organização gramatical das sentenças tem como princípio a interação social para que a comunicação seja estabelecida de forma eficiente, possibilita assumir o uso como determinante para explicar que a coincidência entre a forma verbal de infinitivo e de futuro do subjuntivo, constatada nos textos editorialistas, pode ser justificada pelo verbo no infinitivo se apresentar em diferentes estruturas sintáticas e não pela forma verbal prescrita nas gramáticas normativas.

A concepção de Ilari (1992, p. 25) pode justificar, sob a perspectiva funcional da frase, a ocorrência, tanto de verbos no infinitivo como no futuro do subjuntivo, encontrada nos editoriais analisados. Ao se tomar, como ilustração, os verbos **representar**, **desaguar** e **necessitar**, que constituem os exemplos (1) e (2), verifica-se que é possível explicar tais ocorrências pela distinção entre os níveis sintáticos que organizam a língua, pois é nesses níveis que estão contidos a semântica e a pragmática.

Assim, mais uma vez, supõe-se que, ao se usar na organização das sentenças verbos como **representar**, **desaguar** e **necessitar**, por exemplo, o reconhecimento da forma verbal se dá porque é possível analisar a sentença no nível comunicativo. Nas palavras de Ilari, esse segmento comunicativo (comentário) é que é dinâmico em relação ao segmento comunicativamente estático (tópico). Então, é a função comunicativa realizada pelo verbo e



não a terminação do verbo que determina o tipo de forma verbal usado nas sentenças dos editoriais, visto que esse segmento oracional é constituído também dessa função comunicativa, a qual é definida pelo interlocutor.

É por meio da Articulação Tema-Rema (ATR) que se pode considerar nesses tipos de construções que os verbos têm uma função, ou seja, nos casos constatados, são os verbos que atribuem nas sentenças a marca do infinitivo e do futuro do subjuntivo e não a terminação em “r”, já que o papel da ATR é discursivo. Ao se atribuir critérios aos conteúdos formulados e articulados inicialmente num nível de representação do mundo, esses são reformulados pela ATR de modo a constituírem unidades apropriadas para a comunicação numa situação real.

Por exemplo, em (1), pode-se conjecturar que o verbo **acabou**, no pretérito perfeito do modo indicativo, ao ser articulado aos verbos **representar** e **desaguar**, dá dinamicidade ao período, determinando que o modo verbal das sentenças é o indicativo, excluindo, assim, a possibilidade do modo ser estabelecido pela terminação verbal.

Da mesma forma, acredita-se que a mesma justificativa pode ser dada para a ocorrência do infinitivo e do futuro do subjuntivo do exemplo (2). O verbo **estão**, articulado com o verbo **necessitar**, é que está especificando que o modo no uso é o indicativo, e não a terminação em “r”, determinada pela gramática normativa para o emprego de verbos tanto para o infinitivo como para o futuro do subjuntivo. Ou seja, pressupõe-se que nas sentenças a constituição das unidades apropriadas para a comunicação numa situação real ocorre pela ATR e não somente pela forma verbal.

A suposição de que o verbo se apresenta no infinitivo em diferentes estruturas sintáticas pode vir a explicar a coincidência entre a terminação verbal do infinitivo e do futuro do subjuntivo, constatada pelos dados coletados e tabulados nos editoriais dos jornais, tendo também como apoio Votre e Naro (1989). Essa coincidência pode justificar-se, tomando como base, por exemplo, que as sentenças constituídas pelos verbos **representar** e **desaguar**, em (1), e **necessitar**, em (2), ocorrem porque é no discurso e no uso da língua em comunicação, em uma dada situação social, que se origina a forma verbal. Portanto, as coincidências são observadas não pela determinação da forma defendida e formalizada na gramática normativa da língua, mas pelo fato de que existem diferentes estruturas sintáticas, construídas com o objetivo de alcançar eficiência na comunicação.

Verifica-se que a determinação de infinitivo e de futuro do subjuntivo dos verbos nas sentenças subordinativas pode ser estabelecida por o *que* se quer transmitir e *como* se preencherá as exigências do que se pretende comunicar. Tomando-se como ilustração os

mesmos exemplos citados em (1) e (2), pode-se pressupor como justificativa para essas ocorrências dois princípios os quais serão abaixo explicitados.

O primeiro deles é o fato de que no editorial jornalístico o *que*, de forma geral, transmite o fato ocorrido, cuja veiculação é o propósito principal do editorialista. O segundo, é *como* esse fato, para transmitir a informação, preencherá as exigências dessa comunicação.

Por exemplo, em (1), o *como* é a forma utilizada pelo editorialista para que a informação seja comunicada. Por se tratar de editoriais de jornais, uma das exigências para organizar as sentenças é quanto ao tempo e modo verbal. Ora, observa-se em (1) que o tempo a ser instituído é o tempo do momento e o modo que melhor caracteriza esse tipo de informação é o indicativo, por ser esse o modo que indica a informação que está sendo dita. Tal afirmação pode ser justificada pelos verbos empregados nessas sentenças. O verbo **acabou**, apesar de estar no pretérito perfeito, direciona as formas verbais **representar** e **desaguar** para a idéia de que a informação a ser depreendida pelo leitor é a de que “o que ‘acabou’, ‘acabou’ no momento presente em que o fato está sendo enunciado”. Logo, a possibilidade de compreender que a terminação verbal em “**r**” desses verbos é marca de futuro, é descartada. Assim, a escolha do infinitivo como marca dessas sentenças é derivada da situação em que estão inseridos os textos, e não da forma verbal.

O exemplo (2), igualmente, pode demonstrar a maneira como são preenchidas as exigências para que a informação seja efetivamente comunicada. Verifica-se que o verbo **estão**, no presente do indicativo, destitui qualquer possibilidade de a terminação em “**r**” do verbo **necessitar** estar representando um tempo no futuro do modo subjuntivo. Uma justificativa para definir que o verbo **necessitar** está na forma infinitiva é a de que a forma foi derivada no discurso de comunicação e não por imposição da terminação em “**r**”, isto é, o *que*, a ser transmitido pelo autor do editorial, é que determina o critério lingüístico a ser adotado. Nas palavras de Votre e Naro (1989, p. 176), “a possibilidade de comprovar a existência da regularidade da forma em correspondência com as regularidades da comunicação”, em verbos como os que se constituem no infinitivo e no futuro do subjuntivo, não pode ser justificada pela semelhança formal, mas por ter “algum efeito específico na comunicação”.

Outra justificativa possível para a ocorrência da coincidência da forma verbal de infinitivo e de futuro do subjuntivo, nos editoriais analisados, é a de que a linguagem do discurso jornalístico é “basicamente constituída de palavras, expressões e regras

combinatórias que *são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal*”<sup>47</sup>. (LAGE, 2001, p. 38). Assim, a opção pelo infinitivo e não pelo futuro do subjuntivo pode ser determinada por regras combinatórias que já fazem parte do uso coloquial e não porque se trata de um registro formal.

Além disso, uma das características do texto jornalístico é a de que ele deve possuir uma fruição mais rápida e uma maior expressividade para que a mensagem seja transmitida com eficácia. Se o editorial mantém esta característica e obedece ao princípio de que deve haver “conciliação entre a comunicação de forma eficiente e a aceitação social” (LAGE, 2001, p. 38), acredita-se que os verbos **representar** e **desaguar**, exemplo (1), e o verbo **necessitar**, exemplo (2), podem ser, nestas sentenças, indicados no infinitivo, não pela terminação em “r”, mas por comunicarem, de forma eficiente, uma mensagem. Supõe-se que o entendimento de um texto não é determinado pela distinção entre infinitivo e futuro do subjuntivo, mas pela eficácia desta comunicação no uso.

Da mesma forma, presume-se que a relação estabelecida pelo editorialista com os prováveis leitores de seu texto é um fator determinante para que a mensagem seja compreendida no modo infinitivo e não no subjuntivo, porque as informações que o editorialista veicula devem passar ao leitor uma atitude de certeza desse autor sobre o assunto explicitado. E isso parece só poder ocorrer em sentenças instituídas com verbos no modo indicativo.

Por fim, acredita-se que o editor do texto de opinião escreve para leitores que possuem um conhecimento prévio suficiente para interpretar e, caso seja preciso, complementar, por meio de inferências e pressuposições, as informações necessárias para a compreensão do texto. Logo, não é a terminação “r” de verbos como **representar**, **desaguar** e **necessitar**, por exemplo, que define que as sentenças estão estruturadas no modo indicativo, mas a soma de todos os elementos lingüísticos e extralingüísticos que compõem o sentido global do texto.

---

<sup>47</sup> Grifo do autor.

Tabela 1: Número total de ocorrências das formas nominais infinitivo, gerúndio e particípio de verbos na forma simples em estruturas subordinativas nos editoriais jornalísticos

JORNAIS	VERBO NA FORMA SIMPLES					
	Infinitivo	Gerúndio	Particípio	Infinitivo/ Futuro do Subjuntivo	Total por jornal	Porcentagem (%)
Correio do Povo	01	02	06	08	117	37,14
Diário Catarinense	03	04	11	19	37	11,75
Gazeta do Povo	01	11	12	14	38	12,06
O Globo	02	0	07	09	18	5,71
Folha de São Paulo	02	0	14	18	34	10,79
O Estado de São Paulo	03	02	22	18	45	14,29
Jornal de Brasília	01	01	04	05	11	3,49
Diário da Manhã	01	0	09	05	15	4,76
<b>Nº total de ocorrências</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>85</b>	<b>96</b>	<b>215</b>	<b>100</b>

Fonte: A autora, 2007.

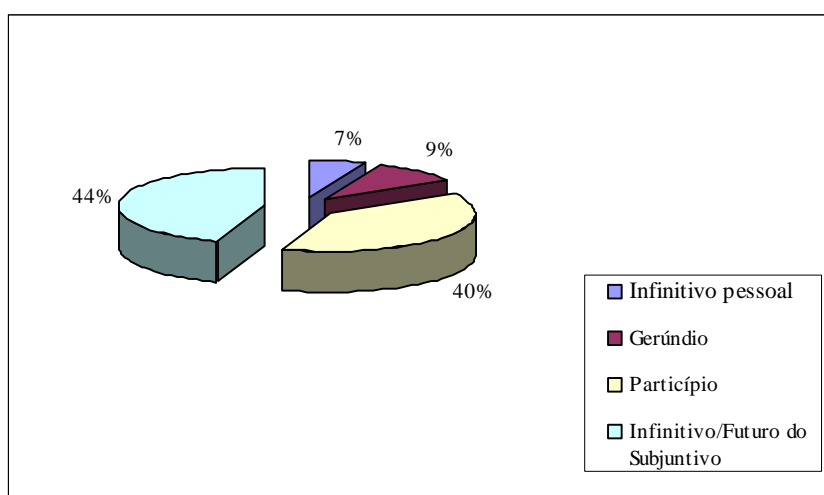


Gráfico 1: Total percentual de ocorrências das formas nominais de verbos na forma simples  
Fonte: A autora, 2007.

Tabela 2: Frequência de ocorrências com locução verbal em orações subordinadas dos editoriais jornalísticos

JORNAIS	LOCUÇÃO VERBAL					
	Verbo Principal					
	Infinitivo	Gerúndio	Particípio	Infinitivo/Futuro do Subjuntivo	Total por Jornal	(%)
Correio do Povo	0	2	4	3	9	8,11
Diário Catarinense	3	3	4	6	16	14,41
Gazeta do Povo	0	2	8	11	21	18,92
O Globo	4	0	5	7	16	14,41
Folha de São Paulo	1	3	7	11	22	19,82
O Estado de São Paulo	0	2	5	7	14	12,61
Jornal de Brasília	2	0	3	2	7	6,31
Diário da Manhã	0	0	3	3	6	5,41
<b>TOTAL GERAL</b>	10	12	39	50	111	100,00

Fonte: A autora, 2007.

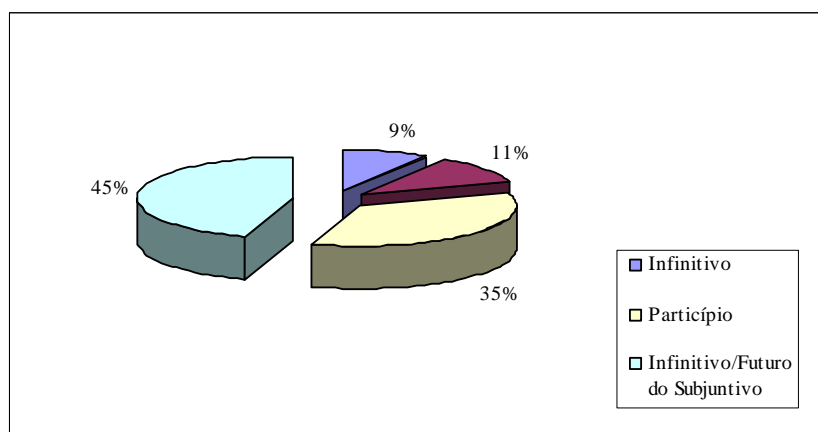


Gráfico 2: Percentual de frequência de ocorrências com locução verbal em orações subordinadas

Fonte: A autora, 2007.

Tabela 3: Ocorrência de tempo composto em orações subordinadas nos editoriais jornalísticos por periódico

JORNAIS	ORAÇÕES SUBORDINADAS	
	Tempo Composto	
	Verbo principal no particípio	Porcentagem (%)
Correio do Povo	0	0,00
Diário Catarinense	1	11,11
Gazeta do Povo	2	22,22
O Globo	1	11,11
Folha de São Paulo	1	11,11
O Estado de São Paulo	3	33,33
Jornal de Brasília	0	0,00
Diário da Manhã	1	11,11
<b>Total de ocorrências</b>	<b>9</b>	<b>100</b>

Fonte: A autora, 2007.

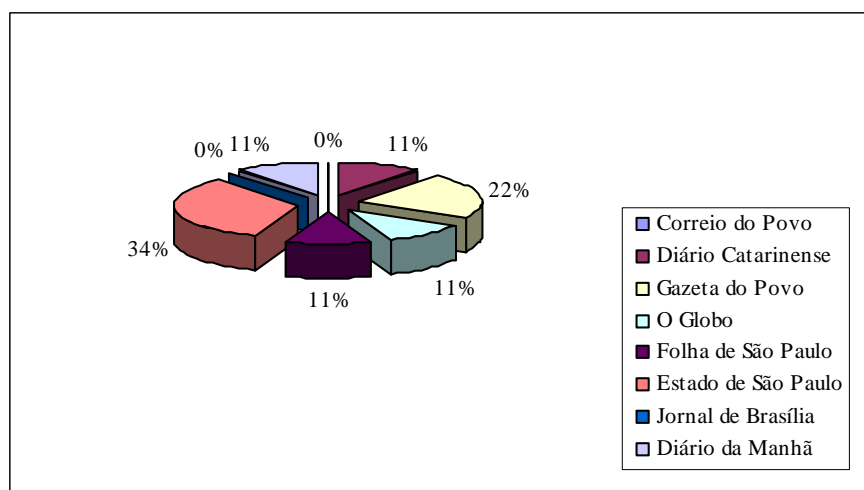


Gráfico 3: Percentual de ocorrências de tempo composto, por periódico, em orações subordinadas

Fonte: A autora, 2007.

## 6.2 O PREDOMÍNIO DAS ORAÇÕES REDUZIDAS DE PARTICÍPIO NOS EDITORIAIS JORNALÍSTICOS

A partir dos dados coletados e tabulados nas Tabelas 4, 5 e 6 verifica-se que há uma maior preponderância no uso das formas nominais verbais na constituição das orações subordinadas nos editoriais jornalísticos especialmente com verbos no particípio.

Pode-se constatar que as formas nominais utilizadas na construção dessas sentenças subordinativas, tanto ocorrem com verbos na forma simples, como com locuções verbais e tempos compostos. Visualizando-se as Tabelas 4, 5 e 6, constata-se que, de um total geral de 329 ocorrências de orações reduzidas (Tabelas 4 e 5), 127 são reduzidas de particípio, 32 reduzidas de gerúndio e 24 reduzidas de infinitivo (Tabela 6). Na Tabela 5, das reduzidas de particípio, 85 orações são constituídas na forma simples do verbo e 42 com locução verbal; das reduzidas de gerúndio, 20 sentenças apresentam a forma simples do verbo, enquanto 12 encontram-se formuladas com locuções verbais; e, por fim, do total de reduzidas de infinitivo, 14 estão na forma simples do verbo e 10 são instituídas com locuções verbais.

Além do mais, é importante acrescentar que se verifica também o uso do tempo composto nas orações subordinadas. Os dados compilados e tabulados na Tabela 3 apresentam um total de 09 ocorrências. Por essa constatação apresentar índices muito baixos, não se considerou esses dados relevantes para os propósitos deste trabalho.

Cabe ressaltar que também se observa, nas Tabelas 4 e 5, a ocorrência da forma nominal de infinitivo e do verbo no futuro do subjuntivo nas sentenças subordinadas dos textos de opinião analisados. Do total de 146 orações (Tabela 5), detecta-se 96 sentenças com o verbo na forma simples contra 50 ocorrências com locuções verbais constituídas tanto no infinitivo como no futuro do subjuntivo. Essa coincidência, quanto à forma verbal, já foi analisada e explicitada, nesta seção, no item 6.1.

Para explicar o predomínio das orações reduzidas de particípio, utiliza-se, como exemplo, o conjunto de sentenças, dados a seguir, retirado do *corpus* da pesquisa. Os verbos, em destaque, ilustram essas ocorrências.

- (3) “**Fortalecido** pelo crescimento das receitas com a produção e venda externa de petróleo, o ex-militar Hugo Chávez goza de inegável popularidade em seu país.”<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Fonte: Radicalização. **Gazeta do Povo Online**. Curitiba, 11 jan. 2007. Opinião. (Editorial 7 – Parágrafo 3).

(4) “**Aberto** o embrulho, no entanto, confirmou-se a previsão de um conteúdo medíocre, mal **disfarçado** pela mistura de investimentos do governo, de estatais e do setor privado – alguns **prometidos**, outros **programados** [...].”<sup>49</sup>

(5) “Levantamento **realizado** pelo Bradesco mostra que um dos produtos financeiros que mais **têm conquistado** o público é a previdência para menores.”<sup>50</sup>.

A fim de justificar esses dados coletados e tabulados, toma-se, inicialmente, a abordagem de gramáticas normativas com o intuito de verificar se é possível explicar, a partir da tradição, os índices de ocorrências constatados nos editoriais jornalísticos.

Ao retomar os estudos de Cunha e Cintra (1984) e Luft (2002), verifica-se que a concepção dada por esses autores para as formas nominais de infinitivo, gerúndio e particípio não podem vir a justificar os dados constatados nos editoriais. Vê-se, nos estudos desenvolvidos nas gramáticas desses autores, que a concepção classificatória defendida por eles não contempla, de um modo geral, o uso das formas nominais nas sentenças subordinadas. Tanto Cunha e Cintra como Luft consideram como sentenças reduzidas aquelas em que o verbo está em uma das formas nominais de infinitivo, gerúndio e particípio. Acrescentam que as formas nominais que constituem as orações reduzidas têm como característica não poder exprimir por si nem o tempo e nem o modo. Para eles, a determinação do valor temporal e modal é sempre dependente do contexto em que as orações aparecem. No entanto, é necessário referir que não foi feita pelos autores nenhuma menção de como estabelecer esses valores nas orações, isto é, de que forma se instituiria o tempo e o modo, levando em consideração o contexto.

A partir disso, verifica-se a possibilidade de encontrar uma maneira de aproximar essa concepção tradicional das formas nominais verbais, desde que sejam estabelecidos os critérios que não foram determinados por esses autores tradicionais para uma análise sob o ponto de vista do contexto para, assim, poder relacioná-la à proposta investigativa desta pesquisa. A probabilidade de a tradição explicar a ampla ocorrência de sentenças subordinativas constituídas com as formas nominais verbais poderia ser estabelecida por meio do contexto em que aparecem nos editoriais dos jornais.

Observa-se que o contexto só pode vir a justificar as ocorrências de verbos nas formas nominais, se for levado em consideração o critério do uso e a sua relação com o “contexto”

<sup>49</sup> Fonte: O novo espetáculo do crescimento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2007. Notas e Informações, p. A3. (Editorial 15 – Parágrafo 1).

<sup>50</sup> Fonte: Educação financeira prematura. **Diário da Manhã**. Goiânia. 23 dez. 2006. Editorial, p. 6. (Editorial 23 – Parágrafo – 3).



em que ocorrem as sentenças. Acrescenta-se a esse critério a concepção de que o uso compreende não só a estrutura lingüística, mas também, todos os elementos extralingüísticos, incluindo-se aí a intencionalidade do redator em relação aos seus prováveis leitores, bem como a organização estrutural delineada a partir da forma instituída a cada tipo específico de texto.

A partir de tais considerações, surge a suposição de que o uso da forma nominal nas sentenças subordinativas, especialmente do particípio, nos editoriais, pode estar relacionado ao fato de esses textos terem como tendência na sua organização estrutural o modo indicativo. Tal pressuposto pode ser corroborado por haver um maior predomínio do modo indicativo sobre o subjuntivo, o qual pode ser constatado, pelos dados da Tabela 8, em que foram verificados 379 usos de orações subordinadas no modo indicativo, enquanto que somente 36 sentenças encontram-se constituídas no modo subjuntivo.

Além do mais, acredita-se que o contexto do qual tratam os gramáticos tradicionais só se torna determinante para a escolha da forma nominal de particípio nas subordinadas quando é considerado o tipo de texto a ser veiculado pelo redator. No caso dos editoriais, observa-se que o texto opinativo apresenta características que lhe são peculiares.

Dentre as características do texto do tipo editorial mencionada nos manuais de redação jornalística, uma delas é a de que é dever do redator do texto de opinião preservar a tradição da língua. Pressupõe-se que a tradição só pode ser mantida por meio de um maior “policiamento” dos redatores, principalmente, no que se refere às escolhas a serem feitas. Assim, ao escolher a forma nominal do particípio para constituir as orações subordinadas, acredita-se que o redator está priorizando as orientações dadas por manuais de redação como o de Garcia (1999) e de Martins (1997), cuja direção norteia para a prática da norma culta.

Outra característica dos textos jornalísticos é quanto à constituição da frase e do período. Para Garcia (1999), a frase deve ser sintética, ou seja, curta, mas não telegráfica e a ordem dos elementos na frase precisa, necessariamente, obedecer à coerência. No que se refere ao período, é preciso ordenar as frases em uma seqüência lógica, pois o importante é que o encadeamento entre elas tenha harmonia, para que o texto possa fluir, e não *avançar aos arrancos*.

Pode-se supor que, para obedecer a esses critérios determinados pelos manuais, os editorialistas acabam optando pelo processo de subordinação a fim de dar fluidez às sentenças e manter a coerência do texto. Acredita-se que as frases poderão ser ordenadas em seqüências lógicas e, assim, manter o encadeamento entre elas, se forem constituídas por meio da estrutura subordinativa. A partir disso, presume-se que os verbos nas formas nominais,

principalmente os no particípio, podem ser os que melhor constituem esse tipo de processo, possibilitando a pressuposição de que é também uma característica dos editoriais o uso de orações reduzidas, em especial, com verbos no particípio, na composição da subordinação.

Essa crença pode ser corroborada quando se verifica que a ocorrência predominante de sentenças com verbos no particípio se estabelece por uma relação de subordinação com as outras orações do período, como as que são apresentadas pelos exemplos (3), (4) e (5), mencionados acima.

Para explicar o predomínio de orações reduzidas de particípio em estruturas oracionais subordinadas, a orientação dada pelos autores de manuais jornalísticos brasileiros, que determina a marca da impessoalidade para a constituição dos textos de opinião, também, pode apoiar a suposição de que o uso das formas nominais é uma característica dos editoriais jornalísticos

Presume-se que a forma nominal do particípio é uma maneira de marcar o uso da forma impessoal no texto de opinião. Essa suposição parte da definição de Beltrão (1980) e de Garcia (1999) para a constituição do editorial. Segundo esses autores, o predomínio da impessoalidade ocorre não porque o texto, não é assinado, mas porque é por meio do uso da 3ª pessoa ou da 1ª pessoa do plural que o texto opinativo, cujo propósito é veicular os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais e internacionais, de maior relevância, pode evidenciar que “Em princípio, o jornalista é testemunha, não personagem” nas palavras de Garcia (1999, p. 24) que, ainda, recomenda o uso da 3ª pessoa nos textos de opinião.

Acredita-se que, ao usar as formas nominais dos verbos na constituição da estrutura oracional subordinativa dos editoriais, o redator marca de forma mais incisiva que a opinião veiculada é a do jornal e não a dele. Verifica-se, em sentenças constituídas com verbos no particípio, esse distanciamento do redator em relação à mensagem veiculada pelo texto. Por exemplo, no enunciado (5) é possível ilustrar o uso da impessoalidade por meio de termos como **realizado** e **têm conquistado**.

Em (5), a sentença “realizado pelo Bradesco”, constituída pelo verbo realizado, como, também, a oração “que mais têm conquistado o público”, instituída com a locução verbal **têm conquistado**, podem corroborar com a suposição de que o editorialista se encontra ausente do texto. O papel do editor, neste caso, é o de apresentar a informação, não emitindo nenhum ponto de vista próprio. A preocupação do editor, como se vê, é com o conteúdo da informação, que está sendo veiculado, isto é, seu propósito é esclarecer o leitor sobre um fato novo, que está acontecendo na sociedade e não emitir opinião sobre esse fato.

A ocorrência predominante deste tipo de estrutura oracional reduzida de participípio, corroborada pelo Gráfico 6, cujo índice percentual é de 70% de ocorrências de orações com participípio, contra 13% de reduzidas de infinitivo e 17% de reduzidas de gerúndio, pode ser justificada pelo fato de o editorialista emitir a opinião do jornal. É pelo editorial que o jornal pode expressar o que pensa. Portanto, ao eximir-se de uma opinião, a que será explicitada é a do jornal. Viu-se que, em sentenças construídas com as formas nominais, a omissão de uma opinião pelo redator torna-se mais visível.

Por outro lado, percebe-se que é necessário ir mais além, isto é, buscar explicações que possam fundamentar significativamente os índices encontrados. Então, procuram-se, na concepção de Bechara (2000), justificativas para essas ocorrências. Institui o autor que, para organizar as categorias verbais, é preciso que o verbo seja pensado como tendo um significado verbal a ser combinado com instrumentos gramaticais (morfemas) de tempo, modo, pessoa, número. Além disso, para estabelecer um sistema de categorias verbais, é necessário que os tipos e funções da forma léxica se organizem a partir de oposições, que ocorrem nas diferentes situações funcionais em que estão inseridos os verbos. É preciso que se estabeleça a oposição entre a forma nominal; neste caso, o participípio, mediante o uso dessas formas nos textos de opinião analisados.

Toma-se, novamente, dentre as categorias verbais assinaladas pelo autor para o estudo do verbo, a categoria denominada de táxis (AC/AC) como uma provável explicação para o uso das formas nominais nos editoriais de jornais. Nessa categoria, para determinar a posição de um acontecimento em relação a outro, não se deve levar em consideração o ato de fala, pois construções com o infinitivo, gerúndio e participípio não determinam nem o nível temporal e nem modal, porque têm como papel, simplesmente, orientar para uma série de ações. Ao não se ter como instituir com as formas nominais qualquer relação com o ato de fala, a justificativa para o predomínio do participípio nos textos de opinião dos jornais pode ser, novamente, a de que existe uma tendência em usar o processo de subordinação neste tipo de texto.

Os exemplos (3), (4) e (5) podem constatar essa tendência, pois, como se viu, o papel dos verbos na forma nominal é a de orientar para uma série de ações. Em (3), a sentença reduzida de participípio “Fortalecido pelo crescimento das receitas com a produção e venda externa de petróleo [...]”, está relacionada subordinadamente à ação. Neste caso, a ação é a de que é possível constatar o **prestígio do ex-militar Hugo Chávez** que, por sua vez, está sendo instituída pela sentença “[...] o ex-militar Hugo Chávez goza de inegável popularidade em seu país.”

A partir disso, pode-se corroborar a suposição de que a utilização do particípio nos textos analisados pode ser justificada pela propensão ao uso do processo de subordinação na constituição das sentenças do texto editorialista. Acredita-se que o predomínio da subordinação pode estar relacionado também à predominância das orações reduzidas de particípio encontradas nos editoriais, o que vem a reforçar, mais uma vez, a crença de que a forma nominal do particípio é uma característica deste tipo de texto.

Tendo em vista a suposição de que é o uso que determina a escolha da oração reduzida de particípio nos textos de opinião, presume-se que outra noção que possibilita explicar que a tradição não justifica a ampla ocorrência desse tipo de sentença nos editoriais jornalísticos é a estabelecida por Moura Neves (2001).

A autora, segundo a visão funcionalista, vai considerar o fluxo da informação como determinante para a constituição da frase, pois a frase como uma unidade de níveis múltiplos deve ser construída não a partir de modelos formais, mas pelo dinamismo comunicativo, já que o tratamento dado à sentença deve ser o de que é um ato de interação porque é peça de comunicação real.

Nessa perspectiva, toma-se da autora a concepção de que todas as palavras que constituem o léxico da língua podem ser analisadas dentro da predicação porque é o predicado que designa as propriedades ou a relação. Ao ser aplicado a um termo a que se refere, o predicado produzirá uma predicação que designará um estado de coisas, ou seja, a codificação lingüística que o falante faz da situação, estando aí implicados os papéis semânticos e a perspectivização para resolver as funções sintáticas.

Retoma-se o exemplo (3) “Fortalecido pelo crescimento das receitas com a produção e venda externa de petróleo, o ex-militar Hugo Chávez goza de inegável popularidade em seu país.” para justificar a escolha pelo editorialista das formas nominais, principalmente do particípio, na constituição das orações reduzidas nos textos de opinião. Do exemplo (3), recorta-se a seguinte oração a título de ilustração:

(3-1) **Fortalecido** pelo crescimento das receitas com a produção e venda externa de petróleo, [...]

Retira-se da sentença (3-1) o predicado **Fortalecido** e os termos **pelo crescimento das receitas e com a produção e venda externa do petróleo**. A partir da definição da autora, os constituintes **pelo crescimento das receitas e com a produção e venda externa do petróleo** são denominados de argumentos porque são os elementos que estão sendo exigidos pela semântica do predicado **Fortalecido**.

**Fortalecido**, então, constitui o predicado porque exige os termos argumentais **pelo crescimento das receitas e com a produção e venda externa do petróleo** para instituir o sentido da sentença, ou seja, o conteúdo proposicional está marcado no predicado **Fortalecido** que é o elemento na oração que apresenta uma força predicativa por exigir argumentos.

É o conteúdo proposicional, isto é, o fato, determinado pela forma nominal de particípio do verbo **Fortalecido**, que deve ser conhecido e pensado pelo leitor do texto. É esse significado, dado no conteúdo proposicional, que o editorialista deseja que o leitor pense e reflita; porém essa reflexão só será possível se esse leitor relacionar o predicado aos seus argumentos.

A hipótese de que o significado dos enunciados só é realizado no texto fundamenta-se na concepção da autora de que o redator faz uma seleção do que ele quer que seja depreendido pelo leitor do texto. Assim, pressupõe-se que o redator, para organizar o editorial, determina o modo como o conteúdo será expresso, como as peças da informação serão distribuídas e como poderá garantir a troca lingüística em que cada ato de fala se constitui.

A escolha do particípio pode estar apoiada na idéia de que essa é a forma nominal mais adequada ao editorial, por ser uma das características deste tipo de texto a impessoalidade. Ao usar o particípio, o redator marca um distanciamento do texto, isentando-se, assim, da possibilidade de posicionar-se frente ao assunto tratado, garantindo que na troca lingüística entre enunciadador, receptor e o texto, que se acredita ocorrer na situação de uso, esse posicionamento seja mantido.

Portanto, retomando-se as palavras de Moura Neves (2001), é o fluxo da informação que determina tanto a ordenação linear dos sintagmas na organização como a própria escolha do arranjo da predicação a ser ordenada e não a formalidade determinada pela tradição gramatical.

Assim como Moura Neves (2001), Ilari (1992), seguindo os preceitos defendidos pelo funcionalismo, contribui, também, para uma possível explicação para o predomínio de orações reduzidas de particípio nos editoriais, ao se tomar como pressuposto a idéia do autor de que à ATR deve ser atribuído um papel discursivo que tem como critério que os conteúdos formulados e articulados inicialmente num nível de representação do mundo são reformulados pela ATR de modo a constituírem unidades apropriadas para a comunicação numa situação real.

De acordo com a ATR, o texto do editorial ao ser formulado num nível de representação do mundo, pode ser construído a partir de critérios próprios os quais foram determinados para este tipo de construção textual, ou seja, devem ser observadas as características funcionais das

sentenças que constituem este tipo de texto. Verifica-se que um dos critérios mais marcantes do texto de opinião é a impessoalidade. No sentido da ATR, supõe-se, por exemplo, que essa marca está presente no tema (informação sabida – segmento inicial da oração); neste caso, nos verbos no particípio que, ao ser adicionado ao rema (informação nova – segmento final da oração), constituem o propósito do editorialista que é de imprimir no seu texto a marca da impessoalidade, levando, assim, o leitor a depreender que a opinião retratada não é a do redator, mas a da empresa jornalística.

O exemplo (4) “Aberto o embrulho, no entanto, confirmou-se a previsão de um conteúdo medíocre, mal disfarçado pela mistura de investimentos do governo, de estatais e do setor privado – alguns prometidos, outros programados [...]”, explicitado mais acima, pode vir a fundamentar essa suposição.

Em (4), as formas nominais **Aberto**, **disfarçado**, **prometidos** e **programados** são determinadas, nestas sentenças, como temas, as quais, pela própria constituição do verbo na forma nominal do particípio, marcam o distanciamento do redator do editorial. Ou seja, as informações inseridas pelo rema **o embrulho, mistura de investimentos do governo, de estatais e do setor privado, alguns e outros** são dados novos, porém essas informações dadas pelo editorialista não apresentam qualquer opinião ou ponto de vista do redator frente às informações que estão sendo veiculadas. Pressupõe-se que o editorialista, ao usar o particípio, distancia-se do texto eximindo-se de explicitar o seu posicionamento frente à mensagem propagada pelo texto.

De igual modo, a ocorrência de orações subordinadas, constituídas com o particípio nos textos de opinião pode ser, igualmente, justificada pela noção defendida por Votre e Naro (1989). Na perspectiva dos autores, a idéia é de que as regularidades da língua devem ser estabelecidas no discurso porque o que determina essa regularidade é a situação de comunicação em que é instituída a sentença. Assim, a partir de uma abordagem funcional da língua é que se pode explicar ou até mesmo encontrar soluções que mostrem a continuidade dos usos.

Portanto, ao se verificar pela constatação de dados a predominância do verbo no particípio, em sentenças subordinadas, acredita-se que essa regularidade pode ter sido determinada por essa forma nominal caracterizar o texto de opinião. Em conformidade com os autores, pode-se supor que a regularidade, estabelecida pelo uso abundante de orações subordinadas reduzidas de particípio, é que determina o grau de centralidade desse item no fluxo do discurso, isto é, orienta para a mensagem que está sendo remetida pelo texto.

Presume-se que um dos modos de explicar o uso das orações subordinadas reduzidas de particípio, pode ser justificado por meio da aplicação do parâmetro de oposição figura/fundo concebido pelos autores. Segundo essa concepção, acredita-se que os verbos no particípio tenham a tendência de ocorrer como traço figura, os quais equivalem, simultaneamente, ao traço de fundo cujos itens lexicais são marcados pelos elementos que constituem, juntamente com os verbos no particípio, as informações propagadas pelo redator que devem ser depreendidas pelos leitores.

Para elucidar essa suposição, tomam-se as sentenças do exemplo (5), “Levantamento realizado pelo Bradesco mostra que um dos produtos financeiros que mais têm conquistado o público é a previdência para menores.”.

No enunciado (5), os termos **realizado** e **têm conquistado** podem ser determinados como elementos-figura no período, pois marcam a forma como o fluxo da informação constitui a sentença. Ou seja, esses elementos-figura é que estão codificando o que o redator está informando, isto é, o fato a ser depreendido pelo leitor que, por sua vez, ao estabelecer oposição com os elementos-fundo tais como **Levantamento, pelo Bradesco, produtos financeiros** e **o público**, considerados como complementar ou acessório, orientam para a depreensão da mensagem dada no período em análise.

Então, ao se supor que uma das características do editorial é a utilização de orações subordinadas reduzidas de particípio, julga-se que a ocorrência preponderante deste tipo de construção oracional justifica-se pelo fato de que o grau de centralidade do fluxo da informação está fixado na forma nominal verbal, isto é, na figura, e não nos itens de fundo, pois é a forma nominal do verbo que codifica o que o redator está informando ao receptor do texto e não os elementos complementares ou acessórios da oração.

Tabela 4: Ocorrências do verbo e da locução verbal nas formas simples e nominais por jornal nos textos de opinião

JORNAIS	VERBO E LOCUÇÃO VERBAL									
	Infinitivo		Gerúndio		Particípio		Infinitivo/Futuro do Subjuntivo		Total por Jornal	Porcentagem (%)
	Forma simples do verbo	Locução verbal	Forma simples do verbo	Locução verbal	Forma simples do verbo	Locução verbal	Forma simples do verbo	Locução verbal		
Correio do Povo	01	-	02	02	06	04	08	03	26	08
Diário Catarinense	03	03	04	03	11	05	19	06	54	16
Gazeta do Povo	01	-	11	02	12	09	14	11	60	18
O Globo	02	04	-	-	07	05	09	07	34	10
Folha de S. Paulo	02	01	-	03	14	08	18	11	57	17
O Estado de S. Paulo	03	-	02	02	22	05	18	07	59	18
Jornal de Brasília	01	02	01	-	04	03	05	02	18	05
Diário da Manhã	01	-	-	-	09	03	05	03	21	06
<b>Nº total de ocorrências</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>85</b>	<b>42</b>	<b>96</b>	<b>50</b>	<b>329</b>	<b>100</b>

Fonte: A autora.



Tabela 5: Total geral de ocorrências em orações subordinadas da forma simples do verbo e da locução verbal dos editoriais jornalísticos

VERBO	VERBO E LOCUÇÃO VERBAL			
	Forma simples	Locução verbal (verbo principal)	Total geral	Porcentagem (%)
Infinitivo	14	10	24	7
Gerúndio	20	12	32	10
Particípio	85	42	127	39
Infinitivo/Futuro do Subjuntivo	96	50	146	44
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>215</b>	<b>114</b>	<b>329</b>	<b>100</b>

Fonte: A autora, 2007.

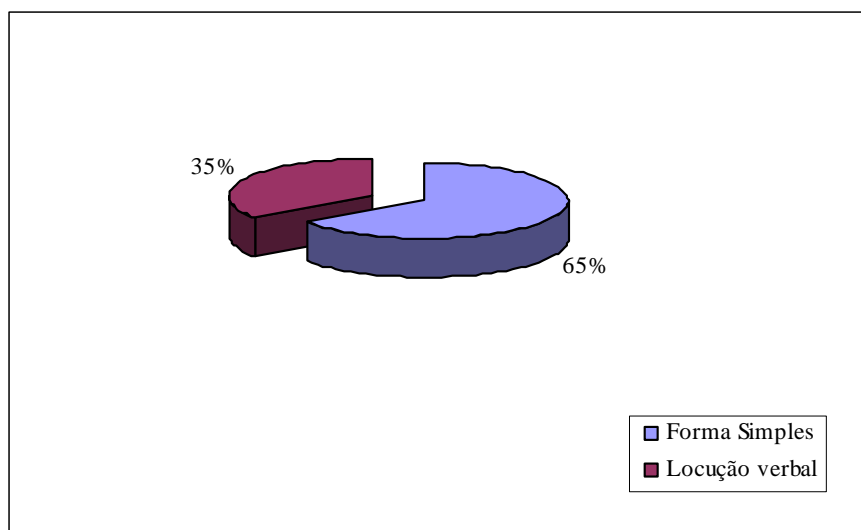


Gráfico 4: Percentual geral de ocorrências de orações subordinadas (forma simples do verbo e locução verbal)

Fonte: A autora, 2007.

Tabela 6: Total geral de ocorrências com verbos na forma simples e com locução verbal de orações reduzidas de infinitivo, gerúndio e particípio em editoriais jornalísticos

JORNAIS	ORAÇÕES SUBORDINADAS				
	Reduzidas de Particípio	Reduzidas de Gerúndio	Reduzidas de Infinitivo	Total	Porcentagem (%)
Correio do Povo	10	4	1	15	8,20
Diário Catarinense	16	7	6	29	15,85
Gazeta do Povo	21	13	1	35	19,13
O Globo	12	0	6	18	9,84
Folha de São Paulo	22	3	3	28	15,30
O Estado de São Paulo	27	4	3	34	18,58
Jornal de Brasília	7	1	3	11	6,01
Diário da Manhã	12	0	1	13	7,10
<b>Total de ocorrências</b>	<b>127</b>	<b>32</b>	<b>24</b>	<b>183</b>	<b>100,00</b>

Fonte: A autora, 2007.

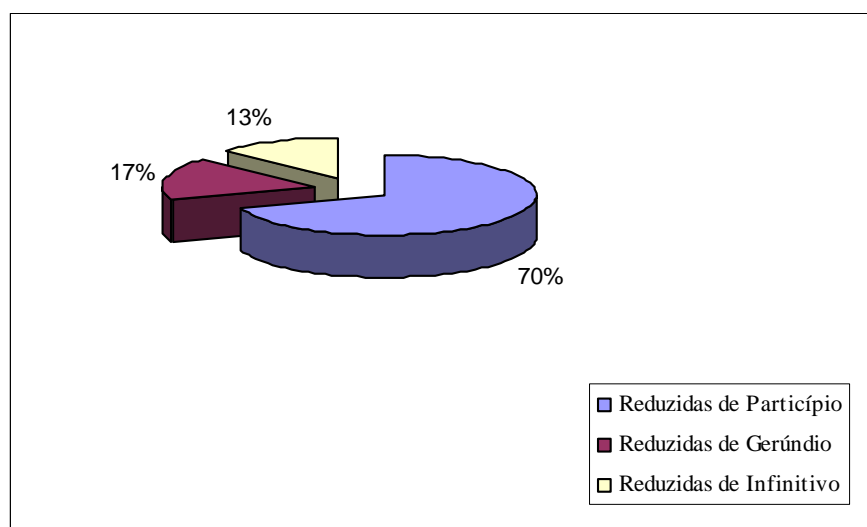


Gráfico 5: Percentual de ocorrências de orações subordinadas reduzidas nos editoriais de jornais

Fonte: A autora, 2007.

### 6.3 O PREDOMÍNIO DO MODO INDICATIVO NOS TEXTOS DE OPINIÃO

Como já era previsível, constatou-se quanto ao uso dos modos verbais a ocorrência, predominantemente, do modo indicativo sobre o modo subjuntivo nos editoriais analisados. Os dados das Tabelas 7 e 8 corroboram para justificar tal afirmação.

Ao se fazer o levantamento dos dados gerais, verifica-se, na Tabela 7, de um total de 23 editoriais analisados, 415 ocorrências dos modos indicativo e subjuntivo. Dentre esses dados computados, encontram-se 379 sentenças constituídas no modo indicativo e apenas 36 casos de orações constituídas no modo subjuntivo.

Na Tabela 8, os dados demonstram o predomínio dos modos indicativo sobre o subjuntivo nos editoriais analisados. Verifica-se, percentualmente, que, de um universo de 415 sentenças subordinadas, 91% são constituídas no modo indicativo e 9% no subjuntivo.

Antes de procurar explicações que possam justificar a significativa ocorrência do modo indicativo nos editoriais jornalísticos, é importante mencionar que esse resultado, em um primeiro momento, decorreu da coleta de dados realizada a partir da noção dada pelas gramáticas normativas de Almeida (1967), Cunha e Cintra (1984) e Luft (2002) para os modos verbais. Assim, as definições desses autores sobre o modo indicativo nortearam o levantamento dos dados.

Retomando as concepções de Almeida (1967, p. 210), verifica-se que, para esse autor, o verbo no modo indicativo expressa uma ação “de maneira real, categórica, definida, quer o juízo seja afirmativo, quer negativo, quer interrogativo”. A essa definição acrescenta-se a de Cunha e Cintra (1984, p. 447), segundo a qual o emprego do indicativo se caracteriza quando o fato a ser expresso pelo verbo é “certo, real, seja no presente, seja no passado, seja no futuro”, sendo considerado o indicativo o modo da oração principal. Luft (2002), embora considere que o modo verbal é um dos meios utilizados para que o processo verbal expresse a atitude do sujeito que fala, classifica-o, também, seguindo a tradição clássica determinada para o indicativo, porém complementa a sua definição chamando a atenção para o papel do falante como enunciador da ação verbal.

Sob o escopo da gramática normativa, para a distinção de modos, acredita-se que a constatação dessas ocorrências pode vir a legitimar a afirmação de predomínio do modo indicativo nos editoriais jornalísticos.

No entanto, é necessário determinar a relevância desses dados como um índice significativo de ocorrências em textos de opinião para o *corpus* deste trabalho. Assim,

buscam-se abordagens funcionais que possam sustentar a afirmação do uso preponderante do modo indicativo nas orações subordinadas analisadas nos editoriais de jornais.

Verifica-se que a definição de modo indicativo dada por Bechara (2000) pode, da mesma forma, justificar o uso desse modo verbal nos textos opinativos dos jornais. Constatase que a concepção desse autor vem ao encontro, em parte, da noção funcional, corroborando, de forma direta, no que diz respeito à relação do falante no momento da enunciação do modo verbal. Ao acrescentar a essa noção a idéia de que o modo verbal vai assinalar a posição do falante, com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, Bechara amplia o conceito de modos verbais concebidos pelas gramáticas normativas da língua. Para Bechara, é “o que o falante pensa dessa relação” e, por isso, o falante no modo indicativo pode considerar a ação como algo feito, como verossímil, real, ou tido como tal.

A partir da perspectiva de Bechara, a constatação da grande maioria das ocorrências no modo indicativo dos editoriais pode ser explicada, não só pela concepção dada pelo modelo padrão, mas também pela posição tomada pelo leitor do editorial. Ou seja, o leitor pode vir a considerar que as sentenças se estruturam no modo indicativo porque o editorial jornalístico tem como princípio veicular informações reais sobre fatos que ocorrem, ocorreram ou estão ocorrendo na sociedade.

A constatação do predomínio do modo indicativo é exemplificada, pelas formas verbais em negrito, no grupo de períodos recortados do *corpus* geral desta pesquisa.

(6) “Quem **acompanha** desde 2001 as notícias em torno da chamada Rodada Doha para a liberalização do comércio global já se **acostumou** a idas e vindas. O que **era** dado como morto de repente **renasce**; o que **caminhava** para o êxito **degringola** num chofre.”<sup>51</sup>

(7) “Afinal, o que ele **transporta** em seu veículo **são** vidas, **são** pessoas que, na luta diária pela sobrevivência, se **deslocam** de um ponto a outro da cidade. [...] Até mesmo porque é desse grande público que os profissionais do transporte **retiram** o seu sustento.”<sup>52</sup>

A partir do exemplo (6), pode-se dizer que é por meio do período “Quem acompanha desde 2001 as notícias em torno da chamada Rodada Doha para a liberalização do comércio global já se acostumou a idas e vindas” que o editorialista convida o leitor a compartilhar da notícia, que está sendo veiculada por ele. Para que isso ocorra, o leitor deve buscar

<sup>51</sup> Fonte: Mais uma rodada. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 30 jan. 2007. Opinião, p. A2. (Editorial 12 – Parágrafo 1).

<sup>52</sup> Fonte: Alternativo e responsável. **Jornal de Brasília**. Brasília, 14 jan. 2007. (Editorial 23 – Parágrafo 3).

informações anteriores (no passado) sobre a Rodada Doha. Assim, a veracidade da informação difundida no momento presente é sustentada pela vinculação a informações transmitidas em uma situação anterior. A relação entre o editorialista e o leitor do texto é assinalada pela posição que o leitor toma frente à mensagem do editorial, ou seja, são necessárias as informações anteriores para que a nova informação seja construída em um tempo presente e, nesta circunstância, no modo indicativo.

Da mesma forma, no exemplo (7), é possível perceber também a utilização desse mesmo processo. Os fatos nesses exemplos são afirmativos. Para que se estabeleça a relação entre a ação verbal propagada pelo editorialista e o seu agente, neste caso, o leitor do editorial, esses fatos devem ser considerados como reais, pois são ações verbais encontradas nas diferentes situações de uso dos falantes da língua. Essas ações verbais reais são determinadas pelo modo indicativo, por ser esse o modo que explicita no uso uma ação verbal feita, isto é, realizada.

Além disso, de acordo com Bechara, outra característica que determina o uso do modo indicativo é quanto à relação de dependência que se estabelece entre orações subordinadas. Vê-se em (6) e (7) que as sentenças apresentam uma relação de dependência entre elas. Essa constatação pode ser justificada pelo fato de essas orações estarem constituídas no processo de subordinação. Logo, ao se detectar o largo uso de orações dependentes e, portanto, subordinadas, pode-se pressupor que o emprego do indicativo nos textos analisados justifica-se pela ocorrência desse tipo de relação de dependência que se estabelece entre sentenças subordinativas.

De acordo com Moura Neves (2001), todas as palavras do léxico da língua podem ser analisadas dentro da predicação porque é o predicado que designa as propriedades ou relações que, aplicadas a um certo número de termos que se referem a entidades, produzem uma predicação que designa um estado de coisas, implicados aí os papéis semânticos que, à partir de uma perspectiva de uso, determina as operações a serem realizadas.

Ora, supõe-se que o uso do modo indicativo nas estruturas oracionais subordinativas é determinado pela predicação do verbo relacionado aos termos argumentais exigidos pela semântica do predicado e aos satélites os quais, conjuntamente, trarão as informações complementares às sentenças, instituindo, assim, o conteúdo proposicional, que, segundo a autora, é o que constitui a predicação porque é o que é conhecido pelos usuários da língua.

Por exemplo, verifica-se que os verbos **acompanha**, **acostumou**, **era**, **renasce**, **caminhava** e **degringola** em (6) e **transporta**, **são**, **deslocam**, **é** e **retiram** em (7), ao se

relacionar aos termos argumentais e satélites que acompanham cada uma dessas orações, podem determinar o significado que está sendo transmitido pelas sentenças.

Pressupõe-se que o conteúdo proposicional, quando constituído pela predicação, é que permite, a partir da seleção e das escolhas a serem feitas, as quais são determinadas pelos papéis semânticos exercidos por esses termos, em uma dada situação de uso, a percepção de que as sentenças estão organizadas no modo indicativo.

Supõe-se que é necessário, além dos critérios adotados para a definição de modos verbais das gramáticas formais, acrescentar a interferência do contexto de uso na instituição das sentenças dos editoriais jornalísticos analisados. Para corroborar a constatação de que há um maior predomínio do indicativo sobre o subjuntivo, pode-se fundamentar tal conjectura a partir do ponto de vista de que pode haver influência de outros aspectos, tais como os cognitivos e sociais, na formulação das sentenças subordinativas no modo indicativo.

Da mesma forma, a noção de ATR, cunhada por Ilari (1992), pode vir a explicar mais uma vez o uso preponderante do modo indicativo nas sentenças subordinadas dos editoriais jornalísticos. Sob a concepção da ATR, pode-se pressupor que, quando o redator escolhe o modo indicativo para constituir as sentenças dos textos, isso ocorre porque é esse o modo em que esse tipo de informação pode ser articulado para atingir os objetivos da comunicação. Assim, inicialmente, essa informação é articulada no nível de representação do mundo para, a seguir, constituir as unidades mais apropriadas ao uso das sentenças naquela dada situação real de comunicação.

No caso dos editoriais, esses têm como caráter veicular informações sobre fatos reais, isto é, verdadeiros, ocorridos na comunidade. A fim de que o conteúdo concreto da informação possa ser difundido pelo redator, a opção pelo indicativo prevalece, porque o modo subjuntivo caracteriza-se por expressar possibilidade, dúvida, incerteza sobre o fato e, por isso, não comporta, no uso, a informação que deve ser propagada por textos do tipo opinativo.

A partir dessa abordagem funcionalista, acredita-se que a articulação, determinada pela dinâmica da comunicação da linguagem, pode vir a justificar o uso preponderante do modo indicativo sobre o subjuntivo nos editoriais jornalísticos.

Essa visão discursiva justifica, por exemplo, as escolhas entre um ou outro modo verbal, desde que sejam observadas as características funcionais da oração. Para isso, é necessário levar em consideração também a sintaxe e a semântica em que se inserem os elementos lingüísticos da oração, a fim de obter uma visão integrada da forma como se conectam esses elementos, que operam no interior da sentença.

A título de ilustração, toma-se, do enunciado (7), o período “Afinal, o que ele transporta em seu veículo são vidas, são pessoas que, na luta diária pela sobrevivência, se deslocam de um ponto a outro da cidade. [...]” para demonstrar que o princípio dado pela ATR pode vir a justificar o predomínio do modo indicativo nas sentenças dos textos analisados.

Verifica-se, neste período, que o pronome **ele** articula-se ao verbo **transporta**, a palavra **vidas** ao verbo **são** e o termo **pessoas** ao verbo **são** e **deslocam**. A partir dessas constatações, pode-se justificar a predominância do modo indicativo sobre o subjuntivo nos editoriais jornalísticos pela articulação tema-remata. Tal pressuposição parte do princípio de que o tema (informação sabida) pode estar marcado pelos verbos **transporta**, **são** e **deslocam** e o remata (a informação nova) pelos termos **ele**, **vidas** e **pessoas**. Pelo tema apresentar a informação já conhecida pelos interlocutores, presume-se que é o tema em articulação com o remata que orienta para a determinação do modo verbal.

O modo indicativo pode estar marcado pelos verbos que estão sendo usados nas sentenças subordinativas. Acredita-se que, na língua, a ATR pode ser uma das formas de se explicar a função exercida pelos elementos lingüísticos na constituição das sentenças dos textos de opinião sob o ponto de vista das diferentes situações de comunicação em que essas orações estão inseridas.

Outra perspectiva funcional que se acredita ser útil para justificar o predomínio do uso do modo indicativo, nas sentenças subordinativas dos editoriais dos jornais, é a noção de que as regularidades da língua poderiam ser explicadas no discurso. Os dados coletados e tabulados na Tabela 8 demonstram a utilização de 379 sentenças no modo indicativo, isto é, verifica-se que 91% dos casos de orações subordinadas nos editoriais são constituídas no indicativo. Supõe-se que esse índice elevado de ocorrências pode estar condicionado por razões de natureza comunicativa. (conforme VOTRE E NARO, 1989).

Uma possibilidade para explicar esse resultado pode ser a de que o indicativo decorre diretamente da função discursiva, desempenhada pelo modo nas sentenças em uma situação de uso real. Para tratar das estruturas oracionais subordinativas encontradas nos textos analisados, deve-se aliar aos aspectos formais, delineados pela gramática normativa, outras evidências que podem vir a determinar o predomínio de um modo verbal sobre o outro, desde que essas evidências possam ser entendidas por meio de uma motivação discursiva.

A fim de justificar essa constatação nos textos dos editoriais analisados, recorta-se, do exemplo (6), o seguinte período “[...] O que era dado como morto de repente renasce; o que caminhava para o êxito degringola num chofre.”.

Neste período, o predomínio do modo indicativo pode estar relacionado ao fato de haver a possibilidade de se estabelecer uma oposição entre os elementos lingüísticos da sentença. Note-se que a oposição ocorre entre os verbos e os elementos acessórios que os acompanham. Essa oposição vai ter como princípio estabelecer o grau de centralidade de um item no fluxo do discurso, a fim de distinguir entre o que o redator do editorial determina ou codifica como nuclear, em oposição ao que ele apresenta como acessório ou complementar.

Percebe-se que são os verbos **era**, **renasce**, **caminhava** e **degringola** os elementos nucleares da sentença porque é por meio desses verbos que se pode associar a seqüência cronológica dos eventos que estão sendo veiculados pelo editorialista, enquanto que os outros elementos, denominados, nesta concepção, como acessórios, tais como **dado como morto**, **para o êxito** e **num chofre**, têm como papel acompanhar essas formas verbais.

É importante salientar que os elementos complementares também devem estar organizados, conjuntamente e, ao mesmo tempo, com os verbos, para que a informação possa ser veiculada pelo editorialista. São os elementos nucleares (no sentido de Votre e Naro, 1989), em conjunto com os elementos complementares, que podem indicar a verdade da informação porque essa está sendo difundida em um dado momento da comunicação. Ou seja, o modo a ser utilizado pelo texto opinativo, embora seja determinado pela forma verbal, também necessita estabelecer a co-relação entre os elementos nucleares e os acessórios para constituir o modo a ser empregado nas sentenças.

A suposição de que a língua é maleável pode vir a justificar a crença de que o modo verbal não pode ser determinado pela regularidade da forma. As sentenças que constituem os editoriais estão inseridas em um contexto social, em uma dada situação de comunicação, e é por isso que se pode presumir que o uso é determinante para explicar o predomínio do modo indicativo constatado nas sentenças subordinativas dos editoriais jornalísticos.

Da mesma forma, a partir desses dados, pode-se perceber que a presença do modo indicativo é significativa nos textos de opinião. Constata-se, portanto, que o texto do tipo editorial favorece o aparecimento do modo indicativo.

Esse favorecimento do indicativo nos editoriais jornalísticos pode ser explicado por meio de algumas concepções determinadas para a constituição estrutural do editorial de jornal. Uma dessas concepções é dada por Beltrão (1980). De acordo com o autor, é pelo editorial que o periódico manifestará a sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade a fim de orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. Ressalta-se que, se o editorial tem como uma de suas premissas, para a constituição do texto, apresentar a opinião sobre fatos ocorridos na



comunidade, esses fatos devem ser, portanto, atuais. Sendo assim, o modo indicativo, por se caracterizar como o modo do presente recente, pode vir a ser o mais apropriado para o editorial.

Quando Marques (2003) considera que a linguagem a ser utilizada no texto jornalístico deve obedecer a uma cadeia lógica de informações e, para manter a logicidade no texto, é preciso que a ordem dos elementos na frase seja coerente, supõe-se que o modo indicativo vem a contemplar tais critérios por ser o modo que orienta para a ordem direta dos fatos; por ser essa uma das formas utilizadas para assegurar a lógica no texto opinativo e, assim, veicular a informação de forma clara ao leitor.

Outra justificativa para a predominância do uso do modo indicativo sobre o subjuntivo é a que se fundamenta no fato de que, para organizar a informação, o editorialista relaciona a codificação lingüística à situação em que está inserida a mensagem a ser veiculada. Em outras palavras, é possível dizer que em textos de opinião, principalmente aqueles publicados pelos jornais, a informação, a ser propagada pelo autor, deve divulgar um fato que ocorreu ou que está ocorrendo em um mundo real.

No caso dos editoriais analisados, acredita-se que o modo indicativo é o mais adequado a essa situação de uso. O redator deve localizar o fato a ser informado em um tempo presente, porque é esse o tempo real do acontecimento. Por sua vez, o leitor, para decodificá-lo, vai organizar essa informação a partir dos elementos lingüísticos utilizados pelo redator para estruturar as sentenças. Para compreender a informação, essa deve ser pensada por esse leitor tanto a partir dos elementos gramaticais como dos elementos semânticos inseridos no contexto de uso em que cada ato se constitui.

A partir disso, presume-se que, ao organizar o texto, o editorialista vai fazê-lo de forma a que o conteúdo ideal, isto é, a mensagem a ser transmitida possa ser expressa, de tal forma, que as peças dessa informação estejam distribuídas de modo que a troca lingüística entre o redator e o leitor possa ser garantida.

Tabela 7: Ocorrências temporais dos modos indicativo e subjuntivo por jornais em sentenças subordinativas nos editoriais jornalísticos

JORNAIS	ORAÇÕES SUBORDINADAS									
	Modo indicativo			Subtotal	Modo subjuntivo			Subtotal	Total por jornal	Porcentagem (%)
	Presente	Pretérito	Futuro		Presente	Pretérito	Futuro			
Correio do Povo	21	07	02	<b>30</b>	02	01	0	<b>03</b>	33	8
Diário Catarinense	41	16	06	<b>63</b>	05	02	01	<b>08</b>	71	17
Gazeta do Povo	27	17	02	<b>46</b>	02	0	01	<b>03</b>	49	12
O Globo	49	5	01	<b>55</b>	03	0	01	<b>04</b>	59	14
Folha de São Paulo	28	12	01	<b>41</b>	02	01	0	<b>03</b>	44	11
O Estado de São Paulo	33	28	06	<b>67</b>	0	09	01	<b>10</b>	77	19
Jornal de Brasília	36	05	02	<b>43</b>	05	0	0	<b>05</b>	48	12
Diário da Manhã	24	06	04	<b>34</b>	0	0	0	<b>0</b>	34	8
<b>Total de ocorrências</b>	<b>259</b>	<b>96</b>	<b>24</b>	<b>379</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>04</b>	<b>36</b>	<b>415</b>	<b>100</b>

Fonte: A autora, 2007.

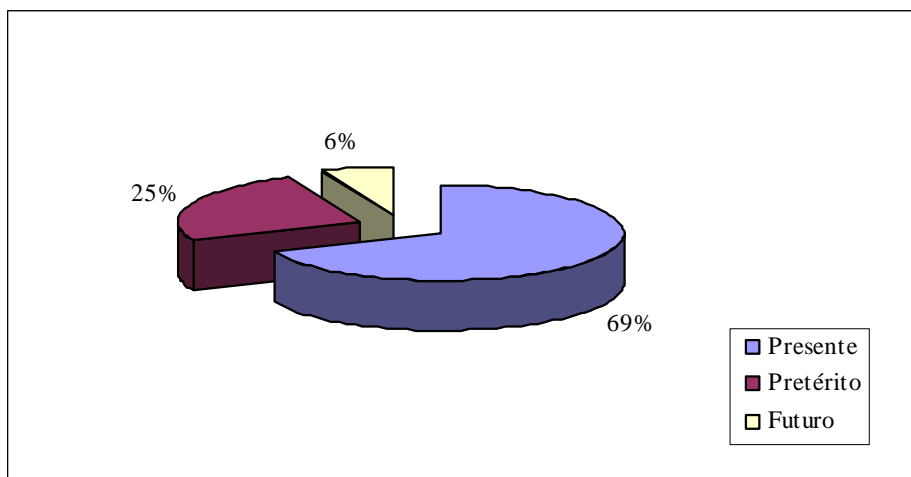


Gráfico 6: Percentual de ocorrências temporais de orações subordinadas no modo indicativo  
Fonte: A autora, 2007.

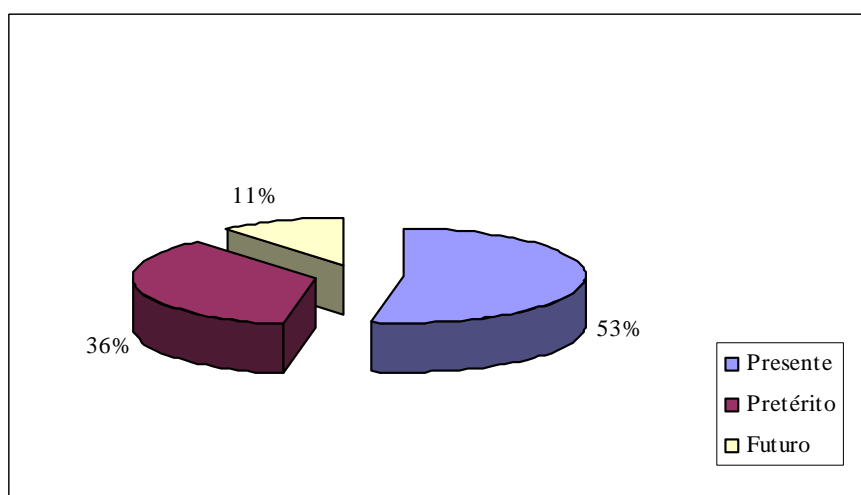


Gráfico 6.1: Percentual de ocorrências temporais de orações subordinadas no modo subjuntivo  
Fonte: A autora, 2007.

Tabela 8: Total geral de ocorrências dos modos indicativo e subjuntivo em estruturas subordinativas nos textos de opinião

JORNAIS	MODOS VERBAIS			
	Modo Indicativo	Modo Subjuntivo	Total por jornal	Porcentagem (%)
Correio do Povo	30	03	33	8
Diário Catarinense	63	08	71	17
Gazeta do Povo	46	03	49	12
O Globo	55	04	59	14
Folha de São Paulo	41	03	44	11
O Estado de São Paulo	67	10	77	19
Jornal de Brasília	43	05	48	12
Diário da Manhã	34	0	34	8
<b>Total de ocorrências</b>	<b>379</b>	<b>36</b>	<b>415</b>	<b>100</b>

Fonte: A autora, 2007.

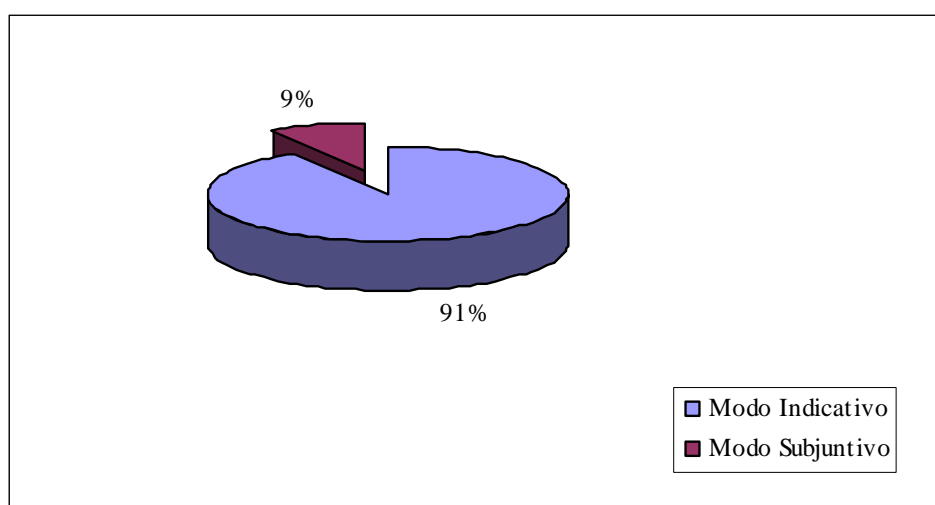


Gráfico 7: Percentual geral de ocorrências dos modos indicativo e subjuntivo  
Fonte: A autora, 2007.

#### 6.4 O USO DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS NOS TEXTOS DE OPINIÃO

Observando os dados gerais na Tabela 11, verifica-se que, do total de 559 orações subordinadas encontradas nos textos de opinião dos jornais analisados, ocorrem 168 construções subordinadas substantivas, 205 subordinadas adjetivas e 186 subordinadas adverbiais.

É importante ressaltar que se verifica índices aproximados de ocorrências de orações substantivas, adjetivas e adverbiais nos editoriais de jornais. Esses percentuais, explicitados no Gráfico 10, também, podem ser considerados significativos na análise dos editoriais jornalísticos. No entanto, opta-se por considerar a predominância das adjetivas, embora se tenha constatado um percentual muito próximo de ocorrências entre as substantivas (30%), as adverbiais (33%) e as adjetivas (37%). A constatação do uso das sentenças subordinadas adjetivas sustenta-se no fato de que pode ser uma das características do texto de editorial jornalístico o uso de orações adjetivas quando se leva em consideração que, na constituição do editorial, a orientação é a de que o assunto deva ser exposto e não imposto pelo editorialista.

É necessário mencionar que, de acordo com o referencial teórico, os gramáticos tradicionais não apresentam em seus estudos respostas para a suposição de que o texto de opinião prioriza, em sua maioria, o uso de orações adjetivas em detrimento dos outros tipos. Essa constatação parte do princípio de que não se verifica, nos estudos feitos sobre a constituição da sintaxe das orações subordinadas, qualquer referência a uma utilização diferenciada das orações substantivas, adjetivas ou adverbiais, tendo em vista o tipo de texto em que as sentenças estão inseridas.

Em Almeida (1967), observa-se que a concepção dada para as orações subordinadas fundamenta-se na tradição, segundo a qual se tem uma oração subordinada quando se tiver duas ou mais orações, em que uma delas necessita da outra para completar o sentido. Acrescenta o autor que a oração subordinada depende de uma outra sentença que a ela está subordinada, sendo chamada essa de oração principal, denominando de período composto por subordinação aquele período constituído de uma oração principal e de uma ou mais orações subordinadas.

A partir da classificação da oração subordinada, sob o ponto de vista formal, não se tem como explicar, conforme Almeida (1967), se a escolha de orações adjetivas nos editoriais dos jornais tem como base a classificação normativa ou o uso devido à suposição de que o texto opinativo tem como princípio na sua constituição estrutural uma função adjetiva.

Cunha e Cintra (1984) vêm, da mesma forma, ao encontro da noção dada por Almeida. Segundo os autores, as orações sem autonomia gramatical, ou seja, aquelas que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra sentença são as orações subordinadas, constituindo-se, assim, o período de orações subordinadas e de uma oração principal. A oração principal é a que contém a declaração principal do período, rege-se por si só e não desempenha nenhuma função sintática no período. São as orações subordinadas, ao se ligarem a uma oração principal, que desempenham uma relação de dependência com a principal, funcionando como um termo integrante ou como um termo acessório da principal.

Essas orações subordinadas é que Cunha e Cintra classificam como substantivas, adjetivas e adverbiais. No entanto, essa classificação tem como base, da mesma forma que Almeida, os preceitos desenvolvidos pela tradição, não se observando, nos estudos desses autores, uma explicação que possa justificar a ocorrência de sentenças adjetivas nos textos de opinião. De acordo com os autores, as orações subordinadas adjetivas iniciam normalmente por um pronome relativo e exercem a função de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente. Acrescentam os autores, ao se referir ao sentido, que as orações adjetivas se classificam em restritivas e explicativas.

A concepção de Luft (2002) corrobora tanto com a de Almeida como com a de Cunha e Cintra. Para Luft, a oração subordinada é aquela que depende de outra oração, constituindo-se de uma principal, designação essa tomada da tradição. Acrescenta que as orações subordinadas fazem parte da principal com um predicado próprio e, nesses termos, são consideradas como ramificações dela e é por isso que se diz que essas orações estabelecem entre elas uma relação de dependência.

Admite que, por serem consideradas como nomes oracionais, é que se constituem em substantivas, adjetivas e adverbiais. As orações adjetivas são apresentadas como aquelas que exercem uma função de adjetivo, dividem-se em restritivas e explicativas, iniciam por um pronome relativo e funcionam como adjuntos adnominais ou aposto desse substantivo. Nessa abordagem não é possível verificar qualquer referência que venha a explicar a escolha de uma ou de outra subordinada tendo em vista a situação contextual de uso.

É a partir de tais considerações, que se acredita na impossibilidade de tomar essas noções normativas, para fundamentar o uso das adjetivas nos textos analisados, pois o que se verifica é que não há como determinar o porquê do editorial utilizar este tipo de sentença apenas tendo como base conceitual a classificação tradicional.

Ao tomar de Bechara (2000) o estudo desenvolvido sobre a constituição da estrutura oracional, acredita-se que esse poderia vir a justificar, em parte, a dificuldade em determinar

por meio da concepção tradicional o uso das orações adjetivas nos editoriais jornalísticos analisados.

Ao considerar que a oração é constituída por uma estrutura própria, o autor determina a oração como o objeto mais adequado para a análise gramatical, pois é ela que revela as relações que os componentes mantêm entre si. Não há necessidade de se recorrer à situação ou a outros elementos extralingüísticos em que está inserida a oração, porque é no enunciado, chamado de oração, que se consolida a gramática normativa.

A situação de enunciação ou os elementos extralingüísticos não interferem na constituição da oração, porque são nos conceitos dados pela norma que são construídas as orações. Por conseguinte, uma justificativa que tenha como pressuposto a idéia de que é no uso que se instituem as sentenças adjetivas nos editoriais não pode ser sustentada a partir dessa perspectiva, porque não dá condições suficientes para fundamentar o uso das orações subordinadas adjetivas nos editoriais. Portanto, sob esse ponto de vista, a noção dada por Bechara (2000) agrega-se, da mesma forma, às idéias defendidas por Almeida (1967), Cunha e Cintra (1984) e Luft (2002).

Por outro lado, uma explicação possível para o uso das orações adjetivas, nos textos de opinião, pode ter como apoio a definição dada por Bechara (2000), segundo a qual enunciado ou período é conceituado como toda manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes. A partir disso, o enunciado ou período é uma unidade lingüística que faz referência a uma experiência comunicada que deve, portanto, ser aceita e depreendida plenamente pelo nosso interlocutor. O enunciado é, então, a unidade lingüística tradicionalmente denominada de período, sendo a oração determinada como um dos tipos de enunciados. Uma hipótese sustentada sob tais concepções pode vir a justificar no uso a opção pelas orações adjetivas nos textos de opinião.

Além disso, o autor acrescenta que é em uma realidade designada que os enunciados se apresentam de formas variadas e, embora haja traços comuns entre esses enunciados, esses devem ser levados em conta, porque um desses traços é o fato de as mensagens serem completas por estarem de acordo com a situação em que se acha falante e ouvinte. Esse posicionamento possibilita apoiar a pressuposição de que o uso justifica as ocorrências de orações adjetivas nos textos de opinião.

Supõe-se que uma explicação para os resultados constatados nos editoriais jornalísticos, quanto ao uso das orações adjetivas, pode ser baseada em uma análise direcionada para a mensagem constituída, a partir dos traços do enunciado, os quais só constroem informações completas se estiverem de acordo com a situação em que se encontram os interlocutores.

Toma-se, então, para exemplificação, o enunciado a seguir, numerado como (8), retirado do *corpus* da pesquisa.<sup>53</sup>

(8) “[a) A medida, de fundo saneadora,] [(b) **que visava preservar o Erário,**] [(a) acabou sendo fonte de novos abusos,] [(c) uma vez que não se estipulou um limite máximo de gastos por vereador,] [(d) **que poderia ficar na média**] [(e) do que gastariam] [(f) se estivessem com o número de vagas anteriormente existente.]”<sup>54</sup>

Em (8), verifica-se que as orações (b) e (d) se constituem a partir dos princípios determinados pela norma gramatical tradicional, isto é, iniciam com pronomes relativos (que), ambas estão estabelecendo uma relação de dependência com a oração principal (a), apresentam sintagmas verbais (**acabou sendo** em (a); **visava preservar** em (b) e **poderia ficar** em (d)), sendo, portanto, consideradas orações no sentido dado tanto por Almeida (1967), Cunha e Cintra (1984) e Luft (2002), mais tradicionais, como por Bechara (2000), mais moderno.

Todavia, em Bechara (2000), vislumbra-se a possibilidade de explicar a opção pelas adjetivas não só por meio da tradição, mas também pelo fato de que uma mensagem completa é constituída igualmente pelo acordo que se estabelece entre os interlocutores a partir da situação de comunicação em que está inserida a sentença no texto.

Para uma análise da subordinação, a partir dessa concepção, recorta-se do exemplo (8) o seguinte enunciado:

(8-1): “[a) A medida, de fundo saneadora,] [(b) **que visava preservar o Erário,**] [(a) acabou sendo fonte de novos abusos, [...]]”

Em um primeiro momento, pode-se supor que (a), segundo a concepção do autor, é uma oração complexa, portanto independente do ponto de vista sintático, porque tem sentido completo mesmo sozinha, isto é, constitui um texto.

Porém, em um segundo momento, (a) passa a funcionar como membro sintático, ou seja, como pertença da outra unidade oracional, tornando-se (b) um membro dessa unidade pelo fenômeno da estruturação das camadas gramaticais, denominado de hipotaxe ou subordinação por Bechara. Nesse caso, (a) passa a uma camada inferior, deixando, portanto,

<sup>53</sup> Nos exemplos dados nesta seção, todos os segmentos em negrito ilustram as ocorrências de orações subordinadas adjetivas constatadas nos editoriais.

<sup>54</sup> Fonte: A farra municipal pede retorno. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 20 maio. 2007. Opinião, p.4. (Editorial 2)



de ser independente sintaticamente. Isso ocorre porque (a) se transporta do nível sintático de independência para exercer a função de adjunto adnominal do núcleo verbal de (b).

Logo, o conjunto complexo é formado com a sentença “(b) que visava preservar o Erário,[..].” que é um termo sintático da oração “A medida, de fundo saneadora, que visava preservar o Erário, acabou sendo fonte de novos abusos,[...]”. Essa unidade transposta exerce a função de adjunto adnominal, sendo classificada como oração adjetiva na oração complexa.

Por sua vez, pressupõe-se que a oração complexa de transposição adjetiva, neste caso, representada pelo pronome relativo **que** em (b), está explicando para o leitor do editorial **que medida saneadora** é essa; portanto é uma informação com valor explicativo que, acredita-se, não pode ser dispensada para que a mensagem seja efetivamente compreendida por quem a lê.

É nesse sentido que se supõe a possibilidade de justificar o uso das orações adjetivas em detrimento das substantivas e adverbiais na constituição do texto de opinião, pois algumas informações são necessárias e importantes para que o enunciado possa constituir um texto com sentido para o receptor.

Ao utilizar nos editoriais sentenças adjetivas, esse redator pode ter como objetivo passar informações que, para o leitor, apresentam um valor explicativo complementar, bem como um valor restritivo, quando houver restrição à realidade, desde que sejam necessárias essas informações ao receptor da mensagem. A partir disso, presume-se que há de se conceber a situação contextual, em que se encontra esse receptor para que a informação textual possa ser construída pelo editorialista. Acredita-se que, ao traçar um panorama que leve em consideração esses pressupostos para a constituição do texto, isso possibilitaria efetivamente a apreensão e compreensão da mensagem pelo leitor.

Pode-se conjecturar que, apesar de a constituição da oração complexa de transposição adjetiva apresentar uma estrutura própria que somente irá se solidificar pela gramática normativa, não se pode deixar de mencionar a possibilidade de que, na formulação do texto de opinião, o norte tomado pelo editorialista para a construção da textualidade, também, pode ocorrer sob a perspectiva do uso. Supõe-se que o texto do editorial não tem como meta apresentar a informação de forma impositiva e nem categórica. É possível que a linguagem utilizada pelo redator no editorial tenha como propósito examinar o fato de forma adjetiva, porque o objetivo do redator é o de expor o fato e não impor, o que pode vir a explicar o uso das orações adjetivas.

Verifica-se a necessidade de se buscar, a partir de uma abordagem funcional *stricto sensu*, justificativas que possam apoiar a suposição de que é no uso textual que o redator escolhe o tipo de construção oracional e não no padrão estabelecido pelos preceitos

gramaticais. Toma-se a visão da sentença dada por Moura Neves (2001, p. 17), segundo a qual as frases devem ser vistas “como unidades comunicativas que veiculam informações, ao mesmo tempo em que estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio texto lingüístico”.

Outra noção funcional que possibilita, também, explicar a ocorrência dessas sentenças nos editoriais jornalísticos analisados é quanto à definição apresentada pela autora para orações subordinadas adjetivas. Verifica-se que a pesquisadora não exclui totalmente o conceito delineado pela gramática tradicional para a definição de orações adjetivas, mas amplia essa idéia.

Levando em consideração a tradição, Moura Neves considera o pronome relativo como o elemento que introduz as orações adjetivas, as quais exercem, por sua vez, a função de adjunto adnominal. A autora classifica as adjetivas em dois tipos: explicativas e restritivas. Determina como explicativas as constituídas sempre com antecedente e como restritivas as que tanto são constituídas com antecedente como sem antecedente. As orações adjetivas explicativas são definidas como aquelas que introduzem uma informação suplementar, adicional que, no caso, não serve para identificar nenhum subconjunto dentro do grupo oracional ao qual pertencem, pois não caracterizam um grupo delimitado, particular, embora acrescentem informações sobre o que se fala no período. As adjetivas restritivas servem para introduzir uma informação que identifica um subconjunto dentro de um outro conjunto e, por isso, essas orações têm como função restringir, delimitar o sentido de um termo referido neste grupo oracional.

Apoiada nessas convicções, pode-se presumir que, para instituir o texto de opinião, o editorialista toma como meta a funcionalidade das informações a serem veiculadas. Diante disso, é possível apontar como explicação para a escolha da estrutura adjetiva a forma como deve ser compreendida pelo leitor a informação lingüística transmitida. Supõe-se que o uso das orações adjetivas está relacionado à necessidade de o leitor ter de tomar conhecimento com precisão de todas as informações para, então, poder depreender o sentido da mensagem. Se o papel das orações relativas é o de acrescentar ou até mesmo delimitar dados que são importantes para a constituição do sentido do texto, o uso pelo editorialista das adjetivas é indispensável aos textos de opinião.

A análise do período, dado a seguir, retirado do *corpus* deste trabalho, vem a exemplificar tais ocorrências:

(9) “[a) Os EUA,] [(b) **que compraram mais de 40% de tudo**] [(c) o que o Brasil exportou para as Américas desde 2003,] [(a) não poderiam ficar de fora desse plano.]”<sup>55</sup>

Verifica-se que a informação veiculada pela sentença “(b) que compraram mais de 40% de tudo, [...]”, apesar de não ser um dado essencial para a constituição do texto, podendo até mesmo ser excluído, acrescenta uma informação à mensagem que está sendo passada ao leitor pelo editorialista. Ou seja, foram “Os EUA que compraram mais de 40% de tudo que o Brasil exportou para as Américas desde 2003, e não nenhum outro país das Américas.”. Essa informação suplementar, contida em **que** (= Os EUA), antecedente, orienta o leitor para pressupor o conhecimento do fato: **quem comprou foram os EUA** e não é menos importante para a construção da compreensão do texto pelo leitor, embora não seja um dado que possa vir a alterar o sentido do texto e nem a interpretação do receptor, caso não esteja explicitado no texto.

A partir da análise do enunciado do exemplo (9), pode-se supor que, se o editorial é um texto que tem como propósito comunicar, informar sobre um fato de forma precisa, objetiva e completa, o uso das adjetivas pode vir a ser justificado sob essa perspectiva.

A noção defendida por Moura Neves de que é preciso haver a integração da gramática das línguas naturais com uma teoria global da interação social pode explicar também a constatação desses dados. Uma justificativa para o uso das orações adjetivas nos editoriais jornalísticos pode estar apoiada na concepção de que, para contemplar a competência comunicativa, é necessário considerar não só a capacidade que os indivíduos têm de codificar e decodificar expressões, mas também a de poder usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória. Ou seja, para que ocorra a competência comunicativa, a organização das orações subordinadas adjetivas nestes editoriais pode ter sido estabelecida a partir de uma perspectiva que privilegie um uso social apropriado à linguagem.

Isso pode ser verificado quando se observa que a informação “Os EUA não poderiam ficar de fora desse plano porque foram eles que compraram mais de 40% da produção brasileira” é necessária para que o leitor possa inferir que “de todos os países das Américas, os EUA foi o que mais importou do Brasil”. Uma informação como essa só pode ser construída se houver interação entre o leitor e o contexto de uso em que está sendo propagada a mensagem e não pela capacidade que se tem de codificar e decodificar as expressões lingüísticas contidas no enunciado.

---

<sup>55</sup> Fonte: Mais uma rodada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2007. Opinião, p. A2. (Editorial 12).

E mais, ao se pressupor que o editorial pela sua própria constituição estrutural pode ser caracterizado como um tipo de texto adjetivo, porque tem como propósito veicular a informação, expor os fatos e não impô-los aos leitores, essa característica pode, de igual modo, ser apontada como uma provável justificativa para explicar a ocorrência das orações adjetivas como estruturas a ser usadas nos textos de opinião analisados.

Presume-se que se deve levar em conta, além do processo tradicional da descrição da estrutura gramatical, na organização das sentenças adjetivas, a descrição das regras, pois o uso das expressões lingüísticas é construído na compreensão a partir de uma constante interação verbal entre autor e leitor.

Portanto, acredita-se que é possível justificar a constatação de sentenças relativas nos textos de opinião analisados a partir das diferentes situações de uso em que se insere a mensagem, obtidas por meio da adequação da mensagem aos seus diversos contextos de uso. É por esse motivo que se conjectura explicar que a ocorrência dessas sentenças pode estar relacionada à possibilidade de o editorial ser também caracterizado como um tipo de texto adjetivo.

Encontra-se nos estudos desenvolvidos por Ilari (1992) a possibilidade de justificar a ocorrência de orações adjetivas apontadas pela análise dos textos dos editoriais dos jornais selecionados. Verifica-se, a partir das concepções defendidas por Ilari, a importância de se analisar as diferentes funções que a oração desempenha, desde que não se dispense a idéia de que a sentença, como uma unidade da comunicação, apresenta um nível autônomo que irá distinguir os níveis sintáticos de organização da frase, pois, para o autor, são nesses níveis que estão contidas a semântica e a pragmática, sendo essa última vista como uma gramática da comunicação, definida pela imagem do interlocutor.

Toma-se de Ilari a noção de que a oração se realiza como uma unidade comunicativa e, por isso, se biparte em tema (tópico), segmento comunicativamente estático, e em rema (núcleo ou comentário), segmento comunicativamente dinâmico, dando origem ao que o autor denominou de articulação tema-rema (ATR). Portanto, segundo o autor, uma forma de realizar as funções da linguagem é sob a perspectiva da ATR.

A partir dessa concepção é que Ilari define como tema a informação já conhecida, o que já é sabido pelos interlocutores, e na qual é adicionada uma informação nova, o rema. Caberá ao falante, ao analisar o interlocutor e a situação de interlocução, decidir o que é tema e o que é rema na sentença. Com isso, atribui um papel discursivo à ATR, estabelecendo como critério que os conteúdos formulados e articulados inicialmente num nível de representação

do mundo são reformulados pela ATR de maneira a constituírem unidades apropriadas numa situação real, isto é, de uso.

É sob esse ponto de vista que se pressupõe justificar a ocorrência das orações adjetivas nos editoriais jornalísticos. Ao se supor que as orações relativas são utilizadas nos editoriais jornalísticos para introduzir informações que possam complementar ou determinar o sentido da mensagem, a fim de orientar o leitor para a apreensão do significado global do texto, é que se vê a possibilidade de explicar o uso desse tipo de construção oracional no texto de opinião pela ATR. Acredita-se que as informações, que tanto podem ser conhecidas ou novas ao receptor, são construídas, desde que inseridas em uma situação real e apropriada para a comunicação da mensagem.

Acrescenta-se, também, a definição de Ilari de que as construções com orações relativas são aqueles tipos que se desdobram em duas orações, denominadas por isso de “cindidas”. Retoma-se novamente o exemplo (8) e recortam-se, a título de ilustração, as seguintes sentenças:

(8-2) “[...] [(c) uma vez que não se estipulou um limite máximo de gastos por vereador,] **[(d) que poderia ficar na média [...].**”

O conteúdo da oração “(d) que poderia ficar na média” é incorporado pela oração “(c) uma vez que não se estipulou um limite máximo de gastos por vereador”. Essa afirmação parte do pressuposto de que é possível supor que a informação veiculada em (d) está agregada à informação dada em (c) porque é possível associar essas orações a uma paráfrase que pode exprimir o mesmo conteúdo de ambas as sentenças como a dada a seguir:

(8-2a) Não foi estipulado um limite máximo de gastos por vereador.

(8-2b) O que não foi estipulado é um limite máximo de gastos por vereador.

(8-2c) O que houve é que uma vez que não foi estipulado um limite máximo de gastos por vereador é este limite máximo de gastos que poderia ficar na média.

Nesse caso, de acordo com a ATR, (d) é o rema e (c) é o tema, pois o primeiro conteúdo da oração está explicitado em (c) e o segundo conteúdo em (d), demonstrando que não é possível dissociar (c) de (d), pois se isso acontecer, a mensagem a ser transmitida ocorre de maneira incompleta. O receptor necessita articular (c), a informação já sabida, à (d), a informação nova, para construir o significado da mensagem nesta dada situação real de uso.

É importante mencionar que, para estabelecer o que é tema e o que é rema na sentença, as informações sabidas e novas são determinadas pelo falante a partir de uma análise do

interlocutor e da situação de interlocução em que ocorre a mensagem. Essa afirmação vem ao encontro dos propósitos da análise realizada em (8-2).

Além do mais, ressalta-se que a escolha de (8-2) para explicitar a possibilidade de justificar a ocorrência das orações relativas, a partir da aplicação dos conceitos dados pela ATR, deve ser vista, aqui, como uma escolha aleatória entre as diversas orações adjetivas identificadas nos editoriais jornalísticos selecionadas para análise, porque não é possível e nem é objeto desta tese analisar todas as orações adjetivas dos textos de opinião que constituem a amostra deste estudo. Portanto, o que se tenta demonstrar com essa análise é que a ATR, sob o ponto de vista do discurso, pode vir a explicar essa ocorrência, pois se supõe que é na situação real, ou seja, no uso, que a comunicação é estabelecida entre o editorialista e os leitores do editorial.

Os estudos de Votre e Naro (1989) vêm, igualmente, ao encontro da noção defendida por Ilari. Como se pode verificar no referencial teórico, esses autores também defendem, a princípio, a idéia de que a análise lingüística da sentença subordinativa deve ser feita no discurso e de que é no uso da língua em comunicação, em uma dada situação social, que se origina a forma da língua a ser utilizada pelo indivíduo, bem como as características peculiares dessa língua. Portanto, para os autores, é “a estrutura (ou forma da língua) uma variável dependente, resultante de regularidades das situações em que se fala.” (VOTRE E NARO, 1989, p. 170).

A partir dessa noção funcional é que se pode explicar a suposição de que no uso o editorial privilegia as orações adjetivas, porque a estrutura lingüística na qual se constitui a adjetiva é a que melhor se adapta à crença de que o editorialista quer expor os fatos e não impô-lo. O redator ao preencher a exigência do *o que* e do *como*, no sentido dos autores, constitui, primeiramente, a mensagem com o objetivo de determinar o que o leitor deve compreender para, em seguida, determinar como o leitor deve entender o sentido dessa mensagem, isto é, o significado que deve ser transmitido por ele nos editoriais. Por isso é que se pressupõe que o editorialista pode organizar as orações tendo em vista a idéia de exposição do fato e não de imposição, exigência essa, que se acredita ser uma característica deste tipo de texto.

Assim, o uso regular de estruturas oracionais adjetivas nos textos de opinião pode ter sido derivado da situação comunicativa em que devem ser expressas essas orações, a qual é estabelecida pela motivação discursiva do editorialista e não por critérios que tenham como base os aspectos formais determinados pelas gramáticas normativas.

Acrescenta-se que é em uma abordagem funcional, como essa, que se encontra a explicação para a continuidade dos usos, pois o resultado é dado a partir da função discursiva que a sentença desempenha no uso real. Ora, se as sentenças dos editoriais têm como função discursiva expor fatos da atualidade, essa função só pode ser desempenhada no uso, o que vem, igualmente, justificar a utilização das orações adjetivas nos textos de opinião.

É importante salientar que os parâmetros funcionais, determinados pelos autores, podem ser também de grande valia para explicar a ocorrência das orações adjetivas nos editoriais jornalísticos. Toma-se, então, dos quatro parâmetros funcionais sistematizados pelos autores três deles: figura/fundo, cadeia tópica e fluxo da informação.

Segundo Votre e Naro (1989, p. 180-182), a análise da funcionalidade das sentenças, sob a perspectiva desses parâmetros, tem como orientação as seguintes definições:

1 – a oposição figura/fundo tem como princípio estabelecer o grau de centralidade de um item no fluxo do discurso, sendo identificado o traço de figura em qualquer nível de organização lingüística: parágrafo, período, oração, sintagma, itens lexicais. Distingue entre o que o falante embala, fixa ou codifica como nuclear (figura) em oposição ao que apresenta como acessório ou complementar (fundo).

2 – a cadeia tópica decorre da noção de tópico como pólo de informação que é transmitida num texto multiproposicional. As regularidades e a pressão de uso é que demonstra que cada referente detém um grau inerente de topicidade. O grau de topicidade está diretamente associado à posição relativa da oração que contém esse referente na dicotomia figura/fundo.

3 – o fluxo de informação é a entrada, manutenção, queda e retorno de um referente no fluxo de discurso. A oposição básica se estabelece entre um referente já mencionado no discurso e outros referentes que ainda não entraram em cena.

Partindo dessas definições, toma-se, primeiramente, o parâmetro de oposição figura/fundo na tentativa de explicar a suposição de que é o uso que determina a escolha das orações adjetivas nos textos de opinião. Para exemplificar, retira-se do *corpus* da pesquisa o enunciado dado abaixo:

(10) “[a) O governo Lula deu um passo importante para a diminuição da miséria e a redução das desigualdades sociais no Brasil:] [(b) lançou um programa de planejamento

familiar] [(c) **que dará a todos os brasileiros acesso aos modernos métodos contraceptivos**] [(d) já amplamente usados pelas classes mais altas.].”<sup>56</sup>

Ao estabelecer a oposição entre as sentenças (b) e (c), verifica-se que (b) contém a informação que o redator está codificando (traço de figura), isto é, (b) é a sentença que apresenta a informação que fixa, imprime ao enunciado a exigência de um complemento a fim de estabelecer o fluxo do discurso. Em oposição, (c) é o traço de fundo o qual equivale à simultaneidade com que as informações estão sendo passadas. Portanto (c) é a sentença responsável, nesse caso, por acrescentar à (b) as informações necessárias para constituir sentido ao enunciado, de acordo com o objetivo do redator, no que se refere ao que ele quer que seja compreendido pelo leitor.

É (c), determinada como uma oração adjetiva, a sentença que contém o traço de fundo necessário para complementar o sentido do item lexical **programa de planejamento familiar** da sentença (b). Pode-se pressupor que (b) e (c) co-ocorrem, pois é com (c) que se detecta a informação necessária para a compreensão de (b) pela retomada do item lexical **programa de planejamento familiar**.

Da mesma forma, quando se aplica a noção de cadeia tópica ao exemplo (10), vê-se a possibilidade de justificar o uso das sentenças subordinativas adjetivas nos textos de opinião a partir desse segundo parâmetro. Supõe-se que o fato de as orações adjetivas serem constituídas com itens lexicais que referem, tais como os pronomes relativos; o seu uso pode ocorrer porque o editorialista necessita utilizar um referente que apresente um índice seguro do grau de centralidade, ou seja, da informação que deve ser obtida por meio desse referente no fluxo do discurso. A informação a ser transmitida ao leitor, no caso das adjetivas, deve estar diretamente ligada a esse referente para que possa haver a continuidade do fluxo do discurso.

Em (10), por exemplo, verifica-se que a sentença “(c) que dará a todos os brasileiros acesso aos modernos métodos contraceptivos” inicia com o pronome relativo **que** cuja função é retomar o item lexical **programa de planejamento familiar**, citado na oração “(b) lançou um programa de planejamento familiar”. Assim, presume-se que é pelo referente (pronome relativo) que o redator pode assegurar certeza à mensagem que está sendo transmitida por ele. Portanto, é o fluxo da informação que orienta para a certeza do que está sendo transmitido ao leitor. Se as orações adjetivas, na sua grande maioria, são constituídas com referentes, isto é,

---

<sup>56</sup> Fonte: Sem demagogia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 maio 2007. Primeiro Caderno, p. 6. (Editorial 10).



com pronomes relativos, que têm como função referir a itens lexicais mencionados anteriormente, esse tipo de oração pode vir a ser o mais adequado para a construção do texto de editorial jornalístico devido à busca da objetividade e da verdade dos fatos a serem veiculadas pelo editorialista.

Finalmente, outra justificativa que pode vir a explicar a constatação das orações adjetivas nos editoriais de jornais é quanto à noção de fluxo de informação. O fluxo de informação pode ser verificado nas adjetivas pela própria constituição da estrutura das orações adjetivas. Essas construções oracionais são instituídas, na sua maioria, com elementos lingüísticos, mencionados na oração anterior, que têm com função adicionar, acrescentar ou restringir a idéia que o redator quer passar ao leitor, pois é objetivo do redator de editoriais orientar o leitor para a compreensão da mensagem nos textos. O leitor precisa compreender exatamente o que o editorialista está querendo passar para ele a fim de não tirar conclusões errôneas ou contrárias sobre os fatos veiculados.

Por exemplo, em (10), verifica-se que “quem deu um passo importante para a diminuição da miséria e a redução das desigualdades sociais no Brasil foi o governo Lula” e “não outros governos”. A forma “como o governo Lula determinou o fim da miséria e da redução das desigualdades sociais” foi pelo **programa de planejamento familiar**; é esse e somente esse **programa** que, segundo o enunciado, “dará a todos os brasileiros acesso aos modernos métodos contraceptivos”. O que o editorialista quer que seja compreendido pelo leitor é essa informação, marcada na oração adjetiva, não dando, portanto, oportunidade a que sejam inferidas pelo receptor outras informações.

É em construções do tipo adjetiva que o escritor pode determinar o que deve e o que não deve ser compreendido pelo leitor. Quando o redator menciona referentes no discurso, o leitor pode inferir, a partir desses, as informações que ainda não foram mencionados. Além disso, apesar de o editorial ter como uma das suas características a impessoalidade, essa não interfere na construção do significado a ser instituído pelo leitor. É o editor que estabelece o que deve ser compreendido, e não o leitor, pois essa compreensão está assinalada no discurso e, presume-se, em construções com orações relativas.

Para corroborar com os dados coletados e tabulados na Tabela 11, buscam-se, nas noções desenvolvidas por estudiosos da área jornalística, subsídios que permitam estabelecer a suposição de que o texto dos editoriais jornalísticos pode ser caracterizado como um texto adjetivo por ter como objetivo expor fatos da atualidade, ocorridos na sociedade e não impor.

Ao constatar o uso de orações adjetivas no texto de opinião, levantado pelos dados coletados do *corpus* desta pesquisa, a concepção de Marques de Melo (1977) e de Beltrão

(1980) possibilita explicar a hipótese de que o texto do editorial tem função adjetiva. Assim, a definição dos autores de que o editorial reflete a opinião dos proprietários dos jornais ou dos grupos políticos ligados às empresas jornalísticas, pode ser tomada como ponto de partida para justificar essa conjectura.

A partir de tal conceituação, acredita-se que o uso das orações adjetivas é o mais apropriado para expressar a posição do jornal pelo editorial apresentar a posição do jornal e não a do jornalista. Supõe-se que as orações adjetivas são construções utilizadas pelo redator do editorial, porque com esse tipo de sentença o editorialista pode, então, não impor a sua opinião, mas, simplesmente, expô-la. É seu papel estudar o fato e expô-lo, omitindo qualquer ponto de vista próprio que não seja o da empresa jornalística. Portanto, é com estruturas oracionais relativas que se crê na possibilidade de o editor poder vir a apresentar os fatos de um modo não categórico ou afirmativo, principalmente, pela sintaxe utilizada na constituição deste tipo de oração.

Ora, sabe-se que as adjetivas apresentam traços sintáticos distintivos marcados na organização estrutural da sentença. Dentre esses traços, encontra-se o que determina que no período essas sentenças exerçam a função de adjunto adnominal. A partir disso, é que se percebe a possibilidade de caracterizar o editorial como um tipo de texto adjetivo, tendo em vista que as orações relativas que o constitui representam adjetivos, que ao retomarem termos citados em seqüências anteriores no período, explicam ou restringem esses elementos qualificando-os.

Além do mais, o fato de o texto jornalístico, de um modo geral, exigir exatidão (para não enganar o leitor), clareza (para que ele entenda o que lê) e concisão (para não desperdiçar nem o tempo dele nem o espaço do jornal), conforme Marques (2003), e de se estruturar a partir de princípios gramaticais mais gerais, porém relacionados aos objetivos, modo e as condições de produção do texto, segundo Lage (2001), podem, também, justificar a suposição do uso de orações relativas pelos editoriais jornalísticos.

Julga-se que, para o texto de opinião consolidar-se nas características de exatidão e clareza, essas, ao ser aplicadas a esse texto, podem ser obtidas em construções oracionais como as que constituem as orações adjetivas. Essa suposição tem como princípio o fato de que, quanto ao sentido, as adjetivas têm como função explicar ou restringir a informação que é dada na sentença anterior a qual está ligada.

O exemplo (9) é retomado para demonstrar essa conjectura:

(9) “[a) Os EUA,] [(b) **que compraram mais de 40% de tudo**] [(c) o que o Brasil exportou para as Américas desde 2003,] [(a) não poderiam ficar de fora desse plano.]”

Em (9), a sentença adjetiva “(b) que compraram mais de 40% de tudo [...]”, tem o papel de retomar o item lexical **Os EUA**, explicitado anteriormente, por meio do **que** (pronome relativo), para que a mensagem possa ser entendida como um todo. É necessário ao leitor saber que foram “Os EUA que compraram mais de 40% de tudo”, isto é, é preciso determinar com exatidão **que país comprou mais de 40% de tudo** para que o leitor possa compreender com clareza o que lê e, assim, inferir a mensagem veiculada pelo texto. Ou seja, a explicação que está sendo dada por (b) foi acrescentada ao enunciado pelo editor por ser essa importante para que a informação seja conduzida de forma exata e clara ao leitor a fim de levá-lo à compreensão da mensagem.

Da mesma forma, supõe-se que o modo e as condições de produção dos editoriais mais os objetivos destes textos podem vir a ser melhor expressos em construções adjetivas. Esses aspectos, quando levados em conta pelo editorialista que constrói o texto, refletindo na opinião do jornal ou do grupo proprietário do periódico, e não na dele, levando-o a manter distanciamento do seu próprio texto, podem ser claramente explicitados por meio de construções oracionais que têm como função qualificar, restringir e determinar o significado das informações a se transmitidas, as quais são determinadas pelas condições de produção e de uso em que se insere o texto.

Assim, pressupõe-se que, ao fazer uso das orações relativas, o editor consegue, então, manter os objetivos do texto de opinião que é o de manifestar a opinião do jornal sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade a fim de orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum, levando, assim, essa comunidade a manifestar-se e a agir. (conforme, Beltrão, 1980).

Portanto, os pontos de vista a ser interpretados pelo leitor do editorial que foram convencionados e, após análise da empresa jornalística, juntamente com o editor, liberados para a divulgação, podem assim ser expostos por meio de uma linguagem que aprecia o fato adjetivamente e não substantivamente, linguagem essa, presume-se, evidenciada por meio das orações adjetivas.

Tabela 9: Ocorrências de orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais na forma simples do verbo em editoriais de jornais

JORNAIS	ORAÇÕES SUBORDINADAS				
	Substantivas	Adjetivas	Adverbiais	Total por jornal	(%)
Correio do Povo	9	13	10	32	10,53
Diário Catarinense	16	24	25	65	21,38
Gazeta do Povo	4	15	11	30	9,87
O Globo	10	19	14	43	14,14
Folha de São Paulo	4	16	7	27	8,88
O Estado de São Paulo	23	17	13	53	17,43
Jornal de Brasília	14	15	5	34	11,18
Diário da Manhã	11	4	5	20	6,58
<b>Total de ocorrências</b>	<b>91</b>	<b>123</b>	<b>90</b>	<b>304</b>	<b>100,00</b>

Fonte: A autora, 2007.

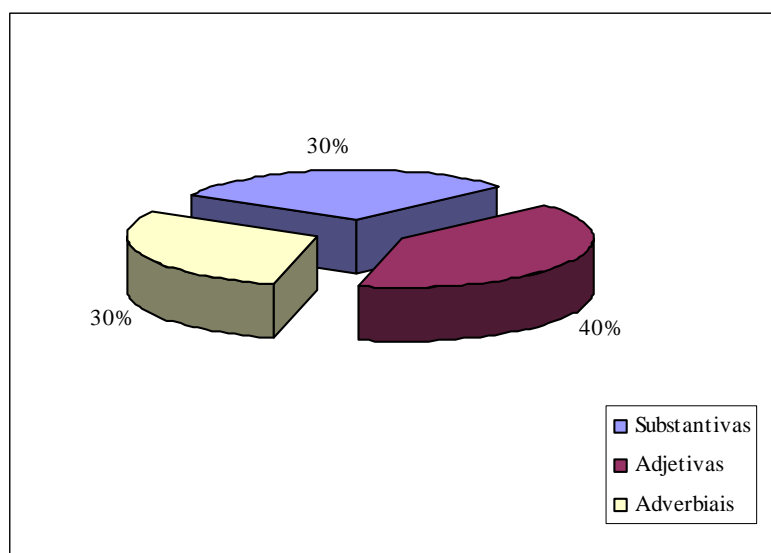


Gráfico 8: Percentual total de ocorrências de orações subordinadas  
Fonte: A autora, 2007.

Tabela 10: Ocorrências de orações subordinadas adjetivas, substantivas e adverbiais com verbos na forma nominal em textos opinativos

JORNAIS	ORAÇÕES SUBORDINADAS								
	Reduzidas de Infinitivo			Reduzidas de Gerúndio			Reduzidas de Particípio		
	Substantivas	Adjetivas	Adverbiais	Substantivas	Adjetivas	Adverbiais	Substantivas	Adjetivas	Adverbiais
Correio do Povo	0	0	6	0	1	1	0	2	3
Diário Catarinense	6	1	6	0	2	4	1	4	1
Gazeta do Povo	7	1	9	1	5	8	4	8	2
O Globo	8	1	5	0	0	0	2	3	5
Folha de São Paulo	13	5	13	0	1	1	2	10	2
O Estado de São Paulo	18	4	12	0	1	1	1	19	6
Jornal de Brasília	7	0	1	0	0	1	1	6	3
Diário da Manhã	6	0	2	0	0	0	0	8	4
Total de ocorrências	65	12	54	1	10	16	11	60	26

Fonte: A autora, 2007.

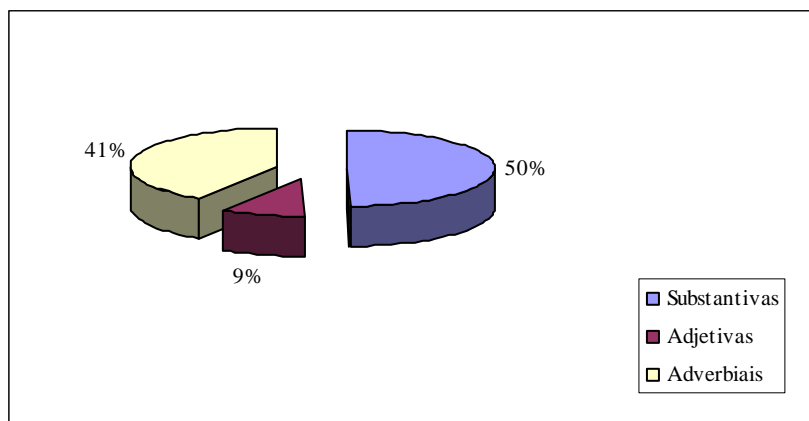


Gráfico 9 - Percentual de ocorrência da forma nominal reduzida de infinitivo nas orações substantivas, adjetivas e adverbiais  
Fonte: A autora, 2007.

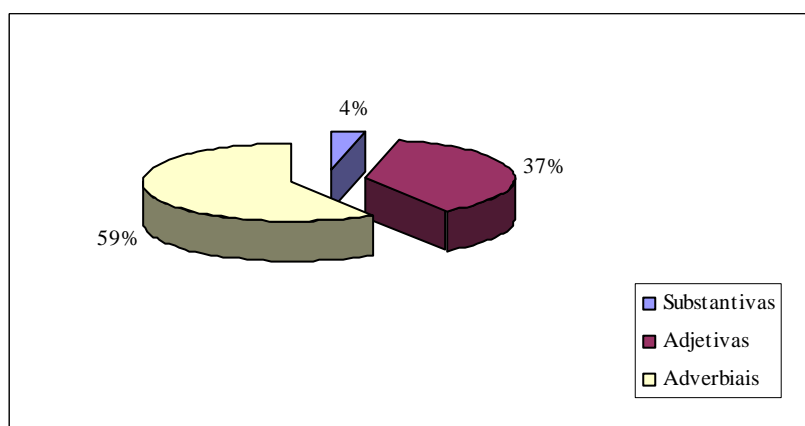


Gráfico 9.1: Percentual de ocorrência da forma nominal reduzida de gerúndio nas orações substantivas, adjetivas e adverbiais  
Fonte: A autora, 2007.

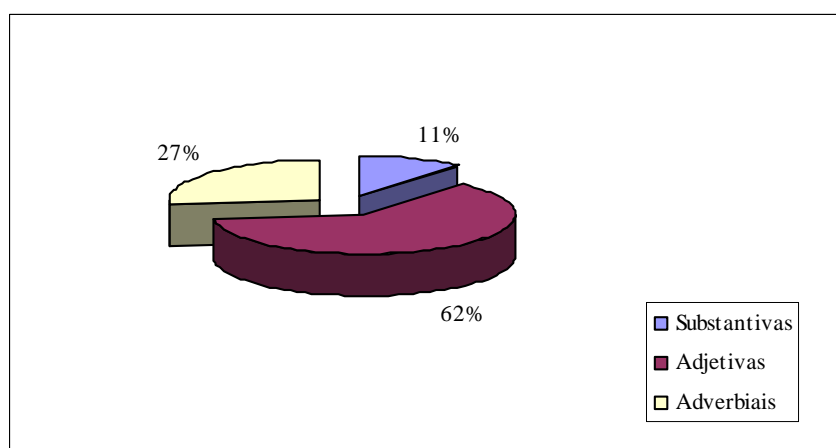


Gráfico 9.2: Percentual de ocorrência da forma nominal reduzida de participio nas orações substantivas, adjetivas e adverbiais  
Fonte: A autora, 2007.

Tabela 11: Total geral de ocorrências de orações subordinadas adjetivas, substantivas e adverbiais com verbos na forma simples e na forma nominal nos editoriais jornalísticos

JORNAIS	ORAÇÕES SUBORDINADAS				
	Substantivas	Adjetivas	Adverbiais	Total por jornal	Porcentagem (%)
Correio do Povo	9	16	20	45	8,05
Diário Catarinense	23	31	36	90	16,10
Gazeta do Povo	16	29	30	75	13,42
O Globo	20	23	24	67	11,99
Folha de São Paulo	19	32	23	74	13,24
O Estado de São Paulo	42	41	32	115	20,57
Jornal de Brasília	22	21	10	53	9,48
Diário da Manhã	17	12	11	40	7,16
<b>Total de ocorrências</b>	<b>168</b>	<b>205</b>	<b>186</b>	<b>559</b>	<b>100,00</b>

Fonte: A autora, 2007.

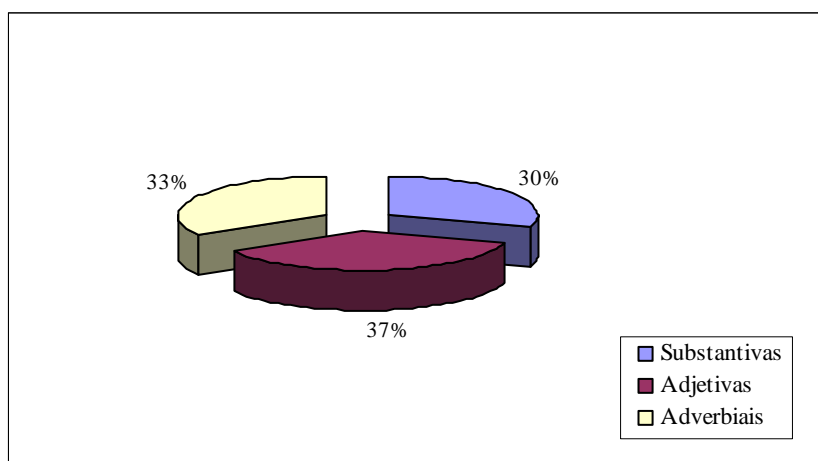


Gráfico 10: Percentual geral de ocorrências de orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais em textos jornalísticos

Fonte: A autora, 2007.

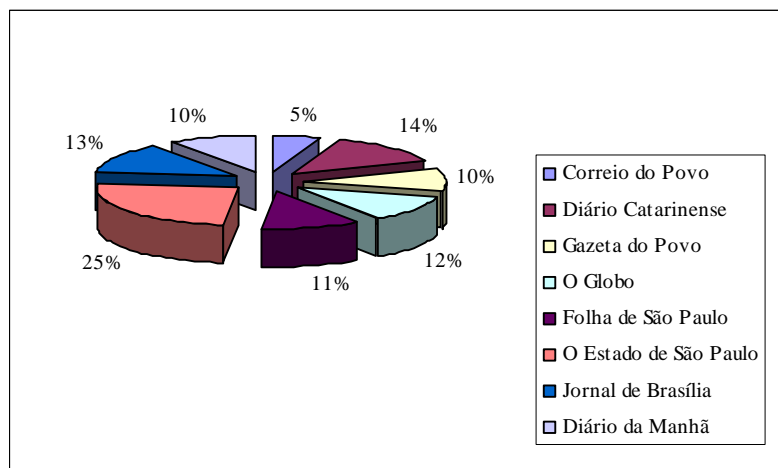


Gráfico 10.1: Percentual de ocorrências de orações subordinadas substantivas por jornal

Fonte: A autora, 2007.

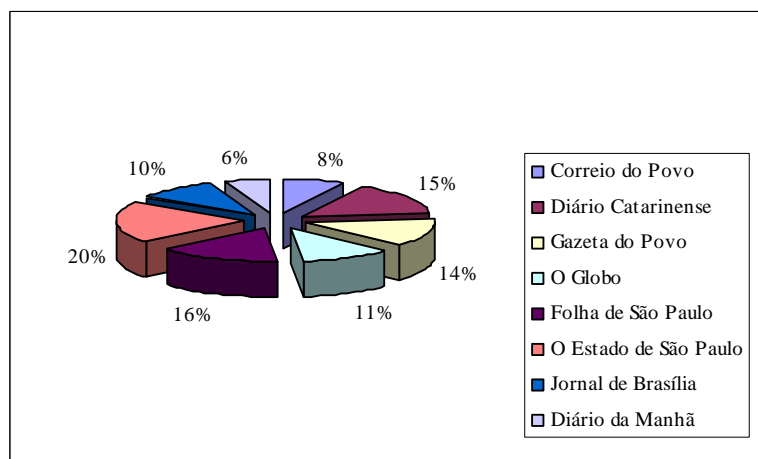


Gráfico 10.2: Percentual de ocorrências de orações subordinadas adjetivas por jornal

Fonte: A autora, 2007.

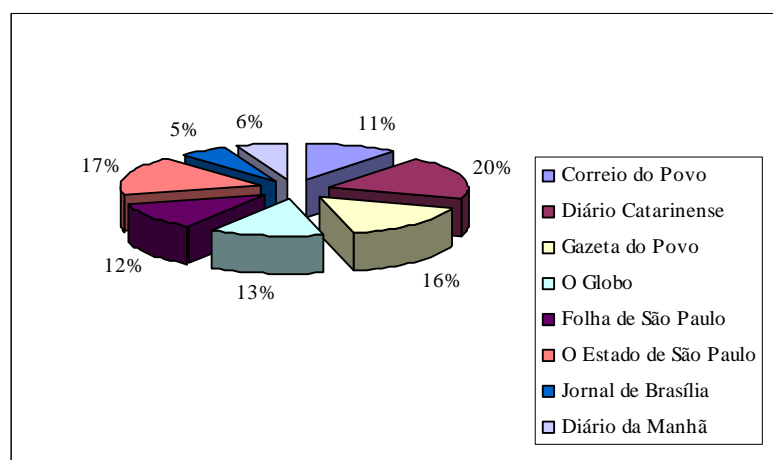


Gráfico 10.3 - Percentual de ocorrências de orações subordinadas adverbiais por jornal

Fonte: A autora, 2007.



## 7 CONCLUSÃO

Este trabalho partiu da concepção da sentença subordinativa, constituída pela imposição da norma padrão divulgada pela tradição, que propõe regras e modelos gramaticais, apoiados no purismo lingüístico das gramáticas normativas da língua, segundo a qual o padrão de língua idealizado deve ser construído a partir das prescrições gramaticais.

Além do mais, foi determinante para a escolha do tema desenvolvido neste trabalho o fato de se considerar que é seguido pela Gramática Tradicional o padrão normativo na constituição da forma verbal e do modo indicativo, nas construções subordinativas, bem como a concepção de que o nível funcional da língua não é prescrito pela tradição.

Percebeu-se que não só os preceitos difundidos pelas gramáticas normativas regulam a constituição do texto jornalístico, como também o nível funcional da língua pode vir a contribuir para a constituição da subordinação, especialmente no editorial, pois é na situação de uso real que é permitido aos usuários fazerem as escolhas, quanto à forma verbal e ao modo indicativo.

Essa constatação está baseada na noção de que a língua, como um objeto vivo, e portanto, um instrumento em constante evolução, abarca inúmeras variações em seu interior, e não se pode desconsiderar o nível funcional que, por englobar uma série de realizações concretas por parte dos indivíduos, é onde se estabelece e se institui os reais hábitos lingüísticos do falante.

O interesse em pesquisar um assunto que tivesse como objetivo trazer contribuições para a revisão dos estudos desenvolvidos pela tradição sobre a subordinação, bem como, sob uma perspectiva funcional, compreender a constituição da forma verbal e do modo indicativo na organização das estruturas oracionais subordinativas, foi motivado, principalmente, por essa idéia de preservação das regras gramaticais em textos jornalísticos do tipo editorial.

A escolha do referencial teórico, dentre os vários estudiosos, tanto da gramática tradicional como das teorias lingüísticas, especificamente, do paradigma funcionalista, como, também, das teorias da comunicação, foi essencial para embasar as pesquisas deste trabalho a fim de satisfazer os objetivos propostos para este estudo e, da mesma

forma, constatar as hipóteses elencadas para investigação.

Para revisar as concepções, sob o ponto de vista das gramáticas tradicionais e de teorias funcionalistas, procurou-se selecionar aqueles estudiosos que tivessem tratado da subordinação, da constituição da sentença, bem como da explicitação de estudos relacionados às formas verbais e ao modo indicativo em seus compêndios.

Viu-se que as definições e classificações dadas por teóricos tradicionais como Almeida (1967), Cunha e Cintra (1984) e Luft (2002) sobre a constituição da oração que institui o processo de subordinação e das formas verbais e dos modos adequavam-se à metodologia adotada neste trabalho, porque, a partir dos conceitos preconizados nesses compêndios, foi possível identificar e classificar, com precisão, no *corpus* selecionado, as ocorrências fundamentais para as análises propostas. Cumprindo-se, assim, o propósito desta revisão, quanto à identificação e classificação da forma verbal e do modo, segundo os preceitos da tradição em orações subordinadas.

É importante, também, mencionar que, ao se aplicar os conceitos e classificações explicitados nesses compêndios normativos, para explicar as ocorrências constatadas nos editoriais, não se encontrou respaldo nos preceitos delineados pela tradição gramatical, principalmente quando as questões a serem justificadas decorriam de situações específicas de uso da linguagem, satisfazendo-se, igualmente, este objetivo do trabalho. Viu-se que muitos dos conceitos tradicionais dados para a constituição da sentença subordinativa não eram condizentes com o nível funcional da língua. Era necessário buscar apoio em outras teorias.

Assim, não se dispensando o valor teórico das gramáticas tradicionais, para o estudo de língua e nem se eximindo a importância para as pesquisas empreendidas por este trabalho dado pela GT, encontrou-se nos fundamentos da Lingüística, a partir da concepção do funcionalismo, amparo para que a proposta desta pesquisa fosse alcançada.

Constatou-se no trabalho de eminentes pesquisadores da língua portuguesa como Bechara (2000), Moura Neves (1997, 2000, 2001), Ilari (1992) e Votre e Naro (1989) a elucidação desses fenômenos lingüísticos encontrados nas análises do *corpus*. Percebeu-se, nesse momento, que as explicações para as ocorrências detectadas, no uso, na constituição da sentença subordinativa dos editoriais, podem ser obtidas, ao se relacionar essas ocorrências ao nível funcional da língua.

Observou-se, também, que não se poderia dispensar deste estudo a conceituação e a classificação dada por teóricos da área da comunicação para a constituição, de um

modo geral do discurso jornalístico, e, especificamente, do editorial, por ser esse texto que compõe o *corpus* deste trabalho. Além do mais, é importante mencionar que esse referencial teórico sobre a constituição e a organização padrão do texto de jornal e do editorial jornalístico contribuiu para comprovar que o uso é que determina as escolhas a serem feitas na constituição da sentença subordinativa.

Verificou-se que o fato desses teóricos orientarem para o uso da língua culta na composição do editorial, condenando as variantes lingüísticas ditas de menor prestígio, por não estarem contempladas nos manuais gramaticais, e do editorial jornalístico ser visto como um divulgador na sociedade do padrão culto, foi, igualmente, outro motivo decisivo para a realização desta investigação. Assim, ao se constatar que a concepção dada ao discurso jornalístico e ao texto de opinião por esses autores, orientam, também, para o uso do padrão normativo, o objetivo deste trabalho, para avaliar a constituição do texto de opinião, sob o ponto de vista da comunicação, foi contemplado.

Tomou-se autores como Gomes (2001), Beltrão (1980), Marques de Melo (1977 e 1994), Lage (2001) e Marques (2003) e os manuais de redação de texto jornalístico da Folha de S. Paulo (1984), do jornal O Globo (1999) e do jornal O Estado de São Paulo (1997) para buscar explicações que justifiquem, na instituição da estrutura da sentença subordinativa, que as noções explicitadas para a constituição do texto jornalístico apresentam características determinadas por esses estudiosos para a composição deste tipo textual.

Ao identificar no conjunto de textos de editoriais, que constituem o *corpus* deste estudo, as ocorrências da forma nominal do verbo no infinitivo, sob o escopo das gramáticas tradicionais e de teorias funcionalistas, constatou-se que o propósito determinado para esta tese de que o verbo vai se apresentar no infinitivo, tendo em vista a estrutura sintática instituída pela oração nos textos de opinião, foi cumprido. Esta afirmação pode ser corroborada, quando se verifica que a forma verbal do infinitivo, ao ser usada em diferentes sentenças subordinativas, acaba por produzir coincidências, quanto ao emprego da forma nominal do infinitivo e do futuro do subjuntivo nos textos analisados.

Assim, selecionado o *corpus* da pesquisa, realizado o levantamento das ocorrências, nos 23 textos de editoriais de orações subordinadas, das formas e dos modos verbais e, após, explicitar esses dados em tabelas e de representá-los por índices percentuais em gráficos, obteve-se os resultados necessários para as análises, os quais foram determinantes para direcionar este trabalho.

Para elucidação da hipótese principal, formulada e explicitada na introdução deste trabalho, de que a escolha das formas e modos verbais na constituição da sentença subordinativa dos editoriais jornalístico se dá no nível funcional da língua, verificou-se, pelas análises empreendidas nos textos de opinião, que constituíram o *corpus* desta pesquisa, a comprovação dessa hipótese.

Tal afirmação está apoiada, também, na investigação e, posterior, constatação, das hipóteses secundárias propostas para este trabalho e que são, novamente, mencionadas. A primeira dessas hipóteses teve como propósito verificar se a subordinação em textos jornalísticos não segue as regras da gramática tradicional; e a segunda, objetivou demonstrar se o nível funcional da língua determina a escolha da forma verbal e do modo nos editoriais jornalísticos.

A partir de tais considerações, a hipótese de que a subordinação, em textos jornalísticos, não segue as normas da GT, parece que é, de certa forma, corroborada. Os resultados percentuais demonstraram que 44% das sentenças coincidem quanto à forma verbal no infinitivo e no futuro do subjuntivo, enquanto que 7% encontravam-se no infinitivo, 9% no gerúndio e 40% no particípio. Esses índices, ao expressar o predomínio dessas ocorrências, nas sentenças subordinativas dos editoriais, vêm a constatar que a coincidência da forma no emprego desses verbos pode ser justificada pelo uso em diferentes estruturas sintáticas e não por preceitos determinados pelas gramáticas tradicionais.

Ao se identificar a ocorrência das orações subordinadas reduzidas de gerúndio, infinitivo e particípio nos textos de opinião, tanto na forma simples do verbo como com locução verbal, o resultado obtido, também, foi significativo quando se constatou 13% de reduzidas de infinitivo, 17% de ocorrências de orações reduzidas de gerúndio e 70% de reduzidas de particípio. A partir do índice significativo de 70% de ocorrências para orações reduzidas de particípio, constatou-se o predomínio desse tipo de sentença nos editoriais jornalísticos.

Ainda, foi verificado que há um expressivo predomínio do indicativo sobre o subjuntivo nos editoriais jornalísticos. Os índices percentuais para essas ocorrências foram de 91% para o modo indicativo e de 9% para o modo subjuntivo. Esses resultados vêm, mais uma vez, a demonstrar que, na constituição da sentença subordinativa, os editoriais privilegiam o modo indicativo.

Ao identificar as orações subordinadas adjetivas, constatou-se, igualmente, a suposição do predomínio desse tipo de sentença nos editoriais analisados. Os índices

percentuais corroboraram com essa afirmação ao se constatar nos editoriais 37% de orações adjetivas, 30% de orações substantivas e 33% de adverbiais. Apesar de se verificar que a diferença das adjetivas para as substantivas e adverbiais não é um dado significativamente superior, considerou-se as orações adjetivas, também, como sentenças predominantes no texto de opinião.

Assim, ao se detectar, pelos dados arrolados, a predominância de orações reduzidas de particípio, do modo indicativo e de sentenças subordinadas adjetivas nos editoriais, esses índices parecem demonstrar que a subordinação não seguiu as regras da GT. Essa afirmação fundamenta-se no fato de que, apesar de essas ocorrências terem sido identificadas, segundo preceitos normativos dados pela tradição, de um modo geral, não se percebeu nessas noções explicações que direcionassem para tais escolhas, especificamente, em editoriais jornalísticos.

Pela tradição não prever em suas concepções a escolha por uma ou por outra forma de verbos e modos na instituição da sentença subordinativa, essas ocorrências podem ser vinculadas às escolhas feitas pelo redator para construir o texto de opinião e não a conceitos e a classificações preconizados pelas gramáticas tradicionais. Portanto, é possível constatar que esta hipótese, de certa forma, foi corroborada.

É importante também discorrer nesta conclusão sobre os resultados sustentados pelos preceitos do funcionalismo que, neste trabalho, foram tomados com o propósito de explicar as ocorrências detectadas nos editoriais jornalísticos, sob a perspectiva do uso, cujas explicações não se encontraram nas gramáticas tradicionais examinadas.

Para corroborar com a suposição de que é o nível funcional, que determina a escolha da forma verbal e do modo indicativo na constituição da sentença subordinativa e não as regras gramaticais prescritas pela tradição, tomou-se como explicação o fato de que essas escolhas são definidas pelo escritor/leitor do texto. É o contexto extralingüístico que especifica, juntamente com o conjunto de recursos formais, a escolha do verbo e do modo na situação de uso.

Ao se relacionar o modelo formal com a função exercida no contexto situacional em que se encontram os editoriais, verificou-se que é o nível funcional da língua que determina a forma verbal, porque é no contexto comunicativo que são organizadas as sentenças subordinativas. Essas afirmações podem ser mais uma vez corroboradas com o índice percentual de ocorrências, quando se verificou que 44% das sentenças subordinativas apresentaram coincidências, quanto à forma, de verbos no infinitivo e no futuro do subjuntivo nos textos de opinião analisados.

Constatou-se, também, que o uso de sentenças subordinativas construídas com verbos nas formas nominais, principalmente, de particípio, é predominante nos textos de editoriais jornalísticos. A partir disso, viu-se que uma das formas de explicar essa predominância é a que se fundamenta na tendência de o texto de editorial organizar-se estruturalmente no modo indicativo. Portanto, as orações subordinadas reduzidas de particípio são as mais adequadas para este gênero textual porque é no nível funcional da língua que essa escolha pode ser determinada.

Essa constatação, da mesma forma, ratificou a suposição de que o nível funcional da língua determina a escolha do modo verbal e da oração subordinada nos textos de opinião. Ao se verificar que o editorial privilegia o uso do modo indicativo, isso vem a favorecer, também, o emprego de orações reduzidas de particípio. Asseverou-se, então, como uma característica do editorial o uso desse tipo de sentença. Essa afirmação é reiterada pela constatação de 70% de ocorrências de subordinadas reduzidas de particípio nos editoriais jornalísticos.

Uma explicação para essa ocorrência que corrobora com a afirmação de que as orações reduzidas de particípio são uma das características dos editoriais, é a de que, neste tipo de texto, é usada a impessoalidade. É por meio do uso da impessoalidade, que o editorialista marca, de forma incisiva, o seu distanciamento do texto, excluindo qualquer possibilidade de opinar sobre a informação que está sendo transmitida por ele. Assim, ao manter esse distanciamento do receptor do texto, a informação trocada entre o editorialista, o receptor e o texto é estabelecida sem qualquer tipo de interferência do redator. Por ser característica do texto de opinião a impessoalidade, essa se adapta melhor em construções com orações reduzidas de particípio.

Outra justificativa para o predomínio dessa ocorrência que corrobora com a hipótese de que o nível funcional determina a escolha, quanto ao modo verbal, é a sustentada no princípio de que é o redator do texto que define o modo como ele quer que o conteúdo da informação seja expresso, além de que é ele que estabelece como serão distribuídas as peças da informação para que seja garantida a troca lingüística. Ora, se essa troca é determinada pelo redator, é ele que vai escolher que estrutura lingüística é a melhor para garantir que a mensagem seja melhor veiculada. É o conteúdo proposicional, determinado pela forma do verbo no particípio das sentenças subordinativas, que deve ser conhecido e pensado pelo leitor do editorial.

Porém, para que esse conteúdo proposicional possa ser pensado pelo leitor do texto, é necessário que esse leitor relacione esse conteúdo ao contexto situacional da

mensagem. Portanto, novamente, supôs-se que é o contexto de uso, determinado pelo nível funcional da língua que orienta para as escolhas. Nesse caso, as sentenças subordinativas reduzidas de particípio são construídas tendo em vista a informação a ser veiculada pelo editorial para que possa, então, ser estabelecida a comunicação.

O predomínio do modo indicativo nos editoriais jornalísticos é outra ocorrência que encontra explicações no nível funcional da língua. Essa predominância justificou-se quando se verificou que é por meio do modo indicativo que o falante pode considerar que a ação que está sendo veiculada pelo editorial é certa, verossímil, real. Logo, a constatação do predomínio do modo indicativo no editorial está apoiada na concepção de que os fatos só são considerados como reais porque essas ações verbais são encontradas nas diferentes situações de uso dos falantes da língua.

Além do mais, o predomínio do modo indicativo nos editoriais justificou-se porque o entendimento do fato a ser comunicado está relacionado também ao tipo de modo que está sendo usado no texto. Nesse caso, sob a concepção dos teóricos da comunicação, por ser característico do jornal o gênero textual do tipo editorial, esse tem como função veicular informações sobre fatos que aconteceram ou acontecem nas sociedades. Ou seja, é o modo indicativo, constituído a partir dos propósitos que caracterizam este tipo de texto que determina o seu emprego.

A partir disso, ratificou-se a conjectura de que o nível funcional da língua determina a escolha do modo verbal. A predominância do indicativo é estabelecida porque é possível relacionar a temporalidade do verbo da oração com o modo. O significado depreendido dessa relação entre o tempo e o modo é que define, pelas próprias características e objetivos do editorial, que a escolha do modo a ser usado no texto é o indicativo.

É no modo indicativo que as ações verbais reais são expressas e é por isso que se constatou a predominância do indicativo sobre o subjuntivo. É no indicativo em uso que se explicita uma ação verbal feita, realizada. É também ao usar o modo indicativo que o editorialista veicula uma informação que ocorreu, ou que está ocorrendo, ou que irá ocorrer no mundo real desse leitor.

É por meio do modo indicativo que a informação a ser veiculada é organizada a partir de princípios que regem e caracterizam este tipo de gênero textual. Assim, a explicação dada para o predomínio do indicativo, ao se sustentar nessa concepção, leva à conclusão de que, na constituição da sentença subordinativa, a informação divulgada pelo editorial está relacionada ao nível funcional da língua em consonância com a

situação de uso.

A constatação depreendida por meio dos índices percentuais permitiu, igualmente, concluir que o editorial privilegia o uso das orações adjetivas sobre as substantivas e adverbiais. No entanto, foi necessário buscar explicações que fundamentassem a hipótese de que o nível funcional da língua determina a escolha das sentenças relativas em textos de editoriais jornalísticos.

Verificou-se que o uso de orações adjetivas, nos editoriais, está relacionado ao fato de que esse tipo de texto tem como característica expor a informação. Essa afirmação pode ser constatada ao se levar em consideração que o redator do editorial tem como objetivo passar informações ao leitor, as quais são concebidas a partir de uma situação contextual em que se encontra esse receptor.

Da mesma forma, entende-se que não é característica do editorial veicular informações de forma impositiva ou categórica; pelo contrário, este tipo de texto tem como objetivo expor o fato e não impor e é, sob essa perspectiva, que se pôde explicar a ocorrência desse tipo de sentença nos editoriais. O índice de 37% de ocorrências dessas construções constatou que as orações adjetivas encontradas nos editoriais analisados têm como característica o uso do adjetivo em sua constituição estrutural.

Por outro lado, se a depreensão e compreensão da mensagem pelo leitor dependem da forma como essas informações estão organizando o texto, é possível afirmar que, para contemplar a competência comunicativa, é levada em conta não só a capacidade do falante de codificar e decodificar expressões, mas também a desse falante poder usar e interpretar expressões de maneira interacionalmente satisfatória. Então, a organização das sentenças subordinadas dos editoriais em estruturas adjetivas, pode ser asseverada pelo fato de que a comunicação ocorre não só por meio da constituição formal da sentença, mas porque há um uso social apropriado a cada tipo de linguagem e, que, portanto, devem ser obedecidos por escritores de textos.

A constatação do uso de sentenças relativas nos textos de opinião foi, também, fundamentada na concepção de que é, a partir das diferentes situações de uso, obtidas por meio da adequação da mensagem aos seus diferentes contextos de uso, que se constrói as sentenças que irão constituir o texto. Para explicar a ocorrência das sentenças adjetivas, neste tipo de texto, no caso o do editorial, isso só foi possível porque o redator tem como princípio que é o nível funcional da língua que determina essa escolha. A partir disso, a afirmação de que é uma característica do editorial o uso de orações adjetivas, pôde ser sustentada pelas análises, onde se verificou que há



adequação às diferentes situações em que se insere a mensagem a ser veiculada pelos editoriais.

O papel das orações relativas, como o de acrescentar ou até mesmo delimitar dados e informações, são imprescindíveis para a constituição do sentido do texto, sendo indispensáveis pelo editorialista para que os textos de opinião atinjam o seu propósito maior, que é o de veicular fatos reais, verdadeiros, ocorridos na sociedade e que, por isso, dão condições ao leitor de posicionar-se frente a esses fatos ou acontecimentos. A opção por sentenças relativas na composição do texto de opinião estabelece-se porque a estrutura lingüística adequada à função do editorial é a de expor os fatos e não impor.

Assim, constatou-se a hipótese de que é o uso funcional da língua que determina as escolhas, tanto da forma verbal como do modo indicativo, nos editoriais jornalísticos. A escolha por uma estrutura oracional para constituir sentenças subordinadas está relacionada à funcionalidade da língua. É preciso levar em consideração que as situações de comunicação são variadas e que, por isso, cada uma delas vai exigir um dado padrão lingüístico quando se observa a linguagem em sua dimensão social.

É importante salientar que, ao se analisar, de um modo geral, a ocorrência da forma e do modo verbais, como também da constituição das sentenças subordinativas, verificou-se, igualmente, a ocorrência de estruturas oracionais subordinadas instituídas, segundo os critérios determinados pelas gramáticas tradicionais. Essa afirmação sustentou-se nas conceituações e classificações dadas ao editorial por autores da área da comunicação.

No entanto, ao se analisar os resultados percentuais, esses demonstraram que, apesar de haver um propósito justificado pela norma para compor os editoriais jornalísticos, sendo preconizado também esse padrão pelos manuais e por estudiosos da área da comunicação, a explicação para as ocorrências depreendidas a partir do uso não estão prescritas pelas regras gramaticais.

Um dos critérios que vem a corroborar a hipótese de que a subordinação em textos jornalísticos não segue, de certa forma, as regras da gramática tradicional é o que está apoiado no fato de que o editorial tem como característica principal a comunicação da mensagem e, nesse sentido, quando Marques de Melo (1994, p. 95) preconiza que o editorial “é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante de fato de maior repercussão no momento” e, portanto, o editorial é “na realidade, dirigido à coletividade, pois a opinião contida nele constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública”, adotou-se o critério de que o que determina a constituição dessa

opinião é o fato de que o texto é construído a partir de aspectos funcionais.

Entende-se que é essa funcionalidade que orienta para a compreensão da mensagem pelo leitor. Isto é, a opinião que está contida no editorial, só poderá ser apreendida pelo leitor desde que a escolha das estruturas oracionais para a composição do texto feita pelo editor obedeça a um padrão que esteja de acordo com a situação contextual e com o momento em que o fato ocorre.

Por se tratar de um gênero jornalístico, que tem com princípio divulgar notícias atuais ocorridas na realidade social, essas escolhas definem-se pelo tipo de informação a ser veiculado, pelo tipo de leitor dessa mensagem, bem como por **o quê** esse editor quer que seja entendido pelo leitor. É a partir desses critérios que o editor estabelece os princípios que irão reger a estrutura lingüística do texto de opinião.

A partir dessas constatações, avaliadas e justificadas neste estudo, dá-se a confirmação das hipóteses secundárias. Além do mais, acredita-se que os objetivos propostos por esta pesquisa também alcançaram êxito. A hipótese principal de que a escolha das formas e modos verbais na constituição da sentença subordinativa dos editoriais jornalístico é determinada no nível funcional da língua, igualmente, pôde ser asseverada pelos resultados decorrentes deste trabalho.

No entanto, há de se ressaltar que os resultados obtidos a partir das ocorrências não estão representando, em sua totalidade, as constatações dos editoriais, pois se entende que ocorrências não levam à indução de que sempre será dessa maneira, que se constituirá a sentença subordinativa, quanto à forma verbal e ao modo indicativo, de um modo geral, em editoriais jornalísticos. Os resultados constatados nas análises e computados por meio dos dados coletados e, posteriormente, explicitados por índices percentuais, tiveram como objetivo somente apoiar as análises realizadas, especificamente, nos editoriais que foram escolhidos para compor o *corpus* deste trabalho. Portanto, foi considerada uma certa rigidez e dado uma atenção especial ao se utilizar esses dados com o objetivo de corroborar as hipóteses e objetivos instituídos para este estudo.

É necessário também mencionar que o jornal, especialmente, o editorial é constituído sob critérios que determinam ser este tipo um indicador e propagador de opinião. Além do mais, tem como papel traduzir o comportamento da escrita praticado pelo editorialista, que é considerado um dos melhores usuários da língua culta do país. É nesse sentido que a opção pelo editorial justificou-se, pois tem-se nesse tipo de texto o reflexo da realidade lingüística brasileira. De um lado, no editorial, reflete-se o

formalismo da língua, e, de outro, a adequação da língua às diferentes situações de uso.

Ainda importa salientar que esta pesquisa não teve como propósito tecer críticas aos preceitos que apóiam a utilização da norma culta da língua, cujas concepções são delineadas pelas gramáticas tradicionais. Não se prega a desvinculação de certas noções determinadas pela norma padrão. O interesse com esta pesquisa foi o de mostrar a existência de estudos lingüísticos que complementam os estudos gramaticais tradicionais, aproximando-se, assim, o padrão culto do uso. Acredita-se que se deve levar em conta, no estudo da língua, não só o padrão culto, mas acrescentar a esse padrão o nível funcional da língua. É dessa forma que se supõe, efetivamente, descrever a realidade lingüística brasileira que está contemplada nos textos de editoriais jornalísticos.

O que se propôs, nesta tese, é mostrar a necessidade de uma visão mais abrangente da subordinação, que englobe a série de realizações concretas disponíveis na língua brasileira e que fazem parte do arcabouço lingüístico dos indivíduos desta comunidade lingüística.

Por fim, não se tem como pretensão instituir modelos a partir dos resultados constatados pelas análises dos editoriais. Há ainda muito a pesquisar sobre a linguagem. O que se espera com este trabalho é contribuir, de alguma forma, para o avanço das pesquisas sobre esse tema e instigar outros pesquisadores a aprofundarem este assunto.

## REFERÊNCIAS

A farra municipal pede retorno. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 20 maio 2007. Opinião.

A agonia do fórum social mundial. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2007. Notas e Informações.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa: curso único e completo**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

ALTERNATIVO E RESPONSÁVEL. **Jornal de Brasília Online**, Brasília, 14 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.clicabrasilia.com.br/portal/index.php>> . Acesso em: 16 jan. 2007.

ANOREXIA NACIONAL. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18#&mopen=37>>. Acesso em: 14 jan. 2007.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de. **Introduction to text linguistics**. London/New York: Longman, 1993.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerda, 2000.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

Corrupção e democracia. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 24 maio 2007. Opinião.

COSSIO, Carlos. **La opinión pública**. Buenos Aires: Losada, 1958.

CUNHA, Celso Cunha e CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Lisboa: João Sá da Costa, 1984.

DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da lingüística**. São Paulo: Global, 1978, v.I.

DE LANCEY, S. An Interpretation of Split Ergativity and Related Patterns. **Language**, v. 57, n. 3, Baltimore, 1981.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PREMATURA. **Diário da Manhã**, Goiânia, 24 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

EDUCAÇÃO NO LUGAR DA MULTA. **Jornal de Brasília Online**, Brasília, 11 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.clicbrasil.com.br/portal/index.php>>. Acesso em: 14 jan. 2007.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual geral da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

GARCIA, Luiz (Org.). **O Globo**: Manual de redação e estilo. 26. ed. São Paulo: Globo, 1999.

GEBRUERS, S.C. Dik's Functional Grammar: A Pilgrimage to Prague? In: R. DIRVEN & V. FRIED (eds.). **Functionalism in linguistic**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1987.

GIVÓN, T. **Syntax**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2001, v.II.

\_\_\_\_\_. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GOMES, Marcos Alexandre de Souza. **Jornalismo**: linguagem da simplicidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Litteris, 2001.

GRANDE MOMENTO DE LULA. **Diário da Manhã**, Goiânia, 19 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, P. **Aspect and foregrounding in discourse**. In: Givón, T. (ed), 1979.

HOPPER, P. e THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, v. 56, Baltimore, 1980.

HYMES, D. **Foundations in sociolinguistics**. Filadélfia: University of Filadélfia Press, 1974.

ILARI, Rodolfo. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Introdução à semântica: brincando com a gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva funcional da frase portuguesa**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Semântica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1985.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

LOPES, Edward. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, s/d.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: University Press, 1977.

LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Nacional, 1979.

MACABRA ROTINA. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18#&mopen=37>>. Acesso em: 09 jan. 2007.

MAIS TRABALHO. **Gazeta do Povo Online**, Curitiba, 09 jan. 2007. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/>>. Acesso em: 09 jan. 2007.

Mais uma rodada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2007. Editoriais.

MARQUES, Luís Henrique. **Teoria e prática de redação para jornalismo impresso**. Bauru: EDUSC, 2003.

MARTINET, André. Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle? **ALFA**, v.38, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estudios de sintaxis funcional**. Madrid: Gredos, 1978.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Moderna, 1997.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

MERCOSUL IDEOLÓGICO. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18#&mopen=37>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

Na política externa, outro descompasso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2007. Notas e Informações.

NEVES, Maria Helena de Moura (org.). **Gramática**. Publicação do curso de pós-graduação em lingüística e língua portuguesa. Ano I – nº 1. UNESP – Campus de Araraquara, 1986. Série Encontros.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

O CONSUMIDOR PAGA A CONTA. **Jornal de Brasília Online**, Brasília, 09 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.clicabrasilia.com.br/portal/index.php>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

O novo espetáculo do crescimento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2007. Notas e Informações.

OS EXTREMOS. **Gazeta do Povo Online**, Curitiba, 14 jan. 2007. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/>>. Acesso em: 14 jan. 2007.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **Para uma nova gramática do português**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.

Pouca energia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2007. Editoriais.

RADICALIZAÇÃO. **Gazeta do Povo Online**, Curitiba, 11 jan. 2007. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.).

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997. Tradução de Sérgio Grossi Porto.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 7. ed. MCMLXXV.

Sem demagogia. **O Globo**. Rio de Janeiro, 32 maio 2007. Nossa Opinião.

TRABALHADOR BRASILEIRO. **Diário da Manhã**, Goiânia, 21 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2006.

Transparência total. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º fev. 2008. Editoriais.

VOTRE, Sebastião Josué. **Introdução às estruturas do português: abordagem transformacional**. Porto Alegre: EMMA, 1976.

\_\_\_\_\_. Para uma análise semântica do português. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, PUCRS, n. 26, p.41-56, dezembro 1976.



\_\_\_\_\_. Lingüística aplicada e performance na língua materna. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, PUCRS, n.22, p. 63-70, dezembro 1975.

VOTRE, Sebastião Josué e NARO, Anthony Julius. Mecanismos funcionais do uso da língua. **D.E.L.T.A**, São Paulo, PUC-SP, vol. 5, n.2, p. 169-184, agosto 1989.

Veias abertas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 29 maio 2007. Nossa Opinião, p.6.

Zonas de sombra. **O Globo**. Rio de Janeiro, 03 jun. 2007. Nossa Opinião, p.6.

**ANEXOS**

4 — DOMINGO, 20 de maio de 2007

## OPINIÃO

## CORREIO DO POVO

FUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1895

## A farra municipal pede retorno

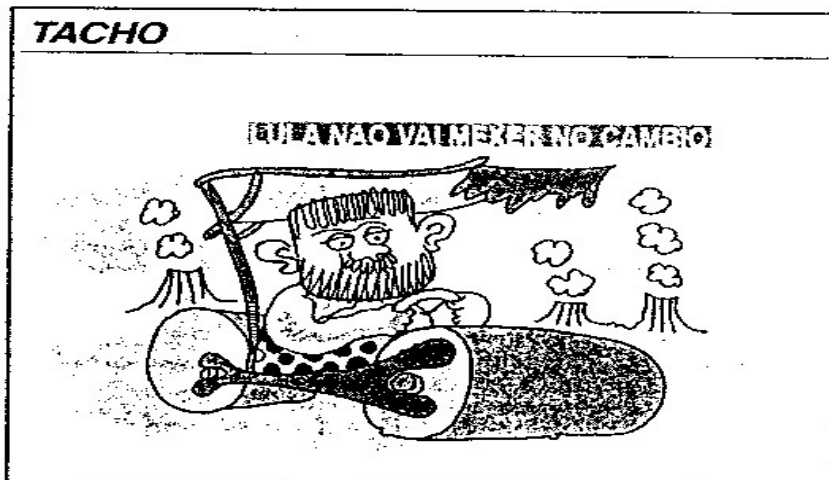
A situação de malversação de recursos verificada em muitos municípios brasileiros, com nepotismo, servidores fantasmas e gastos duvidosos, faz parte de um quadro caótico e condenável no qual o princípio da moralidade, que deve ser observado pelo poder público em todas as esferas, é o grande ausente.

A redução do número de vereadores na atual legislatura, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral e ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, longe de representar uma economia para os cofres públicos, acabou por desaguar em gastos ainda maiores por conta de muitas câmaras municipais, com honrosas exceções. Como o orçamento das câmaras se manteve o mesmo, em muitas delas, menos vereadores puderam gastar mais e, certamente, nem sentiram saudades dos colegas que não assumiram. A medida, de fundo saneadora, que visava preservar o Erário, acabou sendo fonte de novos abusos, uma vez que não se estipulou um limite máximo de gastos por vereador, que poderia ficar na média do que gastariam se estivessem com o número de vagas anteriormente existente.

Agora, essa situação pode se agravar mais ainda. À socapa, tramita na Câmara dos Deputados uma emenda constitucional para aumentar em cerca de 5 mil o número de vereadores no país. A emenda conta com o patrocínio do presidente da Casa, Arlindo Chinaglia, que pediu à entidade dos vereadores discrição enquanto articula a aprovação. É um novo trem municipal da alegria, pedindo passagem para atropelar os cofres públicos dos municípios e o bolso do combalido contribuinte. Enquanto isso, o interesse público segue vilipendiado.

O poder público vive hoje uma situação de penúria para atender às demandas da população. O recente aumento dos parlamentares federais já irá retirar de setores essenciais recursos nos três níveis, municipal, estadual e federal. Imagine-se os municípios com mais 5 mil vereadores a disputar com investimentos em áreas básicas. A conta bancária de Suas Excelências estará com perfeita saúde e a população mais desassistida.

## TACHO



4 — QUINTA-FEIRA, 24 de maio de 2007

# CORREIO DO POVO

FUNDADO EM 1<sup>o</sup> DE OUTUBRO DE 1895

## Corrupção e democracia

A Nação, mais uma vez estarelecida, acompanha o noticiário sobre o andamento da Operação Navalha, desfechada pela Polícia Federal, que trouxe à tona um novo escândalo de corrupção atingindo a vida pública brasileira. O envolvimento de ex-ocupantes e ocupantes de altos cargos executivos e de parlamentares em relações promíscuas com empresários sem escrúpulos que proporcionam assalto conjunto aos cofres públicos por meio de fraudes em licitações para construções de obras de infra-estrutura não é uma novidade e deu causa, em passado recente, a escândalos semelhantes. Figuras de destaque, denunciadas e indiciadas pela Polícia Federal, respondem a processos que, embora a lentidão da Justiça, poderão condená-las pelos atos ilícitos que praticaram no exercício de funções públicas nas esferas executiva, legislativa e até mesmo judiciária.

O que não é possível aceitar, diante de fatos tão graves que escancararam a extensão da corrupção em nosso país, é que prospere a desilusão com o regime democrático, simplesmente pelo fato de a atual composição do Congresso não estar correspondendo à expectativa do eleitorado, o que é verdade incontestável. A Operação Navalha aponta a participação no esquema de corrupção agora desmontado de nove partidos com parlamentares sob suspeição, o que não deve abrir caminho para a apressada generalização, pois há muita gente séria na Câmara e no Senado. Não faz sentido, por exemplo, que, pelo fato de um ministro ter perdido o cargo em razão da investigação da Polícia Federal, todos os demais integrantes do primeiro escalão do governo passem a ser olhados como suspeitos de conduta irregular no exercício de suas funções.

Retirar da vida pública os que no exercício de funções importantes apresentam conduta indigna é papel não apenas da Justiça, no julgamento de processos decorrentes de investigações policiais, como a que realiza no momento a Polícia Federal, como da própria sociedade, quando chamada para escolher seus representantes nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado, em criterioso selecionamento do candidato escolhido.

### TACHO



# DIÁRIO CATARINENSE

Florianópolis, 09 de janeiro de 2007. Edição nº 7577

## Editorial

### **Macabra rotina**

Por mais que as autoridades emitam alertas, por mais que a imprensa e organizações civis peçam prudência e paciência, por mais que se veja em jornais e nas tevês cenas horrendas de acidentes, ainda assim a insanidade no trânsito segue como se ela não decorresse das ações do próprio ser humano. Travestida de fatalidade, esta violência vai ceifando a vida de milhares de pessoas, e dos jovens, principalmente, num ritmo que suplanta o da maioria dos conflitos bélicos em curso mundo afora. No final de semana que passou, 14 pessoas perderam a vida nas estradas federais e estaduais de Santa Catarina. Carros-bomba em Bagdá nem sempre conseguem resultado semelhante. Como reportagem deste jornal já enfatizou, o número de mortes em nossas estradas não fica aquém do registrado no conflagrado Iraque. Desde dezembro de 2003, lá morreram 3 mil soldados americanos. Em Santa Catarina, só em 2006, 894 pessoas vieram a óbito nas rodovias, número que não leva em conta os que morreram mais tarde nos hospitais. No Brasil, são 50 mil os mortos anuais. Se essas estatísticas não são suficientes para mostrar que vamos muito mal, o que mais se pode dizer?

Medidas drásticas se impõem, entre elas a fiscalização implacável e a devida punição aos transgressores, primeiro pela via da multa, expediente que, embora permeável à corrupção, costuma refrear a ousadia de parte dos imprudentes. Depois, e principalmente, pela adoção de penas mais severas aos recalcitrantes mais perigosos, incluindo aí a privação de liberdade. Quantos motoristas brasileiros que mataram pela imprudência ou abuso de álcool não uma, mas muitas pessoas, estão cumprindo pena? Na verdade, se perderam a carteira de habilitação é muito. Infelizmente, reina no país uma cultura que inverte valores. Um jovem motorista alcoolizado que tenha matado alguém pode até ser visto, no dia do crime, como um homicida, mas, transcorridas poucas semanas, e tendo a população esquecido das vítimas, logo irrompem manifestações que visam atenuar o feito, como se o cumprimento de uma pena em regime fechado fosse uma injustiça a alguém tão jovem, com tanta vida pela frente e que, afinal de contas, cometeu "apenas" um ato ditado pela imaturidade. Eis o caldo de cultura para a impunidade, característica brasileira não só nesta seara mas em praticamente todos os setores da vida nacional.

Educação para o trânsito, desde os primeiros anos de escola, e maior rigor na concessão de carteiras de habilitação são ações inadiáveis. Por óbvio, nossas estradas estão a necessitar de recursos para sua recuperação e modernização. Muitas delas não são mais do que uma impressionante seqüência de armadilhas letais, da qual só se livram os condutores realmente conscientes, responsáveis e, por que não dizer?, habilidosos. Entretanto, a vida não pode esperar. Precisamos de ações para ontem, talvez a principal delas o aparelhamento das polícias rodoviárias e o reconhecimento do valor de seus profissionais, pela boa remuneração. Sem isso, as rodovias continuarão sendo palco para o exibicionismo e a inconseqüência dos celerados.

# DIÁRIO CATARINENSE

Florianópolis, 11 de janeiro de 2007. Edição nº 7579

Editorial

## **Mercosul ideológico**

Em vigor desde 1º de janeiro de 1995, o Mercosul não vem conseguindo alcançar seus objetivos de converter-se, de fato e plenamente, em uma união aduaneira. A rigor, está cada vez mais longe de alcançar suas metas de vir a ser um mercado comum, inobstante as retóricas oficiais e os aparentes esforços por seu robustecimento pela via da inclusão de novos membros. Em seus primeiros anos de existência, o bloco logrou exponenciar o intercâmbio comercial entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mas sucessivos golpes contra a estrutura e os ideais da entidade, na maioria das vezes desferidos pelo governo de Buenos Aires, com a impressionante passividade brasileira nos últimos quatro anos, acabaram por conduzir a uma situação difícil. No próximo dia 18, no Rio de Janeiro, no encontro dos presidentes dos cinco países membros plenos, o Brasil passará a presidência da instituição ao Paraguai, depois de tê-la exercido timidamente no segundo semestre de 2006, e o ambiente para tal reunião não deverá ser dos mais amigáveis. Isto porque os mecanismos de resolução de divergências do Mercosul estão sendo ignorados, e os contenciosos estão chegando à mesa da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Definitivamente, parece que, no campo político, faz-se um esforço monumental para comprometer o bloco, embora o setor privado brasileiro venha demonstrando dinamismo e determinação, ampliando os negócios mesmo em ambiente adverso. Esta semana, a Argentina acionou a OMC contestando uma medida antidumping adotada pelo Brasil nas importações de resina para garrafas pet, usadas para refrigerantes, águas minerais e óleos comestíveis. Isto sem sequer se dar ao trabalho de avisar antecipadamente Brasília, um procedimento no mínimo desrespeitoso, talvez mesmo afrontoso. Se ao presidente argentino Néstor Kirchner pode-se imputar larga dose de culpa, em razão de sua política populista que, em vez de centrar-se na modernização do parque industrial local, prefere adotar medidas protecionistas, não é possível isentar de responsabilidade o presidente brasileiro pelo atual estado de coisas.

Há quatro anos a Argentina não faz outra coisa que ameaçar a indústria brasileira com barreiras tarifárias e cotas de exportação, e Brasília vem em todas as ocasiões cedendo quase que irresponsavelmente. Tudo por pautar-se por critérios ideológicos, desprezando a visão econômica do processo. A extemporânea adesão da Venezuela como membro pleno, no ano passado, coroou a série de equívocos. Não foi a Venezuela que se empenhou em se adequar ao Mercosul - o que exigiria alguns anos -, mas o Mercosul que flexibilizou suas normas para aceitá-la. Um erro que ganha dimensões ainda maiores por estar aquele país sendo dirigido pelo presidente Hugo Chávez, cujas ações caminham em sentido contrário ao do resto do mundo que se desenvolve. Nacionalização de empresas, suspensão de veículos de comunicação, ingerência em campanhas políticas de países vizinhos e todo um rol de absurdos configuram seu proceder. É preciso pois que os países membros reavaliem o Mercosul, recoloquem-no na senda que levará à plena integração e eliminem o viés ideológico que hoje o contamina.

O tema é importantíssimo para Santa Catarina, tanto por ser o Mercosul um dos destinos preferenciais das exportações catarinenses, como pelo fato de a Argentina centrar suas ações protecionistas justamente sobre artigos que o Estado comercializa, como refrigeradores, congeladores, têxteis, calçados, carnes e motores.

# DIÁRIO CATARINENSE

Florianópolis, 14 de janeiro de 2007. Edição nº 7582

Editorial

## **Anorexia nacional**

Os brasileiros foram convocados a revogar com urgência um recorde assustador. Somos os maiores consumidores mundiais de anfetaminas, uma substância utilizada na composição de boa parte dos remédios para emagrecer. Não se trata de estimativas ou de palpites, sempre presentes em questões como essa. É uma triste marca atestada por levantamento da respeitada Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, instituição que presta serviços à ONU. Aparentemente, este seria um assunto restrito ao público que se apresentaria como potencial usuário desses medicamentos. É um engano. O consumo dos chamados anorexígenos transformou-se num drama compartilhado por famílias, amigos e colegas de escola e trabalho de vítimas do uso descontrolado de medicamentos, muitas vezes pela indução ao culto da estética da magreza. São, na sua grande maioria, mulheres e adolescentes que muitas vezes sucumbem ao efeito extremo do estímulo a dietas cruéis e são vitimadas pela anorexia. Mesmo que a medicação não seja a única explicação para as doenças associadas à tentação compulsiva da perda radical de peso, sabe-se que os remédios são presença freqüente nessas situações.

O fato positivo é que, depois de tantas advertências inconseqüentes a respeito da utilização das substâncias, a Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, acionou o sinal de alerta, disposta a envolver toda a sociedade no debate. Partiu da Anvisa, órgão encarregado de fiscalizar tudo o que se refere a questões de saúde no país, a convocação para que esse quadro seja revertido a partir de um maior controle das drogas emagrecedoras.

O elogiável é que, ao invés de restringir o debate a especialistas, a instituição deflagrou uma consulta pública, através de seu site na Internet, convocando não só os profissionais da área, mas todos os que desejam participar da busca de soluções. A prioridade é revisar as atuais normas legais de prescrição de anorexígenos e desestimular seu uso. Combate-se um dos fatores desencadeadores da massificação dos medicamentos, que é a relativa facilidade de acesso aos receituários.

A isso juntam-se outros aspectos, entre os quais o condenável estímulo ao emagrecimento radical como forma de enquadramento em padrões irreais de beleza. Como a análise aprofundada desse e de outros tantos fatores não cabe somente à Anvisa, a sociedade também é convocada a complementar o bom exemplo da agência.

A iniciativa da consulta pública, elogiável sob todos os aspectos, será ainda mais exitosa se houver o enfrentamento das questões socioculturais envolvidas numa situação que atormenta milhares de jovens e famílias pelo país inteiro.

# GAZETA DO POVO

TERÇA-FEIRA, 9 de janeiro de 2007

## OPINIÃO

### EDITORIAL

## Mais trabalho

A entrega da Plataforma de Rebombeio Autônoma – PRA 1 – à Petrobrás, no fim do ano passado, foi motivo de festa em Pontal do Paraná, principalmente entre os trabalhadores. Não poderia ser diferente. Além da sensação do dever cumprido, e de estar contribuindo para o crescimento do país, a conclusão da estrutura significou um bom período de oferta de trabalho no litoral paranaense.

Como se sabe, atualmente a produção petrolífera da Bacia de Campos (RJ) é escoada a partir de cada uma das plataformas do complexo da Petrobrás. A PRA 1 irá concentrar essa etapa de trabalho, facilitando a operação do sistema. A Bacia de Campos responde hoje por 80% da produção nacional, aproximadamente de 1,5 milhão de barris ao dia, além de 23 milhões de metros cúbicos diários de gás.

Agora, a parte mais amarga e angustiante da história da PRA 1. Sua construção levou dois anos, mobilizando mão-de-obra que chegou a 1,2 mil trabalhadores no estaleiro da Techint no pico dos trabalhos. Só para um comparativo: a população de Pontal é estimada em 18 mil habitantes.

Como o município e o litoral poderiam absorver parte dessa massa de trabalhadores dispensada e a ser dispensada? A Superintendência da Administração dos Portos de Paraná e Antonina (Appa) estaria estudando a possibilidade de adiantar o projeto do Porto do Mercosul. O terminal, segundo o governo, seria instalado na localidade de Ponta do Poço, em Pontal. Por mais que parte da mão-de-obra, a mais especializada, venha a ser reaproveitada pelo estaleiro em projetos desenvolvidos em outros estados, a dispensa pura e simples da maioria dos trabalhadores será inevitável. Afinal, ao concluir a gigantesca encomenda da Petrobrás, a empresa não contava com um nova obra contratada.

A esperança são novos pedidos por parte da estatal, sem descartar a implantação do Porto do Mercosul. Pelas declarações do superintendente da Appa, Eduardo Requião, à Gazeta do Povo, o projeto do novo terminal será debatido em reunião marcada para a cidade argentina de Córdoba, entre março e abril. E, pelos estudos preliminares, a Ponta do Poço operaria como um porto-alimentador, ou seja, atenderia navios de menor calado dos países do Mercosul. Com isso, seria contornada também a precária situação de infra-estrutura rodoviária e ferroviária do município de Pontal e do próprio estado.

Pelo que garante a Secretaria da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, no ano passado o bloco chegou à terceira colocação entre os principais compradores de produtos paranaenses. Até novembro, as vendas para a Argentina, Paraguai, Venezuela e Uruguai somaram US\$ 1,130 bilhão – um aumento de 33% em relação ao mesmo período de 2005. Graças a isso, a participação do Mercosul nas exportações do estado ultrapassou 12%.

Há condições, portanto, de o estado superar o impacto causado pela falta de encomendas ao estaleiro de Pontal, podendo, inclusive, livrar o município da sina de períodos sazonais de crescimento. Mas, para concretizar os projetos anunciados, é preciso eliminar uma série de gargalos. A começar pela conturbada experiência da dragagem do Canal da Galheta, que dá acesso ao Porto de Paranaguá.



## OPINIÃO

## EDITORIAL

**Radicalização**

Ao tomar posse ontem para um novo mandato, o presidente reeleito da Venezuela, Hugo Chávez, confirmou a proclamação de que o país vai marchar para um “socialismo do século 21”, envolvendo mudanças substanciais nas áreas política, econômica e social. A radicalização do discurso chavista – que na segunda-feira anunciara que vai retomar a propriedade de empresas de eletricidade, telefonia e comunicações – causou preocupação generalizada nos mercados, fazendo a bolsa de valores de Caracas despencar 19%.

Além da questão econômica, outras posições do presidente venezuelano repercutiram negativamente mundo afora, sobretudo a declaração de que poderia enviar tropas para apoiar o combalido governo de Evo Morales na Bolívia e seu patrocínio do presidente sandinista Daniel Ortega, que também tomou posse ontem como dirigente eleito da Nicarágua, na América Central. Com essas duas nações, mais outros governos aliados, Chávez pretende formar um arco “bolivariano” na região, minando os esforços de líderes democráticos por um desenvolvimento de feição ocidentalizada.

Fortalecido pelo crescimento das receitas com a produção e venda externa de petróleo, o ex-militar Hugo Chávez goza de inegável popularidade em seu país. Seus programas de assistência para segmentos mais pobres da sociedade venezuelana foram mais longe do que iniciativas similares aplicadas no Brasil e outras nações. Com isso, em fins do ano passado Chávez foi reeleito com 63% dos votos, tem à mão uma Constituição moldada ao seu feitio e ainda controla a totalidade de um Congresso, donde as correntes oposicionistas se ausentaram em pleito anterior, após tentativa de golpe para remover o líder esquerdista pela força.

Os analistas avaliam que a “revolução bolivariana” do antigo tenente-coronel – que também havia tentado golpear o governo legítimo anterior do presidente Carlos Perez (1992) – foi facilitada pelo fracasso da elite tradicional. Esta, em vez de promover o desenvolvimento, limitou-se a usufruir das verbas do petróleo após o choque de oferta que em 1973 triplicou os preços do combustível. Quando as cotações do óleo se desvalorizaram, a fermentação social abriu caminho para a onda chavista na virada do século.

O ciclo que ensejou a elevação de Chávez confirma a “maldição do recurso natural” de que cogitam os economistas. Mas ao radicalizar sua linha de atuação política, tentando reviver um socialismo à moda antiga – numa era onde as convergências tecnológica, econômica e política criaram o “mundo plano” descrito por Thomas Friedman – Chávez comete um retrocesso que acabará prejudicando principalmente a população do seu país.

O problema é que a retórica populista e antiamericana do dirigente venezuelano – mesmo contando com admiradores esparsos na região, inclusive no Paraná – afeta toda a América Latina, anulando o laborioso esforço de modernização empreendido por líderes democráticos, desde o Chile de feição mais liberal até o Brasil da esquerda pragmática do presidente Lula.

**OPINIÃO****EDITORIAL****Os extremos**

São 4 milhões de pequenas propriedades que empregam 80% da mão-de-obra do campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira. Contribuem ainda com 10% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário.

É a chamada agricultura familiar, aquela que possibilita o sustento de um grande contingente de brasileiros em áreas de até 100 hectares. Nas regiões onde o solo é bem aproveitado, como no caso do Paraná, o espaço cai para 30 hectares, o suficiente para o plantio de feijão, batata, fumo, frutas e até girassol e mamona, estas duas últimas culturas em alta por causa do mundo exterior, em desesperada busca de fontes alternativas de energia. A família da pequena propriedade normalmente mantém algumas cabeças de gado, para ter leite em casa e vender o excedente a laticínios, quitando assim despesas que a comercialização dos frutos da terra não consegue cobrir.

A renovada aposta dos governos na agricultura familiar é um caminho obrigatório. Mas, como ressaltam os técnicos, os anúncios de investimentos e medidas de apoio, como o recém-lançado Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), têm levado a poucas mudanças de estrutura. E lá continuam problemas como o do escoamento da produção, que obriga a venda dos produtos abaixo do preço, mal cobrindo os custos. E, mais grave ainda, perduram questões como a posse e a utilização da terra.

Pretende-se agora com o PGPAF assegurar aos pequenos agricultores como a assentados a venda de seus produtos a preço que não seja inferior ao do custo do investimento. Toda vez que ocorrer defasagem na hora da comercialização, ou seja, quando os preços ditados pelo mercado ficarem abaixo dos custos de produção, as perdas serão compensadas com a concessão de um bônus, cujo valor não poderá passar de R\$ 3.500. Será definido um preço de garantia – ou preço de referência – para cada uma das culturas por meio de pesquisas nas diferentes regiões do país. Depois, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizará levantamento para definir o preço de comercialização. Isso deverá ocorrer já no próximo mês de março, dependendo, é claro, de autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Associado a outros instrumentos de comercialização, insiste o governo, a meta é contribuir para a estabilidade da renda dos agricultores familiares e também para estimular a diversificação da produção agropecuária.

Restarão ainda, no entanto, os 214 milhões de hectares – quase metade da área agricultável do Brasil – que se encontram divididos entre apenas 112 mil propriedades. Segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mais da metade das grandes propriedades rurais do país – 51% – é considerada improdutiva. Ou por outra, 58 mil latifúndios retêm aproximadamente 133 milhões de hectares do solo brasileiro. As regiões recordistas são o Centro-Oeste (30% das grandes propriedades), Norte (21,6%) e Nordeste (20,9%).

Esse é um velho desafio, tão antigo quanto as benesses das sesmarias, que continuam em cena, ou por trás da cena, de uma forma ou de outra.

O GLOBO  
 Rua do Diário da Noite, 100 - Centro - Rio de Janeiro, RJ  
 Telefone: (21) 250-2000  
 Fax: (21) 250-2001  
 E-mail: oglobo@oglobo.com.br  
 Site: www.oglobo.com.br

## Veias abertas

**U**m dilema, ainda que realista, sobre a maneira como é exercido o poder político em um país populoso como o Brasil, é o dilema de como a corrupção pode ser evitada.

O Executivo tem desenvolvido um plano de combate à corrupção que entrega milhares de cargos em comissão a pessoas indicadas por interesses políticos. Este é um ponto que tem de ser obrigatoriamente retomado em qualquer país que se leve a sério. Há uma carreira de administradores públicos, pessoas que, por isso mesmo, são muito vulneráveis às pressões circunstanciais. Mas o que se vê, no Brasil, é a luta por brigas pelos cargos que controlam verdadeiras fortunas. Com que finalidade?

### A lentidão da justiça é o oxigênio de que vive a corrupção

O Executivo também está no jogo das manobras através do mecanismo do comitê de investigação: como o Congresso é passivo, o governo pode abrir e fechar torneiros de concessões. Pode exercer pressão na hora de garantir maioria para os seus projetos. Mas os maiores conflitos acontecem por causa da lentidão da justiça.

O Executivo também está no jogo das manobras através do mecanismo do comitê de investigação: como o Congresso é passivo, o governo pode abrir e fechar torneiros de concessões. Pode exercer pressão na hora de garantir maioria para os seus projetos. Mas os maiores conflitos acontecem por causa da lentidão da justiça.

## Fechando o cerco

**C**om o fim do cerco de repressão do RCTV, a mesa de negociações da Venezuela, o governo Hugo Chávez tem a oportunidade de mostrar que não é apenas um líder que sabe dividir e não é apenas um líder que sabe dividir e não é apenas um líder que sabe dividir...

Imagens do boicote, o uso de autoritarismo de Chávez conspira contra a própria base de sua política autoritária...

# CARTAS DOS LEITORES

## A defesa de Renan

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## Lá e cá

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## Plano Bresser

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## AMARILHO DE CASTRO EXERCIDO

O ministro Renan Calheiros escapou a todos os ataques por não ter sido acusado de corrupção...

## LEI DE LICITAÇÃO

O ministro de Agricultura, Inocente de Oliveira, não conseguiu evitar a acusação de corrupção...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...



## Natalidade

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...

## PLANO BRESSER

O plano Bresser, apresentado pelo ministro da Fazenda, não é apenas um plano de ajuste...





A2 opinião TERÇA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 2007

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A  
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elísios, CEP 01202-900, São Paulo, SP

**Presidente:** LUÍS FRIAS

**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO

**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

**Editora-executiva:** ELEONORA DE LUCENA

**Conselho Editorial:** ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

**Diretoria-executiva:** PAULO MARCELIO AMARAL (financeiro), ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia) e MURILO BUSSAB (circulação)

## Editoriais

editoriais@uol.com.br

### Mais uma rodada

**Retomada de negociação sobre comércio na OMC interessa ao Brasil, que carece de ação análoga para favorecer indústria**

**O** UEM ACOMPANHA desde 2001 as notícias em torno da chamada Rodada Doha para a liberalização do comércio global já se acostumou a idas e vindas. O que era dado como morto de repente renasce; o que caminhava para o êxito degringola num choque. Com ceticismo, portanto, deve ser recebido o "relançamento" das tratativas, anunciado no sábado em Davos (Suíça).

O dado novo, que permite acrescentar uma pitada de otimismo, é que parece haver, desta vez, uma convergência entre as ofertas dos principais blocos negociadores em torno do comércio agrícola — o maior entrave ao entendimento. A União Europeia aceita aumentar o corte de seus subsídios para um número mais distante dos 39% antes propostos e mais próximo dos 54% defendidos pelo G20 (grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia).

Por seu turno, o governo dos Estados Unidos está sob pressão para limitar a US\$ 17 bilhões anuais os subsídios concedidos a seus agricultores — a recusa de Washington de aceitar um teto abaixo de US\$ 22 bilhões por ano paralisou a Rodada Doha seis meses atrás. Já o G20 promete melhorar suas ofertas de abertura na área industrial e de serviços a fim de convencer os países ricos a selar o acordo global.

Ocorre que a administração George W. Bush já perdeu parte considerável de sua autonomia para encetar negociações de comércio em nome dos EUA. O Congresso, que deve aprovar ou

rejeitar acordos internacionais, agora é dominado pela oposição ao republicano. A esse obstáculo se associa a iminente extinção da vigência do TPA — o mandato de Bush para negociar pactos de comércio os quais o Legislativo se limita a aprovar ou rejeitar em bloco, sem poder emendá-los.

O TPA, sem o qual não há segurança em negociar políticas de comércio com o governo americano, expira em julho. A Casa Branca está disposta a solicitar a renovação do mandato especial, mas o preço a ser cobrado pela maioria democrata pode muito bem incluir itens — como a exigência de cláusulas trabalhistas e ambientais nos acordos — que afastem os principais atores de Doha da mesa de negociações.

Não há dúvidas de que o Brasil, uma potência global no agronegócio, deve insistir na rodada de liberalização no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Essa instância é a única que poderá permitir uma baixa substancial nas barreiras erguidas pelos países ricos ao livre intercâmbio de bens agropecuários.

Falta, porém, um foco parecido no que concerne ao setor industrial brasileiro. Bens manufaturados produzidos no Brasil, demonstra-o o "boom" exportador recente, encontram seu melhor mercado no continente americano. Paradoxalmente, a região que seria abrangida pela Alca não é alvo de uma ação integrada da política comercial brasileira.

Teria, decerto, poucas chances de êxito uma tentativa de relançar um projeto ambicioso como a Alca. Mais realista seria o Brasil negociar acordos bilaterais de livre comércio com os principais atores regionais. Os EUA, que compraram mais de 40% de tudo o que o Brasil exportou para as Américas desde 2003, não poderiam ficar de fora desse plano.

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.  
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elísios, CEP 01202-900, São Paulo, SP

**Presidente:** LUÍS FRIAS

**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO

**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

**Editora-executiva:** ELEONORA DE LUCENA

**Conselho Editorial:** ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LETTE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CEISO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

**Diretoria-executiva:** PAULO NARCÉLIO AMARAL (financeiro), ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia) e MURILO BUSSAB (circulação)

## Editoriais

editoriais@uol.com.br

### Transparência total

**Está correta a intenção do governo Lula de retirar da Previdência os gastos com assistência social e demais subsídios estatais**

**H**Á MUITO tempo faz-se necessária uma reforma contábil na seguridade social brasileira. Sob o guarda-chuva do Regime Geral da Previdência (INSS) reúnem-se despesas de natureza diversa, o que ajuda a confundir o debate sobre políticas públicas.

Merece apoio, portanto, a idéia que circula no governo federal de separar gastos tipicamente previdenciários — aqueles que são a contrapartida de anos de contribuição ao INSS — dos dispêndios de natureza assistencial. Esse último grupo de despesas, bem como os subsídios e as renúncias fiscais hoje concedidos pelo Estado sob a rubrica Previdência, seriam lançados na conta do Tesouro Nacional.

A mudança, evidentemente, não vai afetar a necessidade de financiamento do governo federal como um todo. Os R\$ 42 bilhões (2% do PIB) que faltaram em 2006 para o INSS arcar com as suas obrigações foram custeados por tributos arrecadados pela Receita e por dívida nova assumida pelo Tesouro. Tudo teria ocorrido exatamente do mesmo modo se a contabilidade proposta estivesse em vigor — com maior nível de transparência.

Denominar os gastos públicos pelo que eles de fato são, no entanto, faz muita diferença no momento de discutir a política previdenciária, de um lado, e a

social, do outro. Por exemplo, o regime de aposentadorias chamado de urbano (14,3 milhões de beneficiários), em que é muito alta a correlação entre benefícios atuais e contribuições no passado, obteve déficit de R\$ 13,5 bilhões em 2006 — uma ligeira queda, em proporção do PIB, em relação ao resultado de 2005.

Já o sistema rural (7,3 milhões de beneficiários), cujas características o aproximam de um programa assistencial de renda mínima, apresentou resultado negativo de R\$ 28,6 bilhões no ano passado — o crescimento real do déficit superou 15% sobre o ano anterior. Se a evolução dos dois regimes (o urbano e o rural) vem contribuindo para a progressiva asfixia das contas públicas, cada um o faz à sua maneira e exige correções particulares.

O problema da aposentadoria urbana é tipicamente previdenciário e deve ser tratado com medidas de longo prazo. O aumento da idade na qual o segurado passa a receber a pensão é o objetivo que todos os países vêm perseguindo em suas reformas na Previdência. Já o galope da despesa com benefícios rurais requer ações de prazo mais curto.

A primeira dessas atitudes seria tratá-la como política social, financiada não por taxas previdenciárias mas pelo conjunto dos contribuintes. Esse passo ensinaria, necessariamente, uma discussão mais profunda. Se a natureza da aposentadoria rural é a mesma do Bolsa Família, não faz sentido manter o vínculo do primeiro benefício com o salário mínimo. Ambos os programas teriam de disputar a mesma e limitada fatia do Orçamento.

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A  
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elíseos, CEP 01202-900, São Paulo, SP

**Presidente:** LUÍS FRIAS

**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO

**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

**Editora-executiva:** ELEONORA DE LUCENA

**Conselho Editorial:** ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)


**Diretoria-executiva:** PAULO NARCELIO AMARAL (financeiro), ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia) e MURILO BUSSAR (circulação)

## Editoriais

editoriais@uol.com.br

### Pouca energia

**PAC mantém incerteza no setor elétrico por contar com projetos duvidosos e é tímido no campo das fontes alternativas**

 O PROGRAMA DE Aceleração do Crescimento (PAC) disseminou muitas dúvidas e algumas respostas sobre o setor de energia elétrica, fundamental para o desenvolvimento econômico. Se não chegou a causar decepção profunda, tampouco emitiu sinal claro de que esse insumo decisivo estará garantido na medida necessária para que as intenções se realizem.

Dos R\$ 503,9 bilhões de investimentos previstos no plano, entre 2007 e 2010, R\$ 78,4 bilhões se destinariam à área de energia elétrica. Desse subtotal, R\$ 65,9 bilhões iriam para geração e R\$ 12,5 bilhões para transmissão. A meta é acrescentar 12.386 MW (megawatts) aos 100 mil MW atuais e 13.826 km de linhas aos 194 mil km da malha existente.

O pacote concentra as medidas na desoneração tributária de obras e equipamentos e na facilitação do financiamento, de modo a aumentar a rentabilidade de novos projetos. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia (MME), prevê redução de 10% a 18% no custo de geração de novas usinas. Subsiste algum ceticismo, porém, quanto a tais providências serem suficientes para atrair dinheiro privado em ritmo e montante adequados para cumprir metas de expansão.

Para crescer a taxas próximas de 5%, o país precisará aumentar em pelo menos 5,1% ao ano a oferta de eletricidade, segundo projeções da EPE. Seu Plano De-

cenal 2006-2015, anterior ao PAC, projetava taxas de crescimento do PIB na faixa de 4% a 4,5%, até 2011, no cenário mais otimista. Diante dos objetivos do PAC, a EPE estima uma demanda adicional de 1.000 MW.

Há mais incertezas, no entanto. A construção da usina nuclear Angra 3, incluída no Plano Decenal, ficou fora do anúncio do PAC. Consta, por outro lado, de um anexo do PAC noticiado ontem por esta **Folha**, com operação prevista para agosto de 2013. Por ser uma forma de geração controversa, o governo fica devendo uma definição mais clara de suas intenções a respeito.

Permanecem dúvidas também sobre a entrada em operação, nas datas fixadas, de várias usinas hidrelétricas relacionadas no PAC. O exemplo mais citado é Belo Monte, com potência de 5.681 MW em sua primeira fase. O programa conta com seu licenciamento ambiental prévio em dezembro de 2008, mas esse desfecho é imprevisível, diante das sucessivas barreiras judiciais que o empreendimento enfrenta desde 2001.

Por fim, o pacote de Lula peca pela ausência de um programa vigoroso para incentivar formas alternativas de geração, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e de aproveitamento de biomassa. O MME prevê meia centena de PCHs, outro tanto de eólicas e apenas oito projetos de co-geração a biomassa, metas que podem ser consideradas tímidas. No detalhamento do período 2007-2010 constante do anexo já citado, contudo, aparecem somente seis PCHs e não há menção a eólicas nem a biomassa.

É pouco para um plano que pretendia engrenar a economia brasileira no ritmo do século 21.



Conselho de Administração:  
Presidente  
Roberto C. Mesquita  
Membros  
Fernando Lara Mesquita  
Julio Mesquita Neto  
Mário Cechin V. C. Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita



#### Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)  
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
José Vieira de Carvalho Mesquita  
(1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1959-1996)  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
(1959-1997)  
Américo de Campos (1875-1884)  
Nestor Rangel Prestina (1927-1933)  
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900  
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

## NOTAS & INFORMAÇÕES

# O novo espetáculo do crescimento

**D**iscurso e fogueirão não faltaram na apresentação, ontem, do pacote econômico prometido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como 1º ato do novo "espetáculo do crescimento". Aberto o embrulho, no entanto, confirmou-se a previsão de um conteúdo medíocre, mal disfarçado pela mistura de investimentos do governo, de estatais e do setor privado - alguns prometidos, outros programados e alguns não mais que desejados. A decisão de inflar o pacote, para torná-lo mais vistoso e mais volumoso - papel aceita tudo -, já bastaria para deixar desconfiados até os otimistas. Mas o conjunto é ainda mais preocupante, porque traz marcas de velhas experiências custosas e malsucedidas.

No domingo, véspera do lançamento, o ex-ministro e deputado eleito Ciro Gomes anunciou à imprensa um programa de R\$ 500 bilhões, formado por investimentos do Tesouro, de estatais e de empresas privadas. Ele saía de uma reunião com o presidente e vários ministros no Palácio da Alvorada. Desse total, mais de R\$ 300 bilhões sairão do governo e de estatais e serão destinados principal-

mente ao setor energético. Excluídos os investimentos da Petrobrás - 40% desse total -, ninguém explica onde o governo irá buscar o resto.

No caso da Petrobrás, a novidade não é o valor, mas a sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Afinal, muito antes a empresa havia divulgado seu plano de longo prazo, com investimentos volumosos no Brasil e no exterior, formulado antes da reeleição do presidente Lula.

No essencial, o pacote não é muito mais que uma complicação de velhos projetos acrescidos de alguns incentivos setoriais e de promessas de investimento. Saneamento, energia e transportes são as áreas definidas como prioritárias para os projetos do governo e das estatais. Estão previstos, além disso, estímulos (desonerações tributárias) para ampliação de capacidade produtiva do setor privado, mas com alcance restrito. Nesse aspecto, o PAC é um prolongamento da política de pequenas facilidades fiscais concedidas de modo mais ou menos arbitrário no primeiro mandato.

Mais uma vez o governo do presidente Lula evitou as questões mais importantes e mais complexas. No primeiro mandato não houve nenhuma grande mudança institucional e estrutural - nada comparável à desindexação da economia, à reordenação das finanças estaduais e à aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, alterações produzidas entre 1994 e 2000.

A reforma tributária, deixada para o governo eleito em 2002, não foi atacada, e o projeto em tramitação no Congresso é muito ruim, segundo especialistas. Mas o ministro da Fazenda limitou-se a anunciar, ontem, a intenção de abrir um debate com os governadores a respeito do assunto. Mantega mencionou, também, a formação de um fórum para discussão da Previdência - mais uma questão crucial jogada para a frente.

O ministro anunciou, além disso, a intenção de manter a meta de superávit fiscal equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto, mas não disse como vai compatibilizar esse objetivo com a elevação do investimento e com a concessão de bondades tributárias.

Não há sinal de contenção do gasto corrente - já inflado pelas bondades salariais com reflexos na folha de pessoal e na Previdência. "É tempo", disse o presidente Lula, "de acumularmos matéria-prima de sonho e de utopia." A conclamação seria mais sedutora se o governo mostrasse coragem para enfrentar as mudanças mais ambiciosas e mais complexas e revelasse, ao mesmo tempo, o realismo indispensável a qualquer bom planejamento. Da coragem não há sinal, e não se pode falar em realismo quando as projeções fiscais do ministro da Fazenda têm como pressuposto um crescimento econômico de 4,5% neste ano e de 5% nos três próximos. E se esse crescimento não se confirmar? A utopia do reformador é uma força propulsora da ação, não um substituto da aritmética e do realismo. No caso brasileiro, estão em falta os três ingredientes - a aritmética, o realismo e o reformador.

Em suma, ao que tudo indica estamos diante de mais um "daqueles programas que o governante anuncia, anuncia, anuncia e anuncia e termina o mandato e vocês não vêem", que Lula - citado em editorial de ontem - dizia que não queria que fosse.



EX-LIBRIS  
O ESTADO DE S. PAULO

Conselho de Administração:  
 Presidente  
 Roberto C. Mesquita  
 Membros  
 Fundação Lara Mesquita  
 Francisco Mesquita Neto  
 Julio César Mesquita  
 Maria Cecília V. C. Mesquita  
 Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1975

Julio Mesquita (1891-1927)  
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)  
 Francisco Mesquita (1927-1969)  
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
 José Vieira de Carvalho Mesquita  
 (1959-1968)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)  
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
 (1959-1997)  
 Américo de Campos (1875-1894)  
 Nestor Rangel Pestana (1927-1933)  
 Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
 Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02596-900  
 São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
 Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

## NOTAS & INFORMAÇÕES

# Na política externa, outro descompasso

O editorial de ontem deste jornal, *O descompasso entre o discurso e a carpintaria*, tratou principalmente do contraste entre a ênfase com que o presidente Lula defendeu reiteradamente a integridade dos princípios da ortodoxia macroeconômica, no discurso de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a extrema vulnerabilidade a que o PAC, em razão da sua própria estrutura, expõe a política de responsabilidade fiscal até agora seguida pelo seu governo. Nele, diga o que disser o presidente, o equilíbrio fiscal ficou completamente desprotegido do possível, pelo governo, para não falar das alas do PT e da base parlamentarista que jamais esconderam a sua oposição ao que chamam pejorativamente paleocismo. Decerto eles tenderão a ver no programa a tão esperada oportunidade para "entrar na Rua Augusta a 120 quilômetros por hora" - embora Lula tenha recorrido a essa metáfora apenas para ressaltar a sua profissão de fé na manutenção dos "limites ideais de segurança".

Mas esse não é o único descompasso entre

as suas palavras e os fatos. Já destacamos que o presidente fez mais, em seu discurso, do que reafirmar compromissos com os fundamentos de uma política econômica responsável. Ele aproveitou o momento verdadeiramente inaugural do segundo mandato para refutar, sem ambigüidade alguma, a asneira de que "liberdade sem comida, não é verdade, é mentira", como recitava, no começo dos anos 1960, a esquerda alopradada brasileira. Hoje isso é a bandeira que Hugo Chávez, para tentar encobrir o seu projeto ditatorial, colocou nas mãos dos seus seguidores nessa desafortunada região do mundo, não menos alopradados que os radicais brasileiros que os precederam. "Pouco me interessaria um aumento expressivo do PIB se isso implicasse, o mínimo que fosse, redução das liberdades democráticas", disparou Lula, numa das mais contundentes e citadas passagens de sua fala.

Como se diz no boxe, foi um direto na ponta do queixo do caudilho venezuelano, que a partir de agora sabe perfeitamente em que lugar do espectro ideológico - e com que firmeza -

se situa, o presidente brasileiro que vinha lhe permitindo que dele fizesse troça ou mesmo que o repreendesse em público. A mensagem deve ter ecoado também na Bolívia de Evo Morales, a quem Lula permitiu liberdades ainda piores, como a ocupação militar de instalações de Petrobrás, a pretexto de que os fracosses da Petrobrás, aos fortes não assistem. Provavelmente para dar um puxão de orelhas nos críticos do medíocre crescimento brasileiro que invocam, em contrapartida, os índices estratégicos de expansão da economia chinesa, sob o regime de partido único, ausência de liberdades civis e de direitos sociais comecinhos no Ocidente, a começar pelos trabalhistas, Lula não deixou por menos. "Aqui", sublinhou, "não se cresce sacrificando a democracia, não se fortalece a economia enfraquecendo o social."

Pois bem. Que contraste entre esses enunciados e a prática da política externa brasileira - do trio Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia -, cuja cumplicidade com o autoritarismo alheio, nas relações bilaterais e nos foros multilaterais,

faz crer ao estrangeiro menos familiarizado com este canto do globo que o lulismo é força auxiliar do chavismo. Imagine-se o que aconteceria se as alocações e votos dos representantes diplomáticos nacionais e os textos dos documentos mais importantes da Chancelaria expressassem, com idêntica clareza, os valores doutrinários que o discurso de Lula soube defender tão bem. É fácil imaginar o efeito benéfico que esse ato de coragem - e de coerência - acarretaria não apenas para os projetos pessoais de liderança do chefe de Estado brasileiro no cenário externo, mas para o próprio status do País na ordem internacional, com desdobramentos até mesmo na esfera das relações econômicas e comerciais. Não se pode esquecer que a segurança jurídica e política é critério de primeira grandeza nas decisões dos investidores estrangeiros.

A posição da China como pólo de atração de capitais e no comércio mundial se deve principalmente à "segurança jurídica" que o seu regime proporciona ao capital internacional. E a China é pressionada cada vez mais a jogar pelas regras ocidentais. Já o Brasil somente precisaria mostrar que é o mais democrático dos Brics - o que é pura verdade.



Conselho de Administração:

Roberto C. Mesquita  
Famão Lara Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Julio César Mesquita  
Marta Cecilia V. C. Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1975

Julio Mesquita (1891-1927)  
Julio de Mesquita Filho (1927-1968)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)  
Américo de Campos (1875-1884)  
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)  
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900  
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

# A agonia do Fórum Social Mundial

Criado no início da década por ativistas de esquerda para servir de contraponto ao Fórum Econômico Mundial e propor alternativas para o capitalismo, brandindo o slogan "um outro mundo é possível", o Fórum Social Mundial não poderia ter encerrado esta sua sétima reunião de maneira mais melancólica e contraditória. A reunião foi promovida entre 22 e 24 de janeiro em Nairóbi, capital do Quênia, e os participantes não conseguiram chegar a qualquer conclusão, meteram-se numa enorme confusão com as autoridades locais e não se revelaram capazes sequer de se entender sobre o próximo encontro. Em 2008, o evento simplesmente não será realizado.

Nos três dias do encontro, foram promovidos 1.200 seminários, conferências e oficinas divididos em 21 temas, entre os quais trabalho, habitação, mulheres, migração, água, alimentos, paz. Os 2 mil participantes também discutiram formas de mobilizar a "sociedade civil internacional", criticaram os acordos comerciais firmados pela União Europeia com as ex-colônias da África, Caribe e Pacífico, acusaram os organismos multilaterais de serem responsáveis pelos débitos dos países pobres, pediram a queda do presidente George W. Bush e do primeiro-ministro Tony Blair, entoaram "vivas" a Hugo Chávez e a Cuba e assinaram uma declaração de "solidariedade" à América Latina.

Os integrantes da delegação brasileira, alguns dos quais tiveram passagem paga por empresas estatais, exigiram a retirada das tropas da ONU no Haiti, grande parte formada por militares brasileiros. Um representante da CUT leu uma nota afirmando que "a humanidade rejeita o sistema neocolonial e o neoliberalismo". E o chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, ministro Luiz Dulci, fez uma palestra sobre a "tensão" e a "criatividade" na "diálettica entre movimentos sociais e governos de esquerda".

Tudo isso, no entanto, não passa de simples folclore, o que sempre foi a principal característica do Fórum Social Mundial desde o primeiro encontro, realizado em Porto Alegre em 2001. O que houve de novo, no evento deste ano, foi a flagrante incapacidade de

monstrada pelos participantes de conviver com as regras e o espírito de tolerância que tanto defendem para a construção de um "novo mundo".

Vários participantes invadiram um dos restaurantes escolhidos para fornecer refeições aos participantes do Fórum e o destruíram, sob a alegação de que ele seria de propriedade de um antigo colaborador do regime colonial inglês. Outros criticaram as empresas privadas que contribuíram para a realização do Fórum, por meio de apoio material e financeiro. E houve ainda quem questionasse a exigência de pagamento de uma taxa de inscrição no valor de US\$ 7, sob o argumento de que a cobrança seria uma forma de "exclusão social", e a presença dos policiais quenianos encarregados de garantir a segurança no local do evento.

Além disso, representantes de organizações religiosas entraram em confronto aberto com líderes de movimentos feministas e defensores da diversidade sexual. A chamada Assembleia dos Movimentos Sociais, que tradicionalmente encerra o Fórum, desta vez

não foi sequer incluída na programação, dando margem a muito bate-boca. Uma das entrevistas coletivas concedidas pelos portavozes do evento foi simplesmente invadida. E, ao contrário do que aconteceu em todos os encontros anteriores, os líderes das diferentes organizações participantes não conseguiram chegar a um acordo para a redação de um documento conclusivo que reunisse as reivindicações e posições ideológicas de todos os setores representados. Não houve consenso nem mesmo sobre o que os ativistas terão de fazer para "não deixar 2008 passar em branco", já que o Fórum não será realizado no próximo ano.

Para salvar as aparências, alguns dos dirigentes do Fórum Social Mundial reconheceram que o encontro de 2007 foi caótico, com a ressalva de que ele permitiu avallar fracassos e vitórias. A fragilidade do argumento dá a medida da inviabilidade das alternativas por eles propostas ao capitalismo. Se não são capazes nem de organizar um evento internacional com um mínimo de eficiência nem de assegurar a sobrevivência de sua própria entidade, como podem almejar ser os construtores de um "novo mundo"?



**JORNAL DE BRASÍLIA**

## EDITORIAL

**O consumidor paga a conta**

A primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terminou com uma carga tributária bem próxima de 39% do Produto Interno Bruto (PIB). Nunca na história deste país havíamos atingido esta marca. No primeiro ano de Lula, foram arrecadados R\$ 553 bilhões (nos três níveis de governo). Em 2004, foram R\$ 650 bilhões; em 2005, R\$ 732 bilhões; e neste ano, R\$ 812 bilhões (valores nominais). Isso dá R\$ 2,22 bilhões por dia; R\$ 92,67 milhões por hora; R\$ 1,54 milhão por minuto ou R\$ 25,73 mil por segundo.

Em países do Primeiro Mundo (Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Canadá, Holanda, França, Japão, Itália, Dinamarca etc.), a carga tributária sobre bens e serviços é de 33%, em média, e a sobre a renda, de 46%. No Brasil, há o inverso: os bens e serviços são tributados em 63% e a renda, em 26%.

Há economistas – como o ex-ministro da fazenda Mailson da Nóbrega – que isentam os governantes de qualquer culpa por essa fúria arrecadadora. Para Mailson, o grande problema são os benefícios sociais criados pela Constituição de 1988. Ele diz que a evolução da carga tributária sob Lula seguiu um padrão conhecido desde o Plano Real, de julho de 1994. Outra linha de pensamento questiona o fato de o País ter quitado a dívida com o FMI e deixado de investir. O governo Lula, como se sabe, pagou a dívida ao final de 2005, antecipando pagamentos que venceriam neste ano e em 2007. Para os que defendem essa tese, dispensamos o FMI, mas crescemos pouco.

A verdade é que, qualquer que seja o governante, as maldades tributárias são sempre maiores do que as bondades. Como consequência, toda a sociedade fica prejudicada por pagar mais tributos. Ressalte-se que as pessoas físicas (ou seja, os consumidores) sempre arcam com a maior parte da conta, porque é sobre elas que recaem, via preços, todos os aumentos de tributos pagos pelas empresas.

Publicado em: **09/01/2007**

**JORNAL DE BRASÍLIA**

## EDITORIAL

**Educação no lugar da multa**

O anunciado fim dos 450 pardais que fiscalizavam a velocidade em vias abaixo de 80km/h é uma medida duplamente acertada. Primeiro porque, ao contrário do que pode parecer, as ruas não ficarão sem vigilância, pois serão colocadas barreiras eletrônicas. Estas são mais educativas, por serem visíveis a distância, e não meras máquinas arrecadadoras, como os pardais, sempre colocados atrás de árvores ou em posição de difícil localização.

O segundo acerto da retirada dos pardais é o ingresso de agentes do Detran na fiscalização, diurna e noturna. A presença ostensiva deles pela manhã ajudará a prevenir a velocidade excessiva. À noite, eles irão reprimir outro mal que existe hoje nas ruas do DF: a grande quantidade de motoristas que dirigem alcoolizados. A colocação de bafômetros na saída dos bares e boates garante mais paz no trânsito que as maquininhas que só sugam o dinheiro do consumidor.

O fundamental, porém, nesta reestruturação do Detran, promovida pelo GDF, é a mudança de enfoque. Em vez de ser um mero arrecadador de multa, a entidade vai aplicar este dinheiro na educação no trânsito. Nada mais acertado. Afinal de contas, os inúmeros casos de violência no trânsito evidencia claramente o mau uso dos recursos.

O Detran tem sido um reforço de caixa, não o organismo responsável pela busca de um trânsito mais civilizado.

Falta ainda uma providência, que não foi anunciada na posse do novo diretor do Detran-DF, Délio Cardoso. É a volta de uma fiscalização rigorosa nas faixas de pedestres. Esta revolução civilizatória do nosso trânsito vem sendo ignorada aos poucos pelos apressadinhos e pelos maus motoristas e multá-los não só garantirá o aumento da paz no trânsito, mas também a reacreditação desta invenção que colocou Brasília no Primeiro Mundo em termos de respeito aos pedestres.

Publicado em: **11/01/2007**

**JORNAL DE BRASÍLIA**

EDITORIAL

**Alternativo e responsável**

A intensificação na fiscalização do sistema de transporte alternativo, a partir de amanhã, é um prêmio para Brasília e, sobretudo, para o usuário que depende do transporte coletivo. A cidade não pode, em hipótese alguma, aceitar que a desordem tome conta das ruas, e a medida de apertar o cerco, adotada pela Secretaria de Transportes, é mais que acertada.

É fato que o transporte alternativo representa uma comodidade para os usuários. Brasília é grande, e o fluxo de passageiros exige que os ônibus tenham o auxílio das vans. Mas isso não justifica que o caos e o desrespeito invada as vias da cidade. E o reforço na fiscalização que se inicia amanhã tem por objetivo exigir justamente o mínimo de que o cidadão brasiliense necessita, que é a regularidade nos horários, a obediência aos itinerários, o respeito aos idosos e portadores de necessidades especiais, entre outras obrigações que quem se dispõe a trabalhar a serviço do público deve ter.

A responsabilidade do condutor de uma van é imensa. Afinal, o que ele transporta em seu veículo são vidas, são pessoas que, na luta diária pela sobrevivência, se deslocam de um ponto a outro da cidade. Então, nada mais justo que os motoristas tratem esses filhos e pais de família com todo o respeito. Até mesmo porque é desse grande público que os profissionais do transporte retiram o seu sustento.

Um rigoroso acompanhamento na forma como procedem os condutores das vans vem em excelente hora para Brasília. A moralização vai pôr nos eixos uma área que de há muito pedia uma solução. As medidas de endurecimento levarão ao trânsito e aos passageiros o conforto e a segurança que hoje não existem.

A palavra-chave que rege o fortalecimento na fiscalização ao transporte alternativo é dignidade. O povo precisa e merece isso.

Publicado em: **14/01/2007**

## ANEXO H – Editoriais do Jornal Diário da Manhã

**Diário da Manhã**  
o n l i n e

Goiânia, 19/12/2006 - terça-feira - edição nº 6983

## editorial

***Grande momento de Lula***

Duas pesquisas divulgadas ontem revelam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em ótima fase. Segundo o Ibope, 71% dos eleitores aprovam seu jeito de governar. Em outro levantamento, este do Datafolha, Lula foi escolhido por 35% dos entrevistados como o melhor presidente que o Brasil já teve. Alta popularidade e mais de 58 milhões de votos pela reeleição criam situação privilegiada a Lula.

As pesquisas revelam quadro único. 62% dos entrevistados pelo Ibope manifestaram aprovação ao governo Lula e 57% acham que o segundo mandato será melhor que o primeiro. Segundo o Datafolha, 59% esperam uma gestão ótima/boa. O otimismo dos brasileiros é consciente, o que reduz o risco de decepção. Se por um lado há expectativas positivas, as pesquisas mostram que o eleitor sabe que o País tem muito por fazer nas áreas de saúde, educação e combate à corrupção.

Depois de toda a crise política e da existência de um segundo turno vencido com 20 milhões de votos, o restabelecimento da perspectiva de unanimidade é natural. As pesquisas revelam que Lula segue no caminho certo e que o eleitor quer ver ampliadas as ações que têm dado certo, como a redistribuição de renda. A aprovação dá força ao governo para investir pesado em medidas fundamentais para a continuidade do crescimento do País, que passam pela redução dos gastos públicos e reforma política. E esta é a melhor oportunidade para realizá-las.

## editorial

### ***Trabalhador brasileiro***

Na semana marcada pela discussão salarial dos parlamentares, ganharam, ainda que modestamente, os trabalhadores. O governo federal tinha como definido que o aumento do mínimo se restringiria ao índice inflacionário e ficaria em R\$ 368. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, conseguiu convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e anunciou ontem reajuste para R\$ 380 em 2007.

Tão importante quanto o aumento foi a conquista das centrais sindicais em firmar acordo com o governo por planejamento até 2010. O reajuste será dado a partir de agora com base no PIB nominal do ano anterior a sua vigência mais a inflação e, a cada ano, o reajuste será antecipado em um mês. Dessa forma, em 2010, ele começará a valer a partir de janeiro. Isso permite previsão orçamentário para governo e trabalhadores.

Outro avanço social louvável é o aumento da importância feminina nas famílias brasileiras. Segundo estatísticas divulgadas ontem pelo IBGE, quase dobrou o número de lares dirigidos por mulheres em Goiás no últimos dez anos. Apesar disso, o desemprego ainda é maior no universo feminino. Taxa de desocupação entre mulheres goianas é o dobro da registrada pelo público masculino. Enquanto os homens inativos correspondem a 6,8% dessa parcela da população, a ala feminina registra taxa de 12,6%. As conquistas são significativas, mas a igualdade entre os sexos tem ainda grande caminhada pela frente.



## editorial

### ***Educação financeira prematura***

O futuro financeiro dos filhos deixa de se restringir ao legado de uma boa herança. Pais atentos com as incertezas do futuro e o desastre que uma educação de cultura perdulária pode provocar se antecipam e ensinam a pescar. Essa nova postura faz surgir uma geração de chefes de família que estão sendo formados muito além dos cofrinhos.

Diante do cenário de emprego escasso, renda da classe média em queda e insegurança em alta, surgem novas preocupações para os pais: qual será o futuro financeiro dos filhos e como eles se manterão diante de um desastroso imprevisto. Associada a essa atitude, os pais investem ainda na educação financeira dos filhos, ensinando-os a controlar os gastos.

Esses herdeiros da parcimônia lançam mão de leque diversificado de aplicações, entre elas os planos privados da Previdência e, eventualmente, fundos de ações. Levantamento realizado pelo Bradesco mostra que um dos produtos financeiros que mais têm conquistado o público é a previdência para menores. Metade dos investidores (50,3%) adquire planos para crianças com até 9 anos.

Sobre o segredo de conduzir uma vida financeira tranqüila, especialistas são unânimes. Basta planejar. Isso significa respeitar os limites da receita familiar e definir metas realistas. Se essas lições fundamentais são aprendidas logo cedo, as perspectivas de vida financeira saudável na fase adulta são as melhores possíveis.

## Edelvira Aída da Silva Moreira

<b>Dados de identificação</b>	<p>Data de nascimento: 20/07/1958</p> <p>Naturalidade: Santarém – PA</p> <p>Nacionalidade: Brasileira</p> <p>Registro MEC: LP-704/90</p>
<b>Formação</b>	<p>1984–1988      Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciência e Letras Porto Alegre - RS</p> <p>Graduação em Letras</p> <p>1989              Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras Porto Alegre - RS</p> <p>Especialização em Língua Portuguesa – <i>Sensu Lato</i></p> <p>1995–1998      Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre - RS</p> <p>Mestre em Lingüística Aplicada</p> <p>2004              Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre - RS</p> <p>Doutoranda em Lingüística Aplicada, desenvolvendo a tese intitulada de <i>A subordinação no português brasileiro: da tradição gramatical à visão lingüística</i> com prazo final para entrega novembro 2007 e defesa em janeiro de 2008.</p>
<b>Experiência profissional</b>	<p>1996–2007      Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu Porto Alegre - RS</p> <p><b>Professora da disciplina de Português Instrumental (1996-2006)</b></p> <p>Curso de Administração de Empresas</p> <p>Curso de Ciências Contábeis</p> <p><b>Professora da disciplina de Comunicação e Expressão (2007)</b></p> <p>Curso de Administração de Empresas</p> <p>Curso de Ciências Contábeis</p>

	<p>2001– 2002 – 2003 – 2004 Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Porto Alegre-RS</p> <p><b>Professora de dependência: Disciplinas: Português I e II</b></p> <p>Curso de Administração de Empresas Curso de Propaganda e Marketing</p>
	<p>1990–2002 Colégio La Salle São João Porto Alegre - RS</p> <p><b>Professora da disciplina de Língua Portuguesa</b></p> <p>Ensino Fundamental – 7ª e 8ª séries</p>
	<p>Nov./Dez. 2002 Faculdade Rio-Grandense – FARGS Porto Alegre – RS</p> <p><b>Professora da disciplina de Linguagem Técnica e Contábil</b></p> <p>Curso de Pós-graduação em Auditoria Fiscal.</p>
	<p>1995–1997 Escola Estadual de Ensino Médio Padre Réus Porto Alegre - RS</p> <p><b>Professora da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira</b></p> <p>Ensino Médio</p>
	<p>Mar./1990 – Maio/1990 Colégio Mãe de Deus Porto Alegre - RS</p> <p><b>Professora da disciplina de Língua Portuguesa</b></p> <p>Ensino Fundamental – 7ª e 8ª séries</p>
<b>Atualização profissional</b>	<p>Participação no curso <i>Que gramática tratar na escola? Norma e uso da Língua Portuguesa</i>, ministrado pela profª. Dr. Maria Helena Moura Neves da UNESP, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – 01 a 05 de dezembro de 2003.</p>
	<p>Participação no <i>Curso de Linguagem, Cognição e Informática</i>, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Centro de Ciências da Comunicação – Pós-Graduação em Lingüística Aplicada – Curso de Letras – 10 de maio a 07 de junho de 2002.</p>
	<p>Participação no <i>Curso de Extensão em Metodologia do Ensino Superior</i>, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS Virtual – Faculdade de Educação e Faculdade de Informática, com início em 16 de abril de 2002 (Duração de 2(dois) meses).</p>
	<p>Participação no <i>Seminário Aberto de Crescimento Interno</i>, na Instituição Educacional São Judas Tadeu – 20 de abril de 2002.</p>
	<p>Participação como ouvinte do <i>5º Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem e 1º Encontro Internacional sobre Aquisição da Linguagem</i>, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Centro de Estudos sobre Aquisição e Aprendizagem da Linguagem – Curso de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Letras, no período de 02 a 06 de outubro de 2000.</p>
	<p>Participação como ouvinte do <i>III Círculo de Estudos Lingüísticos, IV Seminário Internacional de Lingüística e X Encontro Regional do Projeto VARSUL</i>, na</p>

	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Pró-Reitoria de Extensão Universitária – Faculdade de Letras – 18 a 21 de agosto de 1999.
	Participação como ouvinte do <i>Seminário de Psicolinguística</i> , na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Programa Especial de Treinamento (CAPES), no período de 08/04/1998 a 17/06/1998.
	Participação do <i>II Congresso Internacional de Educação Lassalista</i> , na Sociedade Porvir Científico, Centro Educacional La Salle e Centro Educacional La Salle de Ensino Superior – 12,13 e 14 de maio de 1998.
	Participação como ouvinte do <i>III Seminário Internacional de Linguística e Filologia</i> , na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Instituto de Letras, no período de 19/08/1996 a 23/08/1996.
<b>Outras atividades</b>	Participação como consultora pedagógica na área de Língua Portuguesa na correção das redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em setembro de 2006 e 2007.
	Pesquisadora voluntária do Centro de Referência para o Desenvolvimento da Linguagem (CELIN), da PUCRS, no projeto de pesquisa <i>Predição leitora em ambiente virtual e não-virtual: ensino, pesquisa e extensão</i> sob a coordenação da Profª. Dr. Vera Wannmacher Pereira –mar./2005 a set./2006.
	Pesquisadora voluntária do Centro de Referência para o Desenvolvimento da Linguagem (CELIN), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no projeto de pesquisa <i>Preditibilidade: procedimentos utilizados por crianças de séries iniciais e escores de compreensão leitora e produção escritora</i> sob a coordenação da Profª. Dr. Vera Wannmacher Pereira (Coordenadora do CELIN) – abr./2003 a jan./2005.
	Membro da comissão organizadora da Semana Acadêmica da Instituição Educacional São Judas – Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas – 31 de agosto a 02 de setembro de 2004.
	Participação como avaliadora de redações no processo de seleção do vestibular do Unilassale – Canoas/RS em janeiro e julho/2003 e janeiro/2004.
	Participação como colaboradora no Projeto de Pesquisa do CNPq <i>Ambigüidade: a causa de interpretações diversas no uso indiscriminado do gerúndio</i> – 2º semestre 2000.
	Revisão da obra <i>Voando em um céu Pelegrino</i> , de Enio Guzinski, 1ªed., publicado em dezembro de 2000.
<b>Apresentação em eventos/conferência/seminários</b>	MOREIRA, Edelvira Aída. Palestrante no curso: <i>Aprendizagem e ensino da leitura e da escrita nas séries iniciais com oficinas de capacitação docente</i> , promovido pela Faculdade de Letras da PUCRS – 4 set. a 18 out./2006, na PUCRS.
	MOREIRA, Edelvira Aída. Palestrante no curso: <i>Aprendizagem e ensino da leitura e da escrita nas séries iniciais com oficinas de capacitação docente</i> , promovido pela Faculdade de Letras da PUCRS – 04 set. a 09 out./2006, na PUCRS.
	MOREIRA, Edelvira Aída; CASTRO, Joselaine Sebem. Oficina: <i>Oficina de Língua Portuguesa</i> , ministrada para os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

	da Rede Estadual – Projeto: Tempo Integral – Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul – 27 e 28 out./2005, em Canela (RS).
	MOREIRA, Edelvira Aída; CASTRO, Joselaine Sebem. Oficina: <i>O ensino de Língua Portuguesa</i> , ministrada para os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Rede Estadual – 21ª Coordenadoria Regional de Educação – 03 e 04 dez./2004, em Três Passos (RS).
	MOREIRA, Edelvira Aída; CASTRO, Joselaine Sebem. Oficina: <i>O ensino de Língua Portuguesa a partir da abordagem da Lingüística Textual e das Estratégias de Leitura</i> , ministrada para os professores de 5ª séries da Rede Estadual – Projeto: Formação Continuada de 5ª série – Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul – 19 a 23 de jul./2004, na Brigada Militar (1ª Etapa) e na PUCRS (2ª Etapa), no período de 20/07/2004 a 12/08/2004.
	MOREIRA, Edelvira Aída; CONCEIÇÃO, Celso A. Nunes. Minicurso: Estratégia de Leitura de Predição (ELP): uma prática pedagógica para uma melhor compreensão leitora, utilizando-se de recursos computacionais como aporte tecnológico necessário à sua aplicação. IV SEFIC – Salão e Feira de Iniciação Científica, UNILASALLE – 05 a 09 de novembro de 2002.
	MOREIRA, Edelvira Aída da Silva. Conferência. <i>Filosofia Aplicada ao Ensino Lingüístico</i> . PENSARE, Salão de Vivências Pedagógicas no Ensino de Filosofia/ Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 07/12/2000.
<b>Trabalhos publicados</b>	MOREIRA, Edelvira Aída. Artigo: A importância do aperfeiçoamento da língua materna na formação dos profissionais dos cursos de Ciências Contábeis e Administrativas no <i>Jornal Educar da Instituição Educacional São Judas Tadeu</i> , Porto Alegre, n.10, ano III, jun./jul. 1999.
	MOREIRA, Edelvira Aída. Ensaio: As contribuições da pragmática para o ensino da língua materna. <i>São Judas em Revista</i> , Porto Alegre, n.1, jun.2000.
	MOREIRA, Edelvira Aída. Ensaio: Uma reflexão sobre a leitura e a compreensão. <i>São Judas em Revista</i> , Porto Alegre, n.1, ano III, v1, 1/2002.
	MOREIRA, Edelvira Aída da Silva e CONCEIÇÃO, Celso Augusto Nunes. Tecnologia, lingüística e escola: um processo de integração. <i>Revista Diálogo</i> . Canoas, Centro Universitário La Salle, v. 6, dezembro 2005. (ISSN 1519 – 3640).